CEFET/RJ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

# “A PERDIÇÃO NOS SUBÚRBIOS”: RACISMO E MODERNIDADE NO DISTRITO SUBURBANO DE IRAJÁ (1890-1920)

Fábio de Brito Rezende

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais, do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Relações Étnico-Raciais.

Orientador: Prof. Dr. Mário Luiz de Souza

Coorientador: Prof. Dr. Renan Ribeiro Moutinho

Rio de Janeiro
Novembro de 2023

“A PERDIÇÃO NOS SUBÚRBIOS”: RACISMO E MODERNIDADE NO DISTRITO SUBURBANO DE IRAJÁ (1890-1920)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais, do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Relações Étnico-Raciais.

Fábio de Brito Rezende

Banca examinadora:

_____

Presidente, Professor Dr. Mário Luiz de Souza (CEFET/RJ - Orientador)

_____

Professor Dr. Renan Ribeiro Moutinho (CEFET/RJ - Coorientador)

_____

Professora Drª. Maria Cristina Giorgi (CEFET/RJ - Examinadora Interna)

_____

Professora Drª. Ynaê Lopes dos Santos (UFF - Examinadora Externa)

_____

Professor Rafael Mattoso (UNISUAM - Examinador Externo)

Rio de Janeiro/RJ

Novembro de 2023

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do CEFET/RJ

R467 Rezende, Fábio de Brito
"A perdição nos subúrbios": racismo e modernidade no distrito suburbano de Irajá (1890-1920) / Fábio de Brito Rezende. — 2023.
210f. : il. color. , enc.

Dissertação (Mestrado) Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, 2023.
Bibliografia : f. 204-210
Orientador: Mário Luiz de Souza
Coorientador: Renan Ribeiro Moutinho

1. Racismo. 2. Subúrbios. 3. Ubanização. 4. Irajá (Rio de Janeiro, RJ) . I. Souza, Mário Luiz de (Orient.). II. Moutinho, Renan Ribeiro (Coorient.). III. Título.

CDD 305.896081

Elaborada pela bibliotecária Tania Mello – CRB/7 nº 5507/04

## DEDICATÓRIA

*Dedico este trabalho aos meus avós:*
*A **Jacy**, por todas as conversas sem palavras, nos gestos, olhares, sorrisos e barquinhos de papel em um quintal de Jardim Bangu.*
*A **Manoel**, pelo colo e pelo carinho, por tentar responder sempre aos meus intermináveis "porquês" que fizeram de mim eternamente curioso.*
*A **Lucília**, que por muitos anos foi meu porto seguro nos meus piores dias e por me ensinar a amar pelas ações. Sinto sua falta todos os dias!*
*A **Alzira**, que nunca lerá esse trabalho por nunca ter aprendido. Mesmo sem saber escrever, todas as palavras aqui escritas passaram pelas suas mãos.*

## AGRADECIMENTOS

Não conheço vida que não tenha sido construída na coletividade, seja na família, nos círculos de amizade ou na vida universitária. Cada uma das pessoas que passou por minha vida foi responsável pelos caminhos que me trouxeram até aqui, e da mesma forma que aqui me trouxeram, meu compromisso é de trazer mais dos nossos para os mesmos espaços. Sou um brasileiro de ancestralidade indígena, negra e nordestina. Sou um suburbano de Irajá. Sou quase tudo o que o Brasil hegemônico deseja exterminar, e por isso demarco em desafio: sou Marginal, com muito orgulho!

Não poderia começar de outra forma que não seja agradecendo minha família pelo imenso apoio, especialmente nestes dois anos do mestrado. A meu pai **Ubiracy**, que me mostrou por toda vida que nem todo herói usa capa. Você é o herói da minha vida! A minha mãe **Edna**, por todo o carinho e pelo coração que não cabe nesse mundo. A meus irmãos **César** e **Flávio**, que me ensinaram e me ensinam todos os dias o que é bondade e parceria. Vocês serão sempre a minha melhor metade! Agradeço também a minha afilhada **Maria Cecília**, que me ajudou de mais formas que eu seria capaz de expressar. Que esse trabalho seja um símbolo de possibilidade para seu futuro, e que você possa sonhar voos mais altos que os meus!

Por anos, a ideia de ingressar no Ensino Superior parecia impossível, e sem a ajuda de meus amigos/irmãos **Caio** e **Renan** (que me honrou neste mestrado sendo, além de meu amigo de infância, meu coorientador), essas linhas não teriam sido escritas jamais. Muito obrigado pela imensa paciência em mostrar meu potencial não apenas como acadêmico, mas como um ser pensante crítico. Logicamente, para além da vida universitária, vocês são amizades que me honram e me alegram todos os dias há mais de vinte anos, e não consigo descrever em palavras o tamanho da gratidão que tenho por vocês!

Não poderia deixar de agradecer aos meus professores da graduação em História no Centro Universitário Celso Lisboa (**Lívia**, **Joyce**, **Paulo**, **Rafael**, **Aryanne** e meu orientador da graduação, **Thiago**). Vocês me ensinaram todas as virtudes de pesquisadores comprometidos com a Educação do país, e me mostraram que a universidade pode ser um espaço de acolhimento em vez de insegurança e de igualdade em vez de arrogância. Sou um pesquisador e um ser humano melhor por ter tido o privilégio de ser aluno de vocês! Agradeço, também, a todo corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais do CEFET-RJ, por todas as trocas maravilhosas que contribuíram para a construção dessa obra. Em especial, agradeço aos meus orientadores **Pâmela**, por ter aceitado a aposta que foi esta dissertação e **Mário**, por ter comprado essa briga quando os imprevistos da vida me deixaram sem orientação.

Não menos importantes são os agradecimentos às minhas verdadeiras recompensas nesse trajeto de dois anos. A todos os meus amigos do programa – destacando **Desirée**,

**Nathália**, **Fernanda e Cris –** que sofreram comigo quando os prazos, a insegurança e as demandas começaram a apertar, mas que não abriram mão das risadas e brincadeiras que me ajudaram demais a chegar aqui. O mestrado termina aqui, mas o barzinho continua lá na esquina!

De todas as amizades cultivadas nesse período, algumas foram mais marcantes pela proximidade e pela partilha de caminhos em comum. Por isso, preciso dar umas linhas a mais a três nomes que foram imensamente importantes nos últimos meses.

**Kim**: espero que a essa altura você já saiba como é um pesquisador espetacular, além de ser um dos amigos mais carinhosos que tenho! Muito obrigado pelas conversas, pelas partilhas e pela companhia nos rolés mais caóticos desse mestrado! Sua pesquisa e sua presença na universidade são um presente e uma necessidade nesse país que ainda se ilude como democracia racial.

**Iara**: muito obrigado pela confiança e pela amizade nestes últimos meses! Acabamos assumindo um monte de demandas juntos – desde a representação e o seminário discentes até as aulas no Brota, além de vários eventos culturais e acadêmicos – e sua companhia nesses momentos foi um privilégio. Do seu sucesso não tenho a menor dúvida porque você é uma pessoa admirável e generosa com os seus! No que precisar, já sabe: tamo junto sempre!

**Gustavo**: preciso dizer que te ver aprovado no mestrado foi uma alegria maior do que minha própria aprovação. Você merece uma estátua por me suportar pelos últimos seis anos, desde a graduação! Ver seu crescimento como pesquisador tem sido um prazer e te considerar um amigo tem sido um privilégio. Tu é a prova que os subúrbios produzem potência!

Por fim (e não menos importante) como Bolsista CAPES agradeço à **Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior**, pelo fomento a esta pesquisa, que fez possível minha total dedicação a esta produção. É importantíssimo destacar o quanto nossa Ciência ainda carece de auxílio, e o quanto nossa produção é importante para a sociedade. Todo o meu apoio à Educação brasileira, hoje e sempre!

## RESUMO

**“A perdição nos subúrbios”: racismo e modernidade no distrito suburbano de Irajá (1890-1920)**

A presente dissertação discute Irajá, nos subúrbios cariocas, no contexto das reformas urbanas da cidade do Rio de Janeiro, nos primeiros anos do século XX, com ênfase na racialização dos processos de industrialização, urbanização e suburbanização da cidade entre os anos de 1890 e 1920. Propõe-se um diálogo entre autores como Albernaz & Mattoso (2019), Mendonça (2017), Miyasaka (2011) para o entendimento do processo de suburbanização carioca, além de Ianni (1996), Moura (1988), Munanga (2010), Santos (2022) para ampliar o debate sobre as questões raciais brasileiras e Abreu (2022), Campos (2010), Chalhoub (1998) para a compreensão dos processos de ocupação da cidade e seus subúrbios. Parte-se das hipóteses de possíveis tensões raciais no contato entre uma classe média residente nos subúrbios e um novo contingente de habitantes pobres e negros expulsos da região central da cidade e da formação das primeiras favelas suburbanas. Segue-se a historicização da imprensa carioca e do periodismo suburbano, conduzida por meio da metodologia de análise documental, buscando identificar possíveis retóricas racistas nos noticiários publicados no período. Por meio de uma série de publicações intituladas “A perdição nos subúrbios”, pode-se identificar, na estação férrea suburbana de D. Clara, a continuidade retórica de estigmas como o desvio moral e a criminalidade, anteriormente relacionados aos cortiços e ao Morro da Favela.



Palavras-chave: racismo; subúrbios cariocas; reformas urbanas; Rio de Janeiro; Primeira República

## ABSTRACT

**“Perdition at the suburbs”: racism and modernity in the suburban district of Irajá (1890-1920)**

The present dissertation discusses Irajá, of the carioca suburbs, in the context of Rio de Janeiro’s urban reforms, in the first years of the 20th century, with emphasis on the racialization of the industrialization, urbanization and suburbanization processes between 1890 and 1920. Proposing a dialog with author such as Albernaz & Mattoso (2019), Mendonça (2017), Miyasaka (2011) to understand Rio de Janeiro’s suburbanization process, as well as Ianni (1996), Moura (1988), Munanga (2010), Santos (2022) to broaden debates concerning brazilian racial structures and Abreu (2022), Campos (2010), Chalhoub (1998) to comprehend the occupation processes of Rio de Janeiro and its suburbs Starting from the hypothesis of potential racial tensions in the contact between a suburban middle-class and a new contingent of poor, black, inhabitants dislodged from the city’ central areas, as well as the potential formation of the first suburban favelas. This is followed by the historicization of the carioca press and of suburban journalism, conducted through the document analysis methodology, seeking possible racist rethorics in the news published at the period. With the analysis of a series of publications, entitled “Perdition at the suburbs”, it is identified, in the suburban railway station of D. Clara, the continuity of the rhetorical stigmas, such as moral deviation and crime, previously related to the cortiços and the Favela Hill.



Keywords: racismo; carioca suburbs; urban reforms; Rio de Janeiro; First Republic

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Trilhos de bonde encontrados durante as obras do BRT..... 24

Figura 2: Foto da rua Jucari, Irajá (1963)..... 26

Mapa 1: Mapa dos portos da Baía de Guanabara no período colonial..... 35

Mapa 2: Recorte de mapa das freguesias de Irajá e Inhaúma (1834)..... 39

Mapa 3: Distrito de Irajá (1906)..... 42

Figura 3: *A Redenção de Cam* (Modesto Brocos, 1895)..... 78

Figura 4: Charge “O Morro da Favella” (1909)..... 126

Figura 5: Charge “Uma limpeza indispensável” (1907)..... 127

Figura 6: “As lavadeiras da Favella”, na revista Careta (1909)..... 132

Mapa 4: Mapa de estações ferroviárias nos arredores de Madureira (1922)..... 134

Mapa 5: Recorte de mapa com atividades econômicas dos distritos suburbanos (1911)..... 157

Figura 7: Antônio Augusto Pinto Machado, diretor do Echo Suburbano a partir de 1911..... 160

Figura 8: Silvio Simas, Manoel Simas e J. Cardoso do Echo Suburbano..... 165

Figura 9: Busto de Victorino Tosta, publicado no Echo Suburbano..... 166

Figura 10: Recorte de desenho publicado na *Tribuna Suburbana*..... 174

Figura 11: Foto de membros do Congresso Suburbano (1911)..... 190

Figura 12: Anúncio do Bloco *Mefistófeles Carnavalesco* na *Gazeta Suburbana* (1884)..... 195

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: População carioca por raça, entre distritos urbanos e suburbanos (1890)..... 169

Tabela 2: População carioca por raça, entre setores urbanos (1940)..... 169

Tabela 3: População da freguesia de Irajá, por raça e sexo (1890)..... 171

Tabela 4: população dos distritos de Irajá, Madureira e Penha por raça (1940)..... 172

## SUMÁRIO

**Introdução..... 12**

**1. “Diálogos suburbanos”..... 23**

1.1. Irajá e a cidade do Rio de Janeiro: das sesmarias aos distritos suburbanos..... 29

1.2. Os subúrbios cariocas..... 42

**2. Raça, classe e cidade no Brasil da Primeira República..... 58**

2.1. Raça: “loucura codificada” e realidade social..... 60

2.2. Cidade e modernidade..... 71

2.3. Relações raciais e a questão urbana no Rio de Janeiro..... 89

2.4. Cortiços, favelas e subúrbios..... 117

**3. Imprensa como fonte e periodismo suburbano..... 135**

3.1. “Tudo pelo subúrbio!”: periodismo suburbano na Primeira República..... 149

**4. “A perdição nos subúrbios”..... 168**

4.1. “O Carnaval morreu na Corte, para ressuscitar nos subúrbios”..... 194

**Considerações Finais..... 197**

**Referências..... 204**

# Introdução

Os caminhos que levaram a este trabalho compartilham com os estudos históricos e as transformações da cidade do Rio de Janeiro algo em comum: longe de uma linha reta, ligando “Ponto A” a um planejado e pré-determinado “Ponto B”, as curvas, quebras e desencontros no trajeto são tão importantes quanto seus fins. Assim, conhecer (mesmo que parcialmente) o autor do texto é, de certa forma, reconhecer os alicerces desta produção.

Tendo morado a vida toda nos subúrbios cariocas – em Bangu e Irajá – a curiosidade sobre estes espaços sempre esteve presente, precedendo quaisquer pretensões acadêmicas: a fachada do Cine Vaz Lobo e a Igreja da Nossa Senhora da Apresentação de Irajá sempre atraíram meus olhares e pensamentos, que convergiam em direção a outros tempos e outras formas de viver a cidade.

Porém, os caminhos para este trabalho foram repletos de obstáculos e desencontros. Sendo um estudante de ascendência negra e indígena do ensino público brasileiro, em período anterior às políticas de fomento à educação dos governos petistas (como as mudanças no ENEM e programas como o PROUNI) e com apenas uma referência acadêmica na família, as perspectivas de ingresso no Ensino Superior pareciam inalcançáveis, mesmo com o incentivo de professores e amigos. Foi necessário pouco mais de uma década para que, enfim, houvesse confiança o bastante para “tentar a sorte” no Ensino Superior.

Ainda animado pela curiosidade com o passado, a escolha pelo curso de História foi lógica e natural, e a aproximação com o tema da formação da cidade do Rio de Janeiro ocorreu gradualmente no decorrer do curso, em especial nas disciplinas de História do Brasil e pela perceptível ausência de referenciais históricos dos subúrbios cariocas em geral (seja no debate historiográfico formal, ou no imaginário social em relação à cidade), culminando na produção do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) “A Perdição nos subúrbios’: as reformas urbanas do Rio de Janeiro e o distrito de Irajá nas páginas do *Echo Suburbano*”, defendido em 2021 no Centro Universitário Celso Lisboa.

Durante a produção deste trabalho, tive maior proximidade com a temática do desenvolvimento urbano carioca, tanto através de estudos considerados clássicos, como “Evolução urbana do Rio de Janeiro” de Maurício de Almeida Abreu (publicado inicialmente em fins da década de 1970) e “Rio de Janeiro: cidade e região”, De Lysia Bernardes e Maria Theresinha Soares (publicado na década de 1990) como também

com uma diversidade de pesquisadores que dedicaram suas carreiras aos subúrbios do Rio de Janeiro, como Rafael Mattoso, Leandro Mendonça e Cristiane Miyasaka, que investigaram recentemente bairros como Engenho Novo, Inhaúma e Madureira.

A partir desses estudiosos, busquei uma análise das transformações ocorridas em Irajá, na esteira dos profundos processos de transformações da cidade carioca a partir dos últimos anos do século XIX: a Abolição e o Golpe Republicano na década de 1880 e as reformas urbanas ocorridas nos termos do prefeito Pereira Passos e do presidente Rodrigues Alves na década de 1900, com maior ênfase nos eventos ocorridos no século XX. Durante a pesquisa da graduação, utilizei a expressão "perdição nos subúrbios" no título "A perdição nos subúrbios: as reformas urbanas do Rio de Janeiro e o distrito de Irajá nas páginas do *Echo Suburbano*", após constatar uma série de notícias que atribuíam a alcunha de destruidores dos "costumes suburbanos" às pessoas que foram expulsas de suas habitações no centro carioca durante as reformas supracitadas. Esta constatação me levou a identificar a ausência de debates acerca da dinâmica racial nos subúrbios da cidade e a apontar, nas considerações finais do TCC, a importância de se explorar mais a fundo a temática para uma melhor compreensão da formação do Rio de Janeiro. Esta iniciativa também permitiu destacar a importância de estudos que centralizassem outros espaços que não o "Rio das novelas", que criaram por décadas a ilusão de uma cidade vivida apenas na orla das praias da Zona Sul.

As suspeitas sobre os potenciais de elaboração de pesquisas com a temática racial nos subúrbios foram confirmadas durante a defesa do TCC, da qual o professor Leandro Mendonça fez parte. Além de apontamentos e indicações de leitura pertinentes ao trabalho, a importância dessa abordagem, assim como a escassa produção focada nessa temática foram destacadas por Mendonça. Dessa forma, as bases do que foi apresentado como projeto de mestrado no curso de Relações Étnico-Raciais foram estabelecidas a partir desse diálogo.

Reconhecendo as diversas limitações da produção realizada na graduação (finalizada em pouco mais de quatro meses), me concentrando primariamente na análise documental de notícias do periódico *Echo Suburbano* publicadas no ano de 1911 como fontes históricas, e partindo de uma breve contextualização histórica da cidade a partir das reformas urbanas, a necessidade de um maior aprofundamento teórico e contextual se fez evidente.

A quebra de dois paradigmas fundamentais da sociedade brasileira oitocentista – a escravidão e a monarquia – nos últimos anos do século XIX, me levam a não desprezar a correlação entre Abolição, República e a consolidação dos valores da

modernidade brasileira, que se materializaram na configuração urbana das cidades e, entre elas, o Rio de Janeiro, distrito federal da República e foco deste trabalho.

Ainda que a cidade já tivesse sofrido transformações consideráveis no decorrer do século XIX, a partir da transmigração da família real portuguesa, as inspirações urbanísticas de grandes cidades ocidentais e das reformas urbanas parisienses conduzidas pelo barão de Haussmann, o cenário político brasileiro e a renovação de um projeto de país baseado no embranquecimento de sua população afetaram diretamente a paisagem urbana carioca. Em resumo, o plano era “desruralizar” e “desafricanizar” a cidade (Cruz, 2021).

As novidades (pseudo)científicas da biologização das raças, que começaram a ganhar espaço para além das esferas intelectuais e a tomar forma no debate público, sustentavam no racialismo a diferenciação das raças humanas, elegendo a raça branca como superior em todos os aspectos (Munanga, 2003) que determinaria os indivíduos aptos a prosperar em uma sociedade moderna através de valores como civilidade, inteligência, temperança emocional, espírito empreendedor, citando alguns exemplos. No espectro oposto, as raças negra e indígena – em especial a raça negra, pela sua predominância na população brasileira – supostamente representariam todo um conjunto de valores negativos, opostos aos requeridos para o progresso da nação, sendo considerados preguiçosos, bêbados, imorais, degenerados, insalubres e criminosos.

No contexto do pós-Abolição, da instituição de um regime republicano, e de uma dinâmica socioeconômica capitalista que se quer fazer “moderna” nos padrões europeus, a cidade do Rio de Janeiro passou por um processo radical de urbanização, que afetou em especial as camadas mais pobres de sua população com os diversos processos sistemáticos de “saneamento” da cidade a partir da década de 1890. Por *saneamento*, considero o processo de demolição das habitações populares predominantes na cidade carioca sob a justificativa de uma intervenção higiênica - primeiramente os cortiços, que chegaram a abrigar cerca de 50% da população carioca no decorrer do século XIX (Sodré, 2002) e, posteriormente, as habitações precárias existentes nas encostas acidentadas dos distritos centrais cariocas, que viriam a ser conhecidas popularmente mais tarde como *favelas*. Nas reformas urbanas realizadas no início do século XX, a “Paris dos Trópicos” se tornou uma obsessão dos agentes políticos, e as camadas mais pobres da população se tornaram um empecilho para a sua concretização.

O “carro do progresso” brasileiro, então, avançou pelas vias do centro carioca, assim como os bondes de tração animal avançavam pelas ruas da cidade e, da mesma forma que o popular meio de transporte da época, não o fez sem deixar suas vítimas[1]. O processo sistemático de cerco aos cortiços e favelas da cidade agravou o problema do déficit habitacional, que já se fazia presente na cidade desde o período colonial. Com a débil ação dos poderes públicos para a superação desse déficit – visto que a construção de vilas proletárias e habitações populares foram poucas e insuficientes – a migração desse contingente para áreas suburbanas da cidade se apresentou como possibilidade, facilitada pelo aumento substancial na oferta de serviços de passageiros a partir do último terço do Século XIX.

Vale destacar que essa não era, para grande parte da população, a solução ideal, tendo-se em vista que as oportunidades de trabalho se concentravam predominantemente nas áreas centrais da cidade, e o deslocamento por transporte ferroviário, ainda que facilitado, representava um custo com o qual esse contingente vulnerável precisava arcar de alguma forma. Logo, ainda que constantemente ameaçados pelas ações dos Departamentos de Polícia, Higiene e Ordem Pública, foram expressivos os contingentes de habitantes mais pobres da cidade que preferiram permanecer nos cortiços e favelas ainda não saneadas das áreas centrais da cidade. Campos (2010) aponta que, nesse período, as populações negras da cidade (que representavam uma parcela considerável dos ocupantes desses modelos populares de habitação) viviam em uma constante diáspora, dadas as dificuldades materiais de assentamento em uma região da cidade, seja pela necessidade de estar sempre em busca de oportunidades de trabalho, seja pela dinâmica de loteamento da cidade e de seus subúrbios, que fazia do Rio de Janeiro uma cidade de locatários, e não de proprietários residenciais. Dessa forma, ficavam sujeitos a mudanças arbitrárias nos valores de seus aluguéis e da especulação imobiliária carioca. Ainda assim, é perceptível o aumento da população na cidade a partir de 1890, em especial em suas áreas suburbanas.

Miyasaka (2011), com base em relatórios de recenseamento da Diretoria Geral de Política Administrativa, Arquivo e Estatística e do Ministério de Indústria, Viação e Obras Públicas, aponta que, no período entre 1890 e 1906, o distrito suburbano de Irajá teve um aumento percentual de população de 109%, inferior apenas aos distritos do

[1] Tanto nas crônicas quanto nos noticiários que recheavam os periódicos da cidade à época, eram frequentes os relatos de acidentes relacionados aos bondes de tração animal. Sejam atropelamentos ou descarrilamentos resultantes do excesso de velocidade dos condutores, foram numerosas as vítimas desse meio de transporte na cidade do Rio de Janeiro.

Engenho Novo (126%), Engenho Velho (147%), Gávea (177%) e Inhaúma (293%). Ainda que em valores absolutos isso representasse um acréscimo de pouco mais de 14 mil novos habitantes – que correspondeu a um acréscimo populacional absoluto inferior, por exemplo, ao do distrito da Glória, que teve um aumento populacional de cerca de 15 mil habitantes – importa destacar que, dos distritos aqui apontados, Irajá era o mais distante do núcleo urbano da cidade. A título de comparação, as distâncias aproximadas entre as matrizes de três distritos suburbanos – do Engenho Novo, Inhaúma e Irajá – e a Praça Tiradentes no Centro são, respectivamente, de 10 km, 14 km e 25 km[2]. Além disso, o acréscimo de 14 mil pessoas ao distrito é equiparável às estimativas referentes ao incremento populacional da transmigração da família real portuguesa no início do século XIX. Dessa forma, não se pode desprezar o impacto que esse aumento teve materialmente nas configurações espacial e populacional do distrito de Irajá. Outro ponto de destaque se refere à composição da população dos distritos suburbanos antes das reformas urbanas do Século XX:

> Com a inauguração da E. F. Dom Pedro II[3], os espaços entre a estação do Centro e a última estação existente até 1890, localizada em Cascadura, foram progressivamente ocupados, o que permitiu o surgimento de diversos bairros e o deslocamento inicialmente de uma população com empregos mais estáveis e remuneração mais elevada, como funcionários públicos, civis e militares, profissionais liberais e comerciantes (Mendonça, 2011, p. 28).

Nos anos seguintes à expansão dos transportes e da ocupação das áreas suburbanas por este contingente de trabalhadores mais estáveis, eventos como o cerco aos cortiços de Barata Ribeiro e as reformas urbanas do início do século XX enviaram aos subúrbios um contingente considerável de habitantes com condições mais precárias de vida e de acesso ao trabalho.

Logo, parto da hipótese de que as reformas urbanas da década de 1900, realizadas por Pereira Passos e Rodrigues Alves, modificaram a composição das populações suburbanas, em especial daqueles mais distantes do centro urbano do Rio de Janeiro – como Irajá e Inhaúma, por exemplo – podendo ter causado um conflito de

[2] Ainda que não apresente exatamente os mesmos trajetos utilizados no início do século XX, de forma a estimar a diferença de distância entre os distritos, realizei uma simulação de trajeto a partir da ferramenta *Google Maps*. Foram utilizadas como referências as matrizes de Nossa Senhora da Conceição do Engenho Novo, São Tiago de Inhaúma e Nossa Senhora da Apresentação de Irajá. Para o ponto de referência do Centro, foi utilizada a Praça Tiradentes, marco sugerido pelo *Google Maps*.

[3] Durante o período republicano, a ferrovia viria a ser renomeada como Estrada de Ferro Central do Brasil.

viés racial entre os antigos e os novos habitantes da região. Considerando que as populações expulsas das áreas centrais da cidade (a partir dos planos de saneamento dos cortiços em 1890 até as reformas urbanas da década seguinte) eram compostas predominantemente por pessoas negras anteriormente residentes nas áreas da Gamboa e Saúde, a **"**perdição" apontada no *Echo Suburbano* aparenta apresentar construção narrativa similar à empregada na imprensa carioca nos noticiários criminais referentes ao morro da Favella[4].

Outra hipótese proposta é a de que as reformas urbanas, e as relações entre estes grupos distintos de habitantes, foram potencializadoras da formação das várias favelas dos subúrbios cariocas, visto que o custo de vida nessa região aumentou, consequência tanto das reformas nas áreas centrais da cidade e do aumento de sua população, quanto da ausência de políticas públicas que contemplassem satisfatoriamente as necessidades habitacionais geradas pelo próprio poder público através das reformas urbanas. Esta hipótese é justificada pelo fato de, no último terço da década de 1900, se fazer presente na imprensa carioca a denúncia de uma "nova favella", ou uma "sucursal da favella", em uma área adjacente ao bairro de Madureira chamada de Dona Clara, parte da antiga Fazenda do Campinho. "D. Clara", como era denominada na imprensa, passou a receber o mesmo tratamento negativo empregado aos morros do Livramento, Favella e Providência, considerados espaços de degeneração moral, propagadores de doenças e lar dos criminosos mais notórios da cidade.

O objetivo geral deste trabalho é investigar as formas pelas quais os processos de reformas urbanas republicanos afetaram as dinâmicas racial e social da composição populacional do distrito suburbano de Irajá, com recorte específico para a população negra migrante.

Acerca dos objetivos específicos, busco: (a) investigar, através das fontes disponíveis (os periódicos suburbanos e colunas temáticas suburbanas em jornais com maior escala de circulação, oriundos das áreas centrais da cidade) a natureza das relações entre estes dois grupos que se encontram nos subúrbios cariocas (moradores antigos pertencentes a uma classe de trabalhadores mais estáveis - como militares, comerciantes e advogados - e moradores novos expulsos das áreas centrais da cidade); (b) identificar se havia, de fato, tensão ou conflito racial na forma como estes novos

[4] No início da década de 1900 era comum na imprensa e nos relatórios oficiais a utilização da palavra "favella". Gradualmente, a palavra passa a ser substituída pela atual palavra, "favela", nos anos seguintes.

moradores dos subúrbios foram recebidos por quem já morava na região, pela imprensa regional e por seus mais influentes membros. Complementarmente, pretendo (c) estimar o impacto destas relações na formação das favelas suburbanas, com maior atenção à região do Distrito de Irajá, a partir do destaque conferido à região de Dona Clara na imprensa, denominada como "sucursal da favella" em diversos momentos.

Pretendo analisar as fontes levantadas (periódicos publicados entre 1900 e 1920) que de alguma forma noticiaram os subúrbios cariocas. A princípio, o *corpus* da pesquisa é constituído das edições presentes na Hemeroteca Digital do *Echo Suburbano,* da *Tribuna Suburbana* e do *Jornal Suburbano* datadas entre os anos de 1910 e 1911, e publicados no bairro de Madureira. Complementarmente, levantarei também notícias de jornais que circulavam nas áreas centrais da cidade, como *A Tribuna* e *O Século*, por possuírem colunas temáticas específicas para notícias referentes aos subúrbios. A partir de leituras iniciais das fontes levantadas, percebe-se uma linguagem hostil aos novos moradores da região do distrito de Irajá, complementada com diversas notas publicadas em jornais de grande circulação, como *A Tribuna*, indicando a preocupação dos jornalistas na disseminação de novas favelas na cidade e apontando a região de Dona Clara - contígua a Madureira e subordinada administrativa à época ao distrito de Irajá - como uma "sucursal" da Favella. Considerando o tratamento hostil que, já nos primeiros anos do século XX, era reservado para se referir aos morros da região da Gamboa e da Saúde e a seus moradores, a análise destas fontes se propõe a identificar similaridades no tratamento dispensado aos moradores de ambos os espaços (Gamboa e Saúde no Centro, Dona Clara nos subúrbios).

É importante, também, refletir sobre a utilização de textos publicados em periódicos como fontes primárias de pesquisa historiográfica, destacando-se, entre vários aspectos, a imparcialidade e a seletividade do que se considera uma notícia, além de a quem, de fato, era outorgado na época o status de jornalista, visto que não se pode desprezar a força legitimadora da imprensa na virada do século nos assuntos que mobilizavam a opinião pública. Ainda assim, destaco que estas fontes podem ser importantes bases de análise dos contextos em que foram publicadas, quando realizados os devidos cuidados. Além disso, apontaremos uma questão adicional no trato de acervos digitais como fontes históricas, visto que foi este o processo utilizado para acesso às fontes levantadas nesta dissertação.

Analisando a imprensa como organizadora, seletora e difusora de notícias que serão lidas como "verdade", e a partir da prerrogativa de que a imprensa não é neutra

ou isenta –a posição social e as ideologias dos agentes envolvidos direcionam seus discursos – podemos reconhecer a complexidade do tratamento das matérias de jornal como fontes históricas.

Partindo dos procedimentos da pesquisa bibliográfica, de forma a compor um *corpus* teórico e referencial sobre os principais temas desta dissertação – racismo, urbanização e suburbanização – por meio de artigos, dissertações, teses e livros que possam auxiliar na pesquisa, escolhi a metodologia de análise documental[5] como base para investigação dos periódicos selecionados. A metodologia da análise documental, segundo desenvolve Cellard, foi escolhida pela possibilidade de leitura das fontes por meio dos contextos históricos, das trajetórias individuais de seus emissores e quem eram seus receptores.

Para conferir o devido destaque à espacialidade suburbana (e a Irajá, de forma específica), inicio a dissertação com o primeiro capítulo, intitulado "Diálogos Suburbanos". O nome do capítulo serve como demarcador da temática central da obra e, também, como homenagem a pesquisadores também originados dos subúrbios cariocas que me precederam e publicaram, em 2019, um livro homônimo., Após anos de pesquisas e de mobilizações nos âmbitos acadêmico e cultural – inclusive por outros grupos e coletivos, como IHGBI (Instituto Histórico e Geográfico da Baixada de Irajá), Subúrbio em Transe, Memórias do Subúrbio Carioca, Loucura Suburbana e 100% Suburbano – buscavam resgate, visibilidade e valorização dos subúrbios cariocas.

No subtópico 1.1, intitulado "Irajá e a cidade do Rio de Janeiro: das sesmarias aos distritos suburbanos", busco apresentar alguns estudos prévios sobre o distrito de Irajá, com uma revisão historiográfica – atravessando os períodos colonial, imperial e republicano – desde as primeiras sesmarias da cidade, passando pelas freguesias e chegando, enfim, ao modelo distrital de organização administrativa do início do Século XX.

No subtópico 1.2, intitulado "Os subúrbios cariocas", apresento os desafios de uma visão pormenorizada nos estudos sobre os subúrbios cariocas. Partindo de correspondências sobre o termo em dicionários e de uma breve análise comparativa com outras experiências suburbanas – como a francesa e a estadunidense –, somadas a produções acadêmicas sobre a cidade do Rio de Janeiro e suas cercanias, busco uma

[5] Mais detalhes referentes à metodologia e seus procedimentos encontram-se no terceiro capítulo desta dissertação.

construção panorâmica sobre a formação e expansão dos arrabaldes[6] cariocas. Durante a segunda metade do século XIX, as estradas de ferro em expansão e sua consolidação como meio de transporte facilitaram em grande medida a ligação entre o núcleo urbano da cidade e suas áreas rurais e suburbanas.

Em especial, viabilizaram a expansão da ocupação dessas regiões (em um primeiro momento) por habitantes com ocupações mais estáveis, como servidores públicos, militares e profissionais liberais, chamados ironicamente pelo escritor Lima Barreto de "aristocracia suburbana". Alguns destes moradores, posteriormente, mobilizaram através de periódicos escritos e impressos nos subúrbios cariocas diversas de suas demandas, como representação política e melhorias na infraestrutura dos distritos em que residiam.

No segundo capítulo, intitulado "Raça, classe e cidade no Brasil da Primeira República", parto de uma análise inicial do Congresso Universal das Raças e sua importância simbólica no contexto nacional da época. A centralidade do debate racial do Congresso é seguida pelo subtópico 2.1, intitulado "Raça: 'loucura codificada' e realidade social". A título de clareza e de demarcação política do debate acadêmico na área das Relações Étnico-Raciais, analiso a construção histórica de "raça" de forma a contrapor quaisquer argumentos de seu caráter biológico pseudocientífico. A partir das contribuições de Kabengele Munanga e Octavio Ianni, aponto uma breve historiografia da ideia de raça nos últimos séculos e sua constante transformação retórica, que sempre se fez para ajustar-se às tendências científicas e/ou intelectuais dos grupos hegemônicos ocidentais.

Partindo de bases teológicas até uma vertente pretensamente biológica, a "loucura codificada" mencionada por Achille Mbembe, que constitui os alicerces da hierarquização racial, característica dos períodos colonial e neocolonial, serve como ponto de partida para o debate da formação da nação brasileira e de seus cidadãos, visto que não podemos desprezar suas influências na construção intelectual do país.

Tais influências serão debatidas no subtópico 2.2, "Cidade e Modernidade", que analisa, a partir de Muniz Sodré e Rafael Cardoso, a construção de uma "modernidade brasileira" e sua centralidade na formulação de um novo projeto de país e da cidade carioca. Revestida pelos ideais de progresso, civilização e modernização, palavras como "saneamento", "urbanização" e "salubridade" passam a ocupar espaços

[6] Palavra originária do árabe *ar-rabad,* utilizada nessa pesquisa como sinônimo de *subúrbio*. Porém, em alguns periódicos da época e na tese de doutorado de Cristiane Miyasaka (2016), *arrabalde* e subúrbio são identificados como espacialidades distintas.

significativos do debate público, culminando na popularização da máxima “O Rio civiliza-se”, proclamada por Alberto Figueiredo Pimentel no contexto dos “bota-abaixo” das reformas Pereira Passos, no decorrer da década de 1900. Na perspectiva racial desse período histórico, a pintura *A Redenção de Cam* (1895) de Modesto Brocos ilustra os rumos que o projeto de país seguirá no seu trato com as populações negras, mestiças e indígenas: a “redenção” da “mácula” da miscigenação, tomada como um dos impeditivos do progresso da nação. Nesse ponto, analiso a ideologia do branqueamento e os debates eugenistas que ocuparam vários espaços das esferas intelectuais e políticas nacionais. Debato, também, o processo de urbanização da cidade a partir de Henri Lefebvre e do geógrafo Maurício de Almeida Abreu, de forma a compor um argumento sobre três processos de transformação da cidade na segunda metade do século XIX – urbanização, industrialização e suburbanização – que possam operar simultaneamente com os debates racial e ideológico da época. Abreu também nos fornece base teórica para a construção desta dissertação através de suas reflexões sobre o conceito de formação social elaborado por Milton Santos.

No subtópico 2.3, “Relações raciais e a questão urbana no Rio de Janeiro” pretendo tensionar a questão racial a partir das obras de diversos autores pertinentes à temática: *O negro no Rio de Janeiro: relações de raças numa sociedade em mudança* de Costa Pinto, *Preconceito de marca: as relações raciais de Itapetininga* de Oracy Nogueira, *A integração do negro na sociedade de classes* de Florestan Fernandes, *Sociologia do negro brasileiro* de Clóvis Moura e *Uma história feita por mãos negras* de Beatriz Nascimento, além de estudos mais recentes como *Do quilombo à favela: a criação do “espaço criminalizado” do Rio de Janeiro* de Andrelino Campos, e *De Madureira a Dona Clara: suburbanização e racismo no Rio de Janeiro no contexto pós-emancipação* de Alline Torres Cruz. Seja a questão racial tensionada a partir das perspectivas da formação social brasileira, ou suas repercussões na ocupação territorial do país (a partir das obras de Costa Pinto, Oracy Nogueira, Renato Emerson dos Santos e Andrelino Campos), o levantamento bibliográfico dessa produção ao longo do tempo se faz necessário para o entendimento das relações entre as classes dirigentes da nação e as classes menos privilegiadas, sem abandonar o importante debate de classes, mas dando destaque às questões raciais que permeiam as tensões sociais do Brasil.

Finalizando o segundo capítulo, no subtópico 2.4, “Cortiços, favelas e subúrbios”, pretendo analisar historicamente formas de habitação popular da cidade do Rio de Janeiro, partindo dos cortiços cariocas do centro da Corte característicos do século XIX,

ao processo de suburbanização da cidade e aos primórdios do processo de favelização carioca. Os cortiços (que, resumidamente, eram aglomerados de minúsculas habitações coletivas alugadas, mais próximos de dormitórios que de residências) e as favelas (habitações precariamente construídas a partir de tábuas e restos de madeira e latas de querosene nas encostas acidentadas da cidade, cujos terrenos à época possuíam pouco valor para a especulação imobiliária) abrigaram entre os séculos XIX e XX um grande contingente dos diversos grupamentos sociais menos privilegiados da cidade, entre negros livres, libertos e de ganho, estivadores, operários fabris e vendedores ambulantes, migrantes nordestinos e imigrantes ibéricos, veteranos combatentes do Paraguai e de Canudos. Estes espaços foram notadamente estigmatizados como vetores de doenças e lar das "classes perigosas" da cidade, tendo sua alcunha de risco à moral e à saúde da cidade transplantados com seus habitantes na expansão dos transportes ferroviários em direção aos subúrbios cariocas.

No terceiro capítulo, intitulado "Imprensa como fonte e periodismo suburbano", realizo uma problematização da imprensa e dos arquivos digitais como fontes de pesquisa, através de um resgate bibliográfico da História da imprensa no Brasil (desde sua fundação no início do século XIX até sua ampla difusão nos primeiros anos do período republicano). Mais especificamente, no subtópico 3.1., intitulado "Tudo pelo subúrbio!': periodismo suburbano na Primeira República", concentro-me na historiografia do periodismo suburbano carioca, desde suas motivações (a tentativa de pluralizar os discursos sobre a região propagada pela imprensa "central" e a luta pelos "interesses" suburbanos) até seus mais conhecidos atores (como os jornalistas Pinto Machado do *Echo Suburbano* e Xavier Pinheiro d'*O Subúrbio*) na sua ativa militância em nome de uma "causa suburbana", pensando não apenas sobre quem se propunha a disseminar essa mensagem, mas também em seus receptores. Quem eram os suburbanos que liam e escreviam sobre seus lugares de moradia?

No quarto e último capítulo, intitulado "A perdição nos subúrbios", aponto as mudanças populacionais ocorridas no distrito de Irajá entre os recenseamentos de 1890 e 1940, de maneira a verificar sua composição racial e os índices de instrução da região no intervalo de 50 anos entre as pesquisas. Em seguida, analiso os periódicos *Jornal Suburbano* e *Echo Suburbano* – produzidos em Madureira, no ano de 1911 – por meio de todo o contexto histórico apresentado nos capítulos anteriores, na tentativa de promover um debate sobre a história dos subúrbios cariocas pela perspectiva das relações étnico-raciais, tendo como ponto central uma série de matérias publicadas no *Echo Suburbano* que se referiam a uma "perdição nos subúrbios".

# 1. “Diálogos suburbanos”

“Sem o subúrbio correndo nas veias eu teria ficado *à Bangu*.”
(Joaquim Ferreira dos Santos, prefácio do *Dicionário da Hinterlândia Carioca*, 2012)

A reflexão sobre os subúrbios cariocas não é, atualmente, um ato solitário: as pesquisas suburbanas vêm ganhando, nas últimas décadas, espaço e relevância. São vários os grupos e coletivos, acadêmicos ou não, que buscam o resgate e a propagação da História e da cultura suburbanas, utilizando de vários meios – sejam eles publicações *online,* livros, artigos acadêmicos e produções audiovisuais, como filmes e documentários.

Em 2011, o Coletivo IHGBI (Instituto Histórico e Geográfico da Baixada de Irajá), fundado em 2006, começou uma importante mobilização na busca por pesquisas – interdisciplinares no âmbito acadêmico, assim como contribuições externas ao âmbito acadêmico, como crônicas, relatos de memória e produções literárias – que pudessem conferir destaque aos debates suburbanos. Na primeira edição da *Resenha Digital*[7] do IHGBI, Gilson Buarque de Gusmão aponta os objetivos do grupo:

> Pretensiosa iniciativa que abraçamos. A criação do INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DA BAIXADA DE IRAJÁ – IHGBI irá resgatar a memória adormecida dessa imensa região denominada Baixada de Irajá. Consequência da soma de ideias de um grupo de moradores que a partir de um fato foi surpreendido pela intenção oficial, em atenção a um chamado do progresso, que estudava a demolição de um prédio representativo da cultura local, adormecido sabe-se lá o motivo, do histórico CINE VAZ LOBO.
> As ideias foram disseminadas. Outros somaram. E, com eles, sugestões de aproveitamento do prédio como centro cultural onde seria o berçário de fatos e documentos da rica história dessa região e de nossa cidade, onde IRAJÁ desponta estrategicamente.
> Pelos seus caminhos, gerações construíram a história que, entre outras, agora completam-se mais de quatro séculos, cujos detalhes descritos nessa 1ª edição da RESENHA DIGITAL, aproveitando os meios tecnológicos em mãos, divulgaremos para o mundo via INTERNET, o espaço riquíssimo de momentos da construção de uma cultura local singular, que abrange além de IRAJÁ, mas de uma dezena de outros bairros formando a BAIXADA.
> A cada número, um pouco de nossa história. Será essa a nossa contribuição. Potencial nós temos. Historiadores, geógrafos, arquitetos, professores somam-se com seus conhecimentos nesse resgate histórico.
> É a recuperação do que temos adormecido. Do que fomos. Do que construímos. Aos que tomam dessa nossa RESENHA fazemos um convite quase intimação. Venham até nós. As portas estarão sempre abertas![8]

[7] Disponível em: <https://resenha-digital-ihgbi.blogspot.com/2011/>.
[8] *Dos caminhos da História,* Resenha Digital - Ano 1, nº 1.

A abrangência da pesquisa também foi explicitada, identificando o que seria a Baixada de Irajá: “Pesquisa, preservação, memória e divulgação do patrimônio e conhecimento multifário dos 38 bairros da primeira grande área suburbana da cidade do Rio de Janeiro”[9]. Os bairros dos subúrbios cariocas listados são: Acari Anchieta, Barros Filho, Bento Ribeiro, Brás de Pina, Campinho, Campo dos Afonsos, Coelho Neto, Colégio, Cordovil, Costa Barros, Deodoro, Guadalupe, Honório Gurgel, Irajá, Jardim América, Jardim Sulacap, Madureira, Marechal Hermes, Olaria, Oswaldo Cruz, Parada de Lucas, Parque Anchieta, Parque Columbia, Pavuna, Penha, Penha Circular, Ricardo de Albuquerque, Ramos, Rocha Miranda, Turiaçu, Vaz Lobo, Vicente Carvalho, Vigário Geral, Vila da Penha, Vila Kosmos, Vila Valqueire e Vista Alegre.

Na agenda da primeira edição, foram apresentadas participações em diversos eventos em 2010 e 2011, centrados principalmente na preservação do Cine Vaz Lobo, que à época corria o risco de demolição pelo projeto inicial do BRT Transcarioca. Juntamente com a associação de moradores de Vaz Lobo, o IHGBI encampou uma luta ávida pela alteração do projeto, de forma a preservar o prédio histórico do bairro, que por fim acabou sendo preservado por uma posterior alteração do trajeto do corredor de ônibus.

Curiosamente, com as obras que, inicialmente, destruiriam um importante marco histórico de Vaz Lobo, foram encontrados durante as obras de reconstrução das estradas em frente ao cinema os trilhos do bonde (Figura 1) que ligava Madureira a Irajá, passando por Vaz Lobo, no começo do século XX.



Figura 1 – Trilhos de bonde encontrados durante as obras do BRT

*Fonte:* “Obra do BRT revela trilhos do bonde e leva nostalgia e esperança a Vaz Lobo”. Extra Online, 22/05/2013. Créditos da Foto: Guilherme Pinto

[9] *Instituto Histórico e Geográfico Baixada de Irajá – Em formação* - Ano 1, nº 1.

Ainda que a proposta da *Resenha Digital* não tenha seguido adiante – visto que no *blog* do coletivo existem apenas três edições publicadas entre 2011 e 2012 e duas edições de um caderno de crônicas datados de 2020 –, a atividade do IHGBI ainda é marcante fora do mundo digital, na participação em eventos e na divulgação de pesquisas e trabalhos que visam a valorização dos subúrbios cariocas, inclusive em coparticipação com outros coletivos suburbanos, como o *Subúrbio em Transe*.

O Subúrbio em Transe – idealizado e fundado em 2007 pelo geógrafo e cineasta Luiz Cláudio Motta Lima – tinha como proposta, inicialmente, "a exibição de sessões diversas, contemplando clássicos do cinema nacional e estrangeiros" (Cardoso, 2023) Em adição, o grupo mobilizou-se para a divulgação de um projeto cinematográfico intitulado *Alma Suburbana,* um

> [...] longa metragem com cerca de 70 minutos, [que] retrata o subúrbio carioca através da cultura para mostrar a existência desse interesse. Faltam: acesso e oportunidade. Sobram: vontade e motivação. Situações mostradas através da música, dança, literatura e cinema, e manifestações culturais diversas[10].

A proposta do Subúrbio em Transe é a valorização e divulgação dos subúrbios cariocas através do cinema, com cineclubes mensais e eventos conjuntos, até 2013, com a CASARTI (Casa do Artista Independente), em Cordovil e, posteriormente com a Lona Cultural João Bosco, em Vista Alegre.

No que se refere a grupos com notável participação no mundo digital pelas redes sociais, a página Memórias do Subúrbio Carioca se destaca pela quantidade, longevidade e qualidade das suas publicações de resgate da história suburbana, a partir de acervos públicos imagéticos e audiovisuais, principalmente do Arquivo Nacional. Em sua página do *Instagram*, são encontradas ,até 2023, cerca de 840 publicações – entre fotos (Figura 2) e vídeos, predominantemente das décadas de 60 e 70 – que divulgam ruas e prédios (existentes e já extintos) que formam, em conjunto, um mosaico histórico das áreas suburbanas do Rio de Janeiro.

[10] *Alma Suburbana. O filme. Website* do Subúrbio em Transe, 23 de novembro de 2007. Disponível em: <https://suburbioemtranse.blogspot.com/2007/11/alma-suburbana-o-filme.html>.




Figura 2 – Foto da rua Jucari, Irajá (1963)

*Fonte:* Facebook da Memória do Subúrbio Carioca, 7 de março de 2023. Disponível em: <*https://www.facebook.com/photo.php?fbid=534173648826198&set=pb.100067007029925.-2207520000.&type=3*>.

Com participação predominante, também, nas redes sociais e na internet, a iniciativa Tem no Subúrbio "[...] surgiu em 2019 como uma agenda cultural periférica no Rio de Janeiro, e tem como objetivo fortalecer a construção da identidade suburbana em suas mais variadas formas de expressão, a partir da sua própria potência"[11]. Em um manifesto publicado no seu site oficial, os propósitos do Tem no Subúrbio são claros:

> A ideia de subúrbio geralmente vem ligada ao que não tem lá. Enquanto os centros das grandes cidades tendem a concentrar serviços, oportunidades, programas e atividades urbanas diversas, o subúrbio vem como sua oposição. Relacionado a espaços pobres e carentes de serviços e direitos, de maneira cada vez mais marcante na medida em que avançamos para as periferias.
> Essa construção de cidade tem privilegiado interesses específicos que são aproveitados apenas por uma parcela da população que reside próximo a esses centros.
> Pois viemos virar esse mapa ao avesso.
> [...] O direito de viver plenamente o espaço urbano e todas as possibilidades que ele pode oferecer sempre foi uma realidade distante para a grande maioria dos cariocas, principalmente nas regiões periféricas. Do lado de cá do túnel, longe dos cartões postais do Rio de Janeiro, sofremos com muitas ausências, seja de infraestrutura, lazer ou cultura.
> Compreender que temos direito à cidade é o caminho para buscarmos espaços públicos mais democráticos, igualitários e seguros para todos. Agora, mais do que nunca, devemos sonhar como devem ser as cidades que acolhem todas as pessoas e lutar para que elas passem a existir para todos também!

[11] *Quem Somos*. Disponível em: <https://www.temnosuburbio.com.br/#:~:text=O%20Tem%20no%20Sub%C3%BArbio%20%C3%A9,partir%20da%20sua%20pr%C3%B3pria%20pot%C3%AAncia>.

> Para questionar a realidade em que se vive, é preciso saber que outra realidade é possível.
> Desejamos enaltecer e impulsionar a produção da cultura suburbana. Shows, festas, saraus, exposições, apresentações. Das atividades mais tradicionais às mais inovadoras, originais e experimentais. Queremos expressar.
> [...] Queremos afirmar que o subúrbio carioca pode fortalecer ainda mais aquilo que possui. Por que cultura, arte, movimento... isso Tem no Subúrbio![12]

O bloco Loucura Suburbana desponta, também, como um veículo de promoção da sociabilidade suburbana através dos festejos carnavalescos e do combate aos estigmas e preconceitos referentes à saúde mental no Rio de Janeiro. O bloco foi:

> Criado em 2001, como parte do processo de desconstrução do modelo asilar do Instituto Municipal Nise da Silveira, o Bloco Carnavalesco Loucura Suburbana rompe os muros do hospício e resgata o carnaval de rua do Engenho de Dentro, reunindo usuários, familiares e funcionários da rede de saúde mental, além de moradores do bairro e adjacências, criando um movimento de integração com a comunidade, tendo como motivação a maior festa popular brasileira. Desde então, abre o carnaval do bairro, arrastando foliões contribuindo para transformar o preconceito contra a loucura em admiração, respeito e desejo de integrar-se.[13]

Ao longo de sua trajetória, ganhou diversos prêmios (Cultura e Saúde, Serpentina de Ouro, Ações Locais, Cultura de Redes, para citar alguns), passando a figurar como um Ponto de Cultura da cidade (em 2010) e recebendo, também, o título de Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial do Povo Carioca (em 2021):

> [...] constituiu-se no primeiro Ponto de Cultura em saúde mental da cidade do Rio de Janeiro, com apoio da SEC/RJ: 'Ponto de Cultura Loucura Suburbana: Engenho, Arte e Folia', passando a oferecer atividades permanentes abertas à população, gratuitas, que resgatam a memória do samba e do carnaval, a cidadania, incorporando a cultura aos dispositivos de saúde mental e a população ao criativo e inovador mundo da loucura. Funcionando em instalações do Instituto Municipal Nise da Silveira, dispõe ainda da Sala D. Ivone Lara, para espetáculos, Sala de Dança, Barracão de Fantasias, que recebe doações de fantasias desde a fundação do Bloco e que, durante o desfile, são emprestadas para os foliões, além de oficinas musicais, ateliê de fantasias e a Encantarte Editora.[14]

---

[12] *Manifesto*. Disponível em: <https://www.temnosuburbio.com.br/#:~:text=O%20Tem%20no%20Sub%C3%BArbio%20%C3%A9,partir%20da%20sua%20pr%C3%B3pria%20pot%C3%AAncia>.

[13] *O Ponto de Cultura Loucura Suburbana*. Disponível em: <https://www.loucurasuburbana.org/historia>.

[14] Idem.

Adicionalmente, se dedicado à divulgação e valorização do Choro e da memória, arte e cultura do subúrbio carioca, o Instituto Cultural Grupo 100% Suburbano, tem a presença destacada pela sua participação nos Trens do Choro – idealizados e realizados pelo coletivo a partir de 2013 (Carneiro, 2023) –, da Roda de Choro do Reduto Pixinguinha e na promoção de diversos eventos culturais realizados nas áreas dos subúrbios cariocas, tendo surgido em 2011 no bairro de Olaria (Carneiro, 2023). Suas atividades, inicialmente, concentravam-se no resgate e na valorização da memória suburbana em datas comemorativas como Natal e o Dia da Consciência Negra mas, percebendo como o Dia Nacional do Choro era pouco conhecido até mesmo pela população dos subúrbios cariocas, "o grupo passou a atuar em uma praça do bairro – Ramos Figueira [...], próxima ao local onde morou Pixinguinha (considerado o grande mestre do Choro) e próximo de onde reside o músico mais ilustre do local, conhecido como Zé da Velha" (Carneiro, 2023, p. 105), buscando, a partir de suas diversas atividades, a publicização da memória deste gênero musical e de uma identidade suburbano positiva.

Notável é, também, a atividade do grupo Guiadas Urbanas*,* que objetiva apresentar o Rio de Janeiro "além dos cartões postais":

> Nossa missão desde janeiro de 2013, é desenvolver um novo segmento do turismo que é o turismo cultural suburbano. Neste segmento trabalhamos os conceitos urbanísticos de subúrbio, favela e suas culturas. Sendo assim, todo passeio turístico acontece com foco nos atributos locais que são resultados de mapas mentais e afetivos do bairro e no fim do passeio promovemos o contato com a cultura popular, como a vivência em rodas de cultura popular e a visitação de espaços notáveis em práticas ligadas a educação cultural e ambiental.[15]

Por fim, em 2019 o Coletivo Diálogos Suburbanos*,* mobilizou uma série de reuniões mensais para centralizar discussões sobre os debates referentes à região. Com a efervescência desses diálogos, o Coletivo lançou um livro homônimo, com dez artigos que tinham como temática central os subúrbios da cidade do Rio de Janeiro. Em 2023, o Coletivo começou uma série de novas reuniões com o nome de *Novos Diálogos Suburbanos*, em conjunto com o *Programa de Extensão Museu Nacional Vive*, para continuar e expandir suas contribuições acerca da temática.

Até aqui, apresento um breve resgate da trajetória de alguns dos diversos coletivos, indivíduos e iniciativas que escolheram trilhar o mesmo caminho que eu, fascinados e interessados em desvelar a história do lugar em que nasceram e que vivem

[15] *Guiadas Urbanas*. Disponível em: <https://www.guiadasurbanas.com.br/sobre>.

(ou já viveram), e vários outros serão apresentados por seus trabalhos nos capítulos subsequentes. O ofício do pesquisador possui uma interessante ambiguidade, sendo percebido frequentemente como um trabalho solitário (especialmente no ato da escrita), ao mesmo tempo que parte de uma construção coletiva, de várias mãos ao longo de décadas e séculos. Quanto mais me aprofundo nos debates sobre os subúrbios da cidade, mais me aproximo de uma imensa teia de relações, produções e percepções de lugar que enriquecem os olhares para estes espaços e seu lugar na dinâmica citadina carioca. Por isso, humildemente agradeço a todos os pesquisadores que, como eu, se debruçaram sobre estes espaços, ainda secundarizados na historiografia do Rio de Janeiro.

Não apenas aos que já escreveram – desde antes de me tornar, também, um pesquisador suburbano – sobre Irajá, Inhaúma, Engenho de Dentro, Madureira, Quintino, Bangu e tantos outros bairros suburbanos que foram importantes na construção da cidade: agradeço, também, pelos *diálogos suburbanos* com alunas/os do projeto *Iniciativa Preta* – coletivo que visa o ingresso de alunas/os negras/os na pós-graduação, do qual faço parte como professor e, em 2023, como Coordenador de Cursos –, que me abriram os olhos para a importância da construção e resgate históricos das periferias cariocas.

Em especial, agradeço a Jéssica Pereira Couto, estudante do IFRJ (Instituto Federal do Rio de Janeiro), que me honrou com o convite de revisar seu Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado “A História Local para o ensino de histórias e culturas africanas e afro-brasileiras: A Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação de Irajá”, devido à afinidade de nossos temas de pesquisa. Esse contato foi instrumental para o amadurecimento de minhas referências bibliográficas sobre o período colonial de Irajá para a produção do subtópico a seguir.

### 1.1. Irajá e a cidade do Rio de Janeiro: das sesmarias aos distritos suburbanos

“É isso aí, ê Irajá
meu samba é a única coisa que eu posso te dar.”
(Nei Lopes, Samba do Irajá)

Acompanhar a história de Irajá é, também, acompanhar a história da cidade do Rio de Janeiro, em todas as suas contradições e complexidades. Sua ocupação colonial, ainda no século XVI, suas subsequentes divisões em outras células administrativas (novas freguesias no período colonial e imperial, e novos distritos no período

republicano), sua dinâmica comercial baseada especialmente nas redes fluviais e portuárias – em consonância com a ideia de *cidade flutuante* de Fridman (2017) –, e a presença de diversos fortes em sua região, estrategicamente posicionados para a defesa da cidade e de seu território colonial, apenas corroboram como Irajá foi, e é, partícipe da História da cidade do Rio de Janeiro.

Sobre o nome *Irajá*, existem algumas versões para sua origem, com maior ou menor grau de credibilidade, respaldadas ou não por fontes históricas. No *website* oficial da Paróquia de Nossa Senhora da Apresentação de Irajá, "na língua dos índios Mudurfas, 'Irajá', 'terra onde brota o mel'[16]. O nome "Mudurfas" aparenta ser um erro de digitação, sendo a palavra "Muduriás" – por constar em diversas reportagens e referências acadêmicas – mais plausível.

No *Dicionário da Hinterlândia Carioca*, Lopes (2012), aponta que o nome "[...] tem origem ameríndia, [...] no tupi *ira-yá,* o lugar do mel, a meleira – certamente, por ser o lugar por excelência das culturas apícolas indígenas" (p. 190). Na mesma direção, seguem os apontamentos de Couto:

> Sobre origem do nome Irajá, [...] ele está relacionado a existência de uma tribo pertencente aos Tupinambás, que residia as margens do Rio Irajá (que nessa época não pertencia a freguesia de Inhaúma, ainda inexistente) chamada Eiraiá, citada, inclusive, em uma documentação francesa de 1550. "Eira" em tupi significa tanto mel quanto abelha, e "Ia" está relacionado a abundância, o que demonstrava [...] a condição próspera da tribo em relação aos víveres, entre eles as abelhas e o mel (Couto, 2023, p. 27).

Outra versão, presente em diversas pesquisas acadêmicas, aponta para uma interpretação mais contextual do nome, correlacionando o processo de colonização e o contato com os povos indígenas da região: "Já nas décadas finais do século XVI, estava na Baixada de Irajá instalado os primeiros engenhos de açúcar, do qual, possivelmente pelo seu produto, receberia a região o seu nome. A expressão dos indígenas aos engenhos referidos, podem ser o 'Ira-ia-já', o lugar que faz mel" (Ferreira, 2018, p. 9). Dessa forma, os indígenas teriam chamado o local de Irajá pela sua integração na dinâmica colonial com a produção de cana-de-açúcar.

Nesse ponto, ainda que não sejam os objetivos desta obra, vale destacar um ponto que ainda carece de atenção nas pesquisas referentes não apenas aos subúrbios cariocas, mas à cidade do Rio de Janeiro como um todo: a necessidade da emergência

[16] *História da Paróquia*, no website oficial da Paróquia da Nossa Senhora da Apresentação de Irajá. Disponível em: <https://nsa21.org/paroquia/>.

da história e cultura dos povos originários e sua contribuição para a construção de nosso país. Ao observarmos os subúrbios do Rio, são diversos os exemplos de freguesias, distritos e bairros (Irajá, Turiaçu, Inhaúma, Tijuca, Copacabana, Ipanema, Acari, Jacarepaguá, Pavuna e Sapopemba, citando alguns dos diversos exemplos), além de ruas (apenas no bairro de Irajá, encontramos as ruas Baepina, Caiçara, Jucari, Tejupá, Caiabu, Anajás, entre outras) com nomes indígenas. Não apenas bairros e ruas, como o nome "carioca", ponto central da identidade da cidade, tem como base as contribuições dos nossos povos originários.

Voltando ao território de Irajá, inicialmente, "em meados do século XVI, foi recebido por Antônio de França[17], que fundou o Engenho de Nossa Senhora da Ajuda[18], primeiro marco histórico dos bairros da região e concomitantemente dos subúrbios cariocas." (Dionísio, 2013, p. 2). Mais especificamente, "[...] já em 1568, o governador Salvador Correia de Sá e Benevides concedia a Antônio de França 1.500 braças[19] de terras em Irajá" (Lopes, 2012, p. 190).

Posteriormente, Irajá compôs uma extensa sesmaria nas áreas rurais do Rio de Janeiro, que compreendia, aproximadamente, o atual bairro de São Cristóvão até a região de Santa Cruz. Podem ser apontados como os primeiros posseiros das terras de Irajá "[...] o padre Antônio Martins Loureiro, fundador da Igreja da Candelária, e Gaspar da Costa, que coordenou a construção da Capela Barroca de Irajá, e cujo filho instituiu a Paróquia Nossa Senhora da Apresentação de Irajá" (Dionísio, 2013, p. 2). Uma sesmaria:

> [...] era uma subdivisão da capitania com o objetivo de que essa terra fosse aproveitada. A ocupação da terra era baseada em um suporte mercantil lucrativo para atrair os recursos disponíveis, já que a Coroa não possuía meios de investir na colonização, consumando-se como forma de solucionar as dificuldades e promover a inserção do Brasil no antigo Sistema Colonial (Diniz, 2005, s.p.).

Contextualizando a prática de concessões de terra aos sesmeiros na dinâmica colonial da época, as normas legais explicitam a centralidade do poder régio na prática:

> A antiga legislação portuguesa, com base em práticas medievais, determinava que fosse entregue a quem se comprometesse a cultivá-lo.

[17] Antônio de França foi "[...] um 'sesmeiro', dos mais antigos, que saiu da Capitania de São Vicente, com todo o aparato para povoar a região" (Ferreira, 2018, p. 6), inclusive com sua família. Por fim: "Podemos estimar que, em 1570, construiu e 'viveu' perto do 'baluarte d'El-Rei' no alto do morro, cujas posses foram herdadas pelo Colégio dos Jesuítas" (Ferreira, 2018, p. 6).
[18] Engenho criado na região do atual bairro da Penha, segundo o *Dicionário da Hinterlândia Carioca* (2012).
[19] Antiga unidade de medida, equivalente a 10 palmos, ou 2,2 m no Brasil.

> Quem a recebia, pagava uma pensão ao Estado. A Coroa dava então estas propriedades de sesmarias ou permitia as Câmaras a concessão, pagando o sesmeiro [o que as ficavam possuído], a Sexta parte dos rendimentos auferidos. A esta Sexta parte, chamou-se primeiramente a sesma e depois o sesmo [o sexto] (Rodrigues, 2012, p. 4).

Nas décadas seguintes às primeiras concessões de sesmarias a Antônio de França, "as áreas do chamado 'Campo de Irajá' [...] foram rapidamente transformadas em fazendas compostas por engenhos e inúmeras olarias, voltadas para agro-exportação do açúcar, sobretudo" (Dionísio, 2013, p. 3), apontando a presença da região na dinâmica econômica colonial. Em adição, a institucionalização da freguesia de Irajá "[...] teve relação com a necessidade de maior controle da área produtora de gêneros agrícolas destinados tanto ao abastecimento interno quanto ao mercado internacional. No decorrer do tempo, tornaram-se conhecidos engenhos como o Sacopema, o Portela e o Brás de Pina" (Melo; Mattoso, 2021, p. 6), sendo estes engenhos todos fundados na freguesia de Irajá.

O fato de, em 1613, um dos mais importantes marcos históricos da região – a capela de Irajá – ter sido construído, pode atestar o desenvolvimento da sesmaria que, anos depois, seria elevada ao status administrativo de *freguesia*[20]. Ainda que existam divergências entre a data de fundação da Freguesia de Nossa Senhora da Apresentação de Irajá[21], podemos apontar um intervalo plausível de 3 anos, com a fundação da freguesia "em 30 de dezembro de 1644 e confirmada pelo Alvará de 10 de fevereiro de 1647" (Silva, 2010, p.13). Irajá foi a terceira freguesia da cidade do Rio de Janeiro (antecedida pelas freguesias de São Sebastião e da Candelária), sendo à paróquia matriz "[...] anteriores somente as matrizes da Freguesia de São Sebastião e a de Nossa Senhora da Candelária" (Ferreira, 2018, p..3). Foi, também, a primeira fundada além dos seus limites urbanos, sendo posteriormente denominada como *freguesia rural,* posteriormente ressignificadas como os subúrbios da cidade. Por este motivo, é considerado o *berço dos subúrbios cariocas*[22].

[20] Unidade administrativa do período colonial, tendo uma paróquia matriz como centro.

[21] Diferenças referentes às fundações da matriz e da paróquia que, de acordo com registros históricos, foram, em determinado momento, espacialmente separados na freguesia. Logo, a paróquia e a matriz em Irajá existiram separadamente por certo período.

[22] Na página *Bairros Cariocas,* do *website* da Multirio (Empresa Municipal de Multimeios), o termo é justificado pela "[...] trajetória histórica colonial que confere a Irajá o status de 'berço dos subúrbios cariocas', ou de 'patriarca dos arredores', como já se referiu Antônio Rodrigues, poeta, trovador e fundador da Academia Irajaense de Letras e Artes (Aila)". DIsponível em: <https://www.multirio.rj.gov.br/index.php/reportagens/501-iraja-o-berco-do-suburbio-carioca>.

Contextualizando historicamente a região em relação às dinâmicas da colonização brasileira da época, destaca-se que:

> [...] para o cultivo e execução da empresa açucareira era necessário um certo número de trabalhadores como carpinteiros, oleiros, mestre de açúcar, possivelmente alguns homens livres e com certeza, muitos escravos nativos e africanos, logo a região se torna "repovoada" pela ordem mercantilista. Lembrando que esses "núcleos" [de regiões como Vicente de Carvalho, Campinho, Engenho do Portela e Pavuna] estavam centralizados na administração da Freguesia, isto é, no caso, da paróquia/matriz de Irajá. A criação da igreja portanto, está ligada ao processo da colonização portuguesa no século XVII e ao povoamento das capitanias do Sul, especificamente a capitania real do Rio de Janeiro (Ferreira, 2018, p. 7).

Adicionalmente: "A Igreja e seu local de fundação devem ser analisados no contexto do Antigo Regime, através da instituição do padroado, onde a fé católica era aliada do rei lusitano, estava encarregada da conversão dos índios e difusão da fé católica como componentes da colonização" (Ferreira, 2018, p..5). Esses fatos, dentre vários outros, podem nos ajudar a entender os processos de reconfiguração espacial que se seguiram.

Nas décadas seguintes à fundação da freguesia de Irajá, respondendo às dinâmicas de ocupação dos espaços rurais cariocas, a freguesia foi dividida em novas células administrativas: "[...] as terras de Jacarepaguá, Campo Grande, Inhaúma e Engenho Velho passaram a formar suas próprias freguesias tendo sido a primeira separada em 6 de março de 1661, a segunda em 1673, a terceira em 27 de janeiro de 1743 e a última em 1795" (Dionísio, 2013, p. 3). Importantes para a ocupação dos espaços rurais cariocas destas freguesias eram as questões logísticas e econômicas, que ditavam suas formas de ocupação: "No contexto econômico, os colonos investiram na criação de portinhos fluviais, engenhos, igrejas e capelas, em uma sociedade impulsionada pela economia açucareira no século XVII" (Ferreira, 2018, p. 5).

Estes diversos *portinhos fluviais* – entre eles o Porto de Irajá – conectavam as fazendas do interior da região carioca à região litorânea, ligando o campo à cidade. Logicamente, não devem ser desprezadas as estradas utilizadas pelos colonos, muitas delas anteriormente utilizadas pelos povos indígenas que ocupavam a região, mas as conexões pelos rios Irajá e Meriti – citando dois exemplos pertinentes a esta pesquisa – merecem destaque por facilitar a interiorização da expansão colonial em direção ao que atualmente chamamos de Zona Norte carioca. As conexões entre estes espaços do chamado Recôncavo da Guanabara e a região portuária do Rio de Janeiro através dos transportes fluviais levou à ideia de *cidade flutuante* de Fridman (2017):

> No Brasil Colônia, o porto do Rio de Janeiro, além de receber os portugueses que trouxeram sua língua, tradições e conhecimentos, e os escravos e sua cultura, intermediou as relações econômicas entre os engenhos de açúcar, as minas de ouro, as fazendas de madeira, de café e de gado e a produção dos gêneros alimentícios com a cidade e a Metrópole. [...] Como a cidade colonial brasileira constituía-se em um espaço urbano subordinado à sua hinterlândia, isto é, seus arredores em termos de área de influência, esta concepção de território nos remeteu aos portos existentes no Rio de Janeiro e em parte do seu termo (Fridman, 2017, p. 83).

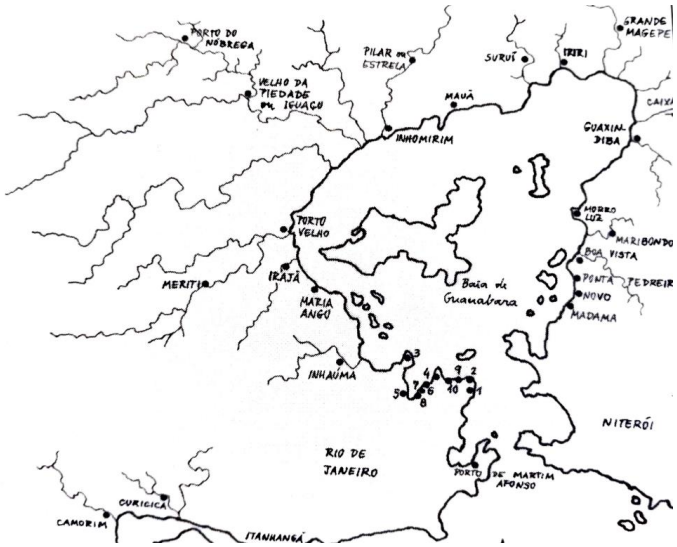
Sobre a *hinterlândia* mencionada por Fridman,

> [...] é a região afastada do centro metropolitano, tido como culturalmente mais importante. No Rio, a expressão, antes mesmo do século XVI, já definia o conjunto das localidades 'às margens dos trinta e três rios que desaguam na Baía de Guanabara', [...] compreende as antigas zonas suburbana e rural (Lopes, 2012, p. 176).

Adicionalmente, podemos entender a *hinterlândia carioca* como "um termo que retirado o adjetivo, define para as áreas portuárias, as ligações e o trânsito entre as navegações marítimas e os portos, tendo destaque para o fluxo de transportes, cargas e pessoas" (Ferreira; Silva, 2018, p.153). Logo, o termo é utilizado para destacar a importância da conexão entre as regiões do Rio de Janeiro por meios de portos e portinhos espalhados por seus corpos d'água, seja a Baía de Guanabara ou suas diversas vias fluviais:

> Os portos locais, aqueles secundários pertencentes à cidade ou à província, mantinham relações com o entorno urbano ou agrícola assim como atendiam ao próprio abastecimento. Neste sentido, a hinterlândia é entendida pelo viés de *região*, isto é, uma cidade ou localidades com navegação interna, transporte terrestre e vias fluviais (Fridman, 2017, p. 83, grifo da autora).

Na dinâmica portuária destacada por Fridman durante o período colonial, unida à ideia de hinterlândia carioca, os portos que compunham toda uma rede de navegação fluvial em direção ao interior da cidade tinham, também, sua importância: "[...] no termo do Rio de Janeiro as relações se davam porto a porto, isto é, do porto local e/ou fluvial ao porto da *cidade*" (Fridman, 2017, p. 84, grifo da autora). Entre eles, o porto existente no rio Meriti e o porto de Irajá (presentes no Mapa 1):




Mapa 1 – Mapa dos portos da Baía de Guanabara no período colonial

*Fonte:* Recorte do Mapa Portos do Rio de Janeiro colonial (Fridman, 2017, p. 86).

> A “Cidade Flutuante”, ideia desenvolvida por Fânia Fridman, devido à grande importância do porto marítimo no centro da cidade, repleto de mastros de navios portugueses e depois estrangeiros, seria o lugar onde pulsava com dinamismo a cidade, o seu centro. O rio Irajá, navegável em boa parte, permitiu, pouco a pouco, a interiorização da região, assim como tantos outros rios que ligavam a terra firme ao Porto do Rio de Janeiro. Os rios eram servidos com pequenos e médios portos fluviais, aumentavam em importância com o tempo. [...] Os portos fluviais, os engenhos de açúcar e posteriormente fazendas agrícolas de variadas vocações e cultivos, além de capelas, paróquias e as “matrizes” de uma freguesia mostram a construção de centralidades com novos povoados, logo nos dois primeiros séculos da história colonial (Ferreira, 2018, p. 2).

Os portos de Irajá e Meriti eram importantes vetores de conexão entre as sesmarias e freguesias mais distantes – como as de Camorim, Vargem Grande e Vargem Pequena, onde se produziam açúcar, carne, anil e materiais de construção como tijolos, telhas e madeira – e o porto da cidade, sendo o primeiro também acessado mais comumente por via terrestre, em especial para o transporte de mercadorias produzidas na Baixada de Jacarepaguá (Fridman, 2017). Além destes dois portos, a freguesia de Irajá possuía os portos de Juiz da Alfândega, Fazenda do Dr. Provo e da Fazenda Real, conforme relatório do Marquês do Lavradio datado de fins do século XVIII (Silva, 2010).

Tamanho volume de produção de mercadorias não passou despercebido por outras Metrópoles interessadas nas terras da colônia portuguesa. A necessidade de defesa das terras cariocas – do litoral ao interior – se tornou um ponto importante da

administração colonial, resultando na construção de várias fortificações, inclusive na freguesia de Irajá:

> A presença de antigas fortalezas na região mencionadas em diversas alusões a chamada Fazenda Irajá, corroboram a importância da área na sua época de fundação, demonstrando uma preocupação em impedir invasões de índios, escravos ou estrangeiros, principalmente nas áreas que hoje são Penha, Campinho e Jacarepaguá (Dionísio, 2013, p. 2).

A descoberta dos vestígios de um dos fortes na XIV Região Administrativa, área próxima à estação do Metrô de Irajá, apontam-nos, ao mesmo tempo, para o potencial de descobertas que recontem a História suburbana, assim como os desafios pertinentes à sua conservação:

> [...] foram encontradas em Irajá no que foi a Bateria Militar de Irajá, conhecido atualmente como Monte Escada de Jacó (lugar de encontro para cultos cristãos). Ali, localizava-se - entre 1720 e 1820 - um Forte. Dentre os achados, encontraram-se balas de mosquete, faianças portuguesas, entre outros objetos. A descoberta foi realizada pelo arqueólogo Cláudio Prado de Mello - sob responsabilidade do IPHARJ - que por sua vez os encaminhou para o IPHAN. O IPHAN, Instituto de Pesquisa Histórica e Arqueológica do Rio De Janeiro, num parecer sobre os achados, retificando algumas informações e ratificando outras, escreveu-nos que o sítio foi registrado a partir do achamento do material, que havia sido aflorado e que estava prestes a ir para o lixo, como os demais materiais o foram antes que pudessem ser devidamente identificado e devidamente, encaminhados (Couto, 2023, p. 7).

Outras descobertas já haviam sido feitas na área, na década de 1970, durante a construção da Usina de Reciclagem de Irajá: dois canhões do século XVIII foram encontrados, tendo sido possivelmente utilizados para guarnecer a retaguarda do Rio de Janeiro contra potenciais ataques à cidade (Rodrigues, 2012). Desta forma, aponta-se a importância da proteção das vias que conectavam as freguesias rurais – Santa Cruz, Campo Grande, Jacarepaguá, Inhaúma e Irajá – às freguesias urbanas mais próximas do núcleo urbano da cidade, assim como para áreas externas aos limites do Rio de Janeiro: “a abertura do Caminho Novo e a ligação entre Rio de Janeiro e Minas Gerais foi favorecida pela Estrada Geral, prolongamento da Estrada de Santa Cruz, que passava pela freguesia de Irajá e pelos rios Meriti e Pavuna, além de outras regiões” (Silva, 2013, p. 12).

No decorrer do século XVIII, podemos aferir o papel da freguesia de Irajá na dinâmica comercial da colônia a partir de Silva (2013), pela análise da produção de bens produzidos em 1777: foram produzidas na região 306 das 3682 caixas de açúcar, 178 das 4,4 mil pipas de aguardente nos seus 13 engenhos, que contavam com cerca de

478 escravizados de um total de 15 mil presentes nas regiões produtoras de açúcar.[23] Na produção de gêneros alimentícios, a freguesia contribuiu com 3500 dos 25750 sacos de farinha, 800 dos 2394 sacos de feijão, 850 dos 2328 sacos de milho e 850 dos 5470 sacos de arroz produzidos na região.[24]

Em relação ao século XIX, são ainda pouco numerosos os trabalhos referentes às regiões mais distantes das áreas centrais da cidade. Os arrabaldes da cidade, como eram chamados mais comumente à época, eram relacionados a regiões relativamente próximas do núcleo urbano da cidade (como Botafogo, Glória, Catete e Engenho Velho), e correspondiam a um meio de vida bucólico e aristocrático da cidade (Santos, 2020). Ainda assim, Santos (2020) conseguiu resgatar, a partir dos relatos de um viajante francês, fragmentos das impressões deste estrangeiro em relação às freguesias de Inhaúma e Irajá, por onde passou nas primeiras décadas dos Oitocentos.

> O botânico, naturalista e viajante francês Augustin François César Prouvençal de Saint-Hilaire começou a sua jornada de estudos no Brasil em junho de 1816. Trajetória essa iniciada exatamente na cidade do Rio de Janeiro. Ficaria no país até 1822. [...] o francês nos deixou detalhada descrição dos "arredores" da cidade. Como o interesse de Saint-Hilarie era se dirigir para as Minas do interior da Colônia, ele acabaria tomando um trajeto que o levaria a Inhaúma. [...] Saint-Hilaire mostra-se impressionado pelo número de habitantes e pela rica dinâmica do lugar (Santos, 2020, p. 3).

A partir da obra "Viagens pelas províncias de Rio de Janeiro e Minas Gerais" escrita por Saint-Hilaire para relatar suas viagens pelo Brasil oitocentista, sua surpresa com as formas de ocupação das cercanias mais distantes da cidade ficou bem evidente:

> Tendo caminhado durante duas léguas avistamos a igreja parochial de Inhaúma ou S.Tiago d'Inhaúma, pequeno edifício construído isoladamente sobre uma plataforma de onde se descortina um panorama muito agradável.
> [...] No interior do Brasil caminham-se, às vezes, sessenta léguas e mais ainda, pelo território de parochias onde existe apenas um ilhar ou dois de habitantes. Mas o que prova quanto os arredores do Rio de Janeiro são já bastante povoados, é que a parochia de Inhaúma, cujo raio não é maior que meia légua, conta duzentos fógos e mil e seiscentos habitantes adultos.
> Essa parochia, como varias outras nas proximidades do Rio de Janeiro, não é formada por uma povoação propriamente dita, e se compõe de casas esparsas pelo campo. Nas localidades retiradas do interior, pelo contrario, não há parochia sem povoação, e a razão dessa diferença pode ser, parece-me, explicada facilmente. Em torno ao Rio de Janeiro as terras se dividiram mais que em qualquer outra parte; cada pedaço

[23] Números apontados em tabela por Silva (2013), referentes ao Relatório do Marquês do Lavradio - Revista IHGB Tomo LXXVI, 1913, p. 315-325.
[24] Idem.

> de terreno passou a ser habitado, e quando o districto atingia população sufficiente, passava a constituir uma parochia independente (Saint-Hilaire, 1938, p. 60).

Como sua intenção era alcançar Minas Gerais a partir do Rio de Janeiro e de seus caminhos terrestres, a estrada do norte o levou, para além de Inhaúma, à freguesia de Irajá, tendo percebido rapidamente traços distintos de ocupação do território. “Logo depois, atinge Irajá, onde percebe que a economia local é muito mais dependente dos ‘engenhos de assucar’, notando ainda uma certa correlação com a paisagem cujo grau de intervenção humana é menor do que encontrado em Inhaúma” (Santos, 2020, p. 3). Sua aparente surpresa e entusiasmo ao passar por Inhaúma se perdem ao atravessar a freguesia vizinha, mais distante do centro da cidade:

> Si próximo ao Rio de Janeiro podemo-nos julgar nos arredores de uma das maiores cidades da Europa, essa ilusão em breve se dissipa. À medida que nos afastamos de Inhaúma vê-se cada vez menos habitações, as vendas raream, encontram-se menos terrenos cultivados, os bosques tornam-se mais comuns, e como cada vez mais nos aproximamos das montanhas, o aspecto da região toma caracter mais grave. Até Inhaúma, o caminho é ladeado de sebes artificiaes, formadas por casa mimosa encantadora que está hoje em dia tão espalhada em volta do Rio de Janeiro. A partir de Inhaúma, taes cercos são já constituídas por plantas indígenas: são as espécies mais comuns. A cerca de duas léguas do Rio de Janeiro acabam as chácaras ou casa de campo, e começam os engenhos de assucar. São apenas em numero de cinco na parochia de Inhaúma, e já em Irajá atingem a doze (Saint-Hilaire, 2020, p. 4).

O que se pode observar sobre as primeiras décadas do século XIX, a partir das informações disponíveis, é uma ocupação ainda pequena destas regiões mais afastadas das freguesias urbanas da cidade. Porém, eventos como a transmigração da família real para a cidade do Rio de Janeiro modificaram consideravelmente as dinâmicas de ocupação das freguesias urbanas e rurais da cidade, mesmo que de forma heterogênea:

> Após a instalação da Corte, os limites administrativos e sociais seriam completamente modificados e a cidade passaria a se expandir para muito além do Campo do Santana, com aumento significativo da população carioca, que em menos de duas décadas decolou de aproximadamente 100.000 habitantes em 1822 para 135.000 por volta de 1840. Este crescimento acaba por transferir parte do deslocamento habitacional em direção às freguesias rurais mais próximas: Engenho Velho, Engenho Novo e São Cristóvão (Mattoso, 2018, p. 5).

No que concerne à população das freguesias rurais mais distantes do núcleo urbano do Rio de Janeiro, seus números ainda eram bem tímidos em relação às freguesias urbanas, e Irajá não foi uma exceção. Em 1839, a freguesia contava com 3.757 habitantes (dentre estes, 2.180 escravizados); em 1860, sua população contava com cerca de 5 mil habitantes (Silva, 2010). Como indicado no mapa a seguir (Mapa 2), a ocupação de Irajá era à época bastante tímida se comparada a outras áreas, como Cascadura e Piedade (mais ao sul do mapa):




Mapa 2 – Recorte de mapa das freguesias de Irajá e Inhaúma (1834)

*Fonte: Mapa do Município Neutro do Rio de Janeiro (1834). Disponível em:* <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart209447/cart209447.htm>.

Apenas no final do século XIX – mais especificamente, a partir de 1870 – a população das freguesias rurais começou a apresentar um salto considerável, sendo os maiores aumentos relativos entre 1890 e 1920 encontrados em Inhaúma e Irajá, em razão da expansão populacional da cidade, e a impossibilidade de sustentar tal contingente nas regiões centrais da cidade, que levou à proletarização dos subúrbios cariocas – principalmente dos dois distritos mencionados. A disseminação dos serviços de passageiros pelas diversas estradas de ferro existentes na cidade foram, também, vitais para viabilizar este deslocamento.

Não apenas em tamanho, a população suburbana se diversificou nesse período, estando no cerne da expansão populacional da região um conjunto de fatores, que serão abordados posteriormente. Em resumo:

> Na virada para o novo século, mais especificamente em 1890, 92.906 pessoas residiam nos subúrbios. Dezesseis anos depois, essa população duplicou, atingindo 185.687 habitantes. Todo esse

> crescimento gerou uma composição social variada nos distritos suburbanos. Assim como havia famílias compostas por trabalhadores de maior renda, pequenos capitalistas, funcionários públicos e profissionais liberais, crescia o movimento de chegada de trabalhadores de menor renda, muitos dos quais operários das fábricas e oficinas recentemente abertas, residentes em áreas pouco ou nada urbanizadas, não muito distantes de outras ocupadas por lavradores e pequenos criadores cuja produção era voltada para a subsistência e para a renda nas feiras e pequenas casas comerciais (Mendonça, 2019, p. 195).

Na virada do século XIX para o século XX, a ideia de "subúrbio" começa a ser mais amplamente apreendida e disseminada socialmente na cidade carioca. Já em 1883, podemos encontrar um periódico chamado *Gazeta Suburbana*, publicado no bairro de Todos os Santos, tendência que será replicada em diversas regiões dos subúrbios cariocas (*Echo Suburbano*, *Jornal Suburbano*, *Tribuna Suburbana*, *O Subúrbio*, citando alguns entre vários exemplos). Não apenas nos bairros dos arrabaldes cariocas essa região começou a tomar forma no imaginário popular, mas também na escrita de importantes figuras do mundo literário brasileiro:

> Em maio de 1908, o poeta Olavo Bilac, no espaço nobre da crônica dominical da Gazeta de Notícias, chamava a atenção dos leitores para aquilo que definia como uma novidade do tempo: a vitalidade recente da vida dos subúrbios. "Já agora é preciso contar com os subúrbios na vida do Rio de Janeiro", explicava o cronista, chamando a atenção para o fato de que "a cidade já não acaba em S. Cristóvão" (O'Donnell, 2012, p. 3).

O'Donnell aponta que "o desdém e o entusiasmo do autor, bem como a passagem de um ao outro, são pistas preciosas sobre o processo de construção material e simbólica daquela região da cidade" (2012, p. 4). Os subúrbios da cidade, ainda que carregados de alguns estigmas (referentes à distância do centro urbano e da "civilização", e a ideia de um "purgatório" das famílias cariocas decadentes), se apresentam como um espaço que *existe* e se relaciona com a cidade.

No final da década de 1900, os subúrbios cariocas começaram, então, a ocupar certos espaços na imprensa da cidade. Despontaram várias colunas temáticas em jornais de grande circulação, com as notícias pertinentes aos arrabaldes destacadas nesses espaços. Os anúncios de aluguéis e de venda de imóveis também começaram a ser separados entre as áreas centrais e os subúrbios, como a exemplo do *Jornal do Brasil*. Porém, a mais interessante manifestação deste súbito interesse pelos subúrbios se encontra na *Revista da Semana*, que publicou, entre janeiro de 1909 e junho de 1910, cerca de 35 publicações de uma coluna intitulada *Vida Suburbana.* Na primeira publicação da coluna encontrada, datada de 24 de janeiro de 1909, Cascadura era

retratado como uma região “pitoresca” e “atrasada”, mas também como uma opção de habitação em potencial dadas as transformações da cidade à época:

> É uma povoação que muito promette, reservada como está a prestar grandes serviços á população desta Capital, quando já não fôr mais possível a ninguem habitar o centro e as proximidades da cidade, tomados pela febre das grandes fabricas, das monumentaes officinas ou pelo desenvolvimento de um commercio vasto, em todos os seus complicados ramos de acção.[25]

Nas publicações seguintes, foram apresentados alguns bairros que os editores da Revista consideravam como suburbanos, sendo eles, além de Cascadura, Méier, Engenho Novo, Dr. Frontin (atual Quintino Bocaiúva), Todos os Santos, Riachuelo, Engenho de Dentro, Piedade, Encantado, Mangueira, Inhaúma, São Francisco Xavier e Penha. Outros bairros como Bangu, Vila Isabel, Madureira e São Cristóvão foram mencionados superficialmente em notas sobre carnaval, escolas e praças suburbanas, mas não ganharam o destaque conferido a estes primeiramente mencionados. Em grande parte, as temáticas abordadas pela Revista se concentravam nas marcas de “desenvolvimento” e “progresso” desses bairros, com grande destaque à educação e à infraestrutura suburbana. Ainda que apresentado com certo exotismo por parte da *Revista,* o discurso em favor da região suburbana se fez pronunciado até o abrupto fim da coluna, em meados de 1910.

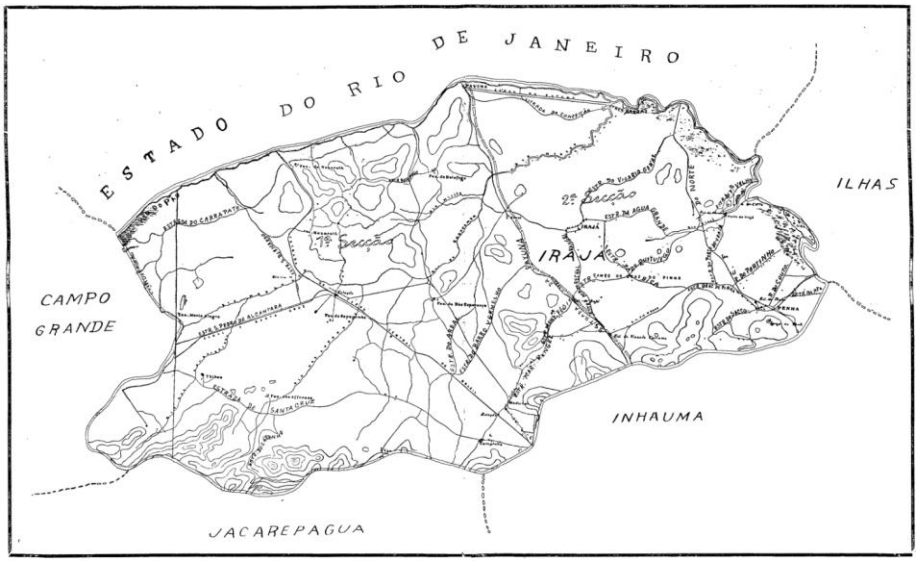
Todo esse interesse pelos subúrbios, construído em um veículo de mídia amplamente disseminado pela cidade carioca, atesta como a região começou ativamente a permear o imaginário da população como opção de um modo de viver além do centro urbano. Em adição, a substituição oficial da terminologia *freguesia (urbana/rural)* por *distrito (urbano/suburbano)* na década de 1890 (Miyasaka, 2010) também aponta uma mudança nas formas de identificação dos espaços da cidade, seguindo as tendências modernizantes da República e o abandono do termo *freguesia*, ligado ao passado colonial e à um período de domínio político religioso, conforme apontado no Recenseamento da cidade do Rio de Janeiro, em 1906:

> [...] as divisões territoriaes antigamente adoptadas para os serviços da Policia e da Municipalidade concordavam, mais ou menos, com a ecclesiastica, da qual vimos de esboçar o desenvolvimento historico; ou, por outras palavras, era a divisão parochial que vigorava para aquelles serviços, fazendo-se em algumas freguezias a subdivisão em distritos. Proclamada a República e separada, pelo decreto n. 119 A, de 7 de

[25] *Revista da Semana*. Rio de Janeiro, 24 de jan. 1909, nº 464, p. 14. Seção de Periódicos da Biblioteca Nacional/RJ. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/025909_01/8520>., acesso em 28 jul. 2023.

> Janeiro de 1890, a Egreja do Estado, as divisões subsequentes foram, pouco a pouco, afastando-se da norma até então observada.[26]

Sobre o então denominado distrito suburbano de Irajá, seus limites territoriais aproximados, na década de 1910, podem ser vislumbrados a seguir, no Mapa 3. Ao leste do mapa, próximo à divisa com o distrito de Inhaúma, podemos encontrar a região da Penha – que viria a se separar administrativamente na década de 1920. A oeste, encontramos a região de Sapopemba – atual Deodoro. Ao sul, próximas às divisas entre Irajá, Jacarepaguá e Inhaúma, encontra-se a estação de Madureira e a região do Campinho. Madureira viria, da mesma forma que o distrito da Penha, a se separar administrativamente do distrito de Irajá, entre as décadas de 1920 e 1930.




Mapa 3 – Distrito de Irajá (1906)

Fonte: Recenseamento do Rio de Janeiro, Distrito Federal. Realizado em 20 de setembro de 1906. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv49678.pdf>.

Por fim, antes que possamos nos aprofundar sobre a temática das relações entre cidade e modernidade, é necessário que se apresente uma reflexão acerca da categoria *subúrbio*.

## 1.2. Os subúrbios cariocas

> "Já agora é preciso contar com os subúrbios na vida do Rio de Janeiro. A cidade já não acaba em S. Cristóvão. O Mato Grosso existe."

[26] Item *Recenseamento da população do Rio de Janeiro em 1906*, p. 20, parte do livro *Recenseamento do Rio de Janeiro, Distrito Federal. Realizado em 20 de setembro de 1906.* Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv49678.pdf>.

(Olavo Bilac n'*O Subúrbio*, em 23 de maio de 1908)

Alocar os subúrbios do Rio de Janeiro corretamente no tempo e no espaço nos permite evitar interpretações errôneas, deterministas ou anacrônicas do termo. A velocidade das transformações ocorridas na cidade do Rio de Janeiro desde o Golpe Republicano de 1889 dificultou ainda mais a percepção do que seriam os subúrbios da cidade, visto que interpretações "tradicionais" (no sentido de espaços homogêneos relegados a grupos sociais específicos) sobre o termo não mais se ajustavam à realidade da cidade, evidenciando o caráter polissêmico (Albernaz; Mattoso, 2019) da experiência suburbana carioca. Ainda assim, certo esforço de esclarecimento se faz necessário.

Curiosamente, a busca por seu significado em dicionários já nos apresenta desafios na sua identificação. Ao consultar o termo "subúrbio significado" na ferramenta de buscas *online* Google recebemos a seguinte definição:

> 1. no Terceiro Mundo, periferia das cidades ou aglomerado de terrenos de difícil utilização, carentes de serviços, nos quais o valor da terra é baixo e o transporte, precário, sendo, por isso, seu valor locativo o único acessível às classes menos favorecidas.
> 2. nos países desenvolvidos, área de expansão espacial das cidades resultante da formação de uma classe média de renda alta, que busca localização residencial na qual desfrute de um espaço confortável e ambientes saudáveis, relativamente próximos do centro urbano.[27]

Esta interpretação dos subúrbios é problemática, por indicar uma diferenciação determinista entre subúrbios de países desenvolvidos e de países de "Terceiro Mundo". Já a partir do dicionário Merriam-Webster, temos uma definição não sustentada em determinismos regionais, visto que não aponta um padrão de ocupação espacial vinculado à dicotomia "*países em desenvolvimento x países desenvolvidos"*:

> a: parte periférica de uma cidade ou vila
> b: uma comunidade menor adjacente ou dentro da distância de deslocamento de uma cidade
> c **subúrbios** no plural: a área residencial na periferia de uma cidade ou grande cidade[28]

[27] Acesso em 1 mar. 2022. Disponível em: <https://www.google.com/search?q=subusrbio+significado&oq=subusrbio+significado&gs_lcrp=EgZjaHJvbWUyBggAEEUYOTIGCAEQLhhA0gEIMzE3MGowajSoAgCwAgA&sourceid=chrome&ie=UTF-8>.

[28] Disponível em: <https://www.merriam-webster.com/dictionary/suburb>, acesso em 1 mar. 2022.

O dicionário Michaelis *online* nos apresenta resultado similar*:* "1. Cercania de cidade ou de outra povoação qualquer; arrabalde, arredor; 2. Bairro situado nos arrabaldes de uma cidade, longe do centro."[29] Por fim, podemos também apontar a definição utilizada por Maria Therezinha Soares na obra *Rio de Janeiro: Cidade e Região* (1990, p. 137), "contida na *Encyclopaedia of the Social Sciences* — um subúrbio é um dos aglomerados de comunidades que rodeiam imediatamente a cidade central", atribuindo ao termo certo conteúdo administrativo, do qual trataremos mais adiante.

Voltando ao dicionário Merriam-Webster, este complementa de forma pertinente sua definição ao explicar o emprego do prefixo *sub* da palavra, esclarecendo que seu uso não se dá, nesse caso, de forma a relegar aos subúrbios condição de inferioridade em relação à urbe, e sim apenas indicar relação de proximidade, já que este prefixo também indica a ideia de aproximação:

> Considerando que a maioria das palavras comuns na nossa língua iniciando com *sub-* tendem a ter significados que se referem a "abaixo" (como em "subterrâneo" e "submarino") ou "menos do que" (como em subestimado), é perdoável presumir que os subúrbios foram assim nomeados devido à sua localização "abaixo", ou ao seu status como "menos do que" suas contrapartidas urbanas. Não é assim, porém: *sub-* pode ter outros significados no início de uma palavra; neste caso, indica não profundidade ou inferioridade, mas proximidade. Por outras palavras, os subúrbios são uma região próxima das urbes.
> *Urbe* é uma palavra portuguesa? Sim; é raramente utilizada, mas refere-se tipicamente a uma cidade, particularmente quando se distingue de um subúrbio.[30]

Importa destacar que criticar a definição do dicionário Oxford Languages não indica a inexistência de diferenças na composição suburbana em países ou em períodos históricos diferentes, e sim em indicar que tais diferenças não residem simplesmente no binarismo "*Países Desenvolvidos x Países em Desenvolvimento"*. Contextualizar historicamente o momento de formação e expansão dos subúrbios, no Brasil e no mundo, é necessário para evitarmos os erros citados anteriormente e uma análise, mesmo que breve, de experiências suburbanas externas à brasileira – como o *suburbs* estadunidenses e as *banlieues* francesas – pode nos ajudar a entender as particularidades da composição populacional desses espaços e possíveis correlações entre eles. A escolha por essas duas experiências não é acidental: a urbanização parisiense serviu como inspiração às intervenções realizadas pelo prefeito Pereira

[29] *Subúrbio | Michaelis On-line.* Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/sub%C3%BArbio/>, acesso em 4 abr. 2022.
[30] *Suburb definition & meaning: Merriam-Webster.* Disponível em: <https://www.merriam-webster.com/dictionary/suburb>, acesso em 1 mar. 2022.

Passos na cidade do Rio de Janeiro nos primeiros anos do século XX, e o passado colonial e a experiência racial dos Estados Unidos são um ponto em comum com a sociedade brasileira.

Na experiência parisiense, algumas dificuldades são apontadas na concepção de uma história das *banlieues*, como apontam Boudjaaba e Barrusse (2013). Primeiramente, o limitado acesso a documentos que possam auxiliar na análise da composição demográfica desses espaços, ocasionados pela degradação e destruição de parte do acervo documental:

> Os censos, uma fonte frequentemente solicitada por historiadores franceses dos subúrbios, estão, como sabemos, geralmente disponíveis apenas após 1836 para o país como um todo. No caso dos subúrbios parisienses, particularmente para o primeiro anel de subúrbios, as listas do recenseamento nominal foram sujeitas a numerosas destruições e frequentemente não estão disponíveis antes de 1872, ou mesmo mais tarde (Boudjaaba; Barrusse, 2013, p. 1).

Os pesquisadores apontam a forma como a história das *banlieues* é comumente associada a seu período de mais notável expansão – na industrialização e disseminação das linhas férreas características da segunda metade do Século XIX. Além disso, permeia também uma íntima associação das *banlieues* à construção identitária do trabalhador e das esquerdas revolucionárias francesas, para quem “a história dos subúrbios tem sido frequentemente associada à do movimento operário e à politização das classes trabalhadoras” (Boudjaaba; Barrusse, 2013, p. 1).

Outro ponto válido de destaque - que podemos atribuir a outras experiências suburbanas que não apenas a parisiense - é a ainda insuficiente existência de análises que elejam os subúrbios como protagonistas, visto que essa área se define e se estuda predominantemente apenas de maneira relacional à cidade, o que pode nublar as formas de ocupação dos espaços prévios a alocação conceitual dos subúrbios. Tomando o exemplo de Paris, apontam a forma como as cercanias da cidade já possuíam uma relação histórica com a urbe, antes mesmo de sua definição moderna como espaços suburbanos:

> As vilas suburbanas parisienses são todas antigas aldeias, ou mesmo pequenas cidades antigas, que acabaram por formar um continuum de edifícios com a capital. [...] A sua relação com a capital era antiga, mas estas paróquias já existiam muito antes de pertencerem ao que é vulgarmente conhecido como subúrbios (Boudjaaba; Barrusse, 2013, p. 3).

O assentamento prévio pode ser destacado como indicativo da impossibilidade de concepção das *banlieues* como espaços homogêneos, “na medida em que os subúrbios não nascem *do nada* mas muitas vezes resultam de um assentamento antigo, que já possui suas próprias formas sociais quando é ultrapassado pelo crescimento urbano.” (Boudjaaba; Barrusse, 2013, p. 6, grifo dos autores). Dessa forma, as *banlieues* compunham espaços diversos, onde nativos das antigas vilas interagiam ativamente com migrantes de outras regiões, e essas relações de contato precederam a suburbanização dessas áreas.

Explorar as relações autônomas da experiência suburbana nos apresenta perspectivas e horizontes de pesquisa interessantes. Mas, ainda assim, analisar e contextualizar as diferentes intervenções nos centros urbanos são necessários, visto que afetam direta ou indiretamente espaços externos e contíguos a eles. No caso de Paris, as reformas do barão de Haussmann realizadas em meados do século XIX tiveram efeito direto nas populações suburbanas, e a relação dos parisienses com a cidade é a tônica da obra *O Direito à Cidade* de Henri Lefebvre:

> O barão Haussmann […] substituiu as ruas tortuosas mas vivas por longas avenidas, os bairros sórdidos mas animados por bairros aburguesados. Se ele abre boulevards, se arranja espaços vazios, não é pela beleza das perspectivas. É para "pentear Paris com as metralhadoras" (Benjamin Péret). Mais tarde, serão gratos a Haussmann por ter aberto Paris à circulação. Essa não era a finalidade, o objetivo do "urbanismo" haussmaniano. Os vazios têm um sentido: proclamam alto e forte a glória e o poder do Estado que os arranja, a violência que neles pode se desenrolar (Lefebvre, 2011, p. 23).

As tensões entre urbe e subúrbio, industrialização e urbanização, e do valor atribuído à cidade são elementos que necessitam a devida atenção, ao analisar as transformações ocorridas nas *banlieues,* na esteira da expansão capitalista do século XIX. Cerca de um século depois, seriam as cidades estadunidenses[31] que passariam por transformações na composição urbana, com estímulos e efeitos distintos.

Criticando a sociologia da Escola de Chicago e Ernest Burgess, Harris e Lewis (2001) dedicaram-se a apontar outras experiências diferentes da descentralização econômica em direção aos subúrbios e de segregação dos grupos sociais mais pobres (que ficariam confinados nas áreas centrais degeneradas), apontando a existência de

[31] Sobre a experiência suburbana estadunidense, da mesma forma que busco destacar a diversidade das experiências urbanas e a recusa de determinismos e de um padrão único na formação das cidades e dos subúrbios, pesquisadores como Harris e Lewis (2001) se dedicaram a apontar as diversas formas de ocupação desses espaços nos Estados Unidos e no Canadá entre 1900 e 1950.

diversos assentamentos suburbanos etnicamente tão diversos quanto as áreas centrais que circundavam, mesmo que reconhecessem os limites dessa diversidade através da discriminação racial a negros, latinos e asiáticos. Tanto quanto possível, esse contingente era impedido de ocupar certos espaços, e mesmo quando conseguiam se deslocar aos subúrbios o faziam de maneira espacialmente segregada:

> [...] Os afro-americanos mudaram-se para distritos marginais, embora em locais segregados [...] subúrbios negros se desenvolveram fora de Cincinnati, Chicago, Cleveland, e Washington, D.C., bem como em cidades satélites como Gary, Indiana, e Harvey, Illinois. [...] A experiência urbana negra na primeira metade do século XX foi uma experiência de marcada segregação geralmente, mas não necessariamente, dentro da cidade central (Harris; Lewis, 2001, p. 275).

Ainda assim, a ocupação dos subúrbios estadunidenses até a década de 1930 era bastante tímida, representando cerca de 13% da população do país (Nicolaides; Wiese, 2017). O que Harris e Lewis – e outros estudiosos – discutem em seus trabalhos ao falar sobre os *suburbs* antes da Segunda Guerra Mundial, é a possibilidade de análises mais complexas desses espaços, fugindo do caráter binário *centro pobre x subúrbio próspero* e indicando, também, que a experiência das minorias étnicas ia além de sua centralização em núcleos urbanos, especialmente para negros e latinos.

Interessa indicar como marco importante a ocupação suburbana estadunidense no pós-Segunda Guerra, a partir do qual foram empenhados grandes esforços governamentais e da iniciativa privada para a superação do déficit habitacional do país, que perdurava desde a Depressão de 1929 (Nicolaides; Wiese, 2017, p. 2) iniciando-se assim uma expansão populacional suburbana significativa:

> O Governo Federal providenciou estímulos críticos à suburbanização através de políticas que revolucionaram a construção de casas e empréstimos, subsidiando a aquisição de casas, e construindo infraestruturas suburbanas críticas, tais como o novo sistema de autoestradas interestaduais. A iniciativa privada, por seu lado, aplicou novas técnicas e tecnologias de produção em massa testadas durante a guerra para aumentar a construção de habitações. A chave para esta parceria foi uma agência da era New Deal, a Federal Housing Administration [*Administração Federal de Habitação* em português]. [....] A FHA [...] concedeu empréstimos a juros baixos a construtores e estabeleceu diretrizes básicas de construção que estabeleceram novos padrões a nível nacional (Nicolaides; Wiese, 2017, p. 2).

Os incentivos de aquisição de novas residências aqueceram significativamente o setor imobiliário e, por consequência, a necessidade de intervir também na infraestrutura do país (como a construção e manutenção de estradas, por exemplo). Além disso, incentivos adicionais à aquisição de automóveis formavam uma dinâmica

econômica favorável à garantia de empregos e à expansão da renda e do poder aquisitivo das classes médias estadunidenses. O *American Way of Life*[32], ainda tão presente no imaginário do país, nasce neste período de reposicionamento da vida social e econômica dos Estados Unidos em direção aos subúrbios, que ocorre em detrimento das áreas urbanas centrais, que ficaram predominantemente relegadas às camadas racialmente segregadas da população (negros, latinos e asiáticos).

As dificuldades impostas a estes grupos para impossibilitar seu deslocamento em direção aos subúrbios se deram desde a recusa de empréstimos por instituições bancárias (reduzindo, assim, a viabilidade da aquisição de novas residências), a recusa de imobiliárias em permitir a venda de casas a estes grupos (justificada pelo temor da redução de valor dos imóveis da região), e mesmo pela formalização da segregação pela *Federal Housing Administration*, que requeria explicitamente - até a década de 1950 - a segregação racial dos subúrbios (Nicolaides; Wiese, 2017, p. 6).

Podemos aqui indicar algumas diferenças entre as experiências dos subúrbios cariocas e os *suburbs* estadunidenses ou as *banlieues* francesas de forma geral. Soares (1990) apontou que as palavras *suburb* e *banlieue* possuem um conteúdo administrativo agregado, ausente nos arrabaldes cariocas - justificado em uma relativa autonomia em relação aos centros urbanos. Como já vimos, no caso francês o contexto histórico de vilas, pequenas cidades e aglomerados que posteriormente foram assimilados como subúrbios de grandes cidades atribui a esses espaços relativa autonomia. No caso dos Estados Unidos, a formação dos subúrbios em um contexto de descentralização econômica dos centros urbanos e na expansão da classe média suburbana pode justificar a relativa autonomia desses espaços em relação aos núcleos urbanos.

No caso do Rio de Janeiro, a expansão populacional em direção aos subúrbios em fins do século XIX não aconteceu de forma relativamente gradual, como no caso das *banlieues* parisienses, nem de forma planejada, como no caso dos *suburbs* estadunidenses - que, por consequência, formaram redes urbanas mais equilibradas e possibilitaram certa autonomia a estes espaços -, e sim de forma predominantemente não planejada, resultando em uma rede urbana desequilibrada e em um processo de suburbanização distinto, regrado pela necessidade de escoar o excedente populacional do centro urbano causado pelas migrações ocorridas no decorrer do século XIX em direção ao Distrito Federal. De certa maneira, as dificuldades topográficas apresentadas

[32] A tese de doutorado de Paulo Roberto Ferreira da Cunha (2017), intitulada "*American way of life*: representação e consumo de um estilo de vida modelar no cinema norte-americano dos anos 1950" apresenta-nos uma interessante forma de analisar a construção do *American Way of Life* no imaginário popular através do cinema, no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial.

na região também reduziram as possibilidades de planejamento para a expansão da cidade e de seus arrabaldes. Tendo em vista que os subúrbios foram despontando em espaços radialmente anexos às estações das linhas férreas, projetadas de forma a evitar e contornar as adversidades geográficas cariocas, é plausível afirmar que esse quadro teve considerável importância na formação não apenas do centro urbano da cidade, mas também de suas cercanias mais distantes.

Outra diferença essencial que podemos apontar versa sobre a intervenção do Estado na promoção da ocupação dos espaços suburbanos nos Estados Unidos e no Brasil. Enquanto a experiência carioca apresentou algumas medidas esporádicas[33] (como as Vilas Proletárias do Catete e de Marechal Hermes no início do século XX, insuficientes para compensar o déficit habitacional da cidade - que foi em parte causado pelo Estado brasileiro através das reformas urbanas da década de 1900), o nível de intervenção nos Estados Unidos foi maior e mais diversificado. A *FHA* citada anteriormente foi fundada no contexto do pós-Segunda Guerra com o intuito de promover a superação em escala industrial do déficit habitacional do país através da expansão dos subúrbios, somando-se a isso outros incentivos e subsídios a empréstimos por trabalhadores da classe média, tornando ainda mais fácil a aquisição de casas próprias, segundo Nicolaides e Wiese (2017) - facilidades estas não compartilhadas com minorias étnicas.

Tomados os exemplos de Nicolaides e Wiese (as cidades de Los Angeles, New York e Minneapolis, citando alguns), podemos observar um “esvaziamento”, tanto demográfico como econômico, dos centros urbanos em direção às áreas suburbanas. No Rio de Janeiro, verificamos um fenômeno diferente na concentração econômica (oportunidades de emprego) e de serviços (infraestrutura urbana) nas regiões centrais da cidade, ocorrendo em paralelo ao escoamento do excedente populacional - predominantemente negro e pobre - em direção aos subúrbios e às favelas, consequência das intervenções sanitárias de Barata Ribeiro (década de 1890) e das reformas urbanas de Pereira Passos e Rodrigues Alves (década de 1900), ainda que não se possa desprezar o surto industrial sofrido pela cidade, que permitiu a fundação

[33] A partir da década de 1890, foram construídas as vilas operárias (Abreu, 2022, p. 77) de Rui Barbosa (próxima ao Centro), Arthur Sauer (no Jardim Botânico), Maxwell e Senador Soares (em Vila Isabel) e Sampaio (em Sampaio). Não consideramos as mesmas nesse trecho pois foram, na verdade, realizadas pela iniciativa privada, a partir de diversas legislações de isenções fiscais aprovadas no período para incentivar, justamente, que as fábricas providenciassem a seus trabalhadores as habitações que viriam a utilizar.

de fábricas em áreas bem distantes do centro urbano, como Magé e Bangu[34]. Vale destacar que, apesar da ênfase dada nesta pesquisa às reformas do prefeito Pereira Passos (justificada por seu recorte temporal), as intervenções que afetaram em grande medida as populações pobres cariocas o precederam e sucederam, pelas mãos de outros prefeitos cariocas.

Voltando ao fenômeno de valorização do espaço central do Rio de Janeiro, este é justificado a partir de Abreu:

> A área central não só tem nessas cidades [capitalistas dependentes] um valor simbólico importante, como essa importância é decorrente do fato de ser nessa área, e nas suas proximidades, que tradicionalmente se concentram as funções de direção e de residência das classes dominantes. Ademais, ao contrário das cidades americanas, a área central e suas proximidades, quando vistas temporalmente, tendem a adquirir valores monetário e simbólico ainda maiores, solidificando ainda mais as características descritas acima. Para isso contribuem tanto a inexistência de um bom sistema de transportes, como a oferta restrita de serviços públicos, que fazem com que a população abastada resida em áreas densamente povoadas (como é o caso do Rio) e não em *suburbs* bucólicos, como pressupõe o modelo ecológico (Abreu, 2022, p. 22).

Assim, observamos que o racismo estadunidense operou através da formalização legal da discriminação, se distinguindo do racismo brasileiro no início do século XX (ainda que, importa destacar, seu efeito prático aos grupos discriminados seja similar). A segregação espacial operou através de leis explícitas nos Estados Unidos durante a primeira metade deste século. No Brasil, a discriminação e o racismo se inscreveram na cidade justificando-se não por artifícios legais explícitos, mas indiretamente baseado em uma herança da hierarquia econômica colonial (Mattos, 2004) e em teorias racistas de uma dita superioridade branca que, em ambos os casos, foram determinantes na consecução de práticas discriminatórias na primeira metade do século XX.

Ainda que a dinâmica racial tenha permeado ambos os *suburbs* e os subúrbios cariocas, foi através de mecanismos diferentes de aplicação. Sobre as *banlieues*, a dinâmica racial apenas recentemente passou a permear as discussões e reflexões acerca de suas relações sociais. No contexto da expansão dos subúrbios em meados

[34] A Companhia Progresso Industrial do Brasil, popularmente conhecida como Fábrica Bangu, foi fundada em 1889. Junto à Fábrica de Fiação e Tecelagem Andorinhas (fundada em Magé em 1890) fugiu de um padrão de localização das fábricas fundadas à época, que se concentravam em regiões mais próximas do centro urbano, como nos bairros de São Cristóvão, Vila Isabel e Gávea (Oliveira, 2010). Sua fundação em Bangu, entretanto, foi estratégica pela posição privilegiada próxima a corpos d'água que eram utilizados para energizar a fábrica.

do século XIX, as discussões predominantemente focaram nas dialéticas de classe da sociedade francesa, o que as diferencia em grande medida do debate brasileiro, onde não podemos subestimar o componente racial. Devemos, inclusive, tornar o debate de raça e classe indissociáveis caso queiramos compreender de fato a sociedade brasileira.

Ainda assim, um ponto em comum entre subúrbios cariocas, *suburbs* e *banlieues* é o fato de estes apontarem, de maneiras distintas, para um modo de viver diferenciado da experiência urbana. Os suburbanos cariocas se viam como símbolos de uma vida modesta e atrasada, porém honesta, sossegada e com imenso potencial; os *suburbans* estadunidenses associaram seu viver ao *American Way of Life*, do núcleo familiar da classe média ascendente dos *self-made men*. Por fim, os *banlieusard* percebiam-se como indivíduos híbridos - entre o rural e o urbano - onde eles podiam se definir através do lugar onde viviam (Soares, 1990).

Até aqui, esforçamo-nos em uma tentativa de ilustrar a composição dos subúrbios em espaços de alguma forma correlatos à experiência brasileira - seja pela inspiração dos ideais modernizantes da cidade, seja pelo passado colonial e escravista em comum - de forma a delimitar com clareza similaridades e disparidades entre estas diversas noções de subúrbios. A seguir, nos atentaremos às particularidades dos subúrbios cariocas.

Ao buscar uma aplicação científica para o termo - tentando, ao mesmo tempo, não desvirtuar o vocabulário popular e ajustá-lo em relação ao vocabulário internacional - Maria Therezinha Soares busca as origens de sua utilização no Rio de Janeiro, apontando que, inicialmente (até, pelo menos, a década de 1880), subúrbio ”(...) era a zona distante do centro, com povoamento bem menos denso que o deste, e dotada de amplos espaços vazios ou ocupados por jardins, pomares ou hortas” (Soares, 1990, p. 140) - o que em si já mostra a complexidade da particularidade carioca, visto que freguesias urbanas como Catumbi, Catete, Botafogo e Gávea apresentavam descontinuidades de ocupação características dos subúrbios. A disseminação dos bondes em meados do Século XIX, conectando a área central da cidade às suas adjacências, permitiu uma expansão eminentemente urbana de áreas adjacentes ao centro da cidade, como as freguesias anteriormente citadas, ocasionando a secção de antigas chácaras em lotes residenciais e a abertura de novas ruas (Abreu, 2022). Para Soares, as marcas da paisagem urbana carioca constituem uma particularidade:

> O critério isolado da continuidade e densidade de construções não é suficiente no caso do Rio de Janeiro, pois ele abrange uma área muito mais ampla que alcança o limite norte do Distrito Federal e o ultrapassa

> bastante [...] Dentro dessa área podem ser distinguidas duas paisagens bem diversas - a urbana e a suburbana - , a diferença entre as mesmas sendo marcada pela presença ou ausência de melhoramentos (Soares, 1990, p. 135).

Tais melhoramentos, de acordo com a autora, seriam "[...] abastecimento d'água, iluminação pública e domiciliária, rede de esgotos sanitários e pluviais, pavimentação dos logradouros públicos e remoção de lixo público e domiciliário" (Soares, 1990, p. 136). Assim, os critérios explicativos das características dos subúrbios cariocas nascem, para a autora, a partir dos contrastes que estes espaços apresentavam em relação ao centro urbano da cidade. Em adição, a dinâmica de ocupação e desenvolvimentos dos subúrbios mais próximos do centro e os mais distantes não se explicam apenas na expansão dos bondes e na especulação imobiliária.

Em relação ao desenvolvimento de áreas suburbanas cariocas um pouco mais distantes (como Inhaúma e Irajá), a importância da expansão nos serviços de passageiros por trens foi um fator importante, recorrentemente apontado por pesquisadores[35]. A partir de 1870, diversas companhias passaram a oferecer uma alternativa viável de transporte aos moradores da cidade para regiões mais distantes do núcleo urbano, como as companhias Rio D'Ouro, Melhoramentos do Brasil, Estrada de Ferro Leopoldina e, principalmente, a Estrada de Ferro Central do Brasil[36], sendo esta última a mais significativa alternativa de deslocamento dos cariocas entre cidade, subúrbio e campo. As estradas de ferro da companhia Rio D'Ouro, por exemplo, serviam mais como serviços de carga e manutenção[37], tendo seus serviços de transporte agido apenas de maneira auxiliar e bastante deficitária, como indicado em uma publicação do periódico Echo Suburbano de 1911:

> A estrada de ferro Rio D'Ouro, serve entre Cajú [...] e Pavuna, a uma zona que até hoje não tem outros meios de locomoção. E, como pouca importância ligam ao público, o horário dos seus trens nos dias de semana, é a cousa mais patusca que póde haver.

[35] Lysia Bernardes e Maria Therezinha Soares na obra *Rio de Janeiro: Cidade e Região* (1990); Maurício de Almeida Abreu em sua obra *Evolução Urbana do Rio de Janeiro* (2022), Rafael Mattoso e Maria Paula Albernaz em *Suburbanização carioca: reflexos de uma identidade construída na configuração do Engenho Novo (2019)*, Leandro Climaco Mendonça em sua dissertação de mestrado intitulada *Experiências de suburbanos com periodismo no Rio de Janeiro, 1880-1920 (2011)*, citando alguns exemplos.

[36] A Estrada de Ferro Dom Pedro II foi renomeada na transição republicana para Estrada de Ferro Central do Brasil. A título de simplificação, escolhemos utilizar o segundo nome de forma a evitar confusões.

[37] A Estrada de Ferro Rio D'Ouro foi construída primariamente para cuidar da manutenção de reservatórios e para auxiliar no abastecimento da cidade. Posteriormente, serviu como linha auxiliar de transporte de passageiros.

> Falla-se em reformar esse horário há cerca de três annos, mas [...] o sr. dr. Andrade Sobrinho [...] bem pouco liga ás necessidades da canalha, que nesses como em todos os casos, é o público.
> Há também outra anomalia: - é que os trens soffrem alternativas nos preços das passagens, á vontade do 'individuo que impingiu os horários e as tarifas'.
> [...] Por ali, dantes, quando naquella repartição (inspetoria de Obras Públicas) havia patriotismo, corriam trens durante os Domingos de Outubro, conduzindo e trazendo romeiros das festas da Penha.[38]

Ainda assim, os serviços de passageiros fornecidos pela Estrada de Ferro Central do Brasil e pelas linhas férreas auxiliares, como a Rio D'Ouro, permitiram a ocupação de áreas distantes do centro urbano do Rio de Janeiro, espalhando novas residências e pequenos estabelecimentos comerciais em áreas adjacentes às estações ferroviárias em diferentes graus de intensidade, variando de acordo com a eficiência do transporte e a distância em relação ao centro da cidade. Áreas como Irajá, Inhaúma e Cascadura passaram a servir como alternativa aos cariocas que não podiam arcar com os altos custos de moradias mais próximas ao núcleo urbano, mas que tinham condições financeiras suficientes para evitar os inúmeros cortiços da área central da cidade e habitações precárias encontradas nas encostas acidentadas próximas, que prenunciavam as favelas cariocas como as conhecemos atualmente:

> Até as primeiras décadas do século XX, independentemente de serem áreas na direção norte ou sul da cidade, as camadas da população com demanda por ocupação era as mesmas. Funcionários públicos, trabalhadores especializados, militares, profissionais liberais e pequenos comerciantes, que procuravam fugir da conturbada região central e dos bairros tradicionais por não poderem arcar com os custos da habitação, também não viam nos cortiços e favelas que se adensavam em função das reformas urbanas e do aumento da população pobre, opções aceitáveis de habitação. Dispostos a manter os símbolos de distinção que os diferenciava das chamadas "classes perigosas", preferiam se afastar da tumultuada vida do Centro e buscar os bairros mais novos suburbanos, para desfrutar de melhores condições de habitação (Albernaz; Mattoso, 2019, p. 98).

É nesse contexto de dispersão populacional através das linhas férreas nas últimas décadas do século XIX que a palavra *subúrbio* se consolida no vocabulário popular, caracterizada por três noções: "o trem como meio de transporte, o predomínio da população menos favorecida de meios de fortuna, e dependência e relações íntimas e frequentes com o centro da cidade" (Soares, 1990, p. 141). Esta primeira noção é

[38] *Echo Suburbano*. Rio de Janeiro, 3 de set. 1911, nº 180, p. 1. Seção de Periódicos da Biblioteca Nacional/RJ. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/821527/37>, acesso em 4 abr. 2022.

reforçada por Soares quando aponta que “no conceito popular carioca, onde não há trem, não é subúrbio” (op. cit., p. 141), utilizando o exemplo de Jacarepaguá. É reforçado, também, em reclamação endereçada ao periódico *Gazeta Suburbana*, de 1883:

> [...] não é para lhes fazer cumprimentos que esta escrevo, ao contrario, é para uns certos reparos, que não levarão a mal porque cada um puxa a braza para a sua sardinha.
> É o caso que sendo eu residente no Riachuelo, fiquei de todo desapontado quando li na Gazeta Suburbana: “Acceitamos em nossas columnas qualquer reclamação de interesse local desde o Engenho Novo até Cascadura, comtanto que nao envolva materia injuriosa contra terceiros.”
> Meus Senhores redactores, V. dizem que são tres exquisitões, notabilidades roceiras, quasi coroneis da prisca guarda nacional, etc., etc., etc. Pois eu declaro, que não sou nem exquisito, nem notabilidade, e que nunca fui máo ou bom guarda nacional, e nem prisco; nada disso. É verdade que nasci na roça, mas, criado na côrte, tenho permanecido urbano e subdito, por isso não deixarei de lhes perguntar a razão pela qual não acceitam em sua columnas as reclamações de interesse local do Riachuelo, de S. Francisco Xavier e de S. Christovão? Principalmente do Riachuelo?
> Que V. excluíssem desse favor os suburbanos desde a Copacabana e Gávea até os do Engenho Velho e Andarahy Grande, vá que fosse: comprehende-se que esses povos estão longe de Todos os Santos que é a côrte celeste, e não são servidos pela via ferrea, mas excluir o Riachuelo?[39]

As noções seguintes apontadas por Soares, de população menos afortunada e dependente da área central, também agem no sentido de reforçar o *ser suburbano* no imaginário popular da época, especialmente quando características notadamente urbanas começaram a permear a experiência de áreas reconhecidamente suburbanas, como Madureira e Inhaúma, que tiveram acréscimo na oferta de serviços e uma ocupação mais ostensiva do espaço nas primeiras décadas do Século XX. A busca pelo progresso urbano em áreas suburbanas foi símbolo marcante nos diversos periódicos locais, como podemos verificar em trecho do periódico *Echo Suburbano* de 1911, publicado em Madureira e assinado por Wilson Morgado:

> Vamos apresentar um grande melhoramento necessario aos suburbios, o qual trará, caso seja acceita a idéia, um lucro extraordinario para os cofres municipaes.
> Inhaúma, é um districto longo, populoso e só dará renda de certa importancia e valor, quando tiver fiscalização por parte do pessoal da nossa Municipalidade.

[39] *Gazeta Suburbana*. Rio de Janeiro, 22 dez. 1883, nº 2, p. 2. Seção de Periódicos da Biblioteca Nacional/RJ. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>, acesso em 5 abr. 2022.

> [...] As irregularidades existentes, desapparecerão, uma vez melhorado o serviço de fiscalização.
> Inhaúma, possue actualmente, cerca de 89.956 habitantes, cerca de 400 ruas, praças e estradas, 852 casas commerciaes, 439 vehiculos, 380 volantes, etc, etc.
> É um districto vasto e por essa razão, lembramos aos membros do Conselho Municipal, o seguinte:
>
> *a.* "Que seja o districto de Inhaúma dividido em duas partes.
> *b.* Que a divisão seja feita pelo córte da 'Linha Auxiliar' da E. F. Central.
> *c.* Que seja dividido em dois districtos, constituindo, um districto 'suburbano', com denominação de 'Inhaúma' e com séde em Bomsucesso; e outro 'urbano' com denominação 'Piedade', com séde á rua dr. Manoel Victorino.
> *d.* Que cada districto tenha um agente, um escrivão e os demais auxiliares, e cada um cumpra os seus deveres".
>
> Eis ahi o trabalho que apresentamos para o Conselho Municipal resolver o que trará grande lucro para os cofres municipaes.
> Inhaúma, precisa progredir![40]

Dessa forma, os símbolos da urbanização na oferta de serviços e infraestrutura similares aos presentes nas áreas centrais da cidade não pareciam interferir nos sentimentos de pertença entre suburbanos e os subúrbios. A "causa suburbana" e a agência política dos membros participantes da produção dos diversos periódicos locais suburbanos apontado por Mendonça[41] nos indicam formas como o *ser suburbano* foi operacionalizado de diferentes maneiras nas primeiras duas décadas do século XX, sempre de forma a mobilizar a população da região em busca de melhorias, seja pela ação política - elegendo e buscando proximidade com figuras políticas da cidade -, seja de forma autônoma - na mobilização de diversos comitês e congressos, como o Comitê de Melhoramentos de Irajá e o Congresso Suburbano.

Nesse ponto, existe um aspecto importante que merece destaque: quem eram os suburbanos cariocas na virada do século XIX? A inauguração das estradas de ferro e dos serviços de passageiros permitiu a ocupação populacional dos subúrbios, porém restrita a indivíduos que podiam arcar com os custos de deslocamento e com certa distância entre suas residências e o centro urbano. Assim, os subúrbios mais distantes do centro passaram a ser habitados em fins do século XIX por trabalhadores com maior estabilidade financeira (Mendonça, 2011), compostos "de funcionários públicos, de pequenos negociantes, de médicos com alguma clínica, de tenentes de diferentes

[40] *Echo Suburbano*. Rio de Janeiro, 3 de set. 1911, nº 180, p. 1. Seção de Periódicos da Biblioteca Nacional/RJ. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>, acesso em 4 abr. 2022.

[41] Em sua tese de doutorado (2017) Mendonça investiga de que forma estes suburbanos mobilizaram-se através dos periódicos locais em nome de autoproclamados "interesses" ou "causas suburbanas".

milícias" (Lima Barreto, 2018), chamados ironicamente de *aristocracia suburbana* pelo escritor Lima Barreto. Mais especificamente, os primeiros passos de uma ocupação mais ostensiva desses espaços foram realizados por uma população

> [...] das camadas médias, dos pequenos capitalistas, dos comerciantes e negociantes em geral, dos profissionais liberais solidamente estabelecidos em carreiras variadas – advogados, médicos, jornalistas, teatrólogos, engenheiros, políticos – cujas vivências se expressaram em torno de associações recreativas, com seus teatros amadores, clubes dançantes, grupos carnavalescos (Mendonça, 2017, p. 14-15).

À produção de equipamentos e produções culturais nos subúrbios - como os teatros, clubes e grupos carnavalescos mencionados acima -, podemos adicionar os diversos periódicos locais em fins do Século XIX, veiculados como folhas recreativas, semanários críticos e literários ou periódicos noticiosos dos interesses locais, que publicavam poesias e contos escritos por leitores e pelos próprios redatores, trechos de contos internacionais famosos e até mesmo curiosidades científicas. A importância desses periódicos foi indicada na pesquisa de Cristiane Miyasaka, apontando que

> [...] essa profusão de periódicos voltados para os interesses da população suburbana é, em si, um indício do crescimento dessa região e também indica que esses habitantes não se sentiam contemplados pela grande imprensa, embora existissem colunas específicas a respeito dos subúrbios. [...] tanto os proprietários dos periódicos [...] como os moradores [...] davam demonstrações de que era relevante ter um órgão de imprensa que tratasse exclusivamente dos "interesses locais" (Miyasaka, 2011, p. 63).

Por fim, resta sublinhar que as experiências investigadas pelos vários pesquisadores anteriormente citados são uma parte das diversas vivências que as áreas suburbanas proporcionam para a pesquisa histórica: Engenho Novo por Rafael Mattoso, Madureira por Leandro Mendonça e Inhaúma por Cristiane Miyasaka foram alguns dos exemplos citados por operarem temporal e espacialmente próximos dos objetivos de pesquisa desta dissertação. A condução de estudos sobre os subúrbios do Rio de Janeiro demanda esforços consideráveis dos pesquisadores para que entendam as particularidades inerentes a esse tema, particularidades que assumem um caráter cambiante no tempo e no espaço, no compasso das grandes transformações ocorridas na cidade do Rio de Janeiro, em especial a partir das últimas décadas do século XIX. "A busca de identificação da espacialidade e empregabilidade do termo subúrbios cariocas requer um exercício constante de historicização, contextualizar desde o

surgimento até as etapas de evolução dessas áreas consideradas cercanias da cidade nos primórdios de sua constituição" (Albernaz; Mattoso, 2019, p. 103).

Entende-se, neste trabalho, os subúrbios cariocas como alternativa de habitação que caminhou lado a lado com a história do Brasil, desde as sesmarias de Irajá e as grandes propriedades rurais da fazenda do Campinho (que englobava espacialmente os bairros de Quintino Bocaiúva, Cascadura, Campinho, Rio das Pedras – atual Oswaldo Cruz – e Fontinha – atual Bento Ribeiro) no período colonial, até os lotes de Lourenço Madureira no século XIX. Sofrendo grandes transformações na sua configuração populacional com a expansão dos transportes ferroviários - a princípio atraído considerável contingente de habitantes com empregos estáveis que desejavam escapar do caos do centro urbano e, posteriormente, se tornado a opção dos cariocas mais pobres expulsos do núcleo urbano nos processos de saneamento e reformas urbanas que tomaram vigor a partir de 1870 e culminaram (mas não findaram) nas reformas da década de 1900 -, considero o período de transição para o regime republicano central no entendimento dos subúrbios cariocas na forma como estão dispostos atualmente, sendo onde a palavra *subúrbio* começa a tomar forma no imaginário dos habitantes da cidade.

## 2. Raça, classe e cidade no Brasil da Primeira República

"A Sociedade futura há de pagar o desleixo da Sociedade presente."
(Revista *O Commentário*, 1905)

Dadas as particularidades e complexidades da sociedade brasileira, não há como analisá-la de forma satisfatória sem que se leve em conta o racismo como um dos fatores estruturantes da nação. Sejam as teorias racistas que animaram a formulação de projetos de nação no decorrer do século XIX, o pessimismo com a mestiçagem da população brasileira que, dizia-se, ameaçavam o futuro e o progresso nacional na virada dos Oitocentos, ou mesmo os diversos cálculos que foram realizados para que uma nação predominantemente branca fosse proposta como plano de restauração nacional no início do século XX, a questão racial tomou certo protagonismo nos debates econômicos, intelectuais, sociais e morais no Brasil.

> [...] a mestiçagem existente no Brasil não só era descrita como era adjetivada, constituindo uma pista para explicar o atraso ou uma possível inviabilidade da nação. [...] Ao lado de um discurso de cunho liberal, tomava força, em finais do século passado, um modelo racial de análise, respaldado por uma percepção bastante consensual (Schwarcz, 1993, p. 13).

Para se aferir o destaque que o debate sobre raças pelas classes dirigentes nacionais, podemos apontar como exemplo a participação brasileira no Congresso Universal de Raças de 1911, ocorrido em Londres, onde o Brasil foi representado pelos médicos e antropólogos Edgard Roquette-Pinto e João Batista de Lacerda, ambos financiados pelo governo Hermes da Fonseca[42] (Souza; Santos, 2012). Na opinião de Lacerda, "o congresso foi de tal modo importante no contexto internacional que acabou atraindo a atenção de todos os continentes do mundo, especialmente por seu 'espírito conciliador e universal" (Souza; Santos, 2012, p. 746).

Participando da quinta e da sexta sessões do congresso, que "debateram a formação da 'consciência moderna em relação à questão racial" (Souza; Santos, 2012, p. 751), com o trabalho *The Metis, or half-breeds, of Brazil* ("os Metis, ou mestiços, do Brasil" em tradução livre),

> Lacerda tratou da miscigenação racial no Brasil e do processo de branqueamento da população mestiça. Logo no início de sua conferência, Lacerda chamou a atenção para o fato de que, tanto do

[42] Para um estudo pormenorizado do Congresso Universal das Raças de 1911 e da participação brasileira no evento, indica-se o artigo "O Congresso Universal de Raças, Londres, 1911: contextos, temas e debates" (2012), de Vanderlei Sebastião de Souza e Ricardo Ventura Santos.

> ponto de vista social quanto antropológico, a questão dos mestiços teria "uma importância excepcional no Brasil", uma vez que a miscigenação entre brancos e negros era livremente aceita no país. Capturados no mercado africano e brutalmente escravizados no Brasil, segundo Lacerda, os negros não foram segregados pelos portugueses colonizadores, ao contrário do que teria ocorrido nos domínios coloniais anglo-saxões (Souza; Santos, 2012, p. 753).

Por meio da relativização das violências sexuais ocorridas contra negras escravizadas e indígenas da nação, Lacerda argumentou que esse "cruzamento" permitiu a normalização da miscigenação pela população brasileira. Em contraponto aos estudos raciais que circulavam à época – que apontavam a mestiçagem como formadora de seres "inferiores" –, o antropólogo indicava atributos positivos à mestiçagem brasileira. Sua fala, no que diz respeito à dinâmica racial brasileira, tinha como propósito ilustrar o plano das esferas políticas e intelectuais para se resolver a "questão negra" da nação no contexto dos pós-Abolição:

> No final da apresentação, Lacerda enunciaria sua principal tese acerca do resultado da miscigenação no Brasil. Segundo ele, o cruzamento racial tenderia a fazer com que negros e mestiços desaparecessem do território brasileiro em menos de um século, ou seja, antes mesmo do final do século XX, possibilitando o branqueamento da população. Em sua compreensão, esse processo deveria ocorrer por três motivos principais. Em primeiro lugar, devido à "seleção sexual", os mulatos procurariam sempre encontrar parceiros que pudessem "trazer de volta seus descendentes para o tipo branco puro", removendo os aspectos característicos da "raça negra", inclusive o atavismo. Além disso, a crescente entrada de imigrantes europeus no país, somada aos problemas sociais, e o abandono que os negros foram obrigados a enfrentar desde a abolição, traziam a perspectiva futura de uma nação inteiramente branca. E num tom comemorativo, concluía que o Brasil caminhava para ser "um dos principais centros da civilização do mundo" (Souza; Santos, 2012, p. 754).

O texto, que se propunha a propagandear o Brasil como destino promissor de capital estrangeiro e de imigrantes teve notável repercussão positiva, chegando a ser citado por W. B. Du Bois em texto publicado após o congresso, no qual destacava a importância do debate sobre a miscigenação sob uma ótica positiva e a integração da população mestiça na sociedade brasileira (Souza; Santos, 2012). Não apenas figuras estrangeiras observavam com bons olhos as opiniões de Lacerda, como também uma parcela da população brasileira, imersa nas ideologias racistas que alicerçaram o pensamento social da época:

> Os brasileiros achavam até animador esse visível "clareamento" da população e sua ideologia racial ficava, assim, reforçada. Desde que a miscigenação funcionasse no sentido de promover o objetivo almejado,

> o *gene* branco “devia ser” mais forte. Ademais, durante o período alto do pensamento racial — 1880 a 1920 — a ideologia do “branqueamento” ganhou foros de legitimidade científica, de vez em que as teorias racistas passaram a ser interpretadas pelos brasileiros como confirmação das suas idéias de que a raça superior — a branca —, acabaria por prevalecer no processo de amalgamação (Skidmore, 1976, p. 63).

Este “otimismo” com o branqueamento brasileiro se justificava a partir de premissas mais ideológicas do que científicas, com o racismo cumprindo seu papel de hierarquizar a sociedade entre os *fortes e aptos* e os *degenerados e inaptos*:

> A tese do branqueamento baseava-se na presunção da superioridade branca, às vezes, pelo uso de eufemismos como “mais adiantados” ou “menos adiantados” e pelo fato de ficar em aberto a questão de ser a inferioridade inata. À suposição inicial, juntaram-se mais duas: Primeiro — a população negra diminuía progressivamente em relação á branca por motivos que incluíam a suposta taxa de natalidade mais baixa, a maior incidência de doenças, e a desorganização social. Segundo — a miscigenação produzia “naturalmente” uma população mais clara, em parte porque o gene branco era mais forte e em parte porque as pessoas procurassem parceiros mais claros do que elas (Skidmore, 1976, p. 81).

Talvez Du Bois não tenha percebido que, por trás do texto aparentemente conciliatório de Lacerda, repousava um projeto eugênico de pureza racial cujo objetivo era o embranquecimento sistemático da nação brasileira (do qual falaremos mais adiante).

Posteriormente, Gilberto Freyre também viria a apontar a importância da apresentação de Lacerda em 1911 na internacionalização do debate racial do Brasil. O sociólogo ferrenhamente opositor do racismo científico teve também grandes contribuições sobre o debate racial brasileiro, sendo o mais notável deles a obra *Casa grande & senzala* (1933). Porém, antes que possamos nos debruçar sobre as obras de intelectuais e pesquisadores que conferiram importância ao debate racial, é necessário que tenhamos delimitadas as bases do que viremos a chamar de “raça” nesta dissertação.

## 2.1. Raça: “loucura codificada” e realidade social

> “Minha última prece: Oh, meu corpo, faça sempre de mim um homem que questione!”
> (Frantz Fanon em *Pele negra, máscaras brancas*)

A questão racial no Brasil se tornou ponto central na pesquisa de diversos autores ainda no século XIX. Porém, neste trabalho objetivo apresentar com maior

destaque autores que produziram especificamente no período republicano, devido à confluência de suas produções com a temática e o contexto histórico debatidos nesta dissertação. No alvorecer do século XX, temos as obras de Manuel Querino nas discussões sobre a realidade e as contribuições das populações negras brasileiras. Querino

> [...] dedicou muito de seu tempo e energia a estudos históricos, em particular à pesquisa e ao registro das contribuições dos Africanos ao crescimento do Brasil. Esses estudos tinham dois objetivos. Por um lado ele queria mostrar a seus irmãos de cor a contribuição vital que deram ao Brasil; e por outro desejava lembrar aos Brasileiros da raça branca a dívida que tinham com a África e com os afro-brasileiros. Assim publicou, já em 1906, *Os artistas Baianos*, um artigo de 62 páginas na Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, seguido de 1908 a 1914 por numerosos estudos especializados na mesma revista. Em 1909, publicou uma coletânea de artigos escritos para o "Diário de Notícias" nos dois anos anteriores sob o título *Contribuição para a História das Artes na Bahia*. No mesmo ano publicou no Rio *Artistas baianos*.
>
> Ao voltar sua atenção para a História, esperava reequilibrar a ênfase tradicional na experiência europeia no Brasil. Nenhum afro-brasileiro havia até então dado sua perspectiva da História do Brasil. Querino surgiu como o primeiro Brasileiro – afro ou branco – a detalhar, analisar e fazer justiça às contribuições Africanas ao Brasil.
>
> [...] Querino, na época, trouxe à História do Brasil a perspectiva do Afro-Brasileiro. Morando na comunidade de descendência Africana, ele conhecia com intimidade os hábitos, aspirações e frustrações dos Afro-Brasileiros. Falando de suas fontes de pesquisa, Querino revelou que muitas de suas informações vinham diretamente de Afro-Brasileiros idosos que conversavam com ele sem inibição, pois o viam como um amigo (Miranda, 2013, s.p.).

Querino buscou, através de seus escritos, publicizar o papel positivo fundamental das populações negras brasileiras na história do país. No entanto, o contexto em que o autor viver foi permeado por teorias racistas que relegaram ao negro um lugar de inferioridade e desajuste moral e social. Logo, as obras que buscavam tratar da "questão negra" brasileira partiam, majoritariamente, de tratar as populações negras e a mestiçagem da nação como entrave ao seu progresso. Silvio Romero foi um destes exemplos e, seguindo as teorias racialistas de fins do século XIX,

> [...] incorreu em lances em que chama "povos inferiores" aos índios e aos negros, em que afirma ser o mestiçamento uma das causas de certa "instabilidade moral da população"; em que chama os "arianos", "a grande raça", "bela e valorosa raça"; e finalmente, em que adota a ideologia do branqueamento (uma das futuras teses de Oliveria Viana) nesses termos: "não… construiremos uma nação de mulatos; pois que a forma branca vai prevalecendo e prevalecerá" (Ramos, 1995, p. 170).

Outro pesquisador, contemporâneo de Romero, que analisou a questão do negro e da miscigenação como impeditivo da constituição de uma nação civilizada – a partir da ideia de que o "cruzamento racial" ocasionaria na degeneração da prole – foi Nina Rodrigues. No cerne de seus estudos, o autor indicava que o baixo índice de "arianos" brasileiros era indicativo da incapacidade da nação de se tornar verdadeiramente "civilizada", e o tema das relações entre miscigenação e degenerescência foram constantes nas suas obras.

> A genética não era, ainda, uma ciência desenvolvida quando Nina Rodrigues morreu em 1906, e cientistas respeitáveis discutiam ainda se cruzamentos entre "raças" diferentes produziam "híbridos vigorosos" ou degenerados físicos. Nina Rodrigues inclinava-se para essa última posição. Citou Agassiz como autoridade em miscigenação, associando-se desse modo com o mais importante dos teóricos norte-americanos da degenerescência do mulato. Em outro passo, citou a descrição de José Veríssimo dos mestiços "degradados" da bacia amazônica, e Ladislau Neto (etnógrafo brasileiro e diretor do Museu Nacional até 1893) sobre o suposto "atavismo" dos mestiços. Nina Rodrigues não foi tão longe quanto Agassiz na condenação dos mestiços, mas contradisse frontalmente a opinião geral de que a miscigenação havia ajudado a raça branca a adaptar-se e a sobreviver no Norte tropical do Brasil. A influência do negro, disse, "há de constituir sempre um dos fatores da nossa inferioridade como povo", nada poderá deter a "eliminação do sangue branco" naquela região. A miscigenação apenas atrasaria o processo. Nina Rodrigues opôs-se sobretudo à opinião "injustificadamente" otimista de muitos brasileiros sobre o "valor social" do mestiço, escrevendo uma série de ensaios técnicos sobre tópicos como "Antropologia patológica: os mestiços (1890); "Miscigenação, degenerescência e crime" (1989) e "Degenerescência física e mental entre os mestiços nas terras quentes" (inacabada ao tempo da sua morte). Isso o punha, naturalmente, em oposição à crença difundida entre a elite de que a miscigenação levaria, mais cedo ou mais tarde, a um Brasil branco (Skidmore, 1976, p. 77).

Havia notável pessimismo no pensamento de Nina Rodrigues em relação à miscigenação brasileira, vendo-a como um traço que sempre impediria o progresso da nação. Pessimismo este não compartilhado por Oliveira Vianna, que buscou contrapor teses de mestiçagem que não resultassem na erradicação dos traços negroides da população brasileira. Guerreiro Ramos (1995), ao comentar sobre o *quantum de sangue ariano no Brasil* que permeava a pesquisa de Vianna, não mediu palavras em sua crítica:

> A precariedade científica de enunciados como este está hoje ao alcance de qualquer colegial. Oliveira Viana confunde aí o biológico com o social duplamente. Primeiro, enquanto admite que um quantum sanguíneo possa ser responsável por uma melhoria de caráter cultural.
> Segundo, quando interpreta o incremento crescente da proporção de "brancos" na composição populacional do país como um processo biológico primário (Ramos, 1995, p. 180).

Na construção de sua tese do branqueamento da população brasileira, Oliveira Vianna indicava os componentes negros como um “desvio” passageiro, e que os genes “arianos”, enfim, viriam a superar outros traços em sua visão racialmente inferiores.

De fato, o que podemos indicar a partir de Romero, Rodrigues e Vianna, ainda que resumidamente ilustrado neste trabalho, foi a importância conferida ao debate racial em um momento de profundas mudanças na sociedade brasileira, na esteira dos debates sobre a construção de uma nação moderna e civilizada. Outro ponto digno de nota é que estes indivíduos, somando-se aqui também Querino e Guerreiro Ramos, vinham de origens e posições sociais distintas, o que também ocasionou recepções distintas sobre suas obras no período em que foram publicados.

A temática racial manteve-se relevante no decorrer do século XX, e a questão racial veio a se destacar, ou se tornar central, nos estudos de vários pesquisadores brasileiros. Citando alguns exemplos pertinentes à temática desta dissertação, temos as contribuições de Nogueira (1998), em que verificamos como o mecanismo racial hierarquizou as relações de trabalho a partir de aspectos físicos que marcaram indivíduos a uma condição de *ser negro* estigmatizada nas primeiras décadas do século; Moura (1988) aponta como a construção do Brasil republicano utilizou a raça como mecanismo de represamento da ascensão de trabalhadores brasileiros a partir do corpo negro, estigmatizado como preguiçoso, propenso a doenças mentais e à violência; Campos (2010), por fim, indica como as favelas, predominantemente ocupadas por negros passaram por um constante processo de representação negativa como espaço criminalizado da cidade do Rio de Janeiro.

Ainda assim, apesar da centralidade do debate racial - indispensável para os estudos sobre a sociedade brasileira -, é preciso destacar o fato de que raça não pode ser considerada uma categoria biológica ou científica de análise (como apontarei a seguir). “Dito ainda de outra maneira: a construção baseada em traços fisionômicos, de fenótipo ou de cor, é algo que não tem o menor respaldo científico” (Guimarães, 2021, p. 25) Porém, isto não significa que sua operacionalização na forma do racismo[43] não tenha papel determinante na realidade da experiência humana:

> A raça, a racialização e o racismo são produzidos na dinâmica das relações sociais, compreendendo as suas implicações políticas, econômicas, culturais. É a dialética das relações sociais que promove a metamorfose da etnia em raça. A “raça” não é uma condição biológica

[43] Entendo, a partir de Santos (2012), o racismo como “sistema de dominação social complexo, baseado em múltiplos princípios sociais de classificação que se alternam e combinam (princípios de hierarquização constituintes da colonialidade das relações de poder)”.

> como a etnia, mas uma condição social, psicossocial e cultural, criada, reiterada e desenvolvida na trama das relações sociais, envolvendo jogos de forças sociais e progressos de dominação e apropriação. Racionalizar uns e outros, pela classificação e hierarquização, revela-se inclusive uma técnica política, garantindo a articulação sistêmica em que se fundam as estruturas de poder. Racializar ou estigmatizar o "outro" e os "outros" é também politizar as relações cotidianas, recorrentes, em locais de trabalho, estudo e entretenimento; bloqueando relações, possibilidades de participação, inibindo aspirações, mutilando práxis humanas, acentuando a alienação de uns e outros, indivíduos e coletividades (Ianni, 2004, p. 23).

A construção da ideia de raça se fez a partir da construção de uma *diferença* que, no contato europeu com povos de outros continentes, se converteu na justificativa de uma pretensa tutela histórica da raça branca, autodeterminada como superior em relação às demais. Especificamente sobre a população negra, agiu-se "outorgando à pele e à cor o estatuto de uma ficção de cariz biológico, os mundos em particular fizeram do Negro e da raça duas versões de uma única e mesma figura, a da loucura codificada" (Mbembe, 2014, p. 11).

Em análise mais pormenorizada dessa "loucura codificada", pode-se observar a evolução da construção de raça como categoria analítica através dos séculos. Inicialmente, "o conceito de raça veio do italiano *razza*, que por sua vez veio do latim *ratio*, que significa sorte, categoria, espécie. Na história das ciências naturais, o conceito de raça foi primeiramente usado na Zoologia e na Botânica para classificar as espécies animais e vegetais" (Munanga, 2003, p. 1). Raça se transmuta no período medieval europeu em uma forma para designar linhagens hereditárias, e uma justificativa de dominação e sujeição através da ideia de pureza, também legada das ciências naturais (Munanga, 2003). Porém, as novidades do século XV foram determinantes para a evolução da construção da ideia de raça.

O contato com as diversas sociedades encontradas em África e na América "colocam em dúvida o conceito de humanidade até então conhecida nos limites da civilização ocidental" (Munanga, 2003, p. 1). Dominados pelas influências religiosas próprias do período das navegações transatlânticas, os debates conduzidos pelos europeus buscaram a confirmação da condição humana dos não europeus a partir de premissas teológicas eurocêntricas, até que "conseguiu-se demonstrar que os índios e os negros tinham referência na bíblia e na escritura santa, o que comprovara sua descendência adâmica e, consequentemente, sua humanidade" (Munanga, 2010, p. 182). Nesse aspecto, as supostas origens dos negros como "filhos de Cam" serviram

em parte como justificativa e subterfúgio para a escravidão colonial, chancelada e legitimada pela Igreja Católica.

No século XVIII, o “Século das Luzes”, de contestação do domínio político das instituições religiosas nas sociedades europeias, as bases teológicas de raça foram substituídas por uma base racional. Retomando a utilização conceitual de raça das ciências naturais - de classificação das supostas espécies humanas, da mesma forma como eram ordenadas plantas e outros animais -, os elementos utilizados para a categorização das diversas raças foram, justamente, os traços físicos desses grupos humanos espalhados pelo mundo. Curiosamente, essa concepção de raça exportada das ciências naturais atropelou “critérios objetivamente estabelecidos que nada tinham a ver com as cores” (Munanga, 2010, p. 183), visto que a cor da pele passa a ser o fator predominante da diferenciação teoricamente construída nesse período.

O que se observa, no contato dos europeus com um *outro* que se relacionava com o mundo, com seus pares e consigo mesmos de maneiras diferentes às dos europeus, é a construção hierárquica de um conjunto de valores ditos civilizados que passarão a regrar a relação entre Europa e o seus diferentes:

> Se os naturalistas dos séculos XVIII-XIX tivessem limitado seus trabalhos somente à classificação dos grupos humanos em função das características físicas, eles não teriam certamente causado nenhum problema à humanidade. Suas classificações teriam sido mantidas ou rejeitadas como sempre aconteceu na história do conhecimento científico. Infelizmente, desde o início, eles se deram o direito de hierarquizar, isto é, de estabelecer uma escala de valores entre as chamadas raças. O fizeram erigindo uma relação intrínseca entre o biológico (cor da pele, traços morfológicos) e as qualidades psicológicas, morais, intelectuais e culturais (Munanga, 2003, p. 5).

Ainda sobre a questão da hierarquização das raças humanas, Ianni aponta, de forma mais enfática, que no cerne desse choque entre mundos residem “xenofobia, etnicismo e racismo. Ao hierarquizar as ‘civilizações’, hierarquizando também povos, nações, nacionalidades e etnias, é evidente que se promove a classificação, entre positiva, negativa, neutra ou indefinida, de uns e de outros” (Ianni, 2004, p. 21). No centro da construção de civilização estavam, é claro, os próprios proponentes dessa diferenciação, e na sua racionalização, um conjunto de preceitos que se tornaram as bases do pensamento racial:

> Modernamente, quando falamos de raça, estamos nos referindo a uma categoria que engloba, ao menos, cinco dimensões: (a) a de hereditariedade pelo sangue de características morais e intelectuais; (b) a classificação das sociedades humanas segundo características somáticas — cor, cabelo, formato dos lábios e do nariz; (c) a utilização

> das duas dimensões anteriores em discursos políticos designando iguais e inferiores, ou seja, justificando as hierarquias sociais; e (d) a utilização dessas noções em discursos de história natural que pretendem explicar também a história social, ou seja, a redução do mundo cultural ao natural (Guimarães, 2021, p. 25).

Entre o século XVIII e início do século XX, a construção do "conceito" de raça, seguindo os ventos da Modernidade, a partir de um discurso de legitimidade científica se sofistica, elencando novos atributos para a operacionalização da hierarquização racial das espécies humanas, que

> [...] acrescentaram ao critério da cor da pele outras características morfológicas como o formato do crânio e da cabeça, os lábios, narizes, queixos etc., e os caracteres genéticos hereditários como os grupos de sangue e certas doenças hereditárias e raciais. Estes, considerados como marcadores genéticos, constituiriam, segundo pensavam, o divisor de águas, que consagraria a tarefa científica de classificação das raças humanas (Munanga, 2010, p. 183).

Essas "novidades" resultaram em uma variedade de teorias deterministas que formularam uma correlação entre vícios e desvios comportamentais aos atributos raciais dos indivíduos. É dessa construção revestida de caráter científico que nascem ideias como o "criminoso nato" de Césare Lombroso, que apontava através da análise do crânio de indivíduos negros e mestiços a sua pretensão à violência e ao crime, ideia essa que teve grande influência nos primeiros códigos penais republicanos do Brasil (Machado, 2021), junto com outras produções de natureza similar gestadas no Brasil, como a de Nina Rodrigues.

Porém, no decorrer do século XX, os avanços científicos - nas áreas da Biologia e da Genética, por exemplo - e um reposicionamento analítico das pesquisas que envolvem a questão racial - como a pesquisa de Franz Boas, em 1912, que indicou que o formato do crânio de um ser humano é determinado pelo meio em que o mesmo está inserido, e não por como características raciais (Munanga, 2003) - serviram para erodir as convicções referentes às diferenciações das espécies humanas, fundamentadas na construção da categoria de raça dos últimos séculos.

> Combinando todos esses desencontros com os progressos realizados na própria ciência biológica (genética humana, biologia molecular, bioquímica), os estudiosos desse campo de conhecimento chegaram a conclusão de que a raça não é uma realidade biológica, mas sim apenas um conceito aliás cientificamente inoperante para explicar a diversidade humana e para dividi-la em raças estanques. Ou seja, biológica e cientificamente, as raças não existem (Munanga, 2003, p. 4).

Unindo-se ao esforço científico de desbiologização de raça, a materialização dessa loucura codificada levada às últimas consequências chocou o mundo durante a Segunda Guerra Mundial pelo bloco do Eixo, colocando as evidências as contradições da questão racial na forma como esta foi operacionalizada no decorrer do século XX. O domínio do norte da África pela Itália de Mussolini em uma tentativa de reavivar o Império Romano seguindo uma doutrina fascista; o extermínio de civis da Manchúria conduzidos pelo Império Japonês, que se via como raça superior e predestinada a governar; por fim, o mais notório dos efeitos concretos da retórica de pureza racial – tendência global que, no Brasil, levou à construção de uma retórica eugenista – conduzido pela Alemanha nazista de Hitler, que resultou no extermínio em escala industrial de mais de 6 milhões de judeus e de milhares de outras minorias, como negros, homossexuais, portadores de deficiências e ciganos. Dessa forma, os debates acerca da questão racial tomaram um rumo diferente a partir da década de 1950, em uma tentativa de se superar conceitualmente a ideia de raça e sobrevalorizar o debate étnico.

> Depois da tragédia da Segunda Guerra Mundial, assistimos a um esforço de todos os cientistas — biólogos, sociólogos, antropólogos — para sepultar a ideia de raça, desautorizando o seu uso como categoria científica. A vontade de todos era apagar tal ideia da face da terra, como primeiro passo para acabar com o racismo (Guimarães, 2021, p. 24).

No Brasil, a questão racial assume importância na medida que a formulação dos diversos projetos de identidade nacional que surgiram a partir da Independência centralizam a hierarquização da nação a partir de suas diferenças raciais. Nos registros da 4ª Sessão do IHGB de 4 de fevereiro de 1839[44], por exemplo, surgiram questionamentos acerca da "espantosa extinção" dos indígenas brasileiros dos litorais, apontando como possibilidades as guerras "intertribais", a expulsão dos jesuítas (que melhor saberiam "civilizar" os indígenas) e a substituição de mão de obra escravizada pelos africanos, que teria servido de "embaraço à civilização" dos indígenas brasileiros.

A temática da civilização dos indígenas foi uma constante nos debates dos primeiros Tomos da Revista do IHGB. Sobre os povos tupinambás, podemos encontrar justificativas veladas para sua assimilação até mesmo por bases linguísticas: "Em sua linguagem não tem as letras F, L e R, [...] que não tem F; porque lhes falta a Fé [...]. Não

[44] Acervo digital da Revista IHGB, Tomo I, p. 47-48. Disponível em: <rihgb1839t0001.pdf - Google Drive>.

tem L; porque lhes falta Lei [...]. Não tem R; porque lhes falta Rei, que os governe"[45]. No Tomo II, foi indicado que "a cathequese é o meio o mais efficaz, e talvez unico, de trazer os Indios da barbaridade de suas brenhas aos commodos da sociedade"[46].

Alguns anos depois, no Tomo Sexto, de 1845, foi publicado texto vencedor de um concurso promovido pelo IHGB sobre a escrita da História do Brasil, vencido pelo alemão Karl Philip Von Martius, que havia redigido sua publicação em 1843. Von Martius aponta a necessidade de análise do Brasil a partir de suas particularidades regionais, resultantes da grande extensão continental da nação e das diferentes influências culturais que cada região possuía. Porém, no cerne de sua obra está uma ideia que viria a permear os debates sobre a sociedade brasileira nas décadas seguintes:

> Qualquer que se encarregue de escrever a Historia do Brasil, paiz que tanto promette, jamais deverá perder de vista quaes os elementos que ahi concorrerão para o desenvolvimento do homem.
> São porém estes elementos de natureza muito diversa, tendo para a formação do homem convergido de um modo particular tres raças, a saber: a de cor de cobre ou americana, a branca ou Caucasiana, e enfim a preta ou ethiopica. Do encontro, da mescla, das relações mutuas e mudanças d'essas tres raças, formou-se a actual população, cuja historia por isso mesmo tem um cunho muito particular.[47]

O autor já antecipava que sua análise – que apesar de relegar certa importância aos negros e indígenas na construção da nação, não se furtou de apontar sua inferioridade – seria encontrada com resistência, tendo a união dessas três raças um potencial caráter negativo para o Brasil:

> Sei muito bem que *Brancos* haverá, que a uma tal ou qual concorrencia d'essas raças inferiores taxem de menoscabo á sua prosapia. [...] Os espiritos mais esclarecidos e mais profundos pelo contrario, acharão na investigação da parte que tiveram, e ainda tem as raças Índia Ethiopica no desenvolvimento historico do Povo Brasileiro, um novo estimulo para o historiador humano e profundo [48].

Outro ponto relevante das reflexões de Von Martius se refere à assimilação dos negros e indígenas, em um presságio do que viriam a ser as teorias de embranquecimento da nação pouco menos de um século depois:

---

[45] Acervo digital da Revista IHGB, Tomo I, p. 158-159. Disponível em: <rihgb1839t0001.pdf - Google Drive>.
[46] Acervo digital da Revista IHGB, Tomo II, p. 3-4. Disponível em: <rihgb1840t0002.pdf - Google Drive>.
[47] Acervo digital da Revista IHGB, Tomo VI, p. 381-382. Disponível em: <rihgb1844t0006.pdf - Google Drive>.
[48] Idem, p. 382.

> Jamais nos será permitido duvidar que a vontade da Providência predestinou ao Brasil esta mescla. O sangue Portuguez, em um poderoso rio deverá absorver os pequenos confluentes das raças India e Ethiopica. Em a classe baixa tem lugar esta mescla, e como em todos os países se formam as classes superiores dos elementos das inferiores, e por meio d'ellas as vivificam e fortalecem, assim se prepara actualmente na ultima classe da população Brasileira essa mescla de raças, que d'ahi a seculos influirá poderosamente sobre as classes elevadas, e lhes communicará aquella actividade historica para a qual o Imperio do Brazil é chamado.[49]

Segundo Souza (2022), o primeiro projeto, concebido durante o período imperial, organizou a sociedade brasileira nas relações entre as três raças aqui presentes – seguindo os preceitos de Von Martius –, sendo elas os brancos europeus, os indígenas e os negros africanos. No topo dessa hierarquia estavam os brancos europeus que conduziriam a missão civilizatória da nação; os indígenas viriam abaixo, construídos a partir de uma perspectiva romantizada[50] e ignorando os efeitos do colonialismo nos diversos povos indígenas espalhados pelo território nacional (a escravização de indígenas até a substituição pelo trabalho forçado de negros africanos, a propagação de doenças trazidas da Europa para as Américas, os impactos sociais da empresa colonial na vida material das comunidades indígenas, citando alguns exemplos); por fim, aos negros foi reservada a base da pirâmide social brasileira e a condição de subalternidade e desajuste em relação às expectativas de sociedade ideal, onde a escravização serviria como "salvação" das condições "selvagens" do continente africano.

Com a sofisticação das pseudociências que buscavam a justificativa científica de raça operadas a partir da segunda metade do século XIX, já mencionada anteriormente, o debate no decorrer da Primeira República suscita um segundo projeto de identidade,

> [...] tendo como principais bases de sustentação político-ideológica as teorias raciais importadas da Europa, em especial o determinismo racial. Tal teoria enunciava, como um dado científico, a raça de um povo como fator imperativo para o progresso da nação, com a raça branca sendo a única dotada dos atributos intelectuais e morais essenciais para a consecução desse projeto. Em contraposição, essa teoria alegava haver evidências científicas de que os não-brancos eram um empecilho ao

[49] Idem, p. 383.

[50] Lilia Schwarcz (1998) aponta que, no decorrer do século XIX, ocorreu um processo de construção de uma mitologia originária do Brasil, tendo como ponto central o indígena. Porém, essa construção foi realizada em bases românticas e fantasiosas, cujo objetivo era criar um indígena heroico, fixado em um passado onde seu sacrifício assegurou a coesão nacional vigente.

> progresso, devido aos seus atributos intelectuais e morais inferiores (Souza, 2022, p. 49).

Pode-se observar na construção e “evolução” desses projetos de identidade nacional a consolidação de ideologias racistas, tributárias das correntes científicas e de pensamento europeias e ressignificadas no Brasil, de forma a justificar uma suposta superioridade natural dos brancos em relação aos negros, mestiços e indígenas, tanto em relação aos valores morais e estéticos da nação, quanto em relação à ideia de progresso e civilização. Mais especificamente, a ideologia racista

> [...] suscita uma hierarquia entre as raças ao conceber a raça branca como superior às outras em termos estéticos, intelectuais e morais, em decorrência de seus atributos biológicos ou culturais. Assim, engendra uma representação social dos brancos como “naturalmente” dotados dos atributos intelectuais e morais necessários para a edificação de um projeto civilizatório, em contraposição à representação social das pessoas não-brancas como antípodas desse processo. Haveria, portanto, uma hierarquização entre brancos e não-brancos marcada pelas dicotomias: superior e inferior, belo e feio, governante e governado, trabalho intelectual e trabalho braçal, detentor de valores morais e destituído de valores morais (Souza, 2022, p. 48).

A hierarquização apontada por Souza serve com o propósito de naturalizar as contradições das sociedades, no acesso a bens materiais e direitos humanos básicos, mascarando por trás do mito do mérito a realidade das desigualdades sociais no Brasil e no mundo. “A classificação racial, ao tempo que constitui as raças, recria as bases materiais das desigualdades sociais. Assim, o agrupamento de pessoas em raças é usado para humilhar, agrupar e excluir, para monopolizar recursos escassos em grupos dominantes” (Guimarães, 2021, p. 27).

Por fim, aponto os questionamentos de Guimarães (2021) sobre a construção da “raça” brasileira, nas suas múltiplas dimensões e entrecruzadas com outros marcadores diferenciais – como classe e gênero –, de forma a não cairmos na armadilha do essencialismo quando o debate racial é aprofundado. Fundamentalmente, devemos entender a construção de raça como uma experiência social dinâmica, constante, historicamente significada e ressignificada a partir das estruturas e relações sociais entre povos e nações ao longo dos séculos.

> O que é ser negro, indígena, ou classe média no Brasil? Indagações como essas requerem pesquisa sobre a formação e transformação de sujeitos coletivos e suas identidades sociais ao longo do tempo e em contextos sociais e locais específicos. Fenômenos tão complexos que dificilmente suportam explicações causais ou funcionais. Algo que as feministas negras têm chamado de interseccionalidade, como veremos

> adiante, parece mais promissor como modo de explicação. Por outro lado, até que ponto a raça, a classe e a etnia dos indivíduos informam seu comportamento social numa determinada conjuntura? Nesse caso, tomamos como dadas as suas respectivas formações históricas e, numa análise sincrônica, procuramos entender o quanto de seu comportamento eleitoral, por exemplo, pode ser explicado ou compreendido por interesses e valores unicamente decorrentes de suas identidades sociais múltiplas. Não podemos, porém, supor que tais identidades e tais sujeitos coletivos estejam para sempre formados, sob pena de transformarmos tais identidades em qualidades, em essências individuais de uma determinada formação social (Guimarães, 2021, p. 43).

Para esta pesquisa, importam os efeitos práticos da consolidação das ideologias racistas no Brasil e, mais especificamente, as observáveis no Rio de Janeiro durante os primeiros anos da Primeira República no processo de modernização e urbanização da cidade, apontados a seguir.

## 2.2. Cidade e Modernidade

> "Tudo deve mudar para que tudo fique como está."
> (Giuseppe Tomasi di Lampedusa em *O Leopardo*)

Desde o período colonial – em especial após a transmigração da família real portuguesa no início do século XIX para o território que viria alguns anos depois se tornar o Império do Brasil – foram fortes as influências europeias no cotidiano colonial. A adoção de padrões estéticos europeus não se fazia de forma acidental ou inconsciente, e sim pela necessidade de autoafirmação e de distinção dos detentores dos poderes políticos e econômicos da colônia, visto que

> [...] tanto para a "aristocracia" dos senhores de engenho como para a pequena burguesia dos negociadores urbanos em busca de alianças vantajosas e de ascensão social, a "europeização" — absorção de aparências de cultura europeia — dava *status,* compensava *handicaps* raciais, como pele não perfeitamente clara, mulatice etc., e criava distâncias, no nível do espaço real, em face da população negra. (Sodré, 2002, p. 37).

A própria dinâmica de ocupação de espaços da cidade, baseados fundamentalmente nas estruturas de uma sociedade escravista – com a separação efetiva das áreas ocupadas pelos senhores brancos e dos escravizados negros – acirrava ainda mais as contradições da sociedade brasileira, explicitadas posteriormente pela Abolição. "Segundo engenheiros, higienistas e representantes políticos, o traçado

e padrões de construção do Rio de Janeiro do século XIX em nada pareciam as modernas cidades europeias" (Cruz, 2020, p. 15). As estreitas vielas, a disposição aleatória das vias secundárias que não seguiam padrões urbanísticos e, principalmente, a notável quantidade de cortiços presentes nas principais ruas do núcleo urbano se apresentavam como um problema a ser resolvido pelas classes dirigentes cariocas, agravadas pela composição populacional desse modelo de habitação, predominantemente ocupado por negros, pardos, migrantes de outras regiões do país e estrangeiros. Ainda durante o período da escravidão brasileira, era bastante comum escravizados urbanos que trabalhavam com algum tipo de atividade artesanal (como sapateiros, alfaiates, ourives, metalúrgicos, enfim, presentes em todas as cadeias produtivas da economia) preferirem habitar nos pequenos quartos dos numerosos cortiços da cidade a voltarem para as residências de seus senhores. Tendo ocupações mais especializadas e mais bem remuneradas, foi possível para vários desses indivíduos não apenas ganhar certa autonomia residencial, mas também a compra de sua liberdade pelas alforrias. Digno de nota é, também, o fato de os cortiços serem frequentemente apontados na imprensa carioca da época como asilos de escravizados fugidos (Chalhoub, 1996).

A forma como os grupos socioeconômicos dirigentes do Brasil enxergavam os negros livres e libertos no contexto do enfraquecimento constante e da extinção do regime da escravidão no decorrer dos Oitocentos explicita o racismo que determinava os modelos de ocupação da cidade, associando-os às "classes perigosas", termo importado no fim do século dos escritos de um membro do alto escalão policial francês, chamado Frégier (devidamente distorcido à moda intelectual brasileira da época), e amplamente discutido pelas comissões parlamentares brasileiras durante os debates de formulação das leis contra a ociosidade da população da cidade (Chalhoub, 1996).

> Como o afastamento de escravos e ex-escravos afigurava-se fundamental a uma sociedade que, no final do século XIX, sonhava em romper social, econômica e ideologicamente com as formas de organização herdadas da Colônia — o que já excluíram o negro dos privilégios da cidadania —, intensificaram-se as regras de segregação territorial, tradicionais na organização dos espaços brasileiros (Sodré, 2002, p. 39).

Logo, não tardou a surgir estratégias para justificar a remoção forçada desse contingente populacional das regiões centrais da cidade, amplamente apoiadas pelos veículos de imprensa em matérias, reportagens e na reprodução de cartas de seus leitores. "Políticas urbanísticas e habitacionais, controle policial e sanção jurídica [...]

combinaram-se e reforçaram a produção de um ideal de cidade que se quis ‘moderno’, ‘civilizado’ e burguês” (Cruz, 2020, p. 7). Modernidade essa da qual a população negra não fazia parte, pois o escravizado

> [...] configurava-se como um empecilho ideológico à higiene e à modernização. Discursos de diferentes procedências sociais colocavam-no lado a lado com miasmas e insalubridade. Na realidade, além da condição escrava, o próprio homem negro [...] recebia conotações negativas de parte do corpo social. Escravo e negro eram percebidos, na prática, como a mesma coisa (Sodré, 2002, p. 42).

Cabe aqui, uma breve reflexão acerca do que seria um pensamento “modernizante” na perspectiva brasileira, “afinal, na virada do século XIX para o XX, modernidade e civilidade eram sinônimos de quê?” (Santos, 2022, p. 180). O historiador Rafael Cardoso (2022), analisando criticamente o modernismo brasileiro através da imprensa carioca, nos indica um caminho para entender de que forma esse termo circulou à época:

> O emprego jornalístico da palavra [moderno/moderna] tornou-se corriqueiro nas primeiras décadas do século XX, geralmente com o intuito de qualificar algum processo ou atividade como novidade tecnológica: cinema, aeroplanos, automóveis, eletricidade, arranha-céus. O desejo de ser percebido como moderno já era tão difundido na década de 1910 que inspirou o nome e a embalagem de uma marca de cigarros chamada Modernos (Cardoso, 2022, p. 20).

Nesse contexto da correlação entre o moderno e a novidade, os efeitos práticos desse discurso modernizante, que no Rio de Janeiro se concretizou com mais efetividade a partir das intervenções sanitárias de Barata Ribeiro de 1890 e nas reformas urbanas da década de 1900 de Pereira Passos e Rodrigues Alves, não escaparam aos olhos do pesquisador:

> No Brasil, a modernidade costuma ser confundida com o desejo de parecer moderno. Às vezes, de modo proposital. Políticas voltadas para a modernização resultam num verniz de progresso, mas recuam de forma sistemática diante da tarefa de promover mudanças reais. É menos trabalhoso passar mais uma demão de tinta sobre uma parede rachada do que reconstruí-la (Cardoso, 2022, p. 38).

Deve-se nesse ponto destacar a arbitrariedade desse pretenso progresso e a qual parcela da população se propôs a contemplar, visto que o ônus do processo “civilizatório” da cidade se fez mais pronunciado na vida de pessoas negras e pobres. As reformas urbanas, com a disseminação de largas vias e da padronização arquitetônica dos prédios das áreas centrais da cidade, deslocaram forçadamente um

grande contingente de cariocas de suas habitações a modelos ainda mais precários e improvisados de moradia, dispersando-os em direção a favelas e aos cortiços ainda não demolidos, tanto nas áreas centrais da cidade quanto em regiões suburbanas mais distantes do centro urbano.

Todo esse aparato retórico centrado em uma dita modernidade brasileira se consolidou aferindo às populações negras e mestiças da cidade uma variedade de correlações negativas, que os apresentava como incompatíveis ao mundo do trabalho pretendido, e à retórica do racismo científico, que hoje chamamos devidamente de pseudocientífica, mas que teve validação científica e circulação ampla nas esferas intelectual, acadêmica e pública na virada do século XIX para o XX. Em suma, “o racismo científico [...] organizou os pilares da recém inaugurada República do Brasil” (Santos, 2022, p. 181), ditando as condições e os destinos das populações negras da nação.

Considerados vetores de doenças, como a febre amarela e a tuberculose (não se levando em conta as condições precárias de habitação a que esse contingente era submetido), vistos como preguiçosos e com tendências pretensamente naturais ao vício e ao crime (uma rápida análise das páginas criminais dos periódicos cariocas no início do século XX, por exemplo, ilustram com clareza esse ponto), os negros e pardos eram, para as classes dirigentes da República, a antítese de um modelo de trabalho livre, moderno, dos cidadãos “civilizados” e aptos ao trabalho eficiente, à poupança e à manutenção da família (Moura, 1988). Nesse ponto, amplificam-se as discussões e a aplicação mais vigorosa de um plano que já vinha ocorrendo no decorrer dos Oitocentos para a solução da “questão negra” e dos efeitos da cada vez mais inevitável abolição do regime da escravização no Brasil: a imigração de um grande contingente de trabalhadores europeus para o país. Justificavam-se, na necessidade de uma mão de obra pretensamente compatível com as expectativas dos detentores do poder nacional, os grandes investimentos e subsídios para a vinda dos imigrantes, realizados pelos governos republicanos nos anos seguintes à Abolição.

Assim, dadas as particularidades do processo abolicionista brasileiro – cujo projeto vencedor não agiu em nenhuma forma de reparação na condição dos escravizados, libertos e seus descendentes – é ironicamente trágico inferir que o fim do processo de escravização de negros na forma da lei agiu, de certa maneira, como um retrocesso prático nas condições materiais desse contingente da população, o que pode ser explicado a partir das estruturas e indivíduos que, no fim das contas, conduziram o projeto que se concretizou:

> [...] o abolicionismo que conhecemos é, em grande medida, branco e elitista. Homens (e poucas mulheres) oriundos dos setores médios e mais abastados — que muitas vezes dedicaram a vida à causa da abolição — tiveram uma importância significativa na luta pelo fim da escravidão. Criaram sociedades e jornais abolicionistas, desempenharam um papel respeitável nas disputas parlamentares e, em algumas situações, chegaram às vias de fato em nome da causa. Isso não é pouco.
> Considerando que o Brasil havia muito apostava na longevidade da escravidão e tinha uma elite que reiteradas vezes optou por essa instituição nefasta, estava claro que a classe dirigente não aceitaria facilmente os ideais abolicionistas, muito menos o fim da escravidão (Santos, 2022, p. 160).

Não se pretende, aqui, desprezar ou reduzir o processo abolicionista, visto que a participação de indivíduos e associações negras livres e libertas ao longo dos Oitocentos foi determinante para minar a estrutura escravista brasileira, especialmente no que diz respeito à imprensa abolicionista (que será revisitada mais adiante):

> [...] o abolicionismo dos homens negros que comandaram a *Gazeta da Tarde* foi um tanto mais além do que ações de representantes da elite que se comportavam como meros "porta-vozes dos cativos", por considerá-los seres "alienados" e "incapazes". [...] nem os escravizados (e reescravizados) foram representados como impotentes em absoluto, nem a luta abolicionista empreendida por Ferreira de Menezes, José do Patrocínio e, de quebra, Luiz Gama se orientou pela separação rígida entre escravos, de um lado, e libertos e livres, do outro. Em vez disso, parece-me evidente que, em decorrência do contato empírico com a precariedade da cidadania negra, esses homens da imprensa não puderam escapar ao registro das perversas conexões entre a escravidão e a liberdade; e empreenderam ações abolicionistas mais complexas do que as comumente mencionadas (Pinto, 2014, p. 200).

Vale destacar, também, que a luta abolicionista não foi encampada apenas na imprensa, ou por grupos específicos entre classes médias e abastadas. O abolicionismo foi uma causa com que penetrou em todas as camadas da sociedade brasileira durante o século XIX:

> [...] as atividades abolicionistas empreendidas só tiveram sucesso justamente porque mobilizaram amplos setores da sociedade, incluindo homens e mulheres escravizados, além de libertos e livres. Obviamente, nem todos desempenharam as mesmas funções, mas é indiscutível que o fim do escravismo foi construído por muito mais pessoas do que os jornalistas e os parlamentares, e eles souberam disso (Pinto, 2014, p. 205).

Porém, voltando-se ao projeto que foi enfim conduzido:

> [...] nesse processo complexo e ao mesmo tempo contraditório da passagem da escravidão para o trabalho livre, o negro é logrado

> socialmente e apresentado, sistematicamente, como sendo incapaz de trabalhar como assalariado. No entanto, durante o escravismo, o negro atuava satisfatória e eficientemente no setor manufatureiro e artesanal (Moura, 1988, p. 65).

A partir do que foi desenvolvido no subtópico 2.1, a estrutura social que apresentamos é resultante desse processo de subalternização dos contingentes populacionais que fugiam do ideal branco de nação (negros, mestiços, indígenas, árabes e asiáticos), tomando forma por vários aspectos. Foi escolhido, "como tipo ideal, representativo da superioridade étnica na nossa sociedade, o branco europeu e, em contrapartida, como tipo negativo, inferior, étnica e culturalmente, o negro." (Moura, 1988, p. 62). Assim, quanto mais se aproximassem fenotipicamente desse modelo racial ideal, mais numerosas seriam as oportunidades no mercado de trabalho e, por consequência, de ascensão social (Nogueira, 1998). Em paralelo, o sistema educacional posteriormente serviria para curar uma pretensa "degeneração racial" dos negros e pardos da nação – propagada por meio das teorias racistas da época – através de avanços nas áreas da saúde e educação, na construção de uma suposta raça brasileira aperfeiçoada (D'Ávilla, 2006), espelhada nas expectativas das elites dirigentes do país.

Dessa forma, formulou-se um sistema valorativo que atribuiu aos imigrantes europeus brancos todos os aspectos necessários para a modernização e civilização nacional - sendo eles pretensamente aptos para integrarem a empresa capitalista moderna e a manutenção dos núcleos familiares que assegurariam um futuro brilhante ao Brasil – enquanto que, aos negros, foram atribuídos os valores opostos – do atraso, da relação com o passado colonial, da incapacidade de integrar o sistema econômico republicano e da sua natural "selvageria" e incapacidade de constituir famílias.

> Ao negro apático, despreparado em termos ideológicos para o trabalho livre, costuma-se contrapor o imigrante disciplinado e responsável, já suficientemente condicionado à ética do trabalho contratual, em que capacidades de iniciativa e de auto-sacrifício combinam-se de forma maleável a fim de atender aos anseios de mobilidade e ascensão social. Além disso, e também ao contrário do imigrante, o negro não possuiria aqueles laços familiares tão necessários à reprodução e estabilidade de sua força de trabalho (Azevedo, 1987, p. 23).

Para os intelectuais e políticos da época, "a modernidade e a civilidade tinham uma cor específica, que não estava refletida na maior parte da população brasileira" (Santos, 2022, p. 187), sendo o peso dessa construção no imaginário nacional perceptível nos debates sobre o futuro do país. Tributário da tendência global de

alinhamento às teorias do racismo científico e replicado em diversas obras literárias e nos circuitos acadêmicos e intelectuais do país, nos anos que sucederam o Golpe Republicano de 1889 a ideia de cruzamento entre raças era vista como mais um impeditivo do tão almejado progresso, visto que “para os deterministas raciais europeus, a geração de filhos de brancos com não-brancos resultaria em seres degenerados em termos intelectuais, morais e físicos” (Souza, 2022, p. 49).

Assim, tornou-se urgente a adoção, nas últimas décadas do século XIX, de um plano massivo de imigração branca para o país. Esta urgência não se fez apenas pelo ideal racista de progresso das classes dirigentes do país, mas também por pressões externas (principalmente da Inglaterra) no decorrer dos Oitocentos e, em boa medida, pelo medo da concretização de uma Revolução do Haiti brasileira*,* amplificado pelas revoltas e insurreições de negros escravizados ao longo deste século (Azevedo, 1987). Ainda que a temática da formação de uma identidade nacional brasileira tivesse permeado todo o século XIX (entre diversos planos, desde a assimilação de negros e indígenas através da sua “civilização” até a devolução em massa de negros escravizados de volta à África), a construção de um povo europeizado através da imigração ganhou força no Brasil a partir da década de 1870 (Azevedo, 1987).

Logo, “O imigrante deveria ser, assim, uma espécie de ‘apagamento branco’ do lado negro da história do trabalho no Brasil. A ideia que [...] se fazia do ‘trabalhador moderno’ tinha a ver com o operário europeu, branco e presumivelmente letrado” (Sodré, 2002, p. 128). *Presumivelmente* porque, como apontado por Moura (1988) e Sodré (2002), essa supervalorização da força de trabalho europeia não possuía nenhuma justificativa material, que não as bases de uma intelectualidade racista herdada do período colonial e ressignificada ao longo dos séculos no Brasil e no mundo. Mesmo assim, o plano estava traçado e, para que ocorresse a tão almejada modernização nacional – moral, social e econômica –, a erradicação de quaisquer traços negros da sociedade precisava ser alcançada.

> [...] se no Brasil não havia quem formasse o mercado de trabalho livre, dada a incapacidade mental e despreparo profissional do ex-escravo, somava-se inevitável a vinda de mão-de-obra estrangeira, devido ao seu (suposto) enquadramento nas relações de produção capitalistas. Da irracionalidade de um sistema escravista, pré-capitalista, que gerava homens pouco racionais, objetivava-se passar à racionalidade de outro sistema — o capitalista, através de agentes racionais já produzidos por ele (Azevedo, 1987, p. 25).

A princípio, essa erradicação se daria pela substituição populacional impulsionada pelo processo de imigração subsidiada de trabalhadores europeus e,

posteriormente, pelo processo de embranquecimento da nação através da miscigenação, base da ideologia do branqueamento que ganhou considerável tração no Brasil no início do século XX.

Nessas bases, as expectativas das elites dirigentes do país para a sociedade brasileira são perfeitamente representadas na pintura *A Redenção de Cam* (Figura 3) datada de 1895 e produzida por Modesto Brocos, que atravessa diretamente a realidade dos negros, mestiços e indígenas da população brasileira. Ocorreu, então, a construção da modernidade brasileira baseada na *redenção* através da imigração europeia e da miscigenação e, por consequência, na alocação dos contingentes negros da população como a *maldição* nacional a ser extirpada.

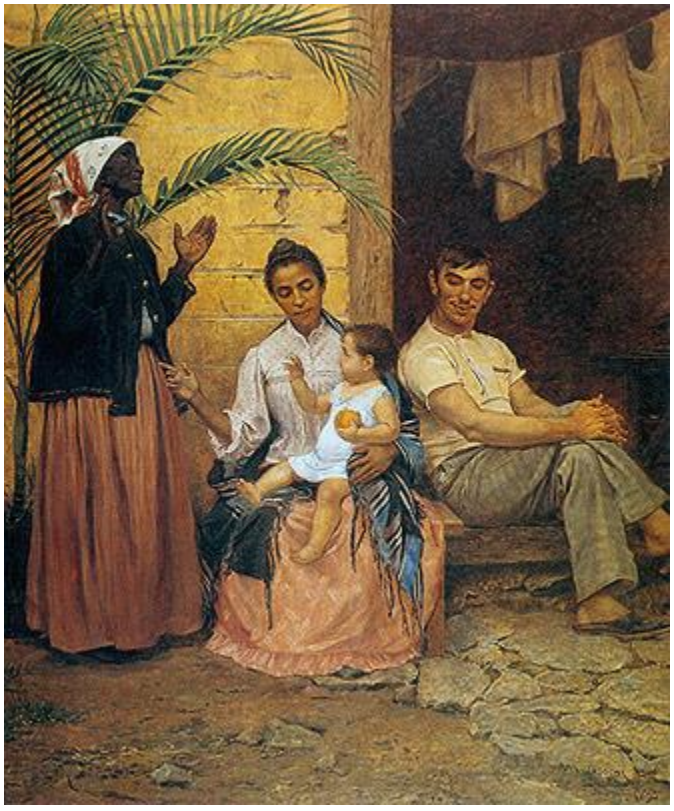


Figura 3 – *A Redenção de Cam* (Modesto Brocos, 1895)

*Fonte:* Enciclopédia Itaú Cultural. Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra3281/a-redencao-de-cam>.

Retornando à obra de Brocos, fazem parte da cena uma mulher negra retinta – com as mãos erguidas, como quem agradece a Deus – que observa sua filha que, pela cor mais clara da pele, foi resultado de uma relação interracial; no colo de sua filha, e ocupando lugar central na obra, está uma criança de pele branca do sexo masculino. Do lado oposto da mulher negra, está presumivelmente o pai da criança - um homem branco que observa a cena com um sorriso no rosto. Tão revelador quanto a cena

apresentada na obra é a análise do que está ausente na mesma: estão representadas a mulher negra e mestiça, e o homem branco. Logo, nota-se a ausência da mulher branca e indígena e do homem negro, mestiço e indígena.

No contexto das tentativas de embranquecimento da população brasileira, a mulher branca pode ser entendida como o modelo ideal de procriação, visto que seria necessária apenas a relação com um homem branco para a "purificação racial" da nação, enquanto o homem negro ou mestiço pode ser interpretado como o oposto desse ideal já que, relacionando-se com mulheres de qualquer raça, ele "atrasaria" o embranquecimento da nação. No que diz respeito aos povos indígenas, sua ausência é reveladora da mentalidade da época, onde o indígena se apresentava como externo à dinâmica social brasileira em uma perspectiva urbana. Logo, presentes na obra estariam todos os agentes do processo de "civilização" da nação, através de sua purificação racial.

Moura (1988) aponta que, na construção ideológica da superioridade branca em contraposição à inferioridade negra, a figura do "mulato" é operacionalizada como mola amortecedora desse processo em que este, por ter características fenotípicas mais afastadas dos negros (pela mais clara, cabelo mais liso, formato do nariz e da boca mais aproximados aos europeus) fica mais próximo do "modelo ideal" da raça brasileira. Na prática, o "mulato" servia como uma âncora de ressentimentos entre as populações negras e mestiças do país e, por consequência, como desmobilizador de uma possível "contra-ideologia neutralizadora" (Moura, 1988, p. 69) que pudesse disputar o domínio das ideologias racistas vigentes à época. Dessa forma, o que se viu no decorrer do século XX foi uma tentativa de afastamento dos negros de suas identidades étnicas e resultando, por exemplo, na dispersão da população negra e parda do país no recenseamento de 1980 em 136 cores de pele diferentes, entre elas *branca melada*, *enxofrada*, *morena canelada* e *puxa para branca* (Moura, 1988), citando alguns exemplos. Tendo-se em vista que essa dispersão foi feita em um campo de autodeclaração racial, a força da falta de identidade racial na população brasileira da época fica evidente.

Em resumo, no cerne da alienação das populações negra, mestiça e indígena de sua própria realidade estava a construção de uma categorização que, ao mesmo tempo que elegia o branco como ideal de civilização e guardiões do futuro da nação, legava a estes o status de agentes do atraso e âncoras do progresso brasileiro - as bases da ideologia do branqueamento do Brasil. Dessa forma, verifica-se na construção de uma determinada modernidade brasileira – capitaneada pelas suas elites – grande

influência de construções ideológicas centradas na questão racial que dessem conta da hierarquização social da nação, e que sustentasse essa divisão na quebra do paradigma da escravidão. Justificaram-se, assim, as condições precárias a que as populações negra e mestiça foram submetidas em relação às suas oportunidades de trabalho e ascensão social, jogando sobre os pobres todos os ônus de sua realidade e apontando seu pretenso desajuste natural às novas dinâmicas sociais da vida urbana e do trabalho livre.

Importa destacar que, na construção do que aqui me refiro como *modernidade brasileira*, não busco apontar a existência de apenas um modelo nacional. Trabalho aqui com o que podemos indicar como um "projeto vencedor", capitaneado, financiado e apoiado amplamente pelas classes dirigentes da nação – ainda que, entre estas mesmas elites, houvesse disputas e cisões – e que vieram a tomar forma nas concepções de identidade nacional e nos projetos urbanísticos da nação.

Na introdução de seu livro *Modernidade em preto e branco: arte e imagem, raça e identidade no Brasil, 1890-1945* (2021), intitulado *Modernidades ambíguas e modernismos alternativos*, Cardoso aponta justamente para a pluralidade de projetos e pensamentos acerca da construção dos modernismos culturais brasileiros "como fenômeno histórico disperso e diverso" (Cardoso, 2021, p. 16). Exemplificado na obra do autor estão as contribuições de escritores como Lima Barreto, João do Rio e Benjamin Costallat, que foram historicamente escanteados para a categoria de *pré-modernistas,* definição duramente criticada por Cardoso. Sua crítica atravessa, também o cenário das artes visuais:

> As poucas tentativas de lidar com o que Paulo Herkenhoff batizou de "o moderno antes do modernismo oficial" em quase nada alteraram o balanço historiográfico. Um bom número de artistas que a crítica modernista relegou ao último suspiro "academismo" — Eliseu Visconti, Belmiro de Almeida e Arthur Timotheo da Costa, entre outros — continua a ocupar mais ou menos a mesma posição em que Gilda de Mello e Souza os deixou, ainda nos anos 1970, quando chamou a atenção para a injustiça dessa designação (Cardoso, 2021, p. 15).

Não se pretende aqui (assim como não foi a proposta da obra de Cardoso) um aprofundamento na temática dos modernismos brasileiros ou "o que foi, quando foi, se deve ser abraçado ou deixado para trás" (Cardoso, 2021, p.16). Busco apontar que essa construção é socialmente produzida e permeada por contradições e conflitos, os quais tento alocar temporal e espacialmente no Brasil de fins dos Oitocentos.

Em outra direção, apenas o debate racializado no contexto do século XIX não é suficiente para o entendimento das complexas relações sociais estabelecidas e

ressignificadas no Império e na República e inscritas no cenário urbano. Em suma, “a estrutura espacial de uma cidade capitalista não pode ser dissociada das práticas sociais e dos conflitos existentes entre as classes urbanas” (Abreu, 2022, p. 23). A expansão industrial brasileira traz consigo um modelo de cidade eminentemente capitalista, que em si tenciona novos conflitos no Rio de Janeiro a partir da segunda metade do século XIX.

Citando apenas indústrias têxteis (Oliveira, 2010, p. 103) que correspondiam em fins do século cerca de 60% das fábricas do país (Severino, 2015), foram inauguradas até 1899, na cidade e em suas adjacências, as fábricas de Santo Aleixo (Magé, em 1849), Brasil Industrial (Paracambi, em 1872), São Pedro de Alcântara e Petropolitana (Petrópolis, em 1874), Santa Rita e São Lázaro (São Cristóvão, em 1877), Pau Grande (Magé, em 1878), Tecidos do Rink (Centro, em 1879), Aliança (Laranjeiras, em 1880), Bomfim (Caju, em 1882), Niterói (Niterói, em 1883), Confiança Industrial (Vila Isabel, em 1885), Carioca (Jardim Botânico, em 1886), São João (São Cristóvão, em 1886), São Cristóvão (São Cristóvão, em 1887), Progresso Industrial do Brasil (Bangu, em 1889), Corcovado (Lagoa, em 1889), Andorinhas (Magé, em 1890), Cruzeiro (Andaraí, em 1890) e São Félix (Gávea, em 1890). A aparente dispersão das fábricas pelo Rio de Janeiro pode ser explicada por vários fatores:

> Sabe-se que inicialmente a indústria se implanta — como se diz — próxima às fontes de energia (carvão, água), das matérias-primas (metais, têxteis), das reservas de mão-de-obra. Se ela se aproxima das cidades, é para aproximar-se dos capitais e dos capitalistas, dos mercados e de uma abundante mão-de-obra, mantida a baixo preço. Logo, ela pode se implantar em qualquer lugar, mas cedo ou tarde alcança as cidades preexistentes, ou constitui cidades novas, deixando-as em seguida, se para a empresa industrial há algum interesse nesse afastamento (Lefebvre, 2002, p. 25).

Adicionam-se a esses fatores as particularidades da experiência urbana carioca, que, na perspectiva das teorias sanitárias correntes na virada do século XIX, associou às fábricas e oficinas da cidade o status de insalubres e como contraponto do progresso civilizatório da cidade (Cruz, 2021), que em certa medida foram responsáveis pela suburbanização fabril da cidade no decorrer do século seguinte, possibilitada pela ampliação dos serviços de transporte de passageiros a partir de 1870. Assim, a expansão da dinâmica fabril começou a tomar áreas rurais e suburbanas em regiões cada vez mais distantes do núcleo carioca. Em resumo: “[...] na virada do século XIX, ao se iniciar no Brasil a concentração e a reprodução de capitais (nacionais e

estrangeiros), começou também o movimento de expansão urbana da Capital Federal" (Sodré, 2002, p. 127).

Vale destacar que a expansão carioca (que nesse período traz consigo diversos símbolos de modernização urbana, como eletrificação dos bondes e da iluminação pública, alargamento das vias públicas e atualização arquitetônica da cidade) não ocorreu de forma igualmente distribuída. A eletrificação dos bondes, por exemplo, foi concluída nos distritos centrais da cidade ainda no início da década de 1900, enquanto os distritos suburbanos mais distantes, como Irajá, ainda contavam com bondes de tração animal em fins da década de 1920.

Não apenas se tratando das novidades de uma suposta evolução urbana, mas também no que se refere à qualidade de vida de seus habitantes, como a criação, formalização e manutenção de mercados públicos nas nestas regiões, sendo na imprensa frequentemente apontados o "[...] problema da installação, em locaes appropriados, desses feissimos e arrazadissimos mercados ou cousas assim denominadas que existem na zona suburbana, justamente nos seus pontos de mais movimento e, portanto, de maior população"[51]. Considerando as condições históricas que concernem à população carioca, "na ocupação paulatina do Rio de Janeiro, sobrou para os negros o pior, ou seja, a periferia insalubre e os morros [...] onde eram péssimas as condições de vida" (Sodré, 2002, p. 42).

Nas últimas décadas do século XIX, ainda sob o regime da escravidão, havia necessidade na centralização da população na zona portuária da cidade, onde se concentrava parte considerável das oportunidades de trabalho para as parcelas menos qualificadas dos cariocas. Porém, os processos de urbanização e reformas que ocorreram nesse período apresentaram uma situação complexa, na centralização espacial da força de trabalho e, ao mesmo tempo, na valorização financeira das áreas centrais da cidade, agravadas pela especulação imobiliária características desse período de transição.

> Na relação de poder então vigente, o lado escravo (as classes pobres) concentrava-se nas freguesias centrais, em virtude da proximidade do comércio, do porto e das manufaturas. O Centro da cidade, seu "coração", torna-se, portanto, o alvo natural da elite de empresários atuante no setor de construções, de onde partem as reivindicações de planejamento urbano vazadas numa ideologia culturalista de "embelezamento" segundo critérios civilizatórios europeus (Sodré, 2002, p. 128).

[51] *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 30 de jan. 1910, nº 30, p. 17. Seção de Periódicos da Biblioteca Nacional/RJ. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/030015_03/513>, acesso em 29 jun. 2023.

No cerne dos afãs civilizatórios que agiram sobre a cidade do Rio de Janeiro no decorrer dos Oitocentos estava a construção de uma “Paris dos Trópicos” na capital brasileira, uma cidade-vitrine que indicasse a todas as experiências urbanas da nação um modelo a ser seguido. Uma cidade que, no período imperial, pudesse reproduzir uma sociedade de cortes para a elite portuguesa que transmigrou à colônia com a família real e, no alvorecer da república, materializasse simbolicamente o progresso nacional pretendido pelas classes dirigentes. Dessa forma, o simbolismo de uma modernidade brasileira se inscreveu na vida dos cariocas, em especial na virada do século XIX.

Seja no cerco aos espaços considerados insalubres e nos códigos municipais de postura da década de 1890. ou nas novas ruas alargadas, grandes avenidas em linha reta, na padronização das fachadas dos prédios, e no cerco aos espaços “selvagens” da cidade durante a década de 1900, o urbano na perspectiva dos valores civilizatórios europeus se fixou no horizonte dos engenheiros, médicos e políticos brasileiros nos primeiros anos da República. Não apenas das classes políticas e dos corpos técnicos frequentemente chamados para discutir a temática da urbanização carioca, mas também de investidores nacionais e estrangeiros, que viram nas reformas uma oportunidade de expandir seus negócios. Um exemplo elucidativo se encontra na influência da especulação imobiliária durante o processo das reformas da década de 1900, onde foram expropriados mais prédios que o necessário, antecipando os ganhos que a valorização dos terrenos nas áreas centrais da cidade viria a acarretar (Abreu, 2022). Assim, a função da cidade no mercado capitalista global em união a uma concepção ideológica “moderna” deve ser, também, levada em consideração.

> A transformação da forma urbana visava sobretudo resolver as contradições que ela apresentava. Era imperativo agilizar todo o processo de importação/exportação de mercadorias, que ainda apresentava características coloniais devido à ausência de um moderno porto. Era preciso, também, criar uma nova capital, um espaço que simbolizasse concretamente a importância do país como principal produtor de café de mundo, que expressasse os valores e os *modi vivendi* cosmopolitas e modernos das elites econômica e política nacionais. Nesse sentido, o rápido crescimento da cidade em direção à zona sul, o aparecimento de um novo e elitista meio de transporte (o automóvel), a sofisticação tecnológica do transporte de massa que servia às áreas urbanas (o bonde elétrico), e a importância cada vez maior da cidade no contexto internacional não condiziam com a existência de uma área central ainda com características coloniais, com ruas estreitas e sombrias, e onde se misturavam as sedes dos poderes político e econômico com carroças, animais e cortiços. Não condiziam, também, com a ausência de obras suntuosas, que proporcionavam

> “status” às rivais platinas. Era preciso acabar com a noção de que o Rio era sinônimo de febre amarela e de condições anti-higiênicas, e transformá-lo num verdadeiro símbolo do “novo Brasil” (Abreu, 2022, p. 81).

Como símbolo desse “novo Brasil” republicano, além do processo de urbanização para tornar-se a “Paris dos Trópicos”, faz-se relevante o surto industrial ocorrido no Rio de Janeiro em meados dos Oitocentos. Ao pensarmos a constituição do espaço urbano a partir de Henri Lefebvre - que analisa a configuração das cidades através da relação entre urbanização e industrialização, entendidas como antagônicas e indissociáveis – a estrutura capitalista característica das construções ideológicas do século XIX não podem ser desprezadas. O autor, ao diferenciar o *habitar* (pelo valor de uso atribuído à cidade) do *habitat* (pelo valor de troca que resulta no loteamento e hierarquização do espaço urbano), indica que a sociedade pós-industrial redefine o direito à cidade, reestruturando-a e redefinindo quem pode ou não ocupar certos espaços, visto que as cidades passam a ver vistas pelo valor do terreno e não por sua utilidade

> A cidade e a realidade urbana dependem do valor de uso. O valor de troca e a generalização da mercadoria pela industrialização tendem a destruir, ao subordiná-las a si, a cidade e a realidade urbana, refúgios do valor de uso, embriões de uma virtual preponderância e de uma revalorização do uso (Lefebvre, 2011, p. 14).

Sendo vista como produto, onde o poder econômico se encarrega de ditar a quem de fato pertencem os seus espaços considerados mais privilegiados, a cidade sofre um cerco dos poderes econômicos e da expansão industrial, tensionando os movimentos de industrialização e urbanização (ainda que, no caso do Rio de Janeiro, a ideia de industrialização tenha que ser abordada com cautela):

> [A indústria] ataca também a Cidade (cada cidade), assalta-a, toma-a, assola-a. Tende a romper os antigos núcleos, apoderando-se destes. O que não impede a extensão do fenômeno urbano, cidades e aglomerações, cidades operárias, subúrbios (com a anexação de favelas lá onde a industrialização não consegue ocupar e fixar a mão-de-obra disponível) (Lefebvre, 2011, p. 16).

Na cidade do Rio de Janeiro, percebem-se os choques entre urbanização e ampliação industrial em fins do século XIX, componente importante para o processo de suburbanização carioca, tendo o tecido urbano carioca se estendido aos subúrbios mais próximos como Engenho de Dentro e Inhaúma, inicialmente. Com a expansão da urbanização em direção a regiões suburbanas da cidade na virada do século (em

especial nas freguesias/distritos mais próximos do núcleo urbano da cidade) novas dinâmicas se apresentam – como a complexificação administrativa, nos mesmos moldes que levaram às diversas divisões da freguesia de Irajá, ainda no período colonial, sendo os principais a expansão populacional e a necessidades de maior controle administrativo dos espaços da cidade.

As pesquisas de Rafael Mattoso (2019), Cristiane Miyasaka (2011) e Alline Cruz (2021) apontam um acelerado processo de expansão populacional, de infraestrutura e de comércio destes distritos. Na imprensa suburbana, a ideia de separação do distrito de Inhaúma - que, em 1911, já possuía "cerca de 89.956 habitantes, cerca de 400 ruas, praças e estradas, 852 casas comerciais, 439 veículos, 380 volantes"[52] - em duas novas subdivisões, o distrito suburbano de Inhaúma e o distrito urbano da Piedade, foi levantada[53], pretendendo-se aumentar a eficiência da arrecadação de impostos e das rondas policiais da região. Notadamente, a subdivisão de um distrito ocorre em reação a uma expansão populacional e, considerando que a população de Inhaúma teve um salto de pouco menos de 8 mil habitantes em 1870 (Abreu, 2022, p. 52) para quase 90 mil em 1910, como apontado na matéria do *Echo* e corroborado por Miyasaka (2011), as preocupações do redator do periódico parecem justificadas. Para além da questão populacional, a ideia de criação de um distrito urbano elevaria o status de uma região periférica às mesmas condições jurídico-administrativas dos distritos centrais da cidade.

Busco entender, assim, a forma como estes três processos – urbanização, industrialização e suburbanização – se deram na cidade do Rio de Janeiro, através de diversos aparatos ideológicos e de mercado. A construção de um modelo de cidadão ideal durante o processo de proletarização da classe trabalhadora carioca, como apontado por Moura (1988), criou também um antagonismo de lideranças proletárias em relação aos negros e mestiços, e o impedimento da ocupação desses grupos na dinâmica do trabalho fabril até o início do Século XX, embora isso não ocorresse de maneira uniforme na cidade, precisando-se levar em conta fatores como distância entre as habitações e a fábrica, distância entre fábrica e as áreas centrais da cidade, e a concentração prévia à implantação da fábrica de um contingente negro e mestiço de habitantes.

Assim, a ocupação dos postos de trabalho fabril também deve ser temporalmente problematizada, como exemplificados no caso da Fábrica da Companhia

---

[52] *Echo Suburbano*. Rio de Janeiro, 3 de set. 1911, nº 180, p. 1. Seção de Periódicos da Biblioteca Nacional/RJ. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>, acesso em 21 mar. 2023.
[53] *Idem.*

Progresso Industrial do Brasil, fundada em Bangu na década de 1890. Tendo empregado predominantemente negros desde sua construção até os anos que sucederam o início de sua operação (Severino, 2015), provavelmente pela ampla disponibilidade de mão-de-obra negra de antigas chácaras e fazendas da freguesia de Campo Grande, no decorrer dos anos a presença negra veio a ser substituída por uma predominância de operários brancos, resultando no fato de que “os retratos de operários da época não mostravam um negro sequer” (Sodré, 1988, p. 45).

Unindo-se aos movimentos intelectual e de mercado, que constituíram arcabouço ideológico e aporte financeiro para intervir na cidade (e nas vidas de cada) carioca, está a influência do Estado nesse contexto histórico. O geógrafo Maurício de Almeida Abreu, no livro *Evolução Urbana do Rio de Janeiro* - considerado um clássico da arquitetura e urbanismo carioca - indica a relevância que o papel do Estado brasileiro teve historicamente na constituição do espaço urbano da cidade:

> [...] se a estrutura atual [...] do Rio de Janeiro se caracteriza pela tendência a um modelo dicotômico do tipo núcleo-periferia, onde a cidade dos ricos se contrapõe àquela dos pobres, isto não se deve apenas às forças de mercado. Tal estrutura, também seria função do papel desempenhado pelo Estado no decorrer do tempo, seja através da criação de condições materiais que favoreceram o aparecimento desse modelo dicotômico, seja mediante o estabelecimento de políticas que, embora objetivando muitas vezes regular conflitos entre o capital e o trabalho, sempre acabaram sendo benéficas àqueles e em detrimento destes.
> [...] longe de ser um agente neutro, atuando em benefício da sociedade como um todo, como prega o pensamento liberal, ter-se-ia aliado, através do tempo, a diferentes unidades do capital, expressando os seus interesses e legitimando suas ações precursoras. Por conseguinte, o modelo segregador do espaço carioca teria sido estruturado principalmente a partir dos interesses do capital, sendo legitimado e consolidado indiretamente pelo Estado (Abreu, 2022, p. 19).

Assim, Abreu apontou em sua obra a importância não apenas de fatores econômicos na gestão do espaço urbano, mas também das conjunturas sociais e políticas às quais as mudanças ocorridas na cidade - conduzidas e/ou legitimadas pelo Estado - estavam inseridas, “tanto por suas ações quanto por suas omissões” (Abreu, 2022, p. 19). Fica evidente, também, a mudança de postura do Estado na composição do espaço urbano da cidade:

> [...] a Reforma Passos representa um momento de corte fundamental na relação entre Estado e urbano. Até então, essa relação havia sido indireta, limitando-se o Estado a regular, controlar, estimular ou proibir iniciativas que partiam exclusivamente da esfera privada, que se constituía assim na mola mestra de crescimento da cidade. A intervenção direta do Estado sobre o urbano - caracterizada pela

> Reforma Passos - não só modificou definitivamente essa relação, como alterou substancialmente o padrão de evolução urbana que seria seguido pela cidade no Século XX (Abreu, 2022, p. 98).

Entender a dinâmica das relações entre o Estado, a população, os ideólogos e os detentores do Capital brasileiro ajudam-nos a compreender melhor as intencionalidades de cada uma dessas forças na composição do espaço da cidade do Rio de Janeiro. Um exemplo claro dessa ação multifacetada está nas transformações ocorridas no bairro de São Cristóvão nos primeiros anos da República que, durante os anos finais do Império, dividia com a Glória e Botafogo o status de lar preferencial das classes mais abastadas da cidade.

> Vários fatores contribuíram, além da proclamação da República, que retirou de São Cristóvão o status de abrigar a família imperial, para a mudança de aparência e conteúdo[54] do bairro. A procura cada vez maior desse bairro para a instalação de indústrias que buscavam uma localização próxima aos eixos ferroviários, ao porto, e ao centro da cidade foi um deles. Mas o mais importante - e com efeitos não apenas em São Cristóvão, mas sobre toda a cidade - foi, sem dúvida, a difusão da ideologia que associava o estilo de vida "moderno" à localização residencial à beira mar. Atrás desse movimento estavam as mais variadas unidades do capital, destacando-se aí a Companhia Jardim Botânico, interessada em estender o território sobre o qual tinha monopólio de transporte (Abreu, 2022, p. 62).

Nesse ponto, as bases teóricas da formação social, originalmente de Milton Santos e consolidadas deste trabalho a partir de Abreu, permitem a apreensão de todo esse conjunto de atores diversos na composição do espaço urbano carioca. Segundo Abreu, a formação social "é a maneira pela qual os processos que, juntos, formam o modo de produção (produção propriamente dita, circulação, distribuição e consumo) são histórica e espacialmente determinados" (Abreu, 2022, p. 24).

O autor aponta três componentes da formação social: "uma estrutura econômica, uma estrutura jurídico-política (ou institucional) e uma estrutura ideológica" (Idem, p. 24). Abreu ainda destaca a imprevisibilidade destas estruturas, que não necessariamente operam de forma sincronizada:

---

[54] Em resumo, Abreu (2002) diferencia a forma-aparência da forma-conteúdo para entender melhor os usos das estruturas urbanas da cidade, onde a forma-aparência se refere à morfologia urbana, enquanto a forma-conteúdo se refere à separação de usos das classes sociais no espaço, à função dos prédios e espaços urbanos. São as condições sociais, econômicas e ideológicas que definem o conteúdo da cidade. Um exemplo de disparidade entre aparência e conteúdo pode ser encontrado na Fundição Progresso, que originalmente foi utilizada como fábrica de fogões no final do Século XIX. Mantendo sua forma-aparência atualmente, seu conteúdo foi modificado e, atualmente, o prédio serve como casa de shows.

> A evolução não sincronizada das estruturas que compõem a formação social tem papel importante no seu desenvolvimento. É exatamente essa a responsável por alterações importantes na organização social, por transformações na divisão social do trabalho. A evolução mais rápida de uma das estruturas, por exemplo, pode levar ao aparecimento de novas funções a serem desempenhadas pela sociedade sem que haja de início grandes modificações nas demais estruturas. Com o tempo, entretanto, as contradições irão se acumular e esse grau de defasagem terá que ser ajustando. Passa-se, então, de um momento de organização da sociedade para outro (Abreu, 2022, p. 24).

Tomando como base a formação social brasileira na virada do século XIX - composta por uma estrutura econômica já permeada pelo capitalismo, uma estrutura institucional de revogação da escravidão em nome do trabalho livre (e de formulação de novos mecanismos de repressão aos contingentes negros da sociedade) e uma estrutura ideológica de formulação de uma nova identidade nacional (branca e europeia) - apesar de suas contradições e assincronias, podemos observar um ponto em comum entre estas três estruturas, que as mantém intimamente conectadas: a subalternização do negro, triplamente marginalizado através da formação social brasileira no período - o *preguiçoso* inapto ao trabalho livre, o *vadio* criminalizado a priori, a *"mácula" racial e moral* que impede o progresso da nação.

Na área econômica, não devemos desprezar a influência das elites agrárias na estrutura econômica nacional, e de suas tendências à manutenção de formas de trabalho legadas do período colonial brasileiro. Afinal, a superexploração do trabalho não findou com a escravidão e os mecanismos de opressão foram apenas atualizados. Analisar as mudanças (e permanências) nas estruturas econômicas da formação social brasileira nos permite, a partir do paradigma da "modernização conservadora" apontado por Coutinho (2014) apreender "a conservação de várias características da propriedade fundiária pré-capitalista e, consequentemente, do poder dos latifundiários, o que resulta do fato de que a 'moderna' burguesia industrial prefere conciliar com o atraso a aliar-se às classes populares." (Coutinho, 2014, p. 175). Em suma, era economicamente mais viável a manutenção de uma economia ainda caracterizada pela dinâmica colonial do que permitir o pleno surgimento de uma formação social que, aproveitando-se das grandes mudanças ocorridas no Brasil no alvorecer do século XX, pudesse, de fato, emancipar a sociedade brasileira em sua totalidade.

Por fim, a análise de toda essa dinâmica que compõe a formação social brasileira nos indica os tensionamentos que viriam a ocorrer no processo de modernização nacional. O desenvolvimento das cidades, a explosão populacional das áreas urbanas e um mundo do trabalho eminentemente capitalista explicitaram todo um conjunto de

contradições que, na virada do século, determinariam os destinos da maioria da população brasileira, vitimando majoritariamente os grupos menos privilegiados.

> Quando se combinam industrialização, urbanização, secularização da cultura e do comportamento, racionalização das ações sociais e das instituições, mercado, produtividade, competitividade, individuação e individualismo possessivo, como ocorre habitualmente no capitalismo, o resultado pode ser um ambiente social explosivo. [...] Esse o ambiente em que indivíduos, famílias, grupos e classes, ou maiorias e minorias, inseridos na trama das relações sociais, ou no jogo das forças sociais, podem tanto integrar-se como tensionar-se e fragmentar-se. [...] Esse o ambiente dos preconceitos, intolerâncias, autoritarismos, machismos, anti-semitismos, etnicismos, racismos, fundamentalismos (Ianni, 1996, p. 7).

São estes os componentes que se farão marcantes no tensionamento entre a questão racial brasileira e o contexto das transformações ocorridas no final do século XIX, um momento chave da evolução urbana das cidades do país, dos quais a cidade carioca não escapou.

### 2.3 Relações raciais e a questão urbana no Rio de Janeiro

Como pude atestar nos subtópicos anteriores, a construção de uma modernidade brasileira simbólica – que pudesse dar conta das expectativas de um futuro nacional projetado pelas classes dirigentes do país – tinha como importante fator a questão racial. Esse afã modernizante se materializou nos espaços urbanos brasileiros, e o Rio de Janeiro não foi uma exceção. Logo, observar como as tensões raciais se inscreveram territorialmente nos núcleos urbanos da nação se apresenta como uma chave de análise importante na compreensão de nossas contradições como país. Pensar na temática das relações entre racismo e cidade "[...] nos desafia a olhar as manifestações e expressões concretas e subjetivas do racismo no espaço urbano, o que é também, por outro lado, utilizar o espaço urbano como chave de compreensão do racismo" (Santos, 2012, p. 18). Assim, analisar como o racismo se inscreveu (e se inscreve) nas dinâmicas de ocupação da cidade é indispensável para este trabalho. Ao mesmo tempo, a produção científica das relações entre racismo[55] e cidade se apresenta como uma ferramenta para seu combate, na explicitação dos diversos episódios de

[55] Entendemos o racismo a partir de Santos (2012), como um "sistema multidimensional de classificação social, que (no caso brasileiro) tem em traços corpóreos (cor da pele, cabelo, entre outros traços fenotípicos) o principal traço diacrítico classificatório, mas que pode associar outras variáveis para compor um sistema de dominação, controle e exploração social" (p. 48).

formulação de políticas públicas e planos urbanísticos que buscaram embranquecer a cidade (como veremos mais adiante no subtópico 2.4).

> Partindo de uma leitura do racismo como sistema de dominação social complexo, baseado em múltiplos princípios sociais de classificação que se alternam e combinam (princípios de hierarquização constituintes da colonialidade das relações de poder), [...] raça e relações raciais podem organizar relações sociais no espaço e no tempo (conformando diferentes experiências de espaço para indivíduos e grupos), podem grafar o espaço e através dele também constituir bases para as lutas contra o racismo (Santos, 2012, p. 30).

O combate ao racismo brasileiro se apresenta como um desafio, na medida em que ainda nos vemos diante de uma construção ideológica sustentada no *mito da democracia racial,* na qual no país reinaria uma harmonia racial, e as mazelas brasileiras pudessem ser explicadas apenas por bases econômicas. Mesmo que, nas últimas décadas (em especial a partir da década de 1990) o mito da democracia racial venha sendo amplamente debatido e problematizado, tanto na esfera acadêmica como na social, os desafios que se apresentam ao nos confrontarmos com esse ideário são significativos. Para entendermos sua capacidade de permanência no imaginário brasileiro, é necessário entender a complexidade das relações raciais no Brasil:

> Há na nossa sociedade um complexo padrão de relações raciais que mistura, no cotidiano das relações sociais, momentos onde há interações marcadas por horizontalidade, integração e igualdade entre brancos e negros e, ao mesmo tempo, outros momentos onde há verticalidades, hierarquias e diferenças que são transformadas em desvantagens, ou vantagens desiguais entre esses grupos. Esta mistura entre momentos de horizontalidade e momentos de verticalidade é que permitirá que, a um só tempo, convivam na sociedade (I) uma representação de si própria como sendo uma “democracia racial” e (II) a reprodução e a consolidação de desigualdades sociais baseadas em raça, o que deveria ser extirpado caso horizontalidade, integração e igualdade fossem princípios ordenadores das relações raciais vigorando em todos os momentos da construção do tecido social (Santos, 2012, p. 44).

Essa complexidade se observa historicamente inscrita no espaço urbano, na ocupação dos modelos mais precários de habitação das cidades, como os cortiços do século XIX e as favelas do século XX. Ainda que houvesse predominado as populações negras nos casebres das encostas e quartos coletivos nas vielas citadinas, um contingente considerável de brancos pobres (migrantes de outras regiões da cidade e estrangeiros ibéricos – portugueses e espanhóis –, e árabes – chamados genericamente de turcos à época no Brasil) também se viu forçado pelas circunstâncias a habitar esses modelos precários de habitação popular. Em adição, a dinâmica vertical/horizontal, em

constante alternância, gera uma condição intermediária nas relações raciais que, aliada a outras construções (como a mestiçagem, o preconceito com os favelados e o racismo religioso, citando alguns exemplos) amplifica a desmobilização do combate ao racismo brasileiro.

> O que se delineia, então, é um padrão mais complexo de relações raciais, em que categorias intermediárias e câmbios de sistemas de classificações servem para acomodar tensões que abalem a ordem social racializada, baseada nas hierarquias constitutivas da colonialidade. Falas como “eu não sou racista, eu tenho um amigo negro”, ou “eu sou moreno, quando pego sol eu fico escuro quase como você” podem refletir cinismo diante de um contexto de conflito, mas se beneficiam dessa complexidade existente. O ordenamento social racializado (que aparece nos indicadores sociais desiguais, na brancura dos espaços de riqueza e poder, entre outros) depende, portanto, da legitimidade das categorias intermediárias e da multiplicidade de sistemas classificatórios. Depende, na verdade, do ordenamento espaço-temporal do uso dessas categorias e desses sistemas nas relações sociais (Santos, 2012, p. 52).

O que merece destaque é que, mesmo existindo um considerável contingente de brancos pobres nesses espaços menos privilegiados – e mais vilificados – das cidades brasileiras, as dinâmicas de ocupação dos territórios urbanos do país apresentam aspectos racializados no direito à cidade:

> [...] há espaços, lugares, momentos, contextos de interação nos quais, através de comportamentos (que são fruto de comandos e aprendizados) subjetivos (às vezes, bastante objetivos!) a presença negra pode ser aceita, brindada e até valorizada, ou, por outro lado, tolerada, não aceita, reprimida ou repelida. Lugares onde a presença de um negro, ou de um grupo de negros, pode passar despercebido em seu pertencimento racial, ou, pode causar espanto ou surpresa (“Quem é aquele? Como ele chegou até aqui?”), repressão ou repulsa (por exemplo, atendimentos em estabelecimentos comerciais e de serviços, como restaurantes, lojas de produtos mais caros, shoppings, etc., mas também empregos, posições de prestígio, entre outros). Todos esses últimos comportamentos apontados indicam se tratar de espaços – lugares, momentos, contextos de interação – brancos, espaços que não são construídos ou facultados para os negros em uma sociedade marcada pelo racismo enquanto mecanismo organizador de relações. Isso impacta as experiências de espaço, o ir-e-vir, na medida em que indivíduos e grupos subalternizados causarão, em determinados contextos, sentimentos de espanto, estranhamento e até mesmo repulsa – contextos e lugares onde sua presença é indesejada, e onde as fronteiras invisíveis se materializarão através dos comportamentos dos outros (Santos, 2012, p. 58).

Desta forma, neste subtópico procuro apresentar – ainda que resumidamente – as obras de alguns autores que se dedicaram à análise das relações entre as questões urbanas e raciais no Brasil. Parto do marco de um projeto da Unesco sobre relações

étnicas, na década de 1950, que conferiu à temática visibilidade global, no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial, em que o debate étnico-racial ganhou centralidade para as Nações Unidas, tendo, como referência, o Brasil.

No entanto, ressalto que, pela natureza das pesquisas, algumas ganharam, aqui, maior destaque, sendo o caso das obras diretamente relacionadas ao Rio de Janeiro, como as pesquisas de Costa Pinto (1998), Nascimento (2021), Campos (2010) e Cruz (2020). As pesquisas de Nogueira (1998) e Fernandes (2021) serão apresentadas mais brevemente, a partir de suas potenciais conexões com o cenário urbano carioca.

Sobre o projeto da Unesco:

> Em novembro de 1950 veio ao Brasil, com representante do Departamento de Ciência Sociais da UNESCO, o Prof. Alfred Métraux, para concretizar os planos de trabalho que deveria ter início no começo do ano seguinte.
> Originalmente a intenção fora concretizar todos os esforços e recursos numa só área, que seria a Bahia. Naquela ocasião estava ali operando a equipe estabelecida por Anísio Teixeira, então Secretário de Educação e Saúde do Estado da Bahia, para realizar pesquisas sociais no interior do Estado [...]. Pretendeu-se utilizar o mecanismo já montado e os trabalhos já em andamento para realizar, através deles, a pesquisa sobre relações de raça, planejada pela UNESCO.
> Fizemos o que esteve em nosso alcance para evitar essa limitação do campo e dos objetivos do estudo (Costa Pinto, 1998, p. 56).

Na direção de amplificar o potencial que as pesquisas no Brasil podiam atingir, a sugestão por expandir territorialmente seus limites foi, eventualmente, acatada. “O objetivo do estudo [...] era conhecer, através da análise de uma situação nacional, os diversos fatores [...] que influem no sentido da harmonia ou desarmonia nas relações de raça” (Costa Pinto, 1998, p. 13).

No caso da pesquisa de Costa Pinto (1998), o foco de sua pesquisa foi o desenvolvimento industrial da cidade do Rio de Janeiro, à época Distrito Federal do Brasil. Expansão industrial e urbanização, então, levariam a uma modificação radical das relações sociais brasileiras, não sendo nesse caso desprezada – pelo contrário – a questão racial.

> O surgimento e a expansão de uma economia industrial moderna e o desenvolvimento e a lenta proeminência de uma civilização urbana no Brasil são fenômenos que significaram o início de uma série de contradições estruturais e profundas no interior de uma sociedade que começava a mudar as suas bases sem mudar, no mesmo ritmo, as formas sociais que sobre esta base repousavam (Costa Pinto, 1998, p. 60).

Buscando uma análise pormenorizada das transformações do Distrito Federal – estimuladas, segundo o autor, pela industrialização da cidade – e em seus impactos na dinâmica racial urbana, o autor separou sua obra em cinco capítulos: 1) demografia, 2) estratificação social, 3) ecologia, 4) situação cultural e 5) atitudes, estereótipos e relações de raça. No primeiro capítulo, Costa Pinto elenca alguns fatores considerados importantes para a análise demográfica da cidade:

> a) a contribuição trazida pelos imigrantes que vêm aumentar, quase que exclusivamente, a parte branca da população; b) as taxas de mortalidade relativamente maiores dos pardos e pretos; c) a passagem dos pardos e pretos à condição de brancos, em consequência da constante e profunda mestiçagem que se vem historicamente operando no Brasil entre grupos étnicos que aqui coexistem (Costa Pinto, 1998, p. 72).

No entanto, o autor deixou bem claro que este fenômeno não se operou uniformemente em todo o território do país, sofrendo alterações relacionadas a particularidades regionais:

> A prevalência da população branca sobre o total da população brasileira, embora claramente definida, não tem sido uniforme em todas as regiões do território nacional. Para os estados do sul do País é que se têm dirigido as maiores ondas de imigração exterior e isso contribui, como fato extremamente importante, para o maior crescimento relativo da quota de brancos na região meridional do Brasil (Costa Pinto, 1998, p. 72).

No caso do Rio de Janeiro, Costa Pinto aponta: “Enquanto que a proporção dos brancos passou, entre 1872 e 1950, de 55,21% para 69,86%, a dos pretos, no mesmo período, diminuiu de 24,13% para 12,30% e a dos pardos, de 20,66% para 17, 56%” (Costa Pinto, 1998, p. 73). Porém, o autor aponta para uma particularidade do Distrito Federal, se comparado aos outros estados da região:

> Embora superior à média nacional, a quota dos brancos aqui encontrada é menor do que a de todos os estados da Região Sul; por outro lado, o contingente de cor, sendo inferior à média nacional, excede, entretanto, à encontrada nos mesmos estados. Trata-se, portanto, de uma situação particular ao Rio de Janeiro, que decorre da circunstância de aqui estar um centro industrial importante e a maior concentração urbana do País (Costa Pinto, 1998, p. 74).

Em seguida, Costa Pinto indica a importância da migração interna – predominantemente negra – em direção ao Distrito Federal, para a manutenção deste contingente populacional no Rio de Janeiro, tendo-se em vista as altas taxas de mortalidade entre pretos e pardos na região (Costa Pinto, 1998). Em resumo:

> Dessas e outras circunstâncias resulta que o Distrito Federal apresenta uma composição étnica que discrepa, pela maior presença de elementos de cor, do padrão dominante no sul do País. Aqui não só a imigração contribuiu relativamente menos do que, por exemplo, em Santa Catarina ou no Paraná, para aumentar a quota dos brancos, mas também essa influência foi contrabalanceada pelos contingentes de cor que entram por via das migrações internas. A esses fatores alia-se, ainda, um característico geral das populações urbanas que é a fraca natalidade, mais fraca ainda entre os brancos do que entre os de cor, diferença parcialmente compensada pela maior mortalidade destes (Costa Pinto, 1998, 76).

Analisando a estratificação social do Distrito Federal no segundo capítulo, o autor apresenta a importância desse tema através das perspectivas, em sua opinião, indissociáveis de classe e raça:

> De fato, a situação social dos grupos étnicos, que coexistem no Distrito Federal, bem como as relações que entre si mantèm são fatos que não podem ser compreendidos fora do quadro da estratificação social em que se encontram, pois aqui, mais visivelmente do que em qualquer parte, circunstâncias históricas particulares fizeram com que estratificação de raça e estratificação de classe não sejam duas realidades independentes, mas apenas dois ângulos pelos quais pode ser observada a configuração única e total das relações de classe e raça no Brasil (Costa Pinto, 1998, p. 87).

Assim, apresentando dados referentes à ocupação racializada dos postos de trabalho no Rio de Janeiro na década de 1940, Costa Pinto compara estes números aos dados disponíveis do último censo anterior à Abolição (1872) buscando destacar a realidade dos negros e pardos durante o surto industrial que afetou significativamente o Distrito Federal no período. As conclusões do autor são bem evidentes:

> [...] de *escravo* a *proletário* foi a maior distância percorrida pela grande massa dos homens e mulheres de cor no Distrito Federal nos últimos setenta anos [1870 a 1940] de mobilidade social.
> Dizemos deliberadamente *de escravo a proletário* – e não “de escravo a cidadão”. No caso presente, a diferença é fundamental. De fato, uma das mágicas mais sutis da ideologia liberal engendrada no século XVIII foi reivindicar a igualdade de todos os *cidadãos* perante a lei, fórmula que sempre lhe permitiu, na prática, sem precisar modificar a fraseologia libertária, deixar à chamada “livre concorrência” o encargo de decidir a questão fundamental da desigualdade dos *homens* reais – não dos cidadãos – perante as situações sociais concretas – não perante a lei. Esta distinção entre o cidadão – homens abstratamente iguais – e o homem real, proletário ou burguês, concreta e profundamente diferentes – foi uma fórmula ideal para conter em suas dobras mistificações ideológicas de toda sorte (Costa Pinto, 1998, p. 114, grifos do autor).

Logicamente, a construção dessa diferenciação entre negros, pardos e brancos não se encerrou apenas no mundo do trabalho. Como bem aponta Costa Pinto, ela se

inscreveu, também, na ocupação dos espaços urbanos, então apresentados no terceiro capítulo.

> Um dos aspectos mais odiosos da discriminação racial é a segregação residencial, que obriga – pela força do costume, da lei, ou de ambas – a população de determinado grupo étnico, inferiorizado pelo grupo dominante, a limitar seu direito de morar ao âmbito de determinados bairros ou ruas, vedando-lhe o acesso a outros lugares nos quais o grupo privilegiado monopoliza o direito de se instalar. Obviamente, do ponto de vista sociológico, não é preciso que esta segregação esteja escrita na lei – como é em certas partes dos EUA, ou como foi na Alemanha nazista – para que o fenômeno tenha lugar; não raro, a força coercitiva do costume, imposto por sansões que, por serem difusas não são menos eficientes, logram o mesmo resultado e demarcam, com igual nitidez, o padrão ecológico das diferenciações raciais. Por outro lado, quando a incapacidade econômica da parcela maior de um grupo étnico o mantém restritos àquelas áreas deterioradas do mapa geográfico e social de uma comunidade, resulta objetivamente, índice de elevada segregação de fato, daquela que talvez seja a forma mais coercitiva, mais intransponível e mais radical da segregação, pela incapacidade material do grupo inferiorizado de usar da proclamada prerrogativa formal de poder residir onde quiser e ter pleno acesso aos recursos da comunidade (Costa Pinto, 1998, p. 125).

Com suas atenções voltadas à temática da segregação, Costa Pinto busca nesse ponto responder à pergunta: “Haverá segregação residencial étnica na capital do Brasil?” (Costa Pinto, 1998, p. 126). A partir daí, o autor primeiramente elabora sobre a palavra segregação que, segundo ele, ativa no imaginário social as imagens dos guetos, do bairro do Harlem e dos bairros chineses. Em contraponto, o autor afirma que:

> No seu significado técnico, entretanto, não é preciso que a realidade coincida com esses tipos extremos e ideais de segregação para que mereça ser estudada; por outro lado, tampouco esses casos jamais significaram segregação absoluta, o que, segundo se tem podido observar, é mais fácil ter lugar no isolamento voluntário do que no imposto.
> Para o sociólogo, a expressão segregação indica aquelas formas de relativo isolamento de um grupo dentro de uma estrutura maior, nas quais a distância física que o separa dos outros grupos reflete uma distância também existente no espaço social (Costa Pinto, 1998, p. 126).

Tendo elaborado o conceito de segregação residencial que utilizou em sua obra, Costa Pinto parte, então, para a divisão distrital do Rio de Janeiro, criticada por ele pela ausência de critérios ecológicos e produto apenas de necessidades administrativas e de tradição. Mesmo assim, o autor se aproxima de subdivisões que considera satisfatórias. Primeiramente:

> Do ponto de vista geográfico, o Município do Distrito Federal pode ser dividido em duas grandes regiões fáceis de identificar: a) a região

> oriental, à beira da baía de Guanabara, núcleo histórico da expansão da cidade e centro da região metropolitana, e b) a vasta região ocidental, que se prolonga pelo litoral atlântico e interior, onde se localizam as zonas suburbanas remotas e a zona rural do município, confinante com o limítrofe Estado do Rio (Costa Pinto, 1998, p. 128).

Segundo o autor, na região oriental encontra-se o núcleo urbano da cidade, para onde convergem os meios de transporte da cidade, além de concentrar grande parte dos serviços, equipamentos culturais e repartições públicas da cidade (comércios, bancos, teatros e cinemas, citando alguns exemplos). Essa área englobava uma fração menor, mais urbanizada, do território do Rio de Janeiro, separada em três setores, cada um deles apresentando suas particularidades de ocupação: a) um setor no sentido nordeste/noroeste, "correspondendo às circunscrições da Inhaúma, Irajá, Penha, Madureira, Piedade, Anchieta, Pavuna etc.: nela reside uma população predominantemente suburbana e pobre, de classe média inferior e, especialmente proletária" (Costa Pinto, 1998, p. 128); b) um setor no sentido sudeste e sudoeste, compreendendo "[...] Copacabana, Glória, Lagoa, Gávea, Tijuca, Santa Teresa), e nele se estendem bairros residenciais de classe média superior a abastada, ou tradicionalmente ocupados por estas classes, como a Tijuca, ou mais recentemente criados na orla do mar, como Copacabana" (Idem, p. 128); c) um setor que segue na direção oeste, "representada pelos bairros de Engenho Velho, Andaraí, Engenho Novo, Méier etc. (que geralmente a população denomina de "zona norte"), [...] O novo (Grajaú) e o tradicional (Méier, São Cristóvão) mesclam-se aqui, permitindo a coexistência de núcleos definidos de classe média estável com características áreas de transição" (Idem, p. 129). Para além das áreas centrais do Rio de Janeiro e de seus aglomerados suburbanos, o autor aponta uma vasta região ocidental, "[...] formada pelas circunscrições de Campo Grande, Guaratiba, Jacarepaguá, Realengo e Santa Cruz. Aqui habita a população rural" (Idem, p. 129).

O que importa ao autor destacar, a partir da organização urbana do Distrito Federal, é a composição racial entre suas diversas circunscrições, buscando identificar os padrões de ocupação das parcelas "de 71% de brancos, 11% de pretos e 17% de pardos que compunham a população do Rio de Janeiro em 1940" (Costa Pinto, 1998, p. 131). Aqui, o autor chega a duas conclusões pertinentes: quando mais urbanizada a região, maior a concentração de brancos em relação a negros e pardos, e quanto mais proletária a região, maior a concentração de negros. A título de exemplo, o autor aponta que as regiões nordeste e noroeste (onde ficam as circunscrições de Inhaúma e Irajá)

abrigavam cerca de 48 pessoas de cor por 100 habitantes (Costa Pinto, 1998). Em adição a estes dados, o autor aponta a relevância de

> [...] dois fatores de decisiva influência sobre a repartição ecológica dos grupos étnicos no Rio de Janeiro e que, se de um lado impedem que a segregação transpareça no primeiro plano da análise, só demonstram, por outro lado, o quanto ela está relacionada com o sistema de estratificação social existente na comunidade urbana. Queremos nos referir à composição por cor do grupo dos empregados domésticos e dos habitantes das favelas do Rio de Janeiro (Costa Pinto, 1998, p. 133).

Ao analisar os números referentes ao serviço doméstico, o autor encontra predominância de mulheres pretas e pardas na função nas áreas sudeste e sudoeste da cidade (áreas residenciais), e de homens brancos[56] na área central (devido, segundo o autor, ao setor hoteleiro, às pensões e aos cabineiros dos edifícios do centro carioca). Complementarmente, destaca o fato de essas informações terem o potencial de "borrar" as fronteiras de interpretações rígidas do conceito de segregação, apontando as particularidades da ocupação espacial do Rio de Janeiro como fator que não deve ser desprezado:

> [...] a condição étnica e social dos empregados domésticos tende a fazê-los aparecer nas zonas proletárias da cidade, enquanto que, o fato de o local de residência do empregado doméstico geralmente se confundir com o local de residência do patrão, que é seu local de trabalho, tende a levá-los para as zonas mais abastadas, aumentando assim, nestas zonas, as representações dos grupos de cor. Com os dados em mãos é possível demonstrar, mais uma vez, o entrelaçamento desses três fatores, aos quais constantemente temos de nos referir: estratificação social, situação ecológica, condição étnica (Costa Pinto, 1998, p. 134).

Sobre a existência das favelas cariocas em meados do século XX, Costa Pinto aponta maior incidência, em ordem, nas áreas norte, sul e centro da região oriental da cidade.

> [...] a topografia particular da cidade permitiu a formação dos aglomerados residenciais que são as "favelas" de modo tal que quase não há uma altitude na região oriental do Rio de Janeiro onde a oportunidade não tenha colocado a parte mais baixa e mais pobre de sua população, nesses núcleos de miséria alcandorada onde o desajustamento econômico e social atinge estados muito avançados (Costa Pinto, 1998, p. 129).

[56] Podemos, aqui, apontar outra ferramenta racista da sociedade brasileira, tendo-se em vista questões como a "boa aparência" exigida para a ocupação de certos postos de trabalho, principalmente os que têm como base relações diretas entre empregado e clientes, sendo este o caso do setor hoteleiro.

Interpreto, aqui, esses dados a partir da proletarização dos subúrbios cariocas (região norte), à proximidade de postos de trabalho na área de serviços (região sul) e condições históricas que sempre aproximaram as populações negras da cidade ao seu centro, como a oferta de oportunidades de trabalho na zona portuária da cidade:

> A proximidade da zona portuária e de outros locais de trabalho, onde a população de cor encontra oportunidade de ocupação, há de ser responsável pela utilização da topografia do centro da cidade para a formação desses núcleos de habitação proletária, classe da qual a população de cor está fortemente concentrada no Distrito Federal (Costa Pinto, 1998, p. 137).

Apontando a composição étnica da população das favelas cariocas, onde pretos e pardos representam sua maioria (71%), o autor reflete sobre a forma como a distribuição destas favelas pelo território da cidade tende a dispersar as populações de cor da cidade e, ao mesmo tempo, mascarar a segregação da cidade, quando se realizam análises por demais tradicionais do conceito.

> Interessa-nos, apenas, demonstrar: a) que nas favelas vive elevada quota da classe operária do Distrito Federal e que não é apenas a *mala vita* que ali é obrigada a viver; b) que, como nessa classe se encontra a maior parte da população de cor que vive no Distrito Federal, daí resulta uma alta representação destes grupos de cor na população das favelas; c) que a presença de núcleos favelados em todas as zonas da região oriental do Rio de Janeiro influi como fator ponderável na dispersão desses grupos por toda a região, mascarando assim, até certo ponto, a segregação desses grupos por toda a estrutura da comunidade e d) que, sendo de cor 70,95 da população das favelas – 98.506 habitantes, sobre um total de 138.837 favelados –, essa circunstância parece demonstrar, mais uma vez, e sobre outra forma, que as grandes massas de população de cor no Distrito Federal só nas camadas mais baixas da estratificação social encontraram o modo e o lugar de nela se integrarem, o mesmo acontecendo com os provavelmente elevados contingentes de população de cor que, como imigrantes nacionais, entram na cidade, vindos de outros pontos do País (Costa Pinto, 1998, p. 136).

Propondo a análise das favelas como um objeto relevante da estrutura urbana da cidade, Costa Pinto identifica, nelas – ainda que os dados sejam incompletos por não informar os percentuais racializados de cada favela separadamente –, elementos que apontam para a segregação que nelas ocorre:

> Se considerarmos, porém, as favelas em conjunto, como formando uma área natural, ecologicamente definida, observamos que a proporção de população de cor nesta situação ecológica – 71% – é suficientemente elevada para indicar, à luz daquele critério, forte segregação da população de cor numa área que apresenta, de muitos outros pontos de vista – condições de habitação, de educação, de comportamento, de

> desorganização etc. – aqueles conhecidos característicos das áreas segregadas. De acordo com o conceito inicialmente exposto, não é possível negar que a distância do espaço físico está a refletir nitidamente a distância no espaço social, com a diferença de que, aqui no Rio de Janeiro, esta distância se mede no plano vertical: quer no espaço social, entre classes, já que aqui a distância fundamental é entre a base e o vértice de uma pirâmide de classes, quer no espaço físico, onde, inversamente, a distância é medida do vale para o monte, para o alto dos morros, para as favelas, onde está a população mais pobre do Rio de Janeiro e onde em cada 10 habitantes 7 são de cor (Costa Pinto, 1998, p. 138).

O autor, então, conclui que, ao analisar a cidade do Rio de Janeiro como um todo pelos critérios técnicos dos índices de segregação, não se apresentam características que a definisse como uma cidade segregada. Porém, quando se debruça sobre as favelas e a região norte da cidade (principalmente nas circunscrições de Madureira, Anchieta e Pavuna, mas também em Irajá, Piedade e Gamboa) podem ser encontrados índices claros de segregação de base racial no Rio de Janeiro. Importa observar que, na região sul da cidade, a circunscrição da Gávea – em exceção à regra da região – também apresentava índices consideráveis de segregação (comparáveis a Irajá e Pavuna, por exemplo), que apontam para sua função histórica como bairro proletário até as primeiras décadas do século XX.

No quarto capítulo, Costa Pinto observa a situação cultural da população do Distrito Federal. Especificamente, dados referentes às temáticas da educação (alfabetização, grau de instrução e conclusão de cursos) e da criminalidade. O autor aponta inicialmente a contradição que permeia o debate entre educação e ascensão social, destacando que a temática educacional, apesar de importante, não é o único fator que deve ser levado em consideração:

> Numa sociedade em cujos códigos se inscreve a máxima da “igualdade para todos perante a lei” e cuja estrutura econômica gera e mantém extrema desigualdade entre os diversos grupos que a compõem, fica sempre larga margem à ideologia dos grupos que eventualmente ocupam posição dominante para hipertrofiar a importância do fator educacional lançando sobre ele a responsabilidade de todas aquelas situações estruturais objetivas que engendram as posições desiguais, em face, inclusive, das oportunidades educacionais. Cai-se, então, inevitavelmente, no círculo vicioso: o baixo nível de instrução é responsável pela posição social inferior dos grupos de cor; esta posição social, por outro lado, é responsável pelo baixo nível de instrução… (Costa Pinto, 1998, p. 151).

Em seguida, Costa Pinto aponta um fato relevante referente aos dados sobre educação e criminalidade: enquanto as estatísticas educacionais não discriminavam a população racialmente – sendo necessário recorrer aos dados censitários para se

realizar esse levantamento de forma aproximada –, as estatísticas criminais destacavam minuciosamente a condição racial de seus infratores.

Estatisticamente, o Distrito Federal apresentava uma posição privilegiada, do ponto de vista da alfabetização, em relação à média nacional: “81,82% de seus habitantes de dez e mais anos de idade sabem ler e escrever. [...] No conjunto da população do Brasil a quota de alfabetização era, em 1940, de 43,04%” (Costa Pinto, 1998, p. 152). No entanto, os números divergem quando separadas racialmente, sendo 87,84% dos brancos, 75,07% dos pardos e 53,64% dos pretos da capital alfabetizados, não escapando ao autor o fato que parte considerável do contingente de negros da cidade se originarem de migrações de outros estados do país – o que pode indicar justamente a menor oferta de oportunidades de ingresso em instituições formais ou informais de ensino (Costa Pinto, 1998).

Aprofundando-se na temática educacional, o autor indica que apenas os números referentes à alfabetização da população não são suficientes para apontar, de fato, o acesso à educação. Por isso, são apresentados números referentes à formação contínua da população do Distrito Federal, indicativos dos desafios educacionais das populações de cor da cidade:

> [...] o fato de 89,56% dos pretos de 5 a 39 anos estarem cursando um grupo escolar, além de resultar de uma pirâmide de idade em que as baixas predominam, é produto direto do fato de que as grandes massas de cor que conseguem estudar não conseguirem oportunidades de instrução além do nível elementar em que, por isso mesmo, se concentra a maior quota dos negros que têm qualquer grau de instrução. Dos 24.157 negros que naquela data estavam recebendo instrução, 21.636 recebiam instrução elementar, enquanto que 891, ou seja, 5,69%, cursavam escolas secundárias e 63 apenas (0,20%) cursavam escolas superiores, havendo mais de 1.567 que recebiam instrução de grau não declarado (Costa Pinto, 1998, p. 157).

Se os números referentes aos níveis de instrução dos negros cariocas já apresentam um cenário desanimador, as estatísticas comparativas em relação aos brancos e pardos da cidade explicitam uma situação ainda mais agravada:

> [...] entre os que estavam recebendo instrução de grau elementar, os brancos representavam 71,91%, os pardos 18,91% e os pretos 9,10%. No grau médio as diferenças eram maiores, pois, em cada cem estudantes de curso secundário, 91% eram brancos, 7,23% eram pardos e 1,62% eram pretos. Finalmente, no grau superior a situação do branco era de quase monopólio, já que, de cada cem universitários cariocas, 95,20% eram brancos, 4,23% eram pardos e 0,50% eram pretos (Costa Pinto, 1998, p. 158).

No entanto, estes números tão desbalanceados podem apontar, também, para outro fenômeno – para além das barreiras sociais e econômicas – causador do quase monopólio dos brancos nos níveis mais altos de ensino: o possível embranquecimento[57] de uma parcela de pardos e pretos através do acesso as estas certificações educacionais:

> Não resta a menor dúvida de que a condição de portador de um diploma universitário, na situação racial peculiar ao Brasil, seria razão bastante para levar um pardo ou mulato de pele mais clara e declarar-se branco – e menos a ser considerado como tal nas relações de etiqueta com outras pessoas –, o que necessariamente influi como fator de hipertrofia daqueles índices referentes aos brancos. [...] a nós nos parece que ela está meridianamente a indicar que a identificação objetiva da *posição dominante* com a *condição de branco*, o que exigia do elemento de cor que ascendia e daqueles que o recebiam em seu círculo a obediência à regra de etiqueta racial que impunha tratar-se como *se fosse branco* ao pardo que conseguisse se aproximar dos níveis sociais superiores (Costa Pinto, 1998, p. 160, grifo do autor).

Outros pontos que o autor destaca são a formação, através do limitadíssimo acesso de negros e pardos aos mais altos níveis de instrução, de uma elite negra e de uma sobrevalorização do que o autor veio a chamar de "honrosas exceções" – justamente este contingente de negros que, apesar de todos os mecanismos de barreira historicamente construídos contra eles, lograram não apenas a obtenção de mais altos níveis de instrução, mas também acesso a oportunidades de ascensão econômica e notoriedade na sociedade brasileira. Porém, como já destacado, essas oportunidades foram restritas a uma pequena parcela da população negra carioca, ficando o resto relegado às oportunidades mais precárias de emprego, educação, lazer e habitação. O resultado desse represamento de possibilidades de estudo e trabalho se apresenta, consequentemente, nas estatísticas criminais:

> [...] no Distrito Federal, os grupos de cor representam, em 1950, 30% da população total e contribuíram, entretanto, com 61% da criminalidade, avaliada esta pela composição étnica dos presidiários da Penitenciária Central, Penitenciária para Mulheres de Bangu, e Colônia Penal Cândido Mendes. No vizinho estado do Rio de Janeiro, os elementos de cor representavam, naquela data, 40% da população e 57% da população presidiária (Costa Pinto, 1998, p. 164).

[57] Sobre a temática do embranquecimento da população brasileira pela via da educação formal e dos costumes, a obra *Diploma de brancura* (2006) do historiador Jerry Dávila pode servir como um importante ponto de referência, especialmente para análises referentes ao sistema educacional brasileiro na primeira metade do século XX.

Costa Pinto finaliza o capítulo recusando prontamente quaisquer interpretações que não contemplassem as condições sociológicas até aqui explicitadas para justificar estas estatísticas, de forma a combater os estereótipos que historicamente foram construídos no que diz respeito às populações negras brasileiras. A construção e replicação dos estereótipos referentes aos negros brasileiros é a temática do último capítulo de sua obra, onde Costa Pinto inicia a partir de sua explicação do conceito de *atitude*. Não pretendi, aqui, conferir a mesma profundidade do autor em relação ao conceito. Aponto, então, para as bases da *atitude*, segundo o autor, como "aquelas tendências, ou predisposições, socialmente adquiridas, a reagir de determinada forma em face de determinada pessoa, coisa ou situação" (Costa Pinto, 1998, p. 170), porém, condicionando a *atitude* não à uma ação, e sim a um *estado de prontidão.* Em resumo, um indivíduo poderia ter uma *atitude* racista em relação a outra pessoa, sem que esta venha a *agir*, verbal ou fisicamente.

> Desse modo, a atitude pode existir, engendrada por certos tipos de influências sociais, de certo grau e pressão, sem que os controles, sanções e coerções da vida social permitam que ela esteja frequentemente se manifestando em atuações abertas, porque vão de encontro a outra ordem de valores e normas, também socialmente aprovadas, a que ela se opõe, obrigando-a a interiorizar-se cada vez mais, a mascarar-se de diversas formas (Costa Pinto, 1998, p. 170).

A seguir, o autor apresenta uma pesquisa realizada entre cerca de 350 estudantes secundaristas do Rio de Janeiro, que buscava observar a partir das respostas do questionário formulado as tendências dos participantes a atitudes discriminatórias, chegando ao seguinte resultado:

> a) uma tendência *vagamente não-discriminatória* revelada nas respostas às primeiras perguntas, da primeira à quarta [referentes à presença de pessoas de cor como empregadas, vizinhas, convidados ou empregados da escola], e
> b) uma tendência *nitidamente discriminatória* com relação às duas últimas, que tratam do intercasamento de quem respondia, ou de um parente seu, com pessoas de cor (Costa Pinto, 1998, p. 180).

Em outra parte do questionário, resultados similares são encontrados, no que se refere às preferências de relacionamentos interétnicos, predominando a preferência por um companheiro ou companheira branco de forma considerável. Segundo o autor, as bases dessa atitude, encontrada em jovens ainda em idade escolar, se fundaram a partir de estereótipos social e historicamente construídos e difundidos.

> As opiniões correntes que temos sobre as coisas são, regra, apenas parcialmente verdadeiras e resultantes de experiências concretas; a outra parte, não demonstrada, não lógica, é representada pelo *estereótipo* que temos em mente a respeito do que imaginamos que as coisas são. A expressão estereótipo – *pictures in our heads* – usada por Lippmann quer indicar precisamente essas ideias e imagens que temos em mente, em grande parte não comprovadas nem demonstradas que constituem a parte subinteligente de nossas opiniões e julgamentos sobre pessoas, coisas e situações sociais com as quais entramos em relações e a respeito das quais agimos (Costa Pinto, 1998, p. 185).

Dessa forma, o preconceito racial parte de um conjunto de estereótipos construídos sobre os negros, na forma de inferiorizá-los e desumanizá-los – não no contato com os negros, e sim a partir de um conjunto de marcadores de inferioridade sem bases materiais que são difundidos na sociedade. Por consequência, geraram-se mecanismos de barreira para a ascensão socioeconômica desse contingente da população brasileira.

> Em relação ao negro, poder-se-ia dizer que o preconceito racial consiste, em certo sentido, num característico sistema de reações estereotipadas, mais ou menos integradas, que são adquiridas, por diversos modos, na vida social – *não no contato com o negro mas através da assimilação das opiniões existentes sobre a regra*.
> A *inferiorização circular* do negro na sociedade brasileira tem sido, entre nós, um fecundo filão de estereótipos raciais. Ela consiste no seguinte: o negro, historicamente colocado em posição econômica e social inferior, tem essa posição social explicada e justificada, pelos portadores do preconceito como sendo um produto da inferioridade *racial;* essa opinião, por outro lado, gera e mantem estereótipos que funcionam como barreiras, quer de ordem objetiva, quer der ordem subjetiva, que impedem ou dificultam a ascensão social do negro, fazendo com que produtos do preconceito e da desigualdade de oportunidades sejam utilizados para sua própria justificação (Costa Pinto, 1998, p. 186, grifos do autor).

Embora a obra de Costa Pinto exceda temporalmente os objetivos dessa dissertação (que engloba um intervalo de 30 anos, entre 1890 e 1920), ela serve como indicador das consequências dos processos que se instituíram no Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XX. A riqueza de informações acerca da temática das favelas e das formas de segregação residencial e racial que ocorreram na cidade são fatores importantes para que se compreendam os processos de proletarização e suburbanização cariocas, e as mudanças da sua composição populacional – na perspectiva racial – destes espaços precários e marginalizados.

Em outra direção, Nogueira (1998) realizou uma profunda análise sobre as relações raciais brasileiras e sua inscrição na cidade com sua obra *Preconceito de marca: as relações raciais em Itapetininga,* publicado, parcialmente, em 1955. A escolha

do pesquisador por Itapetininga aponta um modelo ideal para uma análise comparada a outras cidades brasileiras, dadas as suas similaridades estruturais:

> No município de Itapetininga está representada toda a gama de condições e posições sociais que se podem encontrar no Brasil: famílias abastadas e tradicionais e elementos intermediários até a grande massa dos menos favorecidos; brancos, mulatos e pretos, imigrantes e seus descendentes; profissionais liberais, professores, funcionários burocráticos das repartições federais, estaduais e municipais, a massa dos pequenos trabalhadores urbanos e a proporção ainda maior dos trabalhadores rurais (Nogueira, 1998, p. 31).

Nogueira realiza uma extensa pesquisa sobre o Itapetininga – de sua estratificação social e de sua composição populacional, desde o período colonial – que escolho, aqui, não apresentar por não se alinhar aos objetivos desta pesquisa. Logo, para esta dissertação, destaco suas contribuições acerca das relações raciais no Brasil a partir de sua tese do *preconceito de marca.* Porém, foi necessário ao autor, antes, refletir sobre a temática do preconceito racial e da hierarquização das raças.

> Em todos os países de colonização européia, onde contingentes demográficos de outras origens – quer profundamente alterados pela miscigenação, quer conservando sua aparência original – vivem lado a lado com a população branca, seja em relações simbióticas com esta, seja integrados num mesmo sistema cultural e social, o preconceito racial é parte constitutiva do sistema ideológico desenvolvido pelo grupo branco e tem por função a preservação de sua supremacia social ante os demais elementos da população (Nogueira, 1998, p. 195).

No que se refere ao Brasil, Nogueira aponta as particularidades do processo colonial brasileiro que, entre vários fatores, levaram a uma certa naturalização da miscigenação de sua população, ao mesmo tempo que a hierarquizava racialmente, concluindo que "[...] a ideologia brasileira de relações raciais é ostensivamente miscigenacionista e igualitária, ao mesmo tempo que encobre, sob a forma de incentivo ao branqueamento e de escalonamento dos indivíduos em função de sua aparência racial, um tipo sutil e sub-reptício de preconceito" (Nogueira, 1998, p. 196). O autor destaca o duplo jogo realizado nas relações sociais brasileiras, na valorização de tudo ligado ao branco e menosprezo por tudo ligado ao negro, e a forma como tal ideologia racista se interioriza em sua população desde a infância, a partir de brincadeiras, provérbios ou sátiras (Nogueira, 1998), citando alguns exemplos.

Como consequência desta construção, parte-se de uma ideia de sujeito "ideal", naquele que mais se aproxima, nos seus traços fenotípicos, de ser branco. Na outra

direção, quanto mais características negroides este sujeito possuir, mais distante deste "ideal" ele se encontrará.

> Na vida social, em geral, os caracteres negróides implicam preterição de seu portador quando em competição, em igualdade de outras condições, com indivíduos brancos ou de aparência menos negróide. Consequentemente, o *status* ou o sucesso do indivíduo negróide depende, em grande parte, da compensação ou neutralização de seus traços – ou de seu agravamento – pela associação com outras condições, inatas ou adquiridas, socialmente lidas como de valor positivo ou negativo – grau de instrução, ocupação, aspecto estético, trato pessoal, dom artístico, traços de caráter etc. (Nogueira, 1998, p. 200).

A partir dessas reflexões, Nogueira constrói sua tese de *preconceito de marca*, em oposição ao que ele chama de *preconceito de origem* que seria, para o autor, a base das relações raciais nos Estados Unidos. Dessa forma, encontram-se diferenças fundamentais na forma como o racismo opera nessas duas sociedades – sendo o preconceito de origem formador de um modelo de segregação, e o preconceito de marca formados de um modelo de preterição a partir dos traços fenotípicos e morais dos indivíduos:

> O preconceito racial, tal como aqui se apresenta, não tem o mesmo poder que nos Estados Unidos, de dividir a sociedade em dois grupos com consciência própria, como duas castas ou dois sistemas sociais paralelos, em simbiose, porém, impermeáveis um ao outro, apesar de participarem, fundamentalmente, da mesma cultura. Aqui, o preconceito tende, antes, a situar os indivíduos, uns em relação aos outros, ao longo de um continuum que vai do extremamente "negróide", de um lado, ao completamente "caucasóide", de outro (Nogueira, 1998, p. 239).

Assim, a partir de gradação fenotípica vertical, entre "branco" no topo e "negro" na base, construiu-se uma estrutura que, balizada na ideologia do branqueamento, permitiria a (ainda que limitada) ascensão de indivíduos a partir de traços físicos (aparência e traços fenotípicos), sociais (instrução e ocupação) e morais (caráter e integridade).

> O preconceito de cor ou de marca racial, em contradistinção ao preconceito racial de origem, implica a idéia de preterição e, portanto, por definição, a possibilidade de serem os seus efeitos atenuados, contrabalançados ou agravados pela presença ou ausência de outros característicos pessoais ou sociais.
> A variação do preconceito de marca em função do número e evidência das marcas raciais faz com que o ajustamento dos indivíduos ao preconceito seja antes individual que grupal, tornando precária a solidariedade entre os componentes do grupo (Nogueira, 1998, p. 239).

A obra de Nogueira é importante na medida que nos permite a análise das estruturas racistas fundantes de nossa sociedade, e as formas de cooptação de novas construções como a ideologia do branqueamento, nas tentativas de balizar uma "democracia racial" que, essencialmente, serviu para a hierarquização racial do país, ao mesmo tempo que, por um lado, mascarava a realidade das populações negras no que diz respeito a seu acesso a oportunidades materiais de ascensão social e, por outro, desmobilizava a solidariedade grupal dessas populações a partir da ideia de que o racismo brasileiro seria um desvio individual, e não um alicerce de nossa dinâmica social.

Apesar de, também, não se centrar no Rio de Janeiro, a obra *A integração do negro na sociedade de classes* (2021), de Fernandes – inicialmente publicada em 1965 – tem grande importância na temática das relações entre cidade, raça e racismo. O autor aponta, inicialmente, alguns aspectos que considera fundamentais para diferenciar as duas experiências urbanas – carioca e paulista -, sendo uma das mais relevantes a integração tardia de São Paulo na dinâmica econômica do país, encontrando o modelo escravista de mão-de-obra já em declínio, ao contrário do Distrito Federal. Para Fernandes, outro aspecto importante está no pensamento "industrioso" das elites paulistas, vinculado às ideias de livre iniciativa individual.

> Sobre o plano de fundo da concepção tradicionalista do mundo e da dominação patrimonialista (exercida por reduzido número de famílias "gradas" e "influentes"), São Paulo aparecia como o primeiro centro urbano especificamente *burguês*. Não só prevalecia entre os homens uma mentalidade marcadamente *mercantil*, com seus corolários característicos – o afã do lucro e a ambição do poder pela riqueza. Pensava-se que o "trabalho livre", a "iniciativa individual" e o "liberalismo econômico" eram os ingredientes do "progresso", a chave que iria permitir superar o "atraso do país e propiciar a conquista dos foros de "nação civilizada" pelo Brasil (Fernandes, 2021, p. 63).

Como já apontado anteriormente (no subtópico 2,3), na construção de um pensamento "modernizante" brasileiro e do "progresso" nacional, construiu-se um ideal de cidadão que possuísse as características morais, físicas e psicológicas necessárias para assegurar o futuro da nação. Esse ideal materializou-se no imigrante branco europeu, e sua formação como "cidadão ideal" criou, no avesso do espelho, o antagonista do progresso nacional, nos negros e mestiços que compunham a população brasileira. Tendo-se em vista que a imigração estrangeira teve impacto maior em São Paulo do que no Rio de Janeiro – chegando a ter "até mais imigrantes italianos na cidade do que brasileiros natos" (Fernandes, 2021, p. 68) –, a construção desse ideal de progresso racista reservou aos negros um cenário pessimista:

> [o negro] surgia como uma figura deslocada e aberrante no cenário tumultuoso que se forjava graças à “febre do café”; Mesmo quando conseguia se inserir no sistema citadino de ocupações, ele não se polarizava na *direção do futuro* e, assim, não “engrenava”. [...] as próprias condições psicossociais e econômicas que cercam a emergência e a consolidação da ordem social competitiva na cidade de São Paulo, tornavam-se imprópria e até perigosa para as massas de libertos, que nela se concentravam (Fernandes, 2021, p. 63, grifo do autor).

Mesmo existindo diferenças consideráveis entre as duas experiências urbanas (Rio de Janeiro e São Paulo), ambas tinham em comum a marginalização do contingente negro de suas populações, ainda que se manifestassem de maneiras e em graus diferentes. Resultaram, no entanto, no mesmo movimento de periferização dos negros no espaço urbano.

Ainda que sobrevalorizando, nessa obra, o peso da Abolição nas dinâmicas sociais e econômicas do Brasil – devendo nesse ponto destacar-se que a Lei Áurea, libertou, na verdade, um contingente relativamente modesto de negros escravizados, estando grande parte desse contingente já liberto e, em vários níveis, integrado ao mundo do trabalho brasileiro –, Fernandes consegue apontar com destreza as mudanças que se operaram nos anos seguintes à Abolição e como a massa imigrante da Europa afetou as possibilidades socioeconômicas dos negros brasileiros:

> O negro e o mulato foram eliminados das posições que ocupavam no artesanato urbano pré-capitalista ou no comércio de miudezas e de serviços, fortalecendo-se de modo severo a tendência a confiná-los a tarefas ou ocupações brutais, mal retribuídas e degradantes. [...] O impacto da competição com o estrangeiro foi aniquilador para o negro e o mulato, porque eles não contavam com elementos, seja para resguardar as posições relativamente vantajosas, já adquiridas, seja para concorrer nas sucessivas redistribuições das oportunidades econômicas entre os grupos étnicos concorrentes. [...] o negro e o mulato tinham que disputar eternamente as oportunidades residuais com os componentes marginais do sistema – com os que “não serviam para outra coisa” ou com os que “estavam começando bem por baixo” (Fernandes, 2021, p. 69).

Adicionalmente, o autor problematiza interpretações que levem a pensarmos este processo como uma simples substituição dos contingentes negros da população pelos imigrantes brancos. Vários foram os fatores que levaram ao desequilíbrio entre os dois grupos, que caminharam para um claro predomínio das populações brancas na cidade de São Paulo em meados do século XX. Logo, “[...] a presença do imigrante operou como um fator indireto de desalojamento do negro e do mulato do sistema de produção e, portanto, da perpetuação indefinida do estado de anomia, responsável

pelos índices negativos de crescimento vegetativa da ‘população negra” (Fernandes, 2021, p. 159). Ou seja, a competição do negro com o estrangeiro em um momento de redefinição das estruturas econômicas da cidade, que vivia um considerável processo de industrialização e urbanização, foram formadoras de dificuldades que, notadamente, interferiram negativamente nas formas dos negros viverem a cidade.

> [...] as condições dinâmicas que ligaram a urbanização à imigração e ambas à industrialização da cidade de São Paulo, explicam por que o negro e o mulato não foram reabsorvidos pelo sistema ocupacional urbano. As posições “altas” ou “intermediárias” estavam fora de cogitação, pois a elas só podiam concorrer os elementos das camadas dominantes e os estrangeiros ou descendentes de estrangeiros em ascensão. As posições criadas pelo trabalho assalariado, graças à expansão urbana e à industrialização, caíam na esfera em que era mais intensa e dura a concorrência com elementos estrangeiros ou nacionais (em menor proporção), tidos como mais aptos, competentes e produtivos (Fernandes, 2021, p. 165).

Outra face desse processo de desajustamento do negro à sociedade “moderna” se encontra na repressão, rapidamente institucionalizada a partir de instrumentos legais, como o Código Penal e as Posturas Municipais, encenando uma ressignificação do antagonismo da restauração nacional à figura dos negros:

> Logo após a Abolição, não existia tolerância alguma para “reuniões de negros”. A polícia dispersava os magotes que se formassem por qualquer motivo. Temia-se pela “segurança da ordem” e pela “moralidade dos costumes”. Aos poucos, evidenciando-se que os “pretos” não representavam nenhuma ameaça de caráter especificamente perigoso, sobrou apenas uma desconfiança residual que levava a polícia a “tê-los de olho”, mantendo-os sob vigilância que sempre irritou os negros “ordeiros” e “trabalhadores”, criando para a mulher negra o tormento suplementar de suspeita de prostituição. Nesse clima, antigas prevenções ressuscitaram e agravaram ainda mais o drama moral dos negros. [...] velhos estereótipos foram revitalizados e [..] surgiram outros novos, que identificavam o “liberto” como “negro” e o “negro” como “vagabundo”, “desordeiro”, “cachaceiro”, “mulher à toa”. O terror diante do liberto e do alcance ou das consequências de suas agitações foi substituído por outra espécie de temor, que correspondia, literalmente, à redefinição do negro pelo branco. Já não aparecia como o “inimigo da ordem”, porque conspirasse pela liberdade, mas como ameaça ao decoro, à propriedade e à segurança das pessoas (Fernandes, 2021, p. 112).

Na disseminação desses novos e antigos estereótipos referentes aos negros – vagabundo/vadio, cachaceiro/bêbado/ébrio, desordeiro e “mulher à toa” –, além da ideia de sujeitos imorais e degradantes, podemos encontrar potencialmente os mesmos discursos, alocados no Rio de Janeiro, aos quais retornaremos no Capítulo 4. Não desejando reduzir a obra de Fernandes a este curto resumo, admito a necessidade de

retomar debates referentes diretamente à cidade do Rio de Janeiro, pelas contribuições de três intelectuais negros e negras, começando por Beatriz Nascimento.

A historiadora sempre teve grande preocupação com a forma como seu campo de pesquisa tratava a figura do negro, sempre visto através da lente do "escravo". Por isso, se propôs – tanto na área acadêmica quanto na sua militância e suas produções na área da cultura – a destacar a História brasileira como uma *história feita por mãos negras*. Para isso, foram inúmeras as suas contribuições:

> A única publicação institucional acadêmica que incluiu um trabalho seu foi a revista *Estudos Afro-Asiáticos*, com o ensaio "*Kilombo* e memória comunitária: Um estudo de caso" (1987). O artigo "O conceito de quilombo e a resistência cultural negra" (1985) foi publicado inicialmente na revista *Afrodiáspora*, coordenada pelo intelectual ativista Abdias Nascimento, compondo parte do curso de extensão universitária Sankofa: Conscientização da Cultura Afro-Brasileira, organizado por Elisa Larkin do Nascimento, realizado pelo Ipeafro, e se tornou um de seus textos mais reeditados. A comunicação "O movimento de Antônio Conselheiro e o abolicionismo: Uma visão da história regional", apresentado no V Encontro anual da Anpocs, em 1981, foi publicada post mortem na *Revista do Patrimônio* (Iphan), em 1997, e no sítio eletrônico da instituição. Em 1987, ela publica o capítulo "Introdução ao conceito de quilombo" na coletânea *Negro e cultura no Brasil*, composta por Helena Theodoro Lopes, Beatriz Nascimento e José Jorge Siqueira. Cabe ressaltar que até o começo dos anos 1980 quase nenhuma mulher negra acadêmica tinha um livro autoral ou em coautoria (Ratts, 2020, p. 16).

Nascimento foi contraponto a uma historiografia hegemonicamente branca e masculina, discutindo temas como resistência à escravidão, a questão racial na perspectiva feminina e os quilombos como formas de sociabilidade negra. "É a tessitura de um pensamento negro-africano descolonizador que está expressa em inúmeros artigos, livros e entrevistas, antes de haver os termos 'descolonial' ou 'decolonial" (Ratts, 2020, p. 18).

Entre todas as contribuições de Nascimento para o debate das questões raciais e de gênero no Brasil, destaco – pela sua relevância às temáticas dessa dissertação – a publicação *Sistemas sociais alternativos organizados pelos negros: Dos quilombos às favelas,* publicado originalmente em 1981, que teve por objetivo "[...] estabelecer uma linha de continuidade histórica entre os quilombos como forma de resistência organizadas dos negros nos séculos de dominação escravistas e suas formas atuais de resistência" (Nascimento, 2020, p. 109). Logo nas primeiras linhas, a autora destaca o papel dos quilombos brasileiros na construção de uma imagem afirmativa de negritude: "A importância dos 'quilombos' para os negros da atualidade pode ser compreendida pelo fato de esse evento histórico fazer parte de um universo simbólico em que seu

caráter libertário é considerado um impulsionador ideológico na tentativa de afirmação racial e cultural do grupo" (Nascimento, 2020, p. 109).

Nascimento prossegue a uma crítica da forma como os quilombos eram retratados na historiografia e nos conteúdos didáticos, predominantemente conectados a estereótipos de um pretenso primitivismo negro e à desorganização social:

> Ao lado de poucas informações descritivas sobre a repressão das autoridades, se encontra uma interpretação estereotipada de como se constituíam os "quilombos". Nessas descrições reforçam-se as noções dos negros como seres primitivos, malfeitores e irresponsáveis e dos quilombos como bandos destituídos de caráter político (Nascimento, 2020, p. 110).

Outra preocupação de Nascimento se refere à generalização das experiências quilombolas no Brasil, partindo sempre de um "gabarito" retórico construído a partir de Palmares. A autora destaca, justamente, a importância de uma análise pormenorizada sobre a formação dos quilombos brasileiros, que levem em consideração aspectos temporais (séculos de colonização e escravidão) e espaciais (diversas experiências regionais), que levariam a diversas formas de organização destes quilombos, a partir de suas respectivas particularidades.

A causa dessa generalização, apontada pela autora, se encontra principalmente na produção historiográfica referente ao tema e em seus procedimentos metodológicos, também criticada por Nascimento, indicando que as experiências dos quilombos brasileiros não podem ser explicadas a partir do prisma das teorias de mudança social europeias:

> As interpretações sobre os "quilombos" a partir de documentação oficial e baseada numa metodologia da história descritiva remetem-se a dois princípios que estão vinculados à formação dos historiadores. De um lado, o liberalismo clássico, vindo dos ideais da Revolução Francesa, faz com que alguns autores os interpretem à luz dos princípios de igualdade, sem atentar para as estruturas internas dos quilombos, que mantém desigualdades sociais em seu seio, embora não idênticos às desigualdades de um sistema moderno. Por outro lado, alguns autores se mostraram mais enfáticos ao procurar nos "quilombos", justamente a partir do acirramento da luta armada em reação ao ataque da ordem opressora, um embrião revolucionário, segundo os princípios marxista-leninistas de mudança social (Nascimento, 2020, p. 114).

No que diz respeito aos quilombos encontrados no Rio de Janeiro, a autora os correlaciona a espaços que viriam, posteriormente, a compor alguns dos territórios de favelas cariocas:

> Nos documentos referentes à correspondência do chefe de polícia do Rio de Janeiro com o ministro da Justiça e Negócios interiores no século XIX, vários territórios que naquela época compreendiam "quilombos" são atualmente favelas ou ex-favelas com grande contingente de população negra (de menor poder aquisitivo), assim como segmentos populacionais de outras etnias com a mesma origem e classe. Essa composição populacional tem grande semelhança com a dos ex-quilombos (Nascimento, 2020, p. 116).

O traço de continuidade entre quilombos e favelas indica, para a autora, uma permanência nos tempos atuais que supera interpretações dos quilombos apenas como formas de subversão à sociedade escravista vigente nos períodos colonial e imperial: "a linha de continuidade a ser estabelecida descarta a conceituação do quilombo como projeto insurrecional, como contestação da ordem social, retendo o sentido de sistema social baseado na autodefesa e na resistência como forma política" (Nascimento, 2020, p. 116).

Na República, complementando as reflexões de Nascimento sobre a relação entre os quilombos e as favelas, pode-se observar na imprensa carioca formas como essa conexão permeou o imaginário da cidade em meados da década de 1900, período em que as favelas começaram a despontar no horizonte da cidade como "novo mal social":

> PRECIPITADO NO ABYSMO!
> A Favella! A civilização sempre crescente não tem podido arredar da Favella a idéa dos crimes que nella se têm reproduzido, como um antro de bandidos inexpugnável e temeroso. A Favella, que vai perpetuando entre nós os antigos "quilombos", aldeamentos de escravos fugidos que se mantinham da rapinagem e do assalto, tem dado columnas e columnas de chronicas e de noticiarios, sempre aureolados em sangue. A crença popular a tem como um sitio amaldiçoado, onde só os grandes facinoras têm a coragem de levantar tenda e residir.[58]

As conexões entre as favelas e a criminalidade carioca foram o foco de outro pesquisador, que, por seu contato com Beatriz Nascimento no Grupo de Trabalho André Rebouças, estruturou sua pesquisa a partir desta temática. No livro "*Do Quilombo à favela: a produção do espaço criminalizado no Rio de Janeiro",* Andrelino Campos investigou a construção do espaço urbano carioca, levando em conta focalmente a ocupação dos espaços que hoje chamamos de favelas. Para isso, parte da ideia de que o

[58] *O Paiz*. Rio de Janeiro, 9 de nov. 1908, nº 8803, p. 1. Seção de Periódicos da Biblioteca Nacional/RJ. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/178691_03/17872>, acesso em 9 ago. 2023.

> [...] processo de construção espacial da cidade, em geral, não vem, ao longo da história, contemplando os grupos denominados “minorias”. O *fazer* a cidade pertence aos grupos socialmente mais representativos, que participam do processo como sujeitos históricos, enquanto aos demais resta acompanhá-los como *massa*, sem nenhuma determinação, seja qual for a instância analisada: política, econômica ou social (Campos, 2010, p. 19, grifo do autor).

A interpretação de Campos para a construção do espaço urbano parece partir de uma perspectiva onde a cidade se forma e se transforma a partir de grandes agentes políticos e econômicos e de suas expectativas do que a cidade deveria ser. Uma cidade “oficial” se forma a partir da posse das terras - e do controle sobre quem pode ou não as possuir - e da redefinição do valor das terras na esteira das reformas ocorridas na cidade ainda em fins do século XIX, a partir das intervenções sanitaristas de Barata Ribeiro (década de 1890) e, de forma mais ampla, das reformas urbanas planejadas simultaneamente pelo prefeito Pereira Passos e pelo governo federal de Rodrigues Alves (década de 1900).

No entanto, não podemos desprezar transformações que já vinham ocorrendo na cidade em meados do Século XIX. O aumento populacional do Rio de Janeiro, impulsionado também por movimentos migratórios e imigratórios em direção ao Sul-Sudeste do Brasil, causou um grande déficit habitacional na cidade carioca que, na ausência de ações efetivas por parte do poder público, foram resolvidas na expansão do modelo habitacional dos cortiços - habitações coletivas geralmente construídas com materiais improvisados, e considerados insalubres pela população e pelos agentes políticos da época - e, posteriormente, na ocupação das encostas próximas às oportunidades de emprego nas áreas centrais da cidade, disseminando um modelo de habitação que seria chamado posteriormente de *favela*. No cerne desse modelo de ocupação “não-oficial” da cidade, estaria uma dinâmica racial apontada por Campos, visto que as favelas e cortiços abrigavam

> [...] inicialmente, em sua grande maioria, uma massa de pobres que procuravam habitar próximo aos locais onde era oferecido trabalho, principalmente para aqueles que não detinham qualificação profissional. Por não se constituírem em indivíduos fenotipicamente enquadrados nos ideais de monarquistas e, posteriormente, de republicanos, [...] foram excluídos da prática política e marginalizados economicamente, apontados pela sociedade da época [...] como “vadios”, “vagabundos”, “desocupados” e outros termos depreciativos sociais, que, na base, tinham como pano de fundo o preconceito racial, fruto do estigma legado pela Coroa portuguesa ainda no século XVII (Campos, 2010, p.19).

A ocupação de espaços centrais da cidade por uma parcela mais pobre da população não passou despercebida pelos grupos hegemônicos - políticos, econômicos e/ou sociais - que já haviam instituído toda uma estrutura de legitimação de posse e controle territorial da cidade na forma da Lei:

> A apropriação do espaço pelos mais pobres, segundo o entendimento de diversos autores conservadores, era (e é) considerada como uma transgressão ao ordenamento do solo urbano. A esses grupos, a Lei de Terras de 1850 não contemplou e/ou ratificou as posses antigas, criando um descompasso entre os que puderam tomar a si o direito de possuir terras devolutas e os que ficaram excluídos do processo (Campos 2010, p, 22).

Dessa forma, é central na obra de Campos o embate entre uma "cidade oficial", que predomina sobre uma "não-cidade marginal". Como "cidade oficial", entende-se a cidade do ideal europeu da "Paris dos Trópicos", dos afãs modernizantes da recém-instituída República, ao passo que a "não-cidade marginal" seria constituída pelos espaços do cortiço e das favelas, que foram tomados de cerco através de justificativas temporalmente diversas - "salubridade", "modernidade", "criminalidade", para citar alguns exemplos - legando às populações não-brancas[59], na interpretação de Campos, uma dinâmica de constante diáspora no território carioca.

A importância da obra de Campos se encontra no fato de apresentar o modelo de habitação das favelas não como um processo inaugurado no início do século XX, mas sim como um processo que já vinha ocorrendo durante o Império, no contexto da constante desagregação do regime escravista, ocasionado por fugas em massa de escravizados, pela mobilização de trabalhadores negros livres e libertos para a compra de alforrias e pela mudança global de opinião sobre o regime da escravidão, citando alguns exemplos.

No que diz respeito à produção de estudos sobre os subúrbios do Rio de Janeiro, podem ser encontrados diversos exemplos relevantes, especialmente nas últimas duas décadas. Miyasaka, no decorrer de sua carreira acadêmica[60], analisou a dinâmica social

[59] Vale destacar que, para além do explícito preconceito racial contra populações negras e pardas, havia também uma notável reprodução de preconceitos raciais contra imigrantes de várias procedências, como europeus não-arianos (espanhóis, por exemplo), asiáticos (chineses eram retratados na imprensa e em diversos contos de escritores como João do Rio como exóticos estrangeiros viciados em ópio) e árabes (que eram denominados genericamente como "turcos").

[60] Miyasaka tem toda sua carreira acadêmica ligada à historicização dos subúrbios cariocas, como indicado pelas temáticas de sua monografia, intitulada *Cotidiano dos moradores suburbanos do Rio de Janeiro através das páginas da imprensa (1913),* defendida em 2004, de sua dissertação de mestrado, intitulada *Viver nos subúrbios: a experiência dos trabalhadores de Inhaúma (Rio de Janeiro, 1890 - 1910),* defendida em 2008 e de sua tese de doutorado, intitulada

do distrito de Inhaúma no período pós-emancipação, conferindo importância ao papel da imprensa suburbana local como potencial mobilizadora de demandas da população da região. Podemos apontar como exemplo, também, as pesquisas que destacam o papel da imprensa suburbana do historiador Leandro Clímaco Mendonça, que buscou compreender de que forma esse veículo de comunicação foi utilizado pelos moradores de Madureira (que à época era um bairro administrativamente subordinado ao distrito de Irajá), não apenas na organização e exposição de demandas da população, mas também como ferramenta de mobilização política. Por fim, os estudos de Rafael Mattoso sobre a suburbanização carioca são igualmente importantes para a construção da historiografia destas áreas periféricas da cidade.

Ainda que se apresentem como obras fundamentais para o entendimento da ocupação dos subúrbios, estas obras se propuseram a analisar as bases fundantes de uma "identidade suburbana", ou se arvoraram a partir dos movimentos das classes operárias e sua organização política. Logo, percebe-se a ausência de pesquisas que deem destaque à questão racial nos subúrbios cariocas.

É importante citar que existem exemplos atuais de uma perspectiva racializada desse campo de estudo. No livro *"De Madureira a D. Clara: suburbanização e racismo no Rio de Janeiro no contexto pós-emancipação (1901-1920)",* Alline Torres Dias da Cruz (2021) analisa, especificamente, a região de Dona Clara (contígua ao bairro de Madureira) no início do século XX, um período significativo da história da suburbanização carioca. Ainda que a autora não sinalize essa importância, tendo-se em vista a ausência de contextualização histórica - em especial sobre a importância da expansão dos transportes ferroviários na cidade e as reformas urbanas republicanas -, a contribuição dessa obra aos estudos sobre os subúrbios cariocas é inegável.

A princípio, a autora elabora uma interpretação sobre os espaços urbano e suburbano, indicando o último como espaço do "não-urbano", marcado e naturalizado pelos dos cariocas da época por características rurais e potencialmente insalubres a este espaço. Nesse trecho da pesquisa, podemos indicar certos pontos de partida interessantes para a discussão sobre a suburbanização carioca. Primeiramente, a existência de planos de intervenção urbanística que pretendiam modificar não os espaços centrais da cidade, mas sim os espaços suburbanos contíguos às suas áreas centrais, de forma a viabilizar um fluxo populacional em direção a esses novos espaços "urbanizados", sendo estes espaços determinados a partir de padrões arquitetônicos

*Os trabalhadores e a cidade: a experiência dos suburbanos cariocas (1890 a 1920),* defendida em 2016.

que impediriam parcelas da população das possibilidades de ocupação dos subúrbios. Nesse aspecto, analisando os planos de intervenção na freguesia do Engenho Velho, verifica-se a intenção de "aburguesar" este espaço suburbano:

> O tipo de habitação preconizado, casas rodeadas de jardins, pressupunha que ao intervir sobre essa área, o governo imperial, que por sugestão da Comissão de Melhoramentos deveria abrir uma concessão às empresas privadas, definiria as classes sociais e pessoas que habitariam na freguesia do Engenho Velho (Cruz, 2020, p, 17).

Considerando a valorização imobiliária causada pelas intervenções urbanísticas a autora, por fim indaga: “quem teria condições econômicas de pagar pelas moradias segundo os moldes propostos?” (Cruz, 2020, p, 17)

Esse “modelo de urbanidade” nos leva a outro ponto de interesse na obra da autora, que concerne ao fato de que a retórica de higienização e “civilização” da cidade carioca não era propagada unicamente pelas esferas governamental e empresarial. Através da análise de diversos trechos do *Correio da Manhã* - periódico que circulava à época - constata-se que o discurso pró-intervenção urbanística já circulava por uma parcela da população, ainda que devamos criticamente refletir sobre quem, de fato, poderia ter suas opiniões compartilhadas em um meio de comunicação tão importante à época como os jornais impressos, como a autora bem aponta:

> Não é possível afirmar que estas narrativas representavam a percepção e vivência da maioria dos moradores da cidade. Provavelmente, quem se dirigiu ao Correio da Manhã foram homens que tiveram o direito à escolarização e/ou acesso aos recursos simbólicos e materiais para mobilizar a imprensa escrita, que, como se nota, foi fundamental na criação e amplificação de uma visão dominante sobre a insalubridade e falta de higiene na capital da República (Cruz, 2020, p, 24).

A partir desse ponto, onde os modelos de “urbano” e “suburbano” são delimitados, a autora busca identificar através de sua pesquisa de que forma esses modelos vieram a ser aplicados na cidade carioca, e sua resposta se concretiza na retórica da “desruralização” e “desafricanização” do Rio de Janeiro. Quando se define o que é “urbano”, tudo que não corresponde a este padrão – ou às expectativas dos poderes dirigentes e à população que tem sua voz ouvida nos veículos de comunicação da época – passa a ser atacado por meio dos ideais de reforma. Assim, fábricas, oficinas e terrenos de criação de pequenos animais que denotavam – na percepção dessa “opinião pública” e dos poderes institucionais da capital – caráter insalubre à cidade, foram identificados como impróprios à “urbanidade” carioca. Já a “desafricanização” possui uma delimitação notadamente racial, em face a mudanças nas justificativas para

as intervenções em favor do ordenamento urbano. Anteriormente vinculadas a questões sanitárias, a narrativa passou a ser “centrada em moradores passíveis de pena, baseada na ideologia racista, paternalista e de dependência pessoal que definiu como ‘selvageria’ os modos de morar e o lugar, tratando ambos como exemplo de ‘primitivismo africano’ em termos espaciais” (Cruz, 2020, p. 36).

O racismo, então, levantava cerco às populações negras da cidade, não de forma aleatória ou individualizada, mas seguindo um padrão condizente com as expectativas alimentadas sobre o que se imaginava para o futuro da sociedade brasileira. Ainda assim, a particularidade do “racismo à brasileira” se fez presente nesse período de transformações significativas do espaço urbano:

> O racismo que constituía a convivência diária nas ruas e vizinhanças do Rio de Janeiro e fazia parte do modelo de urbanidade que vinha informando as transformações urbanísticas, anunciadas e efetivadas nas áreas centrais da capital da República de forma mais vigorosa e truculenta com a chegada de Pereira Passos à prefeitura da cidade, nem sempre se fazia presente pelo uso explícito de noções como raça e cor. [...] Às vezes, o racismo assumia uma dimensão espacial, sendo produzido nos posicionamentos e valores sociais aparentemente contraditórios sobre as localidades da cidade, como ocorreu em relação ao morro do Pinto, onde inicialmente o Correio da Manhã reivindicou a intervenção urbanística diante do “abandono” público e, depois, a policial. Em outras situações, o racismo ocorreu nas narrativas públicas que mobilizavam termos como “quilombo”, que faziam parte da memória coletiva sobre a escravidão e a resistência negra quanto às formas de organização social, ou “batuque” e “sambas” em referências aos modos de apropriação das casas e ruas da cidade (Cruz, 2020, p, 38).

Consequentemente, a intervenção ativa contra as populações negras – seja contra seus corpos ou suas manifestações culturais – acabou por tornar concretos os esforços de branqueamento da população carioca, pelo menos em seus distritos (urbanos ou suburbanos) mais próximos ao centro urbano. Nos subúrbios mais afastados das áreas centrais, ainda se encontraria uma parcela significativamente de população negra, como a autora indica a partir de dados de recenseamento da década de 1950.

Centrada no bairro de Madureira que, administrativamente, era subordinado ao distrito de Irajá em inícios do Século XX, a obra de Cruz, no trato de suas fontes primárias selecionadas, nos apresenta indivíduos normalmente invisibilizados no processo de construção histórica da cidade carioca, paralelamente indicando a possibilidade de ocupações prévias às reformas urbanas desses espaços suburbanos, como frequentemente apontados pelos historiadores Rafael Mattoso e Flávio dos Santos Gomes em suas obras. Analisar os caminhos do subúrbio de Madureira através

das diversas Marias negras levantadas pela autora permitem vislumbrar as relações desses indivíduos com o espaço que ocupavam, com as pessoas com quem compartilhavam ruas, casas, bares e estações de trem, como também a forma como o poder público interferia em seu ir e vir.

As dimensões e complexidades das relações sociais que ocorriam nos subúrbios - nas conversas de boteco, nas associações e agremiações carnavalescas, nas feiras, nas brigas, no viver dessas pessoas - nos apresentam um conjunto de relações afetivas que interferem diretamente no espaço que esses indivíduos ocuparam, modificaram e assumiram. dimensões estas de certa forma alheias às expectativas de uma ideologia urbana central. Assim, a investigação dos espaços suburbanos da cidade apresenta inúmeras possibilidades na revelação de agentes históricos da cidade, o que de certa forma é o que se busca na presente dissertação.

### 2.4. Cortiços, favelas e subúrbios

> "Só há um conselho a dar aos coitados da Favella, que não têm a culpa de não morar em Botafogo: — a Hygiene cumpre o seu dever, a Prefeitura cumpre o seu dever, a polícia cumpre o seu dever, a sociedade cumpre o seu dever. Cumpre também o teu: suicida-te."
> (Assinado por "E"[61] na *Gazeta de Notícias*, 1 de junho de 1907)

Em 26 de fevereiro de 1893, começava um dia aparentemente normal para os cariocas. Homens e mulheres da classe trabalhadora – em sua maioria residentes dos inúmeros cortiços da cidade – saíram para trabalhar (de quituteiras a estivadores, de vendedores ambulantes a sapateiros; enfim, toda sorte de ocupações e profissões), deixando em suas casas crianças, idosos e todos os que não tinham condições de suportar a árdua jornada de trabalho. Uma parcela considerável desses trabalhadores residia em cortiços: pequenas habitações coletivas que predominavam no cenário urbano do Rio de Janeiro, uma demonstração evidente do considerável déficit habitacional que havia se tornado um problema crônico desde a chegada da família real portuguesa, em 1808.

Nos anos que se seguiram à chegada da Corte portuguesa à cidade, tendo sido acompanhados por milhares de membros das elites metropolitanas, a necessidade de se assentar tamanho contingente na cidade se tornou um problema grave, resolvido, a princípio, de maneira peculiar: as "aposentadorias" do Príncipe Regente. Estas eram

[61] Apesar da frase de forte teor, o anônimo que assinava seus textos com a letra E era um ávido crítico do governo da época, e utilizava de uma ácida narrativa carregada de ironias e sarcasmos. O texto, ao contrário do que se faz parecer a quem não tem contato com outras produções do autor, demonstrava simpatia e solidariedade aos cidadãos que haviam sido expulsos de suas precárias habitações nas áreas centrais da cidade.

nada menos que expropriações de imóveis realizadas pelo governo português, expulsando seus moradores originais de forma a permitir que a aristocracia lusitana fixasse residência na cidade carioca. Assim, a prática das aposentadorias "requisitava as casas dos moradores locais para aconchego da nobreza. Na porta de muitas casas foram pregadas as letras PR – Príncipe Regente –, interpretadas pela população como *Ponha-se na Rua"* (Meirelles, 2015, p. 11, grifo da autora).

Nas décadas seguintes à chegada da família real, a cidade do Rio de Janeiro passou por profundas transformações, de forma a abrigar não apenas os corpos, mas também os hábitos das elites da Corte. Na tentativa de simular a arquitetura e o cotidiano das metrópoles europeias, foram poucas as ações que contemplaram de fato as necessidades habitacionais dos trabalhadores mais pobres da cidade carioca. Planos de intervenção urbanística – como o apresentado na década de 1870 pela Comissão de Melhoramentos da cidade, em direção ao Engenho Velho – pretendiam criar espaços que pudessem comportar as camadas mais privilegiadas da população (Cruz, 2020), de forma que possuíssem opções ao centro carioca, cada vez mais caótico.

Logicamente, pouco sabiam os trabalhadores que saíam de suas casas e se despediam de suas famílias naquela manhã de fevereiro de todo este problemático histórico das relações entre os gestores cariocas e seus concidadãos menos privilegiados. Pouco sabiam, também, que para os moradores do maior cortiço do Rio de Janeiro – o famoso *Cabeça de Porco* – não haveria nada de normal nesse dia, pois para eles não existiria um lar para voltar à noite após suas jornadas de trabalho. O historiador Sidney Chalhoub apresenta, no livro *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial* (1996), um vislumbre dos eventos ocorridos na região:

> Era o dia 26 de janeiro de 1893, por volta das seis horas da tarde, quando muita gente começou a se aglomerar diante a estalagem da rua Barão de São Félix, nº 154. Tratava-se da entrada principal do Cabeça de Porco, o mais célebre cortiço carioca do período: um grande portal, em arcada, ornamentado com a figura de uma cabeça de porco, tinha atrás de si, um corredor central e duas longas alas com mais de uma centena de casinhas. Além dessa rua principal, havia algumas ramificações com mais moradias e várias cocheiras.
> [...] Às sete horas e trinta minutos da noite, uma tropa do primeiro batalhão de infantaria, comandada pelo tenente Santiago, invadiu a estalagem, proibindo o ingresso e a saída de qualquer pessoa. Piquetes de cavalaria policial se posicionaram nas ruas transversais à Barão de São Félix, e outro grupo de policiais subiu o morro que havia nos fundos da estalagem, fechando o cerco pela retaguarda (Chalhoub, 1996, p. 15).

Para qualquer um que chegasse às proximidades do cortiço naquela noite de fevereiro, a impressionante visão do cerco erigido ao *Cabeça de Porco* pelas forças policiais seria o bastante para ilustrar o grau de importância conferido à sua demolição pelas autoridades cariocas. Porém, sua relevância pôde ser aferida não apenas no contingente utilizado, como também na presença de diversos membros ilustres da esfera política carioca, desde o próprio prefeito Barata Ribeiro – que assumiu pessoalmente a empreitada junto ao chefe de polícia da Capital Federal – a um numeroso grupos de auxiliares que o acompanhou: "o dr. Emídio Ribeiro, engenheiro municipal, o dr. Artur Pacheco, médico municipal, o dr. Frederico Froes, secretário da Inspetoria Geral de Higiene, que compareceu acompanhado pelo delegado da Inspetoria no distrito" (Chalhoub, 1996, p. 16). A presença de oficiais do exército e de intendentes (equivalentes aos atuais vereadores) também são destacados por Chalhoub.

> Consumado o cerco policial à estalagem, e posicionados os técnicos e autoridades, surgiram mais de cem trabalhadores da Intendência Municipal, adequadamente armados com picaretas e machados. Os empresários Carlos Sampaio e Vieira Souto, também presentes ao evento, providenciaram o comparecimento de outros quarenta operários da Empresa de Melhoramentos do Brasil, para auxiliarem no trabalho de destruição. Finalmente, um grupo de bombeiros, com suas competentes mangueiras, se apresentou para irrigar os terrenos e as casas, aplacando assim as densas nuvens de poeira que começavam a se levantar (Chalhoub, 1996, p. 16).

Além de figuras destacadas do funcionalismo público e das esferas políticas republicanas, a presença de empresários como Carlos Sampaio e Vieira Souto evidenciaram a existência de interesses que iam além da modernização e da higienização das áreas centrais da cidade, como apontado pelo historiador Richard Negreiros de Paula:

> A Empresa Melhoramentos do Brasil, a mesma que enviou 40 operários para auxiliarem na demolição, tinha como diretores justamente os senhores Vieira Souto e Carlos Sampaio, que foram assistir pessoalmente aos andamentos do trabalho. Esta empresa havia fechado acordo com a Intendência Municipal para realizar as tais obras de melhorias, além de ser a responsável pela abertura do túnel que cortaria o morro do Livramento até a Gamboa. Com isso, a Empresa de Melhoramentos do Brasil adquiria o direito de exploração de carris nas ruas adjacentes, direito de pedágio do túnel por mais trinta anos, desapropriação de prédios e terrenos, e cessão gratuita de prédios públicos (Paula, 2019, p. 19).

Ou seja, estavam também em jogo interesses financeiros de uma variedade de empresários interessados nos potenciais lucros que os planos de reformas e renovações urbanas da cidade poderiam oferecer.

Apesar dos ares de espetacularização que se formaram em torno da "decapitação" do *Cabeça de Porco*, os planos de demolição e extinção sistemática dos cortiços precederam em anos o cerco realizado em fevereiro de 1893. Já por volta da década de 1870, os cortiços já vinham sendo combatidos, tanto por ações de demolição como por instrumentos jurídicos, como os Códigos de Posturas, que, por meio da lei, passaram a tentar impedir a construção de novas habitações desse modelo e a manutenção dos já existentes. Na década de 1880, a imprensa carioca já notava os efeitos das políticas de combate aos cortiços, apontando "[...] a emigração que se está operando, para os arrabaldes da Corte, dos cortiços, afugentados desta pelas juntas da hygiene"[62].

Concordo com Chalhoub ao compreender o súbito interesse no ataque ao simbólico *Cabeça de Porco* através dos afãs modernizantes que sucederam a instituição do regime republicano no Brasil, conforme apontados no subtópico 1.2:

> A destruição do cortiço carioca mais famoso da época não foi um ato isolado, e sim um evento no processo sistemático de perseguição a esse tipo de moradia, o que vinha se intensificando desde pelo menos da década de 1870, mas que chegaria à histeria com o advento das primeiras administrações republicanas (Chalhoub, 1996, p. 25).

Havia, nos primeiros anos do regime republicano, uma necessidade de reordenar os aspectos da vida brasileira através de um novo conjunto simbólico "moderno", inscrevendo-se na cidade de forma acentuada. Os cortiços tomaram centralidade no termo do prefeito Barata Ribeiro, culminando no cerco ao maior cortiço da cidade.

> O Cabeça de Porco foi o símbolo do que deveria ser extirpado do Rio de Janeiro, pois reunia todos os atributos que se chocavam com o ideal de urbanidade imaginada pelos encarregados de "pensar a cidade". Local de moradia da camada pobre, tido, de certa forma, longe do alcance do controle da República, além de seu ambiente que era possuidor das características consideradas como insalubres pelos higienistas, representou um desafio a ser vencido pelo governo (Paula, 2019, p. 4).

[62] *Gazeta Suburbana*. Rio de Janeiro, 6 de mar. 1884, nº 8, p. 1. Seção de Periódicos da Biblioteca Nacional/RJ. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/332585/29>, acesso em 4 abr. 2022.

Logo, mesmo com a ausência de alternativas de moradia aos residentes do cortiço, e com uma intimação apresentada aos donos dos prédios a poucos dias da efetiva demolição, ordenando que esvaziassem imediatamente o *Cabeça de Porco* – cujos moradores tiveram pouquíssimo tempo para se realocarem –, na manhã seguinte tudo que havia sobrado do lendário cortiço eram seus escombros. Vale destacar que a ameaça de extinção do cortiço por via de intimações era uma prática que já havia ocorrido anteriormente, mas que nunca havia se materializado, até 1893. A imprensa, predominantemente favorável às ações do prefeito, comemorou nos dias seguintes o fato de que, enfim, o cortiço havia sido derrotado:

> As notícias sobre o episódio louvaram a decisão e a coragem do prefeito com alusões à mitologia greco-romana. Em estilo gongórico bastante comum na imprensa do período, a *Gazeta* transfigurava o prefeito em Perseu, e o Cabeça de Porco em Cabeça de Medusa. [...] Já no Jornal do Brasil, havia o receio de que a estalagem fosse como "uma hidra igual a que nos fala a mitologia". [...] Barata Ribeiro, homem pequeno e magricela, devia ser um Hércules dos "novos tempos", e sua missão era purificar a cidade, livrando-a definitivamente daquele "mundo de imundície" (Chalhoub, 1996, p. 18).

A justificativa para a cruzada mítica ao *Cabeça de Porco* – e aos cortiços como um todo – pode ser encontrada no que Chalhoub veio chamar de *ideologia da Higiene*, um conjunto simbólico que estigmatizava as camadas mais pobres da cidade e suas moradias, englobando as ideias de "classes perigosas" (anteriormente abordada no subtópico 1.2) e de uma visão higiênica, revestida de legitimidade médica, que correlacionava os pobres às doenças que vinham assolando a cidade desde meados do século XIX (como tuberculose e febre amarela):

> As classes pobres não passaram a ser vistas como classes perigosas apenas porque poderiam oferecer problemas para a organização do trabalho e a manutenção da ordem pública. Os pobres ofereciam também perigo de contágio. Por um lado, o próprio perigo social representado pelos pobres aparecia no imaginário político brasileiro de fins do século XIX através da metáfora da doença contagiosa.
> [...] Por outro lado, os pobres passaram a representar perigo de contágio no sentido literal mesmo. Os intelectuais-médicos grassavam nessa época como miasmas na putrefação, ou como economistas em tempo de inflação: analisavam a "realidade", faziam deus diagnósticos, prescreviam a cura, e estavam sempre inabalavelmente convencidos de que só a sua receita poderia salvar o paciente. E houve então o diagnóstico de que os hábitos de moradia dos pobres eram nocivos à sociedade, e isto porque as habitações coletivas seriam focos de irradiação de epidemias, além de, naturalmente, terrenos férteis para a propagação de vícios de todos os tipos (Chalhoub, 1996, p. 29).

Dessa forma, existia uma ambivalência no aspecto “contagioso” dos cortiços: um contágio de doenças infecciosas, assim como o contágio da pobreza e dos vícios de sua população. Em um período amplamente influenciado pelos malabarismos criminalísticos de Lombroso e Nina Rodrigues, que apontavam para uma predisposição dos negros e mestiços ao desvio social – na forma de crimes, alcoolismo e degradação moral, citando alguns exemplos – não é de surpreender que a ideia de saneamento das regiões urbanas modernizadas teve íntima correlação com a erradicação do contingente negro de sua população. Logo, a remoção dos cortiços, onde morava predominantemente esse contingente, era vista como solução dos maiores problemas causados pela expansão da urbanização: a criminalidade e a propagação de doenças. O corpo negro era visto e intelectualmente legitimado como um corpo criminal, assim como vetor dos males que ameaçavam a “civilização” brasileira:

> Considerado o *locus* da pobreza, no século XIX era local de moradia tanto para trabalhadores quanto para vagabundos e malandros, todos pertencentes à chamada “classe perigosa”. Definido como um verdadeiro “inferno social”, o cortiço carioca era visto como antro da vagabundagem e do crime, além de lugar propício às epidemias, constituindo ameaça à ordem social e moral. Percebido como espaço propagador de doença e do vício, era denunciado e condenado através dos discursos médico e higienista, levando à adoção de medidas administrativas pelos governos da cidade (Valladares, 2005, p. 24).

No entanto, mal sabiam Barata Ribeiro e seus bajuladores da imprensa que, retomando as alusões mitológicas que elevaram o prefeito à condição de um Hércules carioca, o que havia sido decepado era apenas uma das cabeças da mítica Hidra. A ausência de políticas habitacionais realizadas em número suficiente e direcionadas às classes trabalhadoras, que vinham sendo sistematicamente expulsas pelo cerco aos cortiços, unidas à necessidade desse contingente vulnerável de se manter próximo das áreas centrais da cidade – onde ficavam concentradas a maioria das oportunidades de trabalho – só fez nutrir o corpo dessa fera, e muito em breve outras cabeças surgiriam na cidade, dessa vez assomando – a princípio – sobre as encostas dos morros das regiões da Saúde, da Gamboa e de Santo Antônio. Como bem apontado por Chalhoub (1996), “nem bem se anunciava o fim da era dos cortiços, e a cidade do Rio já entrava no século das favelas”.

No ano de 1905, um grupo de repórteres da revista *O Commentário* explorou uma região que poucos anos antes passou a transbordar o imaginário da população carioca, principalmente pelas colunas criminais dos inúmeros periódicos impressos na cidade: o Morro da Favella. Consternados com a situação a que eram sujeitos os

habitantes da região – a precariedade das habitações (feitas com restos de latas de querosene e tábuas de madeira reaproveitadas), a sujeira resultante da completa ausência de saneamento (montes de lixo e “córregos” de dejetos humanos descendo as encostas) e o aparente abandono das crianças que por ali circulavam, pálidas e famélicas – os repórteres afirmaram, em um tom profético que com certeza não pretendiam, que “a Sociedade futura há de pagar o desleixo da Sociedade presente”. A história dos cortiços e das favelas está intimamente conectada pela relação dos poderes governamentais de suas épocas: ora negligência deliberada, ora erradicação irrestrita. Essa conexão pode ser, também, historicamente aferida, e para isso precisamos retornar mais uma vez à demolição do *Cabeça de Porco*.

A questão do reassentamento dos moradores do cortiço não parece ter sido um problema de maior importância para o prefeito carioca e seus cooperadores da iniciativa privada. Chalhoub, pelo contrário, mostrou-se preocupado em rastrear o destino desse contingente de centenas de pessoas que foram afetadas pela demolição do *Cabeça de Porco*, e encontrou uma explicação interessante:

> O destino dos moradores despejados é ignorado, mas Lilian Fessler Vaz, autora do melhor e mais completo estudo sobre a história dos cortiços do Rio, levantou recentemente uma hipótese bastante plausível. O prefeito Barata Ribeiro, num magnânimo rompante de generosidade, mandou “facultar à gente pobre que habitava aquele recinto a tirada das madeiras que podiam ser aproveitadas” em outras construções. De posse do material para erguer pelos menos casinhas precárias, alguns moradores devem ter subido o morro que existia lá mesmo por detrás da estalagem. Um trecho do dito morro já parecia até ocupado por casebres, e pelos menos uma das proprietárias do Cabeça de Porco possuía lotes naquelas encostas, podendo assim até manter alguns de seus inquilinos (Chalhoub, 1996, p. 17).

Poucos anos depois, em 1897, a região recebeu um novo contingente de moradores, dessa vez veteranos do cerco a Canudos. O geógrafo Andrelino Campos (2010) aponta três possíveis origens para os assentamentos que hoje chamamos de favelas: além das intervenções sanitárias de Barata Ribeiro em 1894 e a migração dos veteranos de Canudos em 1897, Campos aponta para uma ocupação prévia, também de veteranos de guerra – nesse caso os veteranos da Guerra do Paraguai, em 1870. O geógrafo destaca que os soldados procuraram residência em vários lugares da cidade, desde os inúmeros cortiços até acampamentos próximos ao prédio do Ministério da Guerra. Em adição, Campos sugere contextualizar essa ocupação, durante a década de 1870, com as demolições de cortiços ocorridas na época, o que levaria os soldados a procurarem habitações mais precárias que os cortiços, sendo essas possivelmente os

barracos improvisados nas encostas do que futuramente seriam os morros da Providência e da Favella.

A denominação “favela” parece ter sido trazida por estes militares, que haviam ali se assentado de forma a “[...] pressionar o Ministério da Guerra a pagar seus soldos atrasados” (Valladares, 2005, p. 26). A origem do emprego da palavra como espaço da cidade pode ser indicada em uma notícia de 1901, referente à mobilização de policiais nas regiões centrais da cidade:

> Uma diligência que devia ser feita no morro da Providência, no ponto denominado Favella, não se effectou devido ao máo tempo.
> Quando nos fallaram em Favella ficamos um tanto confusos, pois suppunhamos que tal nome só existisse para os lados de Canudos, nos sertões da Bahia.
> Mas o inspector Fontes nos deu a seguinte explicação:
> — Tendo chegado da Bahia um batalhão do exército, que fez toda a campanha de Canudos, diversos soldados fizeram residência naquelle ponto do morro, e como se parecesse com o logar denominado Favella naquelle Estado, deram-lhe esse nome.
> Actualmente, na redondeza, ninguém conhece aquelle logar senão por Favella.[63]

Como podemos apontar por uma pesquisa pelas palavras-chave *favela* e *favella* nos periódicos da década de 1900, o nome “favela” – escrito predominantemente como *favella* pela imprensa da época – parece ter sido amplamente propagado na imprensa carioca: utilizando a ferramenta de filtro do arquivo digital da Biblioteca Nacional – a Hemeroteca Digital – foram encontradas 65 ocorrências para *favela* e 904 ocorrências para *favella* entre 1900 e 1909. Na década anterior, a palavra aparecia ocasionalmente em relatos do cerco a Canudos. Anos depois, se referia especificamente à região contígua ao morro da Providência. Apenas mais tarde, por volta da década de 1930, o termo favela viria a ser empregado mais amplamente para se referir a um modelo de habitação inscrito em diversas áreas da cidade, visto que a favelização da cidade foi, enfim, reconhecida oficialmente.

No que diz respeito à forma como o morro da Favella era retratado, em resumo, foi uma reencenação de toda linguagem hostil dispensada aos cortiços poucos anos atrás. Logo, no momento em que a sociedade carioca percebeu a existência das favelas, sua representação foi a mesma do modelo popular de habitação atacado anteriormente. Ambas representavam uma barreira ao progresso e à civilização:

---

[63] *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 5 de jul. 1901, nº 186, p. 2. Seção de Periódicos da Biblioteca Nacional/RJ. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/030015_02/9834> , acesso em 10 set. 2022.

> Ao longo da segunda metade do século XIX, o predomínio de teorias raciais pseudocientíficas na Europa e nos Estados Unidos exerceu poderosa influência no Brasil. As origens africanas e ameríndias da população eram amplamente entendidas como inferiores e como impedimento para realizar o ideal de civilização seguindo padrões europeus. Antes dos escritos pioneiros de Manuel Bonfim, nos primeiros anos do século XX, a mistura racial era vista quase exclusivamente como fonte de degeneração — e até mesmo como maldição histórica. Nesse cenário de racismo revalidado pelo saber científico, o surgimento das favelas foi percebido como mais um obstáculo à civilização. Sua presença constituía um coração das trevas — no sentido consagrado pela novela de Joseph Conrad de 1899 — implantado no seio da metrópole moderna (Cardoso, 2022, p. 43).

Em adição, como apontado anteriormente, as teorias raciais disseminadas no país se inscreveram na paisagem urbana carioca. Civilização, modernização, urbanidade, moralidade foram algumas das palavras que regeram a intervenção dos governos na cidade. Se, por um lado, havia a retórica do desejado, do ideal, por outro surgia o antagonista dessa construção evolucionista. O antagonismo foi, então, marcado na pele de uma parcela considerável da população da cidade:

> Entre 1890 e 1930, o surgimento das favelas nos morros do Rio de Janeiro atiçou discursos que promoviam uma correspondência entre negritude, barbárie e atraso. Veiculado pela literatura e pela arte, bem como pela imprensa, o tópos retórico da “favela como lugar de perigo” brotou de angústias e temores provocados pelas rápidas mudanças demográficas que abalavam a então capital do Brasil. Essas mudanças não podem ser dissociadas, por sua vez, das transformações políticas que se seguiram à abolição da escravatura e à Proclamação da República. Os debates sobre reforma urbana e a necessidade de modernizar e embelezar a cidade, encapsulados no mote “o Rio civiliza-se”, mascaram um legado imenso de desigualdade social e discriminação racial (Cardoso, 2022, p. 41).

Dessa forma: “Já em 1900, o *Jornal do Brasil* proclamava ser aquele um lugar ‘infestado de vagabundos e criminosos que são o sobressalto das famílias” (Valladares, 2005, p. 26). Essa maneira de descrever o morro da Favella se tornaria um padrão nos anos seguintes.

> O Morro da Favela: Vagabundos, desordeiros e desertores — Cerco — Várias prisões — Na 9ª
>
> O morro da Favella, constitue actualmente o terror da 9ª circunscripção, pois é alli o ponto predilecto para refúgio de vagabundos, desordeiros, desertores e indivíduos implicados em vários processos.
> [...] Várias têm sido as queixas dirigidas à 9ª delegacia contra taes desordeiros que alli promovem distúrbios e commettem os maiores

> desatinos, quasi sempre por questões de ciúmes de um grupo de vagabundos que lá fixaram residência.[64]

A região foi naturalizada como um território violento, com títulos de matérias de jornais como “Navalhadas”, “Scena de Sangue”, “A Favella Vermelha”, onde residiam os piores elementos da sociedade, que passam a ser nomeados e acompanhados pela imprensa ativamente. As “lendas do crime” da Favella começam a surgir, nas figuras de João Burro, Mulatinho, Bahiano e Mineiro, para citar alguns exemplos de notórios criminosos que eram frequentemente encontrados nas páginas dos diversos impressos cariocas.

Havia uma notável espetacularização da violência pela imprensa, aguardando-se quase que ansiosamente o embate entre os valentes “Canella de Vidro” e “Hespaniolito”, e os resultados desses sangrentos encontros eram reportados com os máximos detalhes, na quantidade de perfurações, dedos decepados, ossos partidos e crânios rachados. A Favella, agora uma protagonista na imprensa – ou melhor, uma antagonista da cidade, com anuência das autoridades (Figura 4) –, centralizou as cenas que chocaram a opinião pública carioca na década de 1900. Não tardou, então, a surgirem aqueles que se dispuseram a solucionar o novo “problema” que a cidade passou a enfrentar.

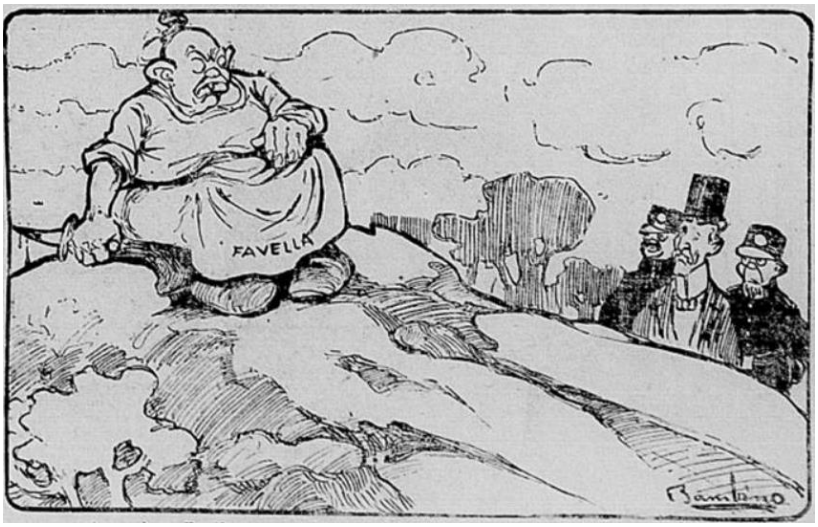



Figura 4 – Charge “O Morro da Favella” (1909)

*Fonte:* Jornal do Brasil, 11 de junho de 1909. Disponível em: <*http://memoria.bn.br/docreader/030015_02/33305*>.

[64] *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 27 de abr. 1903, nº 117, p. 1. Seção de Periódicos da Biblioteca Nacional/RJ. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/030015_02/6672>, acesso em 10 set. 2022.

> A ideia predominante que se fez das favelas, ao longo de suas primeiras décadas, era de praga ou flagelo. Elas eram um mal a ser combatido por meio de uma intervenção enérgica, tal como os problemas de crime e doença aos quais costumavam ser associados, e os agentes designados para essa tarefa eram engenheiros, médicos e polícia (Cardoso, 2022, p. 54).

A culminância do discurso técnico, médico e criminal para se erradicar este novo mal, que se instaurou nas encostas acidentadas próximas ao extinto *Cabeça de Porco*, foi a campanha de saneamento ocorrida em 1907, representada em uma famosa charge d'*O Malho* (Figura 5), publicada em 8 de junho. A caricatura de Oswaldo Cruz removendo os "piolhos" da Favella – sendo os piolhos os seus residentes – demonstra com uma ironia mordaz os efeitos da iniciativa da Delegacia de Higiene, capitaneada pelo médico.




Figura 5 – Charge "Uma limpeza indispensável" (1907)

*Fonte:* O Malho, 8 de junho de 1907. DIsponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116300/9446>.

Os planos foram publicados no Jornal do Brasil, em abril, explicitam as intenções da intervenção governamental:

> Em uma conferência realizada ultimamente entre os Srs. Drs. Chefe de Polícia, Prefeito do Districto Federal e Director Geral de Saúde Pública, ficou resolvido o completo saneamento dos morros desta Capital.
> Vão ser destruídos todos os casebres existentes, principalmente nos morros de Santo Antônio e da Favella, constituindo isso uma medida imprescindível.
> As três autoridades vão trabalhar nesse sentido, de commum acordo, para melhoria das condições hygiênicas dos referidos morros, expurgando-os, ao mesmo tempo, das maltas de desoccupados que alli

existem nos referidos casebres.[65]

Tamanha era a certeza de que a completa demolição da Favella ocorreria que, poucos dias antes do prazo final de esvaziamento estipulado para a intervenção das autoridades, alguns jornais já comemoravam a extinção do morro, chegando inclusive a se referir à região em tom de despedida:

> Dentro de dez dias, deixará também de existir um dos mais pittorescos scenários do velho Rio-colonial. O morro da Favella, de tradição tão fecunda, vai ruir finalmente ao sopro enérgico do movimento progressista que, por entre as viellas lôbregas, rasgou as avenidas amplas e luminosas.
> O morro da Favella era um dos sítios mais célebres do Rio pela fama audaciosa dos seus sarilhos. Colto de destemidos capoeiras, reducto inexpugnável de criminosos e facínoras, ninguém ousava subir a sua ladeira tortuosa sem que o coração precipite lhe batesse num receio justificado.
> Só ahi habitava gente pobre e má. No alto do morro não há água, e em determinadas horas, viam-se longas filas de mulheres subindo a ladeira, com as latas cheias na cabeça.
> A Favella tinha os seus heroes, habitavam-n'a capoeiras celebrizados e a polícia rondava-a, de baixo, cheia de prevenção e de sabres.
> Mas agora tudo passou. Lá se vai a Favella para o pó das coisas velhas. Dentro de dez dias, os casebres que durante annos abrigavam aquella população tão especial, rolarão ao embate das picaretas do progresso.
> Da ordem da Directoria da Saúde Pública, todos os moradores do morro da Favella, sob pena de despejo, deverão mudar-se para que se possa proceder à demolição da vetusta casaria.
> Adeus, pois, Favella antiga; breve, o pó, que tudo esconde, esconderá também a fama dos teus feitos…[66]

No entanto, diferentemente do cerco realizado aos cortiços cariocas, o plano de extinção do morro da Favella foi apenas parcialmente executado, seja por incapacidade das autoridades, pela pressão de parte da opinião pública, ou mesmo por políticos de alguma relevância: o tema da demolição percorreu, também, o cenário político, na figura de Henrique Tavares Lagden, que tomou como necessário mostrar seu repúdio às ações do governo referentes à Favella:

> Conselho Municipal - 1º Sessão Ordinária - Ata da 23ª Sessão em 3 de junho de 1907
>
> [...] Quando o Prefeito age, tão digna e nobremente, em favor do proletariado; quando S. Ex. tão bellamente concilia, no seu elevado

[65] *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 16 de abr. 1907, nº 108, p. 3. Seção de Periódicos da Biblioteca Nacional/RJ. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/030015_02/22467>, acesso em 10 set. 2022.
[66] *O Paiz*. Rio de Janeiro, 3 de jun. 1907, nº 8278, p. 1. Seção de Periódicos da Biblioteca Nacional/RJ. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/178691_03/14182>, acesso em 10 set. 2022.

> cargo, a austeridade do administrador com os impulsos de um coração bem formado, dóe imenso ver um homem da estatura do Dr. Oswaldo Cruz subir à Favella para de lá tocar, cruelmente, pelo morro abaixo, como a uma ponta de suínos, os infelizes que na cidade baixa não podem encontrar abrigo.
> É profundamente lamentável que, agora quando os poderes federaes e municipaes se tem voltado para a insophismável e inadiável obrigação de facilitar um lar aos desprotegidos da sorte, o grande debellador da febre amarela volte as suas profundas meditações para a infeliz ideia de atirar à triste vagabundagem um grande número de famílias, que procuram na Favela um abrigo, porque como bem disse o primoroso Coelho Netto, do Correio da Manhã, a propósito do Morro da Babylonia: "há montanhas agasalhadoras que a pobre gente sem lar, que ficou exposta ao tempo, expulsa do casebre em que vivia por intimação do Progresso, vai, pouco a pouco, ocupando".
> É, embora sem mandato especial, que em nome dessa pobre gente a quem se pretende ferretear com o estygma da vagabundagem, que o orador protesta contra a inclemente expulsão.[67]

Apesar do apoio majoritário dos veículos de imprensa da cidade para que se concluísse a completa demolição do morro da Favella, alguns repórteres realizam um amplo contraponto através de matérias publicadas nos dias anteriores à iminente intervenção governamental. O *Jornal do Brasil*, por exemplo, publicou em 12 de junho uma extensa matéria sobre a situação dos moradores do morro. Seguindo o modelo editorial da época, o título da reportagem nos indica os pontos principais da reportagem:

> *Uma visita ao Morro da Favella | 1.500 pessoas sem tecto | Quadro de horror e de misérias: O "Jornal do Brasil" no morro da Favella — O que presenciamos — Situação triste! — Crianças e velhos ao relento — Sem abrigo! — A crueldade dos encarregados da derrubada — Um pallido esboço do que vimos — Reclamações e mais reclamações — Apello ao Sr. Presidente da República — Descrição e notas interessantes.*[68]

Nessa matéria, os repórteres subiram o morro e entrevistaram diversos moradores, mostrando-se comovidos pela situação dos residentes da região e denunciando que, ainda que o prazo para desocupar as moradias ainda não tivesse expirado, as autoridades já haviam começado o processo de demolição das casinhas mais de um mês antes:

> A Saúde Pública, simulando uma cordura e tolerância inimitáveis, poz à frente da demolição geral um empregado superior do quadro de mata-mosquitos, tendo às ordens uma grande turma.

---

[67] *Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 6 de jun. 1907, nº 156, p. 4. Seção de Periódicos da Biblioteca Nacional/RJ. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/364568_09/12903>, acesso em 10 set. 2022.
[68] *Jornal do Brasil.* Rio de Janeiro, 12 de jun. 1907, nº 163, p. 3. Seção de Periódicos da Biblioteca Nacional/RJ. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/030015_02/22975> , acesso em 10 set. 2022.

> Esta gente, que começou o trabalho em 1º de maio, um mez e dez dias antes do último prazo do edital, apresenta-se à pobreza, a quem deseja expulsar, dizendo: “A sua casa vai abaixo, mas nós já arranjamos para onde se mudem” e vae tudo raso.
> Com o fim de nos illudirem, como notássemos que parte da derrubada se fizera antes do praso, disseram-nos que só tinham posto em terra as casas não habilitadas, o que não era verdade, pois a nossa vista demoliram e estavam demolindo casas com os moradores dentro![69]

O *Jornal do Brasil* publicou, também, diversas fotos de sua visita em uma revista de sua posse, a *Revista da Semana*, apresentando uma realidade até então desconhecida pela maioria da população da cidade. Acostumados com descrições que associavam a Favella a antros de criminosos e dos degenerados da sociedade carioca, dessa vez o que viram foi um aglomerado de pessoas comuns: trabalhadores, crianças e idosos vivendo suas vidas como podiam diante das circunstâncias.

Outros veículos, como apontado anteriormente, mostravam-se preocupados com a intervenção na região. Ainda que apoiassem o saneamento da Favella, expressavam frequentes preocupações acerca do destino dos moradores expulsos e temiam uma repetição do cerco aos cortiços, da disseminação dessas moradias em "sucursais" da Favella, cobrando a implementação de mais vilas proletárias antes de se realizarem as demolições:

> Parece ter ficado decidido, pelo dr. Oswaldo Cruz, a demolição em dez dias de todo aquelle horrendo casario que, em caminhos sinuosos e abruptos, enche o morro da Providência.
> Será um acto benemérito este do director geral da Saúde Pública, derrubando as infectas choças, as immundas habitações, limpando aquelle morro, que está a bem dizer no coração da cidade, ali do lado da Estrada de Ferro, avistado por toda a linha do novo caes? Recommendar-se-á com esse acto à admiração pública o apregoado extinctor da febre amarela?
> Pode parecer que sim. De facto, o dr. Oswaldo Cruz vae acabar com um foco permanente, minaz, indiscutível de miséria. onde se asyla e de onde se propaga a tuberculose; Srs… acabando com a Favela, vae acabar com mais um dos muitos centros de onde se irradia o terrível mal social.
> Tudo isso, porém, pode ser muito bonito em theoria; na prática, vendo-se as coisas como devem ser vistas, o que se enxerga qualquer que se disponha a estudar o assumpto é que a Favella não é fruto apenas de um desejo mórbido de se viver mal alojado: é, ao contrário o producto desse extremo estado de pauperismo e falta de casa que a campanha desordenada do próprio sr. Oswaldo Cruz produziu.
> Tem sido dito várias vezes, mas não há mal que se repila: demolir a Favela, ou mais geralmente, cortiços e estalagens sem ter providenciado efficazmente para a construção de casas para operários, é aggravar a situação que se quer melhorar. De facto, para onde irá essa gente afugentada da Favela?

[69] Idem.

> [...] Nessa emergência só se acha uma solução, não era demolir, era construir. Ninguém atira milhares de pessoas à rua, sem ter onde as agazalhe. Qualquer governo previdente faria isso; o que cabia era ir ao presidente da República, e mostrando-lhe a Favella, o morro de Santo Antônio e outros, dizer-lhe que o problema da habitação operária era urgente e inadiável, não no papel e nos projectos, mas no tijolo e nas paredes.
> O Estado, seja repartição de Saúde Pública, seja Prefeitura, demolindo a Favella, dá um flagrante attestado de deshumanidade.[70]

Através dessas matérias, e de várias outras publicadas em meados do ano de 1907, percebe-se que as condições precárias a que foram sujeitos os moradores da Favella eram conhecidas pela opinião pública. Ainda assim, pouco foi feito para remediar ou atenuar a completa ausência de infraestrutura nos morros centrais da cidade. Pelo contrário, ainda que não tivesse sido levado adiante em 1907, a intenção de se demolir a Favella fez parte do discurso de diversos políticos nos anos seguintes, e a demolição de habitações em outros morros, muitas vezes não acompanhada de políticas de reassentamento de seus moradores, foi tema frequente nas primeiras décadas do século XX. Cardoso, refletindo sobre esse cenário, nos aponta uma justificativa plausível para a ação dos governantes contra as favelas e seus moradores:

> Os discursos constituídos entre 1900 e 1930 associando as favelas e negritude serviram ao propósito de assegurar a alteridade radical dessas categorias na visão das elites dirigentes brasileiras. Só era tolerável ver homens, mulheres e crianças vivendo em condições de degradantes, desprovidos de qualquer conforto ou serviços, expostos a todo perigo — em suma, abandonados à própria sorte —, se essa gente fosse considerada menos gente do que quem a governava. [...] Naquele contexto, existia um único fator capaz de ditar uma percepção tão radical de alteridade: a diferença racial — a bagagem acumulada de quatro séculos de escravagismo hereditário (Cardoso, 2022, p. 82).

Assim, os discursos sobre “classes perigosas” e da ideologia da Higiene formaram um conjunto que permitiu e naturalizou as ações contra uma parcela da população carioca – a parcela predominantemente negra, que compunha a maioria dos moradores dos morros de Santo Antônio, Providência e Favella à época. Não eram ações contra cidadãos, e sim contra viciados, vadios e criminosos. Apenas essa construção retórica, mergulhada no racismo, seria capaz de impedir a revolta popular contra as ações do governo. Dessa forma, mesmo com o reconhecimento de pessoas

[70] *O Século*. Rio de Janeiro, 4 de jun. 1907, nº 245, p. 1. Seção de Periódicos da Biblioteca Nacional/RJ. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/224782/965>, acesso em 10 set. 2022.

que viviam e trabalhavam honestamente (Figura 6), da mesma forma que moradores de outras regiões da cidade, a construção da Favella como um antro de criminosos justificava sua expulsão como um mal para o bem maior:

> Laboriosamente construidas sobre rochas essas casinholas abrigam numerosas familias, operarios, lavanderias e até faccinoras que são, entre os seus habitantes, os que mais contribuem para a sua escassa nomeada.
> [...] Um director da Saúde Pública, o Dr. Oswaldo Cruz, pretendeu arrazar a um desses bairros[71] [Favella e Santo Antônio] mas os seus habitantes desceram, amotinados, para as redacções e a imprensa, ou uma parte della, clamou que se queria destruir o azylo dos pobres, deixando-os sem tecto.
> No entanto, apesar de possuir elementos honestos, a Favella é um antro de faccinoras e deve ser arrasado para decencia e hygiene da Capital Federal.[72]



Figura 6 – “As lavadeiras da Favella”, na revista *Careta* (1909)

Fonte: *Careta*. Rio de Janeiro, 4 de dez. 1909, nº 75, p. 25. Seção de Periódicos da Biblioteca Nacional/RJ. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/083712/1715>.

Basta observar a impressionante similaridade desse discurso com o que é propagado atualmente – em jargões sensacionalistas como “CPF cancelado!” e na generalização da criminalidade das favelas, onde todo morador que é assassinado é imediatamente rotulado como “vagabundo” – para entendermos que a naturalização dessa situação é um condicionador das relações sociais entre os detentores do poder e

[71] Curiosamente, a *Gazeta de Notícias* circulou alguns textos, alguns anos antes, se referindo aos morros da Favella e de Santo Antônio como “bairros altos”, tentando dar conta das diferenças entre estes espaços e a “cidade formal”, textos estes mergulhados em exotismos e preconceitos sobre seus moradores.

[72] Careta. Rio de Janeiro, 4 de dez. 1909, nº 75, p. 25. Seção de Periódicos da Biblioteca Nacional/RJ. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/083712/1715>.

a população brasileira empurrada às margens, para as periferias, para as favelas e, também, para os subúrbios.

Na década de 1900, o êxodo de moradores das favelas centrais em direção a regiões suburbanas já havia sido percebido por uma parte da imprensa, como exemplificado na matéria do jornal *O Paiz,* em 1907*:* "Nos morros da cidade, vão, pouco a pouco, surgindo as casinhas de táboa, os ranchos primitivos. Nos morros que separam Andarahy da Tijuca, Villa Isabel de Engenho Novo, Tijuca de Santa Thereza"[73]. A reportagem prossegue, afirmando que "a demolição dos casebres da Favela augmentará a população dos Favelas de arrebaldes. E por emquanto, na actual crise domiciliar, será impossível desalojar de suas choupanas toda essa gente pobre"[74].

Voltando à matéria publicada em 12 de junho de 1907 no *Jornal do Brasil*, uma moradora chamada Palmyra Maria da Conceição, em frente aos escombros de sua casa que havia sido demolida há pouco, conversou com os repórteres, que perguntavam para onde estavam indo os moradores que já tiveram suas casas botadas abaixo. A resposta de Palmyra é reveladora das tendências da suburbanização como opção aos moradores expulsos: "— Ah! Uns foram lá para cima do matto, outros, que podiam, foram para D. Clara, Rio das Pedras, Madureira…"[75]

Meses depois, a região de D. Clara estaria sendo retratada no mesmo modelo já visto no trato aos cortiços cariocas e ao Morro da Favella. Notícias como "Uma succursal da Favella" (*Correio da Manhã*, 1908), "A nova Favella" (*O Século* e *A Imprensa*, 1909), "D. Clara em sangue" (*A Notícia*, 1909), "Domingo vermelho" (*Correio da Manhã*, 1909) começaram a despontar na imprensa. Novamente, a violência e as tendências criminosas dos habitantes de uma região marginalizada começam a alimentar o imaginário da opinião pública, através da imprensa carioca.

D. Clara era uma região contígua ao bairro suburbano de Madureira, separadas pelos trilhos da Estrada de Ferro Central do Brasil e sendo ambas administrativamente subordinadas ao distrito suburbano de Irajá. Ela possuía uma estação homônima, criada no trajeto da linha circular, apresentada a seguir no Mapa 4:

---

[73] *O Paiz*. Rio de Janeiro, 17 de jun. 1907, nº 8292, p. 2. Seção de Periódicos da Biblioteca Nacional/RJ. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/178691_03/14309>, acesso em 10 set. 2022.
[74] Idem.
[75] *Jornal do Brasil.* Rio de Janeiro, 12 de jun. 1907, nº 163, p. 3. Seção de Periódicos da Biblioteca Nacional/RJ. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/030015_02/22975>, acesso em 10 set. 2022.




Mapa 4 – Mapa de estações ferroviárias nos arredores de Madureira (1922)

*Fonte: Recorte da Carta do Distrito Federal (1922). Acervo da Biblioteca Digital Luso-Brasileira. Disponível em: <https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/427821>, acesso em 25 abr. 2023.*

Assim, o deslocamento de pessoas expulsas das áreas centrais da cidade durante a década de 1900 – onde ocorreram as reformas urbanas de Pereira Passos e Rodrigues Alves, e as intervenções higienistas de Oswaldo Cruz – podem ser rastreados em direção aos distritos suburbanos de Irajá. Não apenas os corpos foram deslocados, como também todos os estigmas associados a esses moradores. Porém, antes de uma análise pormenorizada das relações ocorridas no choque entre esse novo contingente de suburbanos e os moradores que há anos já ocupavam a região, e considerando a escolha das fontes impressas desta pesquisa, é necessária uma análise mais detalhada da imprensa brasileira, carioca e suburbana.

## 3. Imprensa como fonte e periodismo suburbano

"A massa mantém a marca, a marca mantém a mídia e a mídia controla a massa."
(*George Orwell*)

Eventos recentes ocorridos no Brasil – como a pandemia e o Golpe orquestrado contra a presidente Dilma Rousseff – são indicativos da relevância dos veículos de imprensa na formação de opinião da sociedade, de forma geral. Capas de revistas que versavam sobre "as explosões nervosas da presidente"[76] e a propagação, em rede nacional, de discurso presidencial denominando a pandemia de Covid-19 – que, no Brasil, vitimou mais de 700 mil pessoas – como "uma gripezinha ou resfriadinho"[77], são retratos das complexidades que se apresentam nas relações entre notícia e público, entre realidade e fabricação, entre ciência e negacionismo.

A análise da imprensa como fonte histórica, realizada com seus devidos cuidados, permite a observação de mobilizações dos diversos indivíduos e grupos, que viveram e testemunharam eventos importantes na construção de nossa identidade.

> Trabalhar com imprensa escrita reside no compromisso da interpretação dos fatos apresentados por ela, aprender a desvendar sua escrita jornalística. Porém ao utilizar a imprensa como fonte podemos de forma clara fazer a reconstrução dos acontecimentos através do mais eficaz meio de comunicação na difusão das informações, uma vez que durante todo o século XIX este veículo de comunicação foi o mais utilizado como disseminador dos costumes, atitudes e desejos da sociedade (Kreniski; Aguiar, 2011, p. 3).

Através da imprensa, podemos realizar diversas análises, desde a formação e disseminação de tendências (estéticas, morais, econômicas) até os "humores" políticos da época em que foram publicados:

> [...] a imprensa tem um papel fundamental dentro da sociedade, uma vez que através das páginas percebemos as mudanças ocorridas dentro desta. Pois é através dela que podemos analisar os seus discursos moralistas, político e econômicos. Uma vez que na imprensa são ditadas as modas, as regras de conduta dentro da sociedade e conselhos para

[76] Capa da edição nº 2.417 da Revista *Istoé*, datada de 6 de abril de 2016. Verifica-se pela capa a tentativa de se criar a imagem de uma presidente descontrolada, de forma a reforçar outra imagem construída sobre Dilma Rousseff à época, de uma presidente fechada ao diálogo e politicamente isolada.

[77] Em pronunciamento oficial em âmbito nacional – difundido por TV, rádio e internet – no dia 24 de março de 2020, o presidente em exercício Jair Bolsonaro comentou: "No meu caso particular, pelo meu histórico de atleta, caso fosse contaminado pelo vírus, não precisaria me preocupar, nada sentiria ou seria, quando muito, acometido de uma gripezinha ou resfriadinho". Em um momento em que o vírus da Covid-19 se espalhava pela Europa e começava a se apresentar como risco potencial para a saúde global, o discurso foi duramente criticado como negacionista.

> as moças que pretendem arranjar um bom casamento, ou até mesmo conhecermos o momento político claro levando em consideração a tendência política seguida pelos jornais (Kreniski; Aguiar, 2011, p. 4).

No entanto, o trato dessas fontes deve ser realizado com os devidos cuidados. Sendo assim, a escolha da investigação por meio da *análise/pesquisa documental* se apresenta como estratégia metodológica para este fim. Cellard (2012) aponta o processo de análise documental como repleto de percalços:

> O pesquisador que trabalha com documentos deve superar vários obstáculos e desconfiar de inúmeras armadilhas, antes de estar em condição de fazer uma análise em profundidade de seu material. Em primeiro lugar, ele deve localizar os textos pertinentes e avaliar a sua credibilidade, assim como a sua representatividade. O autor do documento conseguiu reportar fielmente os fatos? ou ele exprime mais as percepções de uma fração particular da população? Por outro lado, o pesquisador deve compreender adequadamente o sentido da mensagem e contentar-se com o que tiver à mão: fragmentos eventualmente, passagens difíceis de interpretar e repletas de termos e conceitos que lhe são estranhos e foram redigidos por um desconhecido, etc. É, portanto, a razão desses limites importantes, que o pesquisador terá de tomar um certo número de precauções prévias que lhe facilitarão a tarefa e serão, parcialmente, garantias da validade e da solidez de suas explicações (Cellard, 2012, p. 296).

Superando estas barreiras, o pesquisador se verá diante de um conjunto de fontes com grande potencial de análise, que demandam certo esforço para a composição do *corpus* de pesquisa:

> Uma pessoa que deseje empreender uma pesquisa documental deve, com o objetivo de constituir um *corpus* satisfatório, esgotar todas as pistas capazes de lhe fornecer informações interessantes. Se nossos predecessores deixaram vestígios documentais, eles raramente o fizeram com vista a possibilitar uma reconstrução posterior; tais vestígios podem se encontrar, portanto, em toda a sorte de locais, os mais heterogêneos. A experiência pessoal, a consulta exaustiva a trabalhos de outros pesquisadores que se debruçaram sobre objetos de estudo análogos, bem como a iniciativa e a imaginação, também integram adequadamente a constituição desse *corpus* (Cellard, 2012, p. 298).

Em adição, é preciso destacar o caráter imutável do documento. “É impossível transformar um documento, é preciso aceitá-lo tal como ele se apresenta, tão incompleto, parcial ou impreciso que seja” (Cellard, 2012, p. 299). Cabe ao pesquisador o cuidado na investigação, tendo atenção a cinco dimensões do estágio de análise preliminar da pesquisa documental: 1) o contexto; 2) o autor os autores; 3) a

autenticidade e a confiabilidade do texto; 4) a natureza do texto e 5) os conceitos-chave e a lógica do texto.

Sobre o *contexto*, indica-se que “o exame do contexto social global, no qual foi produzido o documento e no qual mergulhava seu autor e aqueles a quem ele foi destinado, é primordial, em todas as etapas de uma análise documental, seja qual tenha sido a época em que o texto em questão foi escrito” (Cellard, 2012, p. 299). Independentemente de se tratar de um passado longínquo ou de um evento temporalmente mais aproximado do pesquisador,

> o analista não poderia prescindir de conhecer satisfatoriamente a conjuntura política, econômica, social, cultural, que propiciou a produção de um documento determinado. Tal conhecimento propicia apreender os esquemas conceituais de [...] seus autores, compreender sua reação, identificar as pessoas, grupos sociais, locais, fatos aos quais se faz alusão, etc. (Cellard, 2012, p. 299).

No que se refere ao *autor ou aos autores,* o objetivo é identificar – na medida do possível – a trajetória dos escritores destes documentos. Seus graus de instrução, suas profissões, seu pertencimento regional e suas classes sociais são alguns dos diversos elementos que podem auxiliar na investigação das fontes escritas por eles.

> [...] não se pode pensar em interpretar um texto, sem ter previamente uma boa ideia da identidade da pessoa que se expressa, de seus interesses e dos motivos que a levaram a escrever. Esse indivíduo fala em nome próprio, ou em nome de um grupo social, de uma instituição? Parece, efetivamente, bem difícil compreender os interesses (confessos, ou não) de um texto, quando se ignora tudo sobre aquele ou aqueles que se manifestam, suas razões e as daqueles a quem eles se dirigem (Cellard, 2012, 300).

Em relação à *autenticidade e confiabilidade do texto*, “ainda que a questão [...] raramente se coloque, não se deve esquecer de verificar a procedência do documento” (Cellard, 2012, p. 301). Não apenas uma perspectiva de confiabilidade das fontes em si, mas também dos relatores dos eventos transcritos:

> [...] é importante estar sempre atento à relação existente entre o autor ou os autores e o que eles descreveram. Eles foram testemunhas diretas ou indiretas do que eles relataram? Quanto tempo decorreu entre o acontecimento e a sua descrição? Eles reportaram as falas de alguma outra pessoa? Eles poderiam estar enganados? Eles estavam em posição de fazer esta ou aquela observação, de estabelecer tal julgamento? (Cellard, 2012, p. 301)

Sobre a *natureza do texto*, o que se debate é o tipo de fonte que está sendo trabalhada: um documento oficial ou uma troca de correspondência entre familiares? Cada uma dessas produções vai permitir ou inibir certos tipos de manifestação, pois "não é possível exprimir-se com a mesma liberdade em um relatório destinado aos seus superiores, e em seu diário íntimo. [...] Efetivamente, a abertura do autor, os subentendidos, a estrutura de um texto podem variar enormemente, conforme o contexto do qual ele é redigido" {Cellard, 2012, p. 302).

Por fim, pelos *conceitos-chave e a lógica interna do texto*, a preocupação são os conceitos e o sentido das palavras utilizadas pelos autores dos documentos analisados.

> Certamente, o trabalho de análise preliminar não poderia estar tão completo e por tanto tempo, que o pesquisador não tivesse o sentimento de ter compreendido satisfatoriamente o sentido dos termos empregados pelo autor [...] de um texto. Para os textos antigos, isso é evidente, já que a significação de inúmeros termos evoluiu ao longo dos anos (Cellard, 2012, p. 302).

Nesse ponto, o pesquisador deve ficar atento ao emprego de palavras que tenham um significado diferente, de acordo com a época em que foram empregadas, assim como a utilização de gírias ou termos técnicos por parte dos autores das fontes.

> Delimitar adequadamente o sentido das palavras e dos conceitos é, aliás, uma precaução totalmente pertinente no caso de documentos mais recentes nos quais, por exemplo, utiliza-se um 'jargão' profissional específico, ou nos que contém regionalismos, gíria própria a meios particulares, linguagem popular, etc. (Cellard, 2012, p. 303).

Concluindo esta etapa de análise preliminar, unindo-se estes cinco elementos à problemática e ao quadro teórico da pesquisa, "o pesquisador poderá [...] fornecer uma interpretação coerente, tendo em conta a temática ou o questionamento inicial" (Cellard, 2012, p. 303). Ao comparar e confrontar seu *corpus* documental com outras produções contextualmente próximas, faz-se emergir interpretações diversas, que também são afetadas pelas características do pesquisador:

> A fim de estabelecer [...] ligações e de constituir configurações significativas, é importante extrair os elementos pertinentes do texto, compará-los com outros elementos no corpus documental. [...] As combinações possíveis entre os diferentes elementos contidos nas fontes estabelecem-se em relação ao contexto, à problemática, ou ao quadro teórico, mas também, deve-se admiti-lo, em função da própria personalidade do pesquisador, de sua posição teórica ou ideológica (Cellard, 2012, p. 304).

Nesse ponto, a escolha pela imprensa como fonte de pesquisa importa no sentido de suas contribuições, para conferir destaque a determinadas construções retóricas que operaram (e ainda operam) na sociedade brasileira. A imprensa brasileira, em especial, tem uma relação íntima com a construção da nação:

> A nação brasileira nasce e cresce com a imprensa. Uma explica a outra. Amadurecem juntas. Os primeiros periódicos iriam assistir à transformação da Colônia em Império e participar intensamente do processo. A imprensa é, a um só tempo, objeto e sujeito da história brasileira. Tem certidão de nascimento lavrada em 1808, mas também é veículo para a reconstrução do passado (Martins; De Luca, 2012, p. 8).

No que diz respeito a *quem* construía a notícia – contra ou a favor de determinadas demandas – eram indivíduos que circulavam entre as mais diversas esferas de poder da sociedade brasileira, denotando o dinamismo das esferas políticas, a partir dos Oitocentos:

> [...] muitas vezes os personagens são exatamente os mesmos, na imprensa, na política e nas instituições. Em outras, são, no mínimo, bastante próximos, pois intervenções políticas de peso são decididas no interior das redações, estabelecendo e testemunhando avanços e recuos das práticas dos governos, da dinâmica do país, da formação de seu povo, do destino nacional. E os exemplos vêm da Colônia, passam pelo Império, persistem na Primeira República, seguem no Estado Novo e chegam até nossos dias (Martins; De Luca, 2012, p. 8).

Vale destacar que o analfabetismo, ainda que se apresentasse como um entrave ao acesso à informação dessa imprensa, não constituía um impeditivo absoluto dos não-letrados aos materiais impressos. As leituras públicas, as conversas de esquina, os círculos de amizade, associações e compadrios faziam a palavra impressa circular e atravessavam a barreira das letras, assim como a barreira de classe, mesmo que o acesso à sua *produção* ficasse, este sim, bastante restrito a quem tivesse condições materiais para sua publicação:

> A circulação de palavras - faladas, manuscritas ou impressas - não se fechava em fronteiras sociais e perpassava amplos setores da sociedade que se tornaria brasileira, não ficava estanque a um círculo de letrados, embora estes, também tocados por contradições e diferenças, detivessem o poder de produção e leitura direta da imprensa (Morel, 2012, p. 25).

Dessa forma, como anteriormente apontado, uma imprensa colonial surge, em 1808, no que viria a se tornar, alguns anos depois, o Brasil. Para explicar esse primeiro período de produção da imprensa, um trinômio retórico – no atraso, na censura e no

oficialismo – foi construído como maneira de ilustrar as relações entre imprensa e poder. De forma a escapar de tal reducionismo e simplificação, é necessária uma análise, para além do superficial e das palavras impressas por si mesmas, que compreenda os atores e contextos social e político destas publicações:

> A ênfase no *atraso*, na *censura* e no *oficialismo* como fatores explicativos dos primeiros tempos da imprensa (ou de sua ausência) não é suficiente para dar conta da complexidade de suas características e das demais formas de comunicação numa sociedade em mutação, do absolutismo em crise.
> Sem negar aqueles três fatores, em geral mais facilmente perceptíveis até pelo acúmulo de trabalhos e referências nessa linha, é possível acrescentar outro elemento para facilitar nossa compreensão: o de que o surgimento da imprensa periódica no Brasil não se deu numa espécie de vazio cultural, mas em meio a uma densa trama de relações e formas de transmissão já existentes, na qual a imprensa se inseria. Ou seja, o periodismo pretendia, também, marcar e ordenar uma cena pública que passava por transformações nas relações de poder que diziam respeito a amplos setores da hierarquia da sociedade, em suas dimensões políticas e sociais. (Morel, 2012, p. 24).

Em uma sociedade em transformação, afetada profundamente pela chegada da família real e dos processos históricos que se desenrolaram subsequentemente no cenário global, a mutabilidade e capacidade de adaptação dos indivíduos que viveram e agiram durante os Oitocentos é marcante e digna de nota:

> Grupos políticos com alguma estabilidade e identidade formavam-se baseados em vínculos diferenciados, como vizinhança, parentesco, clientela, trabalho (livre ou escravo), interesses materiais ou afinidades intelectuais, em torno de chefes, cidades, regiões ou sob determinadas bandeiras, que poderiam mudar com os contextos (Morel, 2012, p. 26).

Um exemplo bem ilustrativo dessa dinâmica se encontra na produção de uma *imprensa mulata*, ainda em meados do século XIX, como mobilizadora das demandas de um grupo que visava se apropriar dessa identidade com fins de alcançar maior participação política e econômica na sociedade brasileira:

> [uma *imprensa mulata*] surgirá entre 1833 e 1867, aproximadamente, e terá caráter nacionalista, de um lado, porém não incorporando à sua mensagem ideológica a libertação dos escravos. Lutavam, também, contra a discriminação racial, mas na medida em que eles eram atingidos na dinâmica da disputa de cargos políticos ou burocráticos. Esses jornais [...] redigidos e impressos geralmente por mulatos adotaram títulos identificadores como *O Mulato* ou *O Homem de Cor*, *O Brasileiro Pardo*, *O Cabrito*, *O Crioulinho*, *O Meia Cara* e quem sabe outros mais [...]. O cunho nacionalista desses jornais é claramente manifesto e a linha política extremada - republicana ou exaltada e a razão é óbvia pois eram os grupos que favoreciam reformas radicais [...]. Com a maioridade os problemas da aceitação do grupo 'não branco', em

> termos de igualdade com o grupo branco e as dificuldades de acesso aos postos mais elevados da vida pública fizeram com que os mulatos agitassem a questão da discriminação, utilizando os jornais para tornarem conhecida toda a sua revolta. O interesse desses depoimentos está justamente na apresentação do problema tal como foi visto e sentido pelos participantes, colorido pela própria vivência da situação (Moura, 1983, p. 127).

No cerne dos debates – seja dos "mulatos" ou de qualquer outro grupo organizado da época –, materializados por meio dos veículos de imprensa, estava a tentativa de mobilização de uma *opinião pública* que se pudesse tornar favorável às demandas defendidas por estes indivíduos. Sobre a opinião pública brasileira dos Oitocentos:

> Nas duas primeiras décadas do século XIX surge, através dos papéis impressos no Brasil, a chamada opinião pública. Mas afinal, o que significa essa expressão? Há quem a tome de forma literal como personagem ou agente histórico dotado de vontade, tendência e iniciativa próprias. Porém, trata-se, antes de tudo, de palavras. A expressão opinião pública é polissêmica – e também polêmica. Conhecer a trajetória dessa noção numa determinada sociedade, situada cronologicamente e geograficamente, pode permitir uma aproximação da gênese da política moderna, isto é, pós-absolutista, cujos discursos invocando a legitimidade desta opinião continuam a ter peso importante na atualidade. Ou seja, a opinião pública era um recurso para legitimar posições políticas e um instrumento simbólico que visava transformar algumas demandas setoriais numa vontade geral (Morel, 2012, p. 33).

A emergência de uma opinião pública no Brasil ocorreu por volta de 1820, antecedendo a Independência e em consonância com as mudanças estruturais ocorridas na Península Ibérica e, por consequência, em seus domínios americanos, através de um decreto que estabeleceu a liberdade de imprensa, uma das primeiras medidas da Junta de Governo da Revolução Constitucional portuguesa (Morel, 2012). Por extensão, essa medida impactou o território colonial lusitano e, de certa maneira, permitiu a possibilidade de uma imprensa livre no Império brasileiro, posteriormente. No entanto, essa liberdade foi um campo de disputa ao longo dos anos:

> [...] o que se verifica em seguida não é uma linha progressiva e ascendente de crescimento dessa liberdade. Houve um crescimento da imprensa, sim, mas a questão do controle desta atividade seguiria uma linha sinuosa, com recuos e expansões: os dilemas, vividos pelos redatores de diversas correntes políticas, se cruzariam com as preocupações governamentais e com as constantes alterações dessa legislação pelos parlamentares (Morel, 2012, p. 34).

Nesse contexto, surgiu no Brasil uma imprensa panfletária, que perdeu força apenas na metade do século XIX. Seus escritores e propagadores adotaram esse modelo pela facilidade de publicação, tendo em vista os baixos custos de impressão e a facilidade de empregar elementos literários que agitavam seus leitores – como a sátira, a criticidade e o franco ataque a opiniões opostas (Morel, 2012).

Outro aspecto interessante de destacar era a possibilidade de publicação de trechos de livros nos diversos jornais e periódicos que circulavam à época, visto que os livros significativamente mais caros que edições avulsas de jornais ou a assinatura de periódicos brasileiros. Essa tendência se consolidou, podendo ser encontrados trechos de contos – até mesmo em jornais de menor circulação, como o *Echo Suburbano* –, como *Um drama nos ares*, de Júlio Verne, na edição nº 160, de 24 de abril de 1911[78].

Em adição, os pontos de comércio desses periódicos produziram novos espaços de sociabilidade nas cidades brasileiras, incluindo-se entre elas, especialmente, o Rio de Janeiro:

> Outra novidade, com impacto a nível local: os pontos de venda e circulação da imprensa como espaços urbanos significativos nas principais cidades brasileiras em princípios do século XIX. As tipografias e as primeiras livrarias eram habitualmente frequentadas por redatores e leitores: conversas, contatos, laços de solidariedade política, local de fazer compras. Pontos de venda dos impressos, leituras coletivas e cartazes e papéis circulando de maneira intensa pelas ruas incorporam-se ao cotidiano da população. A força da palavra falada, manuscrita ou impressa, e dos contatos pessoais. Note-se que as tipografias e livrarias compunham um comércio no sentido ampliado: não só em geral situavam-se nas "ruas do comércio", mas vendiam também, quase sempre, produtos diversos, como roupas, lingeries, louças, bijuterias, perfumes, papelaria, mármores, remédios… O livreiro e o tipógrafo francês Pierre Plancher, por exemplo, instalado na rua do Ouvidor durante o Primeiro Reinado, ganhou dinheiro não só com jornais e livros importados ou com os que imprimia no Rio de Janeiro, mas também com a venda do purgativo Le Roy (Morel, 2012, p. 38).

Dessa forma, construiu-se uma imprensa que – tanto na forma escrita quanto na falada (nas conversas e leituras coletivas) – capturou o imaginário e a rotina de uma parcela da população nacional, ainda no alvorecer do Império. Importa destacar que, na construção de um aparato de mobilização da opinião pública, o fator *manipulação* não pode ser deixado de lado, onde a "a análise da imprensa como fonte de pesquisa não pode ser realizada de forma isolada do contexto social do qual está inserida, mas, ela representa [...] um instrumento de manipulação e intervenção na vida da sociedade" (Kreniski; Aguiar, 2011, p. 5). Ou seja, os cenários políticos e as discussões sobre moral,

[78] Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/821527/2>.

civilidade e futuro nacional são indispensáveis para a análise destes documentos históricos.

A figura dos redatores desses diversos jornais e periódicos também ganhou destaque, sendo eles membros distintos da sociedade imperial. Citando algumas dessas figuras e suas obras:

> [...] o conservador e erudito José da Silva Lisboa (visconde de Cairu), redator de vários folhetos e jornais de combate; Evaristo da Veiga e sua influente *Aurora Fluminense* (1827-1839); [...] o republicano e posteriormente socialista António Borges da Fonseca com vários títulos, destacando-se *O Repúblico*; [...] o neojacobino Ezequiel Corrêa dos Santos e seu *Nova Luz Brasileira* pregando uma reforma agrária; o lendário carmelita frei Joaquim do Amor Divino Caneca e seu *Tiphis Pernambucano*, que custaria a vida de seu redator; o *Revérbero Constitucional Fluminense*, do incansável e onipresente cônego Januário da Cunha Barbosa e do maçom Joaquim Gonçalves Ledo, com decisiva atuação na Independência, em 1822; O *Observador Constitucional*, em São Paulo, 1829, do italiano Libero Badaró, assassinado no ano seguinte devido à sua atuação no jornal; *O Carapuceiro*, ao mesmo tempo conservador e irresistivelmente satírico, do padre pernambucano Lopes Gama, mesclava saborosa críticas de costumes e agudos embates doutrinários; outros defendiam inabaláveis o ponto de vista governamental, como a *Gazeta do Brasil* e o *Diário Fluminense*, com vários redatores; nem mesmo o imperador Pedro I ficaria isento desse clima, publicando, anônimo ou com pseudônimo, textos igualmente provocantes (Morel, 2012, p. 40).

Nas décadas seguintes (atravessando a Regência e o Segundo Reinado) a dinamização da imprensa, nas suas formas e na sua integração aos debates pertinentes à sociedade brasileira, seguiu a maré das condições políticas e sociais do período. Apesar da notável expansão dos folhetins, jornais, panfletos e periódicos, os potenciais e limites da imprensa nacional e a sua consolidação como produto – característica comum desse meio de comunicação em outros países, mas ainda ausente no Brasil – explicitaram as contradições cada vez mais evidentes do Império:

> [...] o novo espaço e modo de fazer da imprensa do Segundo Reinado - que se estendeu de 1841 a 1889 - não se deram de pronto. Isso porque, a despeito das transformações institucionais advindas da Independência, do Primeiro Reinado, da Regência e [...] da Maioridade, a mudança fundamental não se dera. Em lugar da república livre e laica, cogitada pelos liberais, vingara a monarquia centralizadora e católica, na qual Igreja e Estado prosseguiram compartilhando o poder enquanto o regime escravo - levado às últimas consequências com a entrada dos maiores contingentes africanos - consolidou a tradição monocultora e a ordem estamental do país, mantendo os tradicionais obstáculos do passado como forte entrave para a propagação de uma imprensa livre e atuante. E mais: o caráter mercantil, inerente àquela atividade, ainda não encontrava consumidores que a tornassem lucrativa no quadro da ordem escravocrata, do fraco comércio interno e do analfabetismo

> reinante. Logo, a despeito da protagonização da mudança, o Brasil permanecia o mesmo (Martins, 2012, p. 47).

As mudanças necessárias viriam a ocorrer com a República e a Abolição, das quais periódicos republicanos, monarquistas e abolicionistas tiveram papel notável na publicização destes movimentos.

> No último quartel do século XIX, através das folhas da Corte e mesmo do interior, o questionamento do sistema - significativamente expresso através da imprensa - acirrou-se centrado em três temas recorrentes: as crises entre a Igreja e o Estado (a chamada Questão Religiosa), a insatisfação dos militares para com o Império (a chamada Questão Militar), acirrada em 1886 com a discussão pela imprensa entre o coronel Cunha Matos e o ministro da Guerra, e a campanha da Abolição. Todas elas foram habilmente trabalhadas pela pena dos jornalistas de plantão, contrapondo uma Monarquia que sufocava a uma República que libertava (Martins, 2012, p. 73).

Ainda que não seja o objeto deste trabalho, importa destacar dois pontos importantes da produção escrita do Brasil nesse período: a imprensa negra e a imprensa abolicionista. Não apenas José do Patrocínio, no Rio de Janeiro, assumiu posição de protagonismo na imprensa brasileira, sendo acompanhado por diversos outros companheiros, como apontado nas pesquisas de Ana Flávia Magalhães Pinto. Para estes homens negros, “a imprensa assumia [...] um lugar privilegiado para o desenvolvimento de seus anseios. E ao ocuparem as colunas dos jornais, eles [...] localizavam suas particularidades no cenário amplo” (Pinto, 2014, p. 2).

É importante, também, apontar a vitalidade e atividade da imprensa abolicionista no decorrer do século XIX, em nome da libertação dos negros escravizados da nação.

> Valendo-se da retórica habitual, mesclada pela literatura romântica e pela oratória bacharelesca, os propagandistas levaram a causa da abolição para a imprensa, reconhecida como a mais popular das campanhas até então desfraldadas no país. Intensa e arrebatadora, posto que sob a pena de talentosos literatos e de inspirados ilustradores, envolve representantes da elite, das camadas médias urbanas, do funcionalismo público, do segmento estudantil, parte da Igreja e agentes emblemáticos da população negra. Nessa última figuraram Luiz Gama, rábula de São Paulo, com ampla penetração nos círculos ilustrados, José do Patrocínio, proprietário de jornal e jornalista que comovia multidões com seus discursos inflamados, e André Rebouças, filho de senador, que convivia com a família real, a despeito de discriminado nos salões pelas damas do Império (Martins, 2012, p. 74).

Cientes do importante papel desempenhado pela imprensa na propagação de ideias e na formação da opinião pública, esses indivíduos agiram, na medida do possível, na promoção do discurso abolicionista.

> [...] na década de 1880, a imprensa adquiriu um papel fundamental na difusão das idéias abolicionistas e republicanas, que influenciou não somente as elites intelectuais. Os jornais tornaram-se verdadeiras "fábricas de notícias", "indústrias de informação" e, junto com outras instituições, atuaram no sentido de formular novos valores para uma sociedade que estava iniciando um processo de mudanças. Os assuntos políticos e o abolicionismo "ganharam as ruas" junto com os periódicos e os segmentos urbanos tiveram maior facilidade de externar as suas reivindicações (Machado, 2003, p. 3).

Da mesma forma que a palavra impressa, em geral, encontrou caminhos para se propagar que superavam as barreiras do analfabetismo, o discurso da imprensa abolicionista não foi exceção: a palavra que não podia ser lida era ouvida, se espalhando pela cidade:

> A divulgação da campanha abolicionista era feita pelos jornais, distribuídos por vendedores ambulantes "rapazinhos italianos, negros e mulatos, que nos deixam quase surdos com a sua gritaria", conforme nos informa um contemporâneo. Os pontos de venda eram os quiosques que distribuíam também livros, impressos, flores, doces, charutos, cigarros, café e refrescos. Locais por onde circulavam as notícias e as "últimas novidades". A leitura dos textos em voz alta facilitava a circulação das idéias. Numa sociedade marcada pelo analfabetismo, os periódicos eram mais ouvidos que lidos, mais vistos que lidos. O aumento do público leitor ocorria em função de uma verdadeira "leitura de ouvido". Assim, as idéias abolicionistas eram difundidas mesmo para os analfabetos (Machado, 2003, p. 3).

Importa destacar que, quando me refiro a uma imprensa abolicionista, parto da iniciativa de indivíduos que, conscientemente, se posicionaram explicitamente contra as práticas do regime escravista. Nos veículos de imprensa que circulavam pelo Rio de Janeiro em fins do século XIX, houve vários que – mais ou menos veladamente – mantiveram-se neutros ou isentaram-se de opinar, na medida do possível, até mesmo lucrando com o mercado, através dos diversos anúncios de compra e venda de escravizados frequentemente publicados nestes jornais.

> Quando cotejamos [...] os números da Gazeta da Tarde, principal jornal abolicionista do Rio de Janeiro cujo proprietário era José do Patrocínio, e do Jornal do Comércio, reconhecidamente um órgão vinculado às atividades mercantis, no dia da extinção legal do cativeiro, percebe-se imediatamente as diferenças de abordagem. Enquanto o primeiro não publicava nenhuma matéria sobre venda ou aluguel de escravos, o segundo, naquela data, omitiu os debates do Parlamento sobre o projeto abolicionista, veiculando através de suas páginas anúncios a respeito do ignóbil comércio. Deve-se frisar que o Jornal do Comércio praticamente ignorou a campanha abolicionista, exceto por alguns artigos cujos espaços eram comprados pelos autores, denominados "a pedidos" (Machado, 2003, p. 3).

Dentre os abolicionistas da imprensa carioca, José do Patrocínio se apresenta como um exemplo claro da posição ética e política de sua militância em favor da extinção do regime escravista. Não apenas por suas ações, mas também pela consciência que tinha dos processos que vivenciou durante esse período de efervescência política que transformava o país:

> José do Patrocínio registrou também o papel que os jornais desempenharam na propaganda antiescravista. Às vésperas da extinção legal da escravidão, ele ressaltou como o "atrito da imprensa" e o "calor da palavra" serviram "para limar os grilhões de três séculos de cativeiro". Em relação ao Cidade do Rio, jornal de sua propriedade, assinalou como manteve-se independente, não se atrelando a nenhum partido e à estrutura política, exceto ao "partido abolicionista". Segundo Patrocínio, o jornal viverá "[...] na memória das gerações livres do Brasil, e os historiadores hão de fazê-lo depor no processo histórico de nossa pátria, na primeira fila das testemunhas honestas e altivas do nosso tempo" (Machado, 2003, p. 4).

Além de Patrocínio e da imprensa carioca, podemos apontar, no período, diversos grupos propagadores da causa abolicionista ativamente engajados e espalhados na cidade e em suas proximidades, encampando suas lutas não apenas na imprensa, mas também em espaços de sociabilidade e no cenário político brasileiro:

> Em 1880, foi criada por um grupo de abolicionistas, entre os quais Joaquim Nabuco, a Sociedade Brasileira contra a Escravidão, semelhante à sua congênere inglesa - Anti Slavery Society. Suas reuniões e conferências atraíam um grande número de pessoas. Em 1883, a Confederação Abolicionista do Rio de Janeiro, liderada por João Clapp e José do Patrocínio, incorporou várias associações, como o Centro Abolicionista Ferreira de Menezes e o Clube de Libertos de Niterói. Paralelamente à mobilização desses intelectuais e das entidades antiescravistas, ocorriam debates cada vez mais intensos na Câmara sobre a *questão servil*, transcritos nos jornais, aumentando a repercussão junto à opinião pública, apesar das dificuldades, como já assinalado, pelo alto grau de analfabetismo.
>
> A luta antiescravista ocupou vários espaços: do Parlamento às ruas, dos teatros às igrejas e jornais, das casas grandes às próprias senzalas. Assim, o abolicionismo se desenvolveu em diversos palcos que serviam para criticar o que Joaquim Nabuco denominava a "nefanda instituição" (Machado, 2003, p. 5).

Com a Abolição, em 1888, a imprensa que lutou pela causa novamente se destaca, dessa vez na promoção e patrocínio de diversas celebrações pela cidade carioca, tendo mobilizado a extinção da escravidão como símbolo do verdadeiro progresso da nação.

> No Rio de Janeiro, os jornais patrocinaram festividades, como missas que reuniram, além da família imperial e do gabinete, uma verdadeira

> multidão. Procissões, regatas na enseada de Botafogo, corridas de cavalo, teatros franqueados ao público, faziam parte das celebrações pela extinção legal do escravismo. As ruas da cidade foram ornamentadas com bandeiras e flores. Nas sacadas dos sobrados, os panos coloridos retrataram a alegria da população. A mobilização dos setores urbanos, com o apoio da imprensa, contribuiu para a derrocada de uma estrutura secular que impedia o país de galgar os degraus do progresso e da civilização. E assim, os jornais ingressaram, como afirmou José do Patrocínio, no "tribunal da História" (Machado, 2003, p. 7).

No ano seguinte, em 1889, a Proclamação da República emergiria como outro acontecimento que alteraria as estruturas sociais e políticas brasileiras. Apesar de o Golpe Republicano se apresentar, na forma como foi conduzido de fato, como uma manobra dos militares de limitada participação popular, a causa republicana não era novidade para os brasileiros, tendo a imprensa também cumprido seu papel na difusão de suas ideias.

> Na perspectiva da história da imprensa, o ano marco de 1870 vem carregado de significados. A fundação do Partido Republicano, a criação do jornal A República e o lançamento do Manifesto Republicano, redigido pelo bacharel e jornalista Quintino Bocaiúva, secundado pelos também bacharéis e jornalistas Saldanha Marinho e Salvador de Mendonça, balizaram o uso exaustivo da imprensa a serviço da propaganda da causa republicana (Martins, 2012, p. 73).

No cenário de contestação às estruturas vigentes da sociedade brasileira que caracterizou o último terço do século XIX, a causa republicana – ainda que sem a capacidade de agregar as massas populares da mesma forma que o abolicionismo – foi propaganda por uma militância engajada, que não se furtou de se organizar politicamente, inclusive em partidos republicanos.

> O ideal republicano - acalentado no Brasil desde o século XVIII - retornava agora sob a pena dos jornalistas como programa de partido, que privilegiava a atuação por meio de uma imprensa partidária. Certo que entre 1870 e 1885 essa propaganda republicana arregimentou poucos correligionários. Mas a ideia de República foi encampada e propalada por uma imprensa vivaz, onde militaram liberais, jovens oficiais, cafeicultores do sudeste e os quadros do Partido Republicano Paulista (PRP), que fizeram dos prelos o instrumento preferencial da campanha republicana (Martins, 2012, p. 73).

Nos jornais do Rio de Janeiro, a militância republicana foi bastante restrita, tendo-se em vista que os principais órgãos de imprensa da Corte permaneceram alinhados à monarquia. Ainda assim, alguns de seus colaboradores mostravam-se

entusiasmados com a causa republicana, e encontraram estratégias de explicitar a situação do regime monárquico por meio de sua produção:

> Oficialmente, a imprensa da Corte e das demais capitais mantinha-se monarquista, a exemplo de O País (1884), A Gazeta de Notícias (1875) e o Diário de Notícias (1875), não obstante a defesa do regime republicano por muitos de seus colaboradores. Era o caso de O País, cujo diretor, Quintino Bocaiúva, dava espaço para as crises do governo (Martins, 2012, p. 74).

Não pretendo, aqui, aprofundar a temática da transição do regime monárquico ao republicano, e sim apontar brevemente de que forma a imprensa foi mobilizada pelos partícipes deste processo histórico. Em resumo, as causas republicana e abolicionista foram propagadas na sociedade brasileira de várias formas – inclusive correlacionadas –, e divergências entre republicanos escravistas e monarquistas abolicionistas não foram incomuns, criando, inclusive, cisões entre estes movimentos diversos. Findado o regime monárquico, a imprensa, agora devidamente alinhada ao regime republicano, serviu como

> [...] agente do projeto civilizador, secularmente acalentado. Nela, estamparam-se à exaustão as idéias e imagens do progresso pretendidas pela nova ordem. Ao lado da política, a urbanização foi um de seus grandes temas, veiculado pela festejada modernização do aparelhamento jornalístico, com novas oportunidades tecnológicas para a produção e reprodução do texto e da imagem, em que desabrochou a estética literária parnasiana emoldurada por guirlandas *art nouveaux*. Conglomerados jornalísticos consolidaram-se naqueles anos eufóricos, introduzindo novas relações no mercado do impresso. O debate político, a veiculação do quadro econômico e a exaltação das transformações urbanas foram conduzidos pela propaganda e pela publicidade, que se profissionalizavam, a serviço de grupos estrangeiros e dos primeiros governos republicanos (Martins, 2012, p. 79).

Seguindo os motes da “civilização” e do “progresso” da nação, a imprensa foi fundamental na formação de uma opinião pública desfavorável a diversas formas de habitação popular, mostrando-se avidamente simpática às campanhas de cerco aos cortiços do prefeito Barata Ribeiro, na década de 1890, e da Campanha da Higiene de Oswaldo Cruz, na década seguinte (como já visto no subtópico 2.4). As reformas urbanas ocorridas nos termos do prefeito Pereira Passos e do presidente Rodrigues Alves também foram amplamente publicizadas, veiculadas com otimismo como símbolos de que, enfim, a cidade começava a despertar para seu potencial de se tornar a “Paris dos Trópicos”.

Nos escombros desse afã civilizatório estavam não apenas os restos dos cortiços e casinhas do morro da Favella, destruídos em nome das modernas vias do Centro e da salubridade da Capital. Um contingente considerável de pessoas foi expulso de suas casas por estes projetos urbanísticos, sem perspectivas de serem contemplados com novas moradias. A estes restava, nos primeiros anos do século XX, o reassentamento em cortiços ainda não debelados ou em casas precárias nos morros centrais ainda não destruídas pelo Departamento de Higiene. Restou, também, uma opção mais radical: buscar residência nas áreas mais distantes da cidade, alimentadas pelas diversas linhas férreas que cortavam a Capital. Os subúrbios, então, se apresentavam como uma nova alternativa de moradia.

### 3.1. "Tudo pelos subúrbios!": periodismo suburbano na Primeira República

> "[...] a nossa combatividade tem como echo: União, Paz e Progresso."
> (*Echo Suburbano*, 31 de julho de 1911)

Na construção retórica de uma cidade moderna e civilizada (debatidas no subtópico 2.2), e das relações entre *urbano x suburbano/rural* (Cruz, 2020), os subúrbios da cidade foram, no decorrer do século XX, cooptados pela imprensa central da cidade como um modelo antagônico aos planos urbanísticos das elites cariocas. Adjetivos considerados pejorativos para indicar distância, incompatibilidade com a urbanidade e um certo exotismo foram constantemente utilizados, como *Acre*, *Matto Grosso* e *sertão.* Em especial, em fins da década de 1910, durante a expansão de ocupação da região atualmente chamada de Zona Sul (reservada às parcelas mais privilegiadas da população):

> Os subúrbios se prestariam, sem demora, ao antagonismo simbólico com áreas ascendentes da cidade. Atuando como contraponto negativo numa dinâmica que estabelecia, por critérios morais e civilizatórios, uma divisão da cidade entre um "aqui" (praiano, aristocrático) e um "lá" (suburbano, caótico), os bairros que se perfilavam junto à via férrea viravam objeto de "desmantelamento e esquecimento", enquanto que os "bairros de gente rica" (especialmente "a gente abastada de Copacabana, Ipanema e Leme") se prodigalizavam investimentos da Prefeitura (O'Donnell, 2012, p. 6).

Em suma, havia um plano consciente de estigmatização das áreas suburbanas da cidade carioca. Não apenas do espaço, mas também de quem os ocupava:

> Ao mesmo tempo em que ocorria um processo de depreciação voluntária da categoria subúrbio, este acabava por atingir igualmente

> seus moradores, ajudando a criar o estigma do suburbano. Procurava-se marcar não apenas uma diferença funcional deste espaço urbano, embutindo um significado desqualificador, como também associá-lo a feio, atrasado, sujo e perigoso (Mattoso; Albernaz, 2019, p. 105).

Interessa ressaltar que a linha férrea – que por tantos anos representou o progresso, a engenhosidade e a ampliação da indústria nacional – passou a ser associada a um discurso negativo, dada a sua relação íntima com os subúrbios cariocas. "Trem, subúrbio e população de baixa renda passavam a ser sinônimos aos quais se contrapunha a associação bonde/zona sul/estilo de vida 'moderno" (Abreu, 2022, p. 77). O medo do regresso e da degeneração pela proximidade às linhas férreas permeou a ocupação de diversos bairros da cidade, no que se justifica a fuga das elites de bairros historicamente aristocráticos, como São Cristóvão e Tijuca em direção aos novos redutos dos mais privilegiados, como Botafogo e Glória, ainda em meados do século XIX. Em adição, o surto industrial e consequente proletarização de bairros como São Cristóvão não pode ser desprezada neste contexto.

A estigmatização da linha férrea teve outro exemplo relevante nos planos frustrados de se conectar o porto de Angra dos Reis a Botafogo, no que seria a Estrada de Ferro Sapucaí. O empreendimento seria composto de uma estrada de ferro de 193 km, ligando as duas áreas, e um trecho de 800 metros – partindo do Leblon em direção ao bairro proletário da Gávea, contornando a montanha dos Dois Irmãos – começou a ser construído, mas foi paralisado e, posteriormente, teve o trecho que cruzaria a região próxima a Botafogo eventualmente cancelado por reclamação da Companhia Melhoramentos da Lagoa (Abreu, 2022). A mensagem era clara: "Permitir a instalação de ferrovias nessa área que, saneada, seria tão lucrativa como aquelas que lhe eram vizinhas, equivaleria a solidificar uma *tendência não desejada"* (Abreu, 2022, p. 77, grifo meu). A *tendência* seria a mesma de praticamente todos os bairros alimentados por uma linha férrea carioca, ou seja, comportar em parte o fluxo populacional que vinha sendo sistematicamente expulso do núcleo urbano da cidade. O temor da proletarização do bairro parece crucial para entendermos este processo.

A partir da construção negativa dos subúrbios encampada pela imprensa central, vários membros das classes médias suburbanas – incomodados com a retratação de seus lugares de moradia –, mobilizaram-se, também, pela imprensa. Desta vez, uma imprensa local, suburbana, que pudesse combater os estereótipos que vinham se formando no imaginário citadino sobre os subúrbios cariocas: "Não é mero acaso que os primeiros anos do século XX tenham assistido a uma verdadeira proliferação de jornais voltados aos interesses da população suburbana do Rio de Janeiro" (O'Donnell,

2012, p. 10). Motivados a conduzir, por si mesmos, as representações sobre os arrabaldes da cidade, e com a sensação de terem sido deixados de fora da modernização da cidade, diversos suburbanos levantaram-se à organização e propagação dos seus *interesses locais*:

> [...] essa profusão de periódicos voltados para os interesses da população suburbana é, em si, um indício do crescimento dessa região e também indica que esses habitantes não se sentiam contemplados pela grande imprensa, embora existissem colunas específicas a respeito dos subúrbios. [...] tanto os proprietários dos periódicos [...] como os moradores [...] davam demonstrações de que era relevante ter um órgão de imprensa que tratasse exclusivamente dos "interesses locais" (Miyasaka, 2011, p. 63).

Dessa forma, despontam nos subúrbios da cidade diversos periódicos locais, com os mais diversos propósitos – desde semanários literários e folhetins de propagandas comerciais a periódicos de notícias e denúncias das condições desiguais entre os espaços centrais da cidade e suas cercanias mais distantes. Serviam não apenas como propagadores de amenidades literárias ou notícias, visto que alguns de seus escritores buscavam esgotar – ou pelo menos, contrapor – a imagem negativa dispensada à região pela imprensa central:

> Uma rápida incursão pela imprensa dos distritos suburbanos do período revela, contudo, a insuficiência daquela imagem. Em meio a queixas e reivindicações de ordem prática, pequenas folhas de circulação local faziam do mote suburbano um orgulhoso elo identitário, articulando práticas e visões de mundo locais nas qual a *"des-urbanidade"* era apenas uma dentre as tantas possibilidades discursivas (O'Donnell, 2012, p. 7).

Essas queixas e reivindicações eram mobilizadas e publicizadas, por meio de publicações de indivíduos que, não necessariamente agindo de maneira coletiva (embora houve casos de reconhecimento mútuo de suas produções e ambições, impressas nas suas publicações) se dedicaram a um ideal em comum, na "causa suburbana".

> [...] uma fração daqueles moradores dos subúrbios, muitos dos quais homens de letras com inserção no jornalismo lutaram para instrumentalizar essa imagem a seu favor. Ou seja, disputaram os modos de ver e qualificar aqueles territórios em que moravam e trabalhavam, propuseram sentidos e significados procurando transformar estereótipos e preconceitos, em vias de se estabelecer como uma característica essencial daqueles bairros, em traço definidor das suas identidades como jornalistas. Surgiam os paladinos da "causa suburbana" (Mendonça, 2017, p. 13).

Logo, em contraponto às visões depreciativas dos subúrbios, os periódicos e folhetins propagavam outras interpretações do espaço e de sua população. Letrados, intelectuais e estudiosos que buscavam, na imprensa, a valorização dos arrabaldes cariocas, agindo frequentemente em consonância com a moral e o progresso emanados pela região central da cidade:

> Em dias do mez de Fevereiro de 1882, alguns cavalheiros residentes n'esta localidade [Vila Isabel], reuniram-se no theatro do Gremio Dramatico Familiar S. João Baptista, e assentaram as bases para uma tentativa de exposição local, destinada a patentear o gosto, e as aptidões dos seus habitantes, á par da uberdade do seu solo e da elevação moral e material do seu estado progressivo.[79]
>
> Assim como as qualidades moraes se formam na família e se desenvolvem na sociedade, dande o dia passou da importância social, assim a leitura forma os grandes sabios, os grandes inventores, os grandes industriaes.
> [...] A imprensa leva aos quatro cantos do mundo civilisado, a noticia do Progresso nas Sciencias, Artes e Lettras, caminhando, impávido, a seu lado, como bons camaradas, quase *xiphopagos.*[80]

Os subúrbios se apresentavam, também, a partir de sua vocação como espaço de fuga do caos que se instaurava com o rápido processo de urbanização do núcleo urbano e dos distritos centrais, e da explosão populacional que ocorria entre o fim do século XIX e início do século XX:

> Longe do ruído ensurdecedor que endondece, gosando de um silêncio que deleita, sente-se na alma um prazer infinito. Sob a abobada cerulea de um céu sempre sereno, gozando a brisa suave, que, brandamente ciciando na folhagem, nos acaricia, mansamente, vemos e apreciamos as verdadeiras maravilhas da natureza.
> [...] Nada de palacios sumptuosos; humildes casas alegres e arejadas, sob a forma elegante de *chalet*, destacam-se na sua maioria. Ao cahir da tarde, passeiam alegres e risonhos, de braços com suas amigas e colegas, elegantes senhoritas, vestidas com tanta simplicidade que encanta. Divertem-se as crianças, em plena rua, com jogos infantis.
> [...] Eis, o que é a vida na cidade: incommodos, empurrões, furtos e desgostos, nos theatros, nos outros logares de divertimentos não fallámos, pois são tantos inconvenientes, que o nosso artigo não comporta ennumeral-os. A vida nos subúrbios é mais tranquilla, mais suave e talvez mais amorosa, poetica e duradoura; tanto é que

[79] *Gazeta Suburbana*. Rio de Janeiro, 15 de dez. 1883, nº 1, p. 2. Seção de Periódicos da Biblioteca Nacional/RJ. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/821527/34>. Acesso em 30 jun 2023.
[80] *Commercio Suburbano*. Rio de Janeiro, 15 de mai. 1902, nº 1, p. 1. Seção de Periódicos da Biblioteca Nacional/RJ. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/821454/1> . Acesso em 03 jul. 2023.

> applicarei aos subúrbios o que o nosso grande poeta dizia: “Nossos bosques têm mais vida, Nossa vida mais amores”.[81]

No entanto, deve-se salientar que essa visão positiva dos subúrbios, mesmo entre os suburbanos, não era um consenso. Alguns periódicos – e seus leitores, nas diversas correspondências que eram publicadas em suas edições – replicaram as interpretações referentes ao atraso da região em relação às freguesias/distritos centrais, exemplificadas na correspondência assinada por Antônio da Pedreira, publicada em uma edição do *Echo Suburbano* de 1911:

> Escrevo n’um domingo, um sol causticante, céo limpido e ar sereno, sob uma sombra benefica de uma sempre moça e refrigerante mangueira.
> Escrevo. Quero contar as impressões d’este dia, passado na quietude do lar, ao lado de entes meus que me visitaram hoje.
> E querendo contar, escrever, dizer as expressões falham, porque a felicidade não se póde descrever.
> Irajá, ainda despida da civilisação, da locomoção e da luz, prende ao domingo os seus moradores, retem-os em seu seio; obriga-os a meditar e a condemnar o seu atrazo.
> E eu meditei, philosophei, pensei, e uma dor aguda não consentiu que eu continuasse nas divagações.
> Tive que entreter-me com o tirar trez ‘bichos de pé’, os unicos animaes que ainda não servem para palpite no jogo, cousa franca cá para as bandas de Irajá, onde a falta de locomoção detém o individuo em meditações philosophicas…[82]

Eram frequentes as denúncias da ausência de ação do poder público em sanar os problemas estruturais aos quais os suburbanos estavam sujeitos, reforçando a necessidade de uma imprensa local para a mobilização e publicização das denúncias de abandono da região:

> Um jornal, num bairro tão populoso como o nosso [Engenho de Dentro] e ao mesmo tempo tão infeliz, pela costumada incuria com que em nosso paiz são tratados os publicos negocios, representa palpitante e indeclinável necessidade porque, embora nada lhe seja dado conseguir dos que governam, ao menos, apontar-lhes-há com franqueza os erros e abusos que praticarem.[83]
>
> FALTA D’ÁGUA — No largo de Irajá

---

[81] *Progresso Suburbano*. Rio de Janeiro, 18 de abr. 1902. nº 4, p. 1. Seção de Periódicos da Biblioteca Nacional/RJ. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/821420/25>. Acesso em 30 jun 2023.
[82] *Echo Suburbano*. Rio de Janeiro, 27 de ago. 1911, nº 179B, p. 2. Seção de Periódicos da Biblioteca Nacional/RJ. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/821527/34>. Acesso em 30 jun 2023.
[83] *O Echo Suburbano*. Rio de Janeiro, 10 de ago. 1901, nº 2, p.1. Seção de Periódicos da Biblioteca Nacional/RJ. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/821411/5>. Acesso em 03 jul 2023.

> Vivem os moradores d'esta localidade bebendo agua pessima devido ao pouco zelo de quem compéte zelar pelo bem estar do povo quando não ha falta de uma gotta d'este precioso liquido, seria bom que o encarregado da canalisação das aguas substituisse o actual canno que conduz a agua para esta localidade por outro de ferro porque assim acabará de uma vez as privações que tem os infelizes moradores desta localidade em beber immunda agua que existe nos poços. Commercio Suburbano péde a rapida substituição do referido canno para bem dos moradores deste pedaço que é vergonhoso diser-se pertencer ao Districto Federal. Caso não attender continuaremos.[84]

Na esfera literária, Lima Barreto reservou, por sua vez, duras críticas aos subúrbios da cidade e a seus residentes. Em sua visão, na região inscrevia-se uma certa nostalgia, onde "o passado surge como a lembrança remota da pujança daquela região" (O'Donnell, 2012, p. 6). Ou seja, apenas no passado estavam os "tempos dourados" suburbanos:

> Os nossos arrabaldes e subúrbios são uma desolação. As casas de gente abastada têm, quando muito, um jardinzito liliputiano de polegada e meia; e as de gente pobre não têm coisa alguma.
> Antigamente, pelas vistas que ainda se encontram, parece que não era assim.
> Os ricos gostavam de possuir vastas chácaras, povoadas de laranjeiras, de mangueiras soberbas, de jaqueiras, dessa esquisita fruta-pão que não vejo e não sei há quantos anos não a como assada e untada de manteiga.
> [...] Onde estão os jasmineiros das cercas? Onde estão aqueles extensos tapumes de maricas que se tornam de algodão que mais é neve, em pleno estio?
> Os subúrbios e arredores do Rio guardam dessas belas coisas roceiras, destroços como recordações".[85]

O cronista Benjamim Costallat, do *Jornal do Brasil*, foi também responsável pela construção de uma imagem negativa dos subúrbios. Ao contrário de vários jornalistas e escritores suburbanos que mobilizaram posteriormente os mesmos símbolos como forma de denúncia da inação dos poderes públicos, Costallat observava estes espaços de longe, repetindo os estereótipos mais comuns relacionados aos arrabaldes da cidade. Em um de seus escritos, relatava

> [...] os subúrbios sob um sono *"pesado"* e *"triste"*, resultado do extenuante trabalho desempenhado pela sua população nas inúmeras atividades existentes no Rio – leia-se o Centro da cidade e seus bairros mais aristocráticos –. O ir e vir do trabalho, o desconforto enfrentado nos trens suburbanos, os desafios vivenciados nas ruas sem calçamento,

[84] *Commercio Suburbano*. Rio de Janeiro, 15 de julho de 1902, nº 6, p. 2. Seção de Periódicos da Biblioteca Nacional/RJ. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/821454/14>. Acesso em 03 jul 2023.
[85] Lima Barreto, *O Cedro de Teresópolis*, 1920.

> sem luz, sem segurança seriam, segundo Costallat, uma *constante nos subúrbios*, o que o leva a concluir: *"É a vida suburbana, triste e monótona. Igual, sempre igual, eternamente igual!..."* (Mendonça, 2017, p. 13).

O que se faz notável, até, nesse ponto, é a diversidade de visões e interpretações sobre os subúrbios da cidade do Rio de Janeiro. Tanto os moradores da região quanto indivíduos que observavam à distância (muitas vezes através dos noticiários enviesados da imprensa central) possuíam em seus imaginários uma construção dos arrabaldes cariocas tanto diversa quanto contraditória, alicerçadas em um embate discursivo sobre o *viver suburbano*. Por isso, a investigação dos veículos de imprensa produzidos nos subúrbios – e pelos próprios suburbanos – revela-se como perspectiva de análise importante, de forma a possibilitar-nos fugir de interpretações estereotipadas, incompletas ou distorcidas – intencional ou acidentalmente. Logicamente, o fato destas publicações serem produzidas por suburbanos não as isenta da possibilidade de repetição dos estereótipos construídos em relação aos espaços, sendo cuidado e a criticidade do investigador importantes no decorrer das análises. Por isso,

> [...] longe da linearidade causal com que a história dos subúrbios cariocas é comumente traçada, só podemos compreendê-la a partir da sobreposição de imagens veiculadas sobre aqueles bairros e as experiências que ali tomavam corpo. Entre o bucolismo e o progresso, o urbano e o rural, os subúrbios abrigavam uma teia complexa de culturas urbanas e estilos de vida, em meio às quais se construíam diferentes discursos sobre a região (O'Donnell, 2012, p. 9).

Assim, na virada do século e com o notável aumento populacional dos subúrbios cariocas, surgem diversos periódicos – desde os literários aos noticiosos – na região, amplificando e diversificando as perspectivas de análise destes territórios em um período de profundas mudanças na cidade. Porém, seguindo as lógicas de ocupação dos arrabaldes da cidade à época – intimamente conectada à sua proximidade com as estradas de ferro da cidade – alguns bairros se destacaram nessa empreitada. "Dentre as localidades que compunham os subúrbios da EFCB[86], algumas se destacaram em função do significativo envolvimento de uma fração de sua população com a prática do jornalismo como Sampaio, Engenho Novo, Méier, Engenho de Dentro, Piedade, Cascadura, Madureira, Marechal Hermes e Deodoro" (Mendonça, 2019, p. 195).

[86] Estrada de Ferro Central do Brasil.

Adicionalmente, devem ser apontadas não apenas a quantidade de publicações nessas regiões – que chegaram a mais de 100 novos periódicos entre as décadas de 1890 e 1940 – mas também sua longevidade, visto que apenas alguns poucos se sustentaram por mais que alguns meses, como *O Subúrbio*, a *Gazeta Suburbana*, o *Echo Suburbano* e *O Suburbano* (Mendonça, 2019).

Além dos periódicos publicados localmente nos arrabaldes da cidade, a presença dos subúrbios também se fez presente em colunas temáticas de jornais de grande circulação na região central da cidade, como *A Tribuna*, *O Século* e o *Jornal do Brasil.* Na direção dessas colunas, estavam figuras próximas dos indivíduos que publicavam os periódicos locais em bairros como Madureira, Inhaúma e Engenho de Dentro. No caso da coluna *O Subúrbio* do jornal *O Século,* o editor da coluna era ninguém menos que José Antônio Xavier Pinheiro, proprietário do periódico suburbano *O Subúrbio,* publicado no Méier. Essa escolha de publicização nos grandes veículos de imprensa não se fez sem um cálculo político e econômico, em vista de um potencial novo mercado consumidor para os diários jornalísticos. Em resumo:

> Uma importante dimensão revelada pela análise da atuação de jornalistas e jornais suburbanos, assim como das seções e colunas sob suas direções nos grandes diários cariocas, é a conformação de uma rede de comunicação social nos subúrbios. [...] Ao mesmo tempo em que nos subúrbios surgiam tipografias e redações voltadas para a produção de periódicos, no centro, as grandes empresas do setor se voltavam para a conquista de leitores desses territórios da cidade. Permeando a estratégia de construção de legitimidade perante essa audiência, muitos dos jornalistas já associados a uma causa suburbana foram contratados para redigir essas novas colunas. Recebendo nomes como ‘sobre’ os subúrbios, ‘pelos’ subúrbios ou ‘nos’ subúrbios, essas seções constituíram espaços jornalísticos na imprensa diária, destinados a dar publicidade às ações e reivindicações de trabalhadores e proprietários nos diferentes distritos, que eram também potenciais leitores e consumidores de notícias, opiniões e reclames publicitários (Mendonça, 2019, p. 191).

O interesse por este potencial público consumidor de jornais residentes em distritos suburbanos se justifica em números bem evidentes: “Na virada para o novo século, mais especificamente em 1890, 92.906 pessoas residiam nos subúrbios. Dezesseis anos depois, essa população duplicou, atingindo 185.687 habitantes” (Mendonça, 2019, p. 195). Para além de uma expansão numérica, a população suburbana se diversificou. “Assim como havia famílias compostas por trabalhadores de maior renda, [...] crescia o movimento de chegada de trabalhadores de menor renda, muitos dos quais operários de fábricas e oficinas recentemente abertas” (Mendonça, 2019, p. 195). Unido ao novo proletariado carioca oriundo do surto fabril da cidade,

somam-se a este contingente, também, trabalhadores do campo de regiões pouco urbanizadas, de características econômicas ainda vinculadas ao trabalho nas lavouras, como o bairro de Vaz Lobo (localizado entre Madureira e Irajá) e regiões mais distantes do núcleo urbano, como Campo Grande e Santa Cruz.

Em um mapa do Distrito Federal de 1911 (Mapa 5), podemos identificar as principais atividades econômicas de alguns dos distritos suburbanos como Irajá (produção de frutas, cana, cereais e gado), Inhaúma (produção de frutas, aves, cereais e olarias) e Bangu (produção de tecidos), indicativo que o surto industrial da cidade, ainda que houvesse contribuído para a proletarização dos subúrbios, ainda não os havia atingido com a presença das fábricas nessas regiões – algo que se tornaria marcante nas décadas seguintes, com as fábricas de tecidos Nova América (atual Shopping Nova América), de cimento branco Irajazinho (atualmente um condomínio próximo à Avenida Brasil), a fábrica Standard Elétrica (atual Shopping Carioca) e a fábrica de Paraquedas Swiitlik (atual Atacadão em Vicente de Carvalho), citando alguns exemplos.




Mapa 5 – Recorte de mapa com atividades econômicas dos distritos suburbanos (1911)

*Fonte:* Mapa do Districto Federal (1911). Disponível em: <Mappa do Districto Federal : [cidade do Rio de Janeiro] (bn.gov.br) >.

Mesmo assim, apesar da notável diversidade socioeconômica da população dos arrabaldes cariocas nos primeiros anos do século XX, alguns pontos devem ser problematizados acerca da produção dos periódicos suburbanos: quem os escreveu, e qual era seu público? Na construção de uma *causa suburbana*, quem eram os indivíduos contemplados pelas demandas movidas pelos jornalistas que trabalhavam nos periódicos suburbanos e centrais do Rio de Janeiro? No contexto de produção de uma

imprensa capitalista, qual o peso dos interesses econômicos desses indivíduos na construção noticiosa destes periódicos?

Buscando responder a estes questionamentos, encontramos duas figuras de destaque na produção do periodismo suburbano carioca: Antônio Augusto Pinto Machado e José Augusto Xavier Pinheiro. Adicionalmente, Mendonça (2019) nos fornece mais exemplos deste distinto grupo de jornalistas dos arrabaldes do início do século XX:

> [Pinto Machado] e Xavier Pinheiro eram apenas alguns dos nomes que se destacaram nesse campo. Homens como Eduardo e Benjamim Magalhães, José Roberto Vieira de Mello, Ernesto Mattoso, Luiz Anesi, Henrique Dias da Cruz, Américo e Ricardo de Albuquerque, Elzio Maia, Mariano Garcia, dentre outros, – com origens, formações e ocupações profissionais distintas –, compartilhavam do mesmo desejo de se tornarem colaboradores, editores, redatores, diretores e uns, até mesmo, donos de jornais, revistas e almanaques, de maneira que se reconheciam e foram reconhecidos por frações dos segmentos mais abastados dos subúrbios, e mesmo por certos segmentos populares, como importantes lideranças em prol da luta pelos melhoramentos moral e material das zonas suburbanas (Mendonça, 2019, p. 195).

Devido à longevidade de dois periódicos publicados nos arrabaldes cariocas – e suas respectivas durações, que se ajustam temporalmente aos objetivos desta pesquisa –, confiro aqui destaque aos periódicos *O Subúrbio* de Xavier Pinheiro, que foi publicado no Méier, e *Echo Suburbano,* originalmente publicado por Silvio Simas, Manoel Simas e J. Cardoso e, logo após seu aniversário de um ano, assumido na gerência, por Victorino Tosta e na redação por Pinto Machado, sendo publicado em Madureira.

Sobre José Antônio Xavier Pinheiro, começo pela pequena coluna *Perfis Suburbanos*, publicada na Revista da Semana em 1909:

> Perfis Suburbanos — X. P. (Meyer) — Vem de um passado cheio de bons serviços ao jornalismo, o perfilado de hoje.
> Na imprensa carioca o seu nome tem sido ligado a varias emprezas jornalisticas e actualmente com um modesto, porém, excellente habdomadario luta em pról da zona onde desde muito reside.
> É, para os rapazes que cuidam de serviço jornalistico dos suburbios, o pontífice, o guia, o conselheiro e, principalmente, o protector.
> Polemista de pulso e vigor, tem, para formar suas idéias, uma como que idolatria politica, cuja era remonta a 1893 e cujo symbolo é o Marechal de Ferro, cuja effigie dourada não abandona jamais.[87]

[87] *Revista da Semana*. Rio de Janeiro, 21 de nov. 1909, nº 497, p. 24. Seção de Periódicos da Biblioteca Nacional/RJ. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/025909_01/10102>. Acesso em 27 jul 2023.

A partir da breve coluna, fica evidente a importância da figura de Xavier Pinheiro entre os jornalistas suburbanos no final da década de 1900. Mendonça indica mais detalhes sobre sua participação na imprensa carioca, por meio do periódico local mais importante daquela década, chamado *O Subúrbio*:

> [...] José Antônio Pinheiro Machado se destacou como um dos mais prestigiados nomes do periodismo suburbano por causa de sua participação na condução de empresa responsável pela edição daquele que foi o mais longevo jornal dos anos 1900: *O Subúrbio: Jornal Independente, Noticioso, Literário e Consagrado aos interesses locais.* De periodicidade semanal e com redação na Rua Matheus, nº 1, na Estação do Méier, circulou em dois momentos distintos: entre 1903 e 1905 e, na segunda fase, entre 1907 e 1911. De início, foi propriedade da J. Vigier & C., tendo como sócios o deputado federal e capitão do exército Américo Albuquerque, o funcionário da EFCB e seu irmão, José Ricardo de Albuquerque, além do suplente de polícia da 12ª circunscrição policial (Méier) e 2º Oficial da Secretaria do Conselho Municipal, Xavier Pinheiro.
> Anos depois, entre 1907 e 1911, este se tornaria o proprietário, administrador e diretor do jornal, tendo ao seu lado na redação o oficial da Polícia Cruz Sobrinho (redator-chefe) e seus antigos sócios, que ocuparam os cargos de redatores, juntamente com os médicos Joaquim Tanajura, Henrique de Magalhães e Dr. Ataliba Reis (Mendonça, 2019, p. 196).

A descontinuidade de um periódico considerado tão relevante para a região suburbana pode ser apontada como indicativo dos desafios que se apresentaram a estes indivíduos para a manutenção de suas publicações. Em adição às dificuldades de fidelizar uma parcela da população para a compra dos periódicos (foram frequentes nos jornais suburbanos reclamações da redação sobre pessoas que não pagavam pelos periódicos avulsos, ou pelas assinaturas mensais e trimestrais que eram oferecidas), e à captação e/ou manutenção dos anunciantes, havia também a concorrência de espaço com os jornais das áreas centrais e suas colunas suburbanas, criadas a partir da percepção destes grandes veículos de que havia, nos subúrbios, um novo nicho de mercado a ser explorado. Mesmo com o fim de seu periódico, no início da década seguinte, Xavier Pinheiro seguiu ativamente sua carreira jornalística, dessa vez circulando por diversas publicações:

> Com o desaparecimento de O Subúrbio, Xavier Pinheiro acumulou rápida passagem como repórter suburbano do Jornal do Comércio, trabalhou no Diário Oficial, dirigiu a Gazeta Municipal, tornou-se redator-chefe da Revista do Centro Acadêmico Rivadávia Correa, em 1913, foi diretor da seção suburbana d'O Paiz, em 1918, além da Gazeta Suburbana, em 1917 e de crítico literário entre 1919 e 1920 (Mendonça, 2019, p. 198).

Além de Xavier Pinheiro, no decorrer da década de 1900 despontou outra figura importante para o periodismo suburbano, que conduziria, na década seguinte, o *Echo Suburbano*, outro jornal de notável longevidade publicado nos arrabaldes cariocas. Seu nome é Antônio Augusto Pinto Machado (Figura 7) "[...] operário tecelão e socialista" (Mendonça, 2011, p. 44), figura ativa na luta por duas causas que, em vários momentos, se entrecruzaram: os interesses suburbanos e a causa operária.



Figura 7 – Antônio Augusto Pinto Machado, diretor do *Echo Suburbano* a partir de 1911

*Fonte:* Echo Suburbano, 31 de dezembro de 1911. DIsponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/821527/81>.

Assim como Xavier Pinheiro, Pinto Machado não se restringiu apenas à participação em um veículo de imprensa. Foi uma figura que transitou nos mais diversos espaços da produção escrita carioca, ora arregimentando a causa operária, ora os interesses suburbanos e, não raramente, unindo ambas as demandas por meio de sua escrita.

> Português de nascimento, o ex-operário tecelão e gráfico Pinto Machado iniciou sua carreira jornalística no Rio de Janeiro no jornal A União Operária, órgão oficial da União Operária do Engenho de Dentro (1903-1909), presidida por ele entre 1903 e 1909. Ao longo dos anos, porém, foi se estabelecendo como jornalista suburbano, fosse através da direção de títulos dessa imprensa (Reflexo Suburbano, 1907; e Echo Suburbano, 1911-1920); como colaborador (seção "Pelo Operário", da Revista Suburbana; 1918; Brasil Moderno, anos 1920) ou ainda como redator das seções suburbanas criadas pelos diários de feição empresarial (seção "Subúrbios" d'A Tribuna, 1907-1911; "Subúrbios e Arrabaldes", da Gazeta da Tarde, 1913; "O Subúrbio", ao lado de Xavier Pinheiro n'O Paiz, 1917; seção "Vida Suburbana", d'O Jornal, anos 1920) (Mendonça, 2019, p. 200).

Tendo se tornado uma figura relativamente prestigiada e influente, o jornalista acumulou também, diversos cargos administrativos: “as relações políticas que estabeleceu ao longo do tempo o levaram a ocupar postos de administração pública, como coronel da Guarda Nacional, 2º suplente de polícia do 25º distrito e administrador da Vila Proletária Marechal Hermes” (Mendonça, 2019, p. 202).

Pinto Machado, Xavier Pinheiro e diversos outros jornalistas dos arrabaldes cariocas tinham consciência das limitações que encontravam – de alcance e de recursos financeiros –, o que não os demovia de agirem “em prol dos interesses suburbanos”, “da causa suburbana” ou “pelos subúrbios”, frases frequentemente publicadas, com algumas outras variações, nas diversas edições de seus periódicos locais.

> Os jornalistas à frente desse periodismo reconheciam a sua modéstia, o limite da sua voz, e da sua força frente àqueles que se destacaram nos grandes veículos de circulação diária da cidade, e mesmo entre os intelectuais de renome do período. Nem por isso deixaram de valorizar o jornalismo que praticaram ao longo dos anos, certos de que dialogavam com uma massa de leitores considerável da cidade, capaz de prover sua subsistência enquanto profissionais da palavra escrita (Mendonça, 2017, p. 11).

No entanto, em vista de não correr riscos de propagar interpretações generalistas acerca do periodismo suburbano, concordo com Mendonça quando este aponta diferentes formas de produção destas publicações nos arrabaldes cariocas. Não apenas da “causa suburbana” viviam alguns destes jornalistas, sendo encontrados periódicos que se promoviam como “literários” e “apolíticos”, então fundamentalmente diferentes das publicações mais engajadas de Xavier Pinheiro e Pinto Machado:

> [...] de um lado, uma imprensa nos subúrbios, variada quanto aos grupos editores e interesses sociais, e de outro, uma imprensa suburbana, caracterizada por um jornalismo fortemente militante, criado para defender uma “causa suburbana”, entendida como luta pelos “melhoramentos” morais e materiais para “os subúrbios”, devotada para a conquista do “progresso” para os territórios onde eram produzidos (Mendonça, 2017, p. 20).

O que podemos indicar, de maneira geral, de certa forma compartilhada por estes jornalistas, eram suas origens tanto regionais quanto ocupacionais. Ao que indica

Mendonça, esses indivíduos pertenciam a um estrato social específico e falavam a partir de uma faixa suburbana bem delimitada entre os distritos do Engenho Novo e Irajá[88]:

> Ao esquadrinhar as trajetórias dos principais jornalistas da imprensa suburbana, conclui-se que aqueles que se firmaram nesse mercado residiam em um trecho muito específico dos subúrbios: o que via de Sampaio, no distrito do Engenho Novo, até Madureira, no de Irajá, atravessado por bairros do distrito de Inhaúma, como Engenho de Dentro, Piedade, Quintino e Cascadura, todos às margens da EFCB. O mapeamento da formação e ocupações profissionais, tanto deles quanto dos inúmeros colaboradores dos periódicos que criaram, revela a forte presença de integrantes das camadas médias, especialmente funcionários públicos, civis e militares, e profissionais liberais, muitos dos quais proprietários com negócios estabelecidos na região, bem como militantes profissionais do movimento operário (Mendonça, 2019, p. 203).

Porém, mesmo vindos de camadas sociais e localidades em comum, mobilizavam-se pela "causa suburbana" a partir de interesses e ambições diversos:

> Se para uma fração deles, o desejo compartilhado de habitar espaços urbanos mais qualificados, condizentes com a posição e prestígio social que acreditavam serem detentores era uma das finalidades que perseguiram, para outros as pretensões eram ainda maiores, e se expressaram na defesa pública de projetos que ampliassem as obrigações do Estado no campo dos direitos sociais e na reiterada crítica ao traço oligárquico que estruturava os mecanismos de funcionamento das diferentes instâncias de poder que compunham a República (Mendonça, 2017, p. 19).

As relações dos jornalistas dos arrabaldes cariocas com o Estado, pelo menos nos discursos jornalísticos propagados por estes em suas notícias, foram bastante variadas. Entre elogios ao progresso e à civilização das áreas centrais da cidade e homenagens a figuras políticas de destaque, surgiam críticas mordazes à inabilidade do poder público de providenciar às regiões suburbanas as mesmas novidades que eram apresentadas nos distritos mais próximos do núcleo urbano carioca. As reclamações sobre a manutenção de estradas e da iluminação pública, unidas à ausência de efetivo policial eram recorrentes no periodismo suburbano à época. Dessa forma, a crítica aberta se tornou um mecanismo mobilizador da população suburbana:

> Exercendo um jornalismo produzido no diálogo – quase sempre tenso – com outros modos de fazer imprensa e militância política naquele momento histórico, eles forjaram argumentos que contrapunham os "melhoramentos" da região central ao mundo da precariedade que

[88] Podemos confirmar essa informação a partir das colunas "Perfis Suburbanos" da *Revista da Semana*, onde parte considerável dos perfilados tinha como origem os bairros do Engenho de Dentro e Méier.

> caracterizaria todos os distritos suburbanos, em consequência das omissões do Estado, tanto no que se refere ao espaço público, quanto à negligência dos poderes públicos em relação a outras dimensões da vida citadina, como o direito à alimentação, moradia e transporte dignos (Mendonça, 2017, p. 18).

Curiosamente, um dos temas mais recorrentes nos veículos de imprensa suburbanos (tanto os periódicos locais quanto as colunas temáticas nos jornais centrais) referia-se à empresa canadense Light, que havia instaurado um virtual monopólio das concessões de linhas de bondes no Rio de Janeiro. As frequentes reclamações, de certa forma, ecoavam as insatisfações referentes ao tratamento diferenciado entre as áreas centrais da cidade e seus distritos mais distantes.

> Nestes suburbios de meu Deus ha cousas que devéras impressionam um pobre roceiro como eu.
> A Lyght, a poderosa e rica companhia de força e luz, chegou um dia ao Brasil vinda do Canadá. Chegou e comprou todas as empresas de viação do Rio de Janeiro e suburbios…
> Mas de Irajá, sim da malfadada freguesia de Irajá, nunca se lembrou nunca até essas bandas fez chegar seus trilhos.
> Havia um contracto anterior á Lyght, uma empreza dá inicio ao assentamento das linhas de Madureira a Irajá, e então a Lyght inventou logo um pretexto de embargar o progresso.
> Ora, não compreendo eu, como é que a Lyght tinha direitos e não os poz em acção, sómente se lembrando de os tomar a sério quando divisou outra empreza a fazer-lhe concorrencia.
> E o povo, o pacato "zé povo", carneiro e bobo, que continue a andar a pé, e olhe a Lyght e a empresa de bondes de Irajá, que não pode concluir as linhas, emquanto a primeira joga as christas.
> Esta Lyght, si não lhe cortam um pouco as azas, é capaz de em breve ser um estado dentro do Estado, e julgar-se no direito de somente aceitar para membros do governo quem bem entender.[89]

Interessante, nessa matéria, é a mobilização de termos como "roceiro" e "zé povo" para indicar a população suburbana. Embora não esteja muito longe da verdade para os padrões das primeiras décadas de 1900, fica aparente um certo esforço retórico na construção de uma população e de uma maneira de viver nos subúrbios diferenciada da cidade que, muitas vezes, não se alinhava com o próprio meio de vida destes jornalistas, sendo alguns deles – como já apontados – servidores públicos e componentes de uma "classe média" suburbana.

Sobre o "zé povo", receptor das publicações destes jornalistas, Mendonça indica um caminho válido: "Falando em nome dos e para os grupos de pressão dos quais

[89] *Echo Suburbano*. Rio de Janeiro, 13 de ago. 1911, nº 177B, p. 1. Seção de Periódicos da Biblioteca Nacional/RJ. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/821527/25>. Acesso em 10 ago 2023.

faziam parte, esses jornalistas tornaram-se mediadores estratégicos na condução de suas lutas" (Mendonça, 2019, p. 193). Logo, falavam para uma classe média, letrada, que residia nos subúrbios. Isso é importante (e ficará mais evidente no Capítulo 4) para se indicar que, apesar de se reivindicarem como suburbanos, estes jornalistas o faziam a partir de um conjunto de interesses e de um lugar social que, eventualmente, acabaram por excluir uma parcela da população, que com eles residia nos arrabaldes da cidade, das tão almejadas "melhorias" para a região. Em resumo, era uma coletividade "[...] composta por proprietários, comerciantes, homens de negócios e profissionais qualificados que integravam as pequenas redes comunitárias nas quais os próprios jornalistas estavam inseridos e se reconheciam como 'nós' os 'moradores dos subúrbios" (Mendonça, 2017, p. 91).

Apesar de terem existido outros periódicos publicados no distrito de Irajá (*O Irajano*, *O Condor*, *Jornal Suburbano* e *Tribuna Suburbana*), o *Echo Suburbano*, pela sua longevidade e possibilidade de análise nos bancos de dados da Hemeroteca Digital (mesmo assim, restrita a pouco mais de uma dúzia de publicações referentes ao ano de 1911) foi elencado como fonte principal dessa pesquisa. A pesquisa histórica através de acervos digitais é relativamente nova, e algumas observações devem ser apontadas.

Em primeiro lugar, a BNDigital – acervo do qual a Hemeroteca Digital, que concentra os periódicos digitalizados da Biblioteca Nacional – foi, segundo o site oficial da instituição[90], oficialmente lançado em 2006, integrando coleções que desde 2001 vinham sendo preparadas e digitalizadas para compor essa biblioteca online. Em 2008, a iniciativa passou a receber aporte financeiro do Ministério da Cultura, em vistas de ampliar o acesso público às fontes históricas armazenadas.

Em adição, devem ser analisadas as vantagens e desvantagens da utilização dos acervos digitais. A facilitação do acesso a documentos históricos das mais diversas naturezas – sejam as impressas (como periódicos, mapas e livros de registro), sejam as audiovisuais (fotos, filmes, áudios) – de qualquer lugar, desde que providos de um computador e acesso à internet, consta como a vantagem mais evidente. No entanto, a própria natureza restritiva do acesso a estes componentes tecnológicos pode ser vista como impeditivo para sua utilização, dadas as desigualdades econômicas e de acesso à tecnologia no Brasil.

[90] Página *Histórico,* da BNDigital. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/sobre-a-bndigital/historico/>. Acesso em 21 set 2023.

Além disso, problemas como o ocorrido no final de 2019, quando o site da BNDigital foi alvo de um ataque hacker[91], restringindo e comprometendo parte de seu acervo, indicam novos desafios referentes à preservação desses acervos, que somam-se aos esforços de preservação dos arquivos físicos.

Voltando à temática da análise dos periódicos, investigar os noticiários e as correspondências entre os editores suburbanos e seu público nos permite vislumbrar suas demandas e anseios, seus receios e preocupações acerca dos espaços onde viviam. Ou, pelo menos, o que foi mobilizado como uma demanda "pública" a partir dos objetivos dos jornalistas e o contato com seu público consumidor. Importa destacar que a construção dos noticiários impressos suburbanos não estava apartada de todos os processos que vinham ocorrendo nas áreas do centro carioca – principalmente as profundas transformações resultantes das reformas urbanas da década de 1900. Então, a temática das reformas, do "progresso" e da "civilização" da capital se tornaram recorrentes, inclusive como justificativa para uma ação mais enérgica do poder público para a promoção do bem-estar das populações suburbanas.

Como já apontado anteriormente, o periódico foi, primeiramente, publicado e redigido por Silvio Simas, Manoel Simas e J. Cardoso (Figura 8).

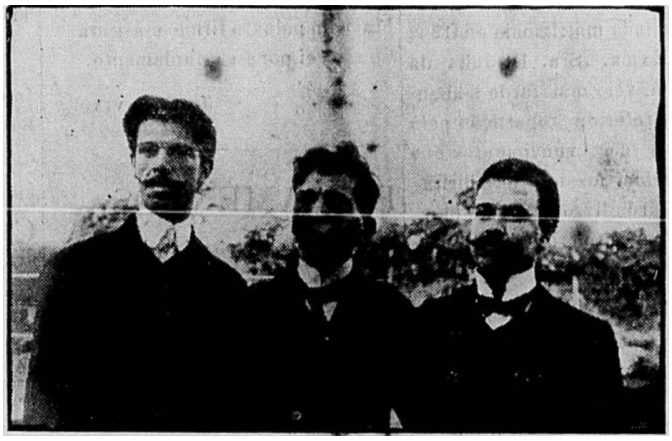


Figura 8 – Silvio Simas, Manoel Simas e J. Cardoso do *Echo Suburbano*

*Fonte:* Echo Suburbano, 24 de abril de 1911. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/821527/1>.

Em sua edição comemorativa de um ano de existência, em 24 de abril de 1911, foi publicada no *Echo Suburbano* uma homenagem a quem os redatores reconheciam como um célebre morador do distrito: o advogado Victorino Tosta (Figura 9), que viria a

[91] O acervo foi alvo, no dia 11 de abril de 2020, de um ciberataque chamado *ramsonware,* quando os invasores "sequestram" os arquivos e exigem um valor em dinheiro para o seu "resgate". Os serviços de acesso ao acervo voltaram cerca de duas semanas após o ataque, tendo cerca de 5% do acervo digital se perdido no processo de recuperação dos arquivos.

comemorar, dali a 3 dias, o seu aniversário. Curiosamente, algumas poucas edições após esta homenagem, ocorreram duas mudanças estruturais importantes no periódico – já mencionada anteriormente –, sendo a primeira a entrada de Pinto Machado como seu redator, e a segunda a saída de J. Cardoso da direção para a entrada de Victorino Tosta.



Figura 9 – Busto de Victorino Tosta, publicado no *Echo Suburbano*

*Fonte:* Echo Suburbano, 24 de abril de 1911. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/821527/1>.

Junto ao seu busto, foi publicado um breve texto biográfico do tenente residente em Madureira, desde sua família e formação, até sua ativa participação em várias instituições – governamentais ou particulares –, sua íntima relação com o distrito de Irajá e suas contribuições para o "desenvolvimento dos subúrbios":

> Esse busto que offerecemos aos nossos leitores, é o do tenente Victorino Manoel Tosta, ex-commandante da Guarda Nocturna de Irajá, ha longos annos residente em Madureira, onde conta por milhares os amigos, que nelle veem um espirito altamente emprehendedor, um carater sincero, um todo de affeições e carinho para os que com elle têm a honra de privar.
> [...] Orphão desde o berço, pois nasceu no mesmo dia do falecimento de seu pai, aos 7 annos matriculou-se no Externato Viterbo, onde fez os primeiros estudos, não podendo nelles prosseguir por falta de recursos, não obstante sua vivaz intelligencia.
> Aos onze annos abraçou a carreira commercial, tendo em 1895 entrado para a Imprensa Nacional, de onde sahiu em 1898, para voltar ao commercio, que novamente abandonou em 1901; afim de fazer-se funccionario da Estrada de Ferro Central do Brazil.
> [...] É tenente secretario do 14º batalhão da guarda nacional, tendo obtido esse posto desde guarda, sendo brilhante a sua fé de officio.
> Trabalhador incansavel, é o delegado central da Sociedade B. Protectora dos Animaes, bibliothecario e archivista da mesma Sociedade, secretario do Tiro Brasileiro de Irajá, secretario geral do

> Komitato Esperantista do Districto Federal, fundador e presidente de uma das melhores sociedade recreativas de Madureira, representante da “A Tribuna”, sendo um dos iniciadores da Liga de Acção Suburbana e Presidente do Centro Republicano de Irajá.
> A sua divisa é o desenvolvimento dos suburbios, muito especialmente da freguezia de Irajá, onde é proprietario, sendo tambem conspicuo chefe politico militante.
> [...] é advogado por uma das mais importantes universidades dos Estados Unidos da América do Norte, acaba de fundar a assistencia Judiciaria d’A “Tribuna”, e a desta folha, onde a população desprotegida da vasta zona dos suburbios encontra segura proteção e garantia dos seus direitos, quando conspurcados.[92]

Foram estes, entre vários outros, os indivíduos – militares, advogados, lideranças sindicais, citando algumas de suas ocupações –, membros de um estrato intermediário da população carioca e com certo grau de influência nas diversas esferas do poder público que, “em prol dos subúrbios”, atentaram-se para um “grande mal” que ameaçava degenerar os valores pacatos, porém honestos do meio de vida suburbano. Preocupavam-se com, em suas palavras, “a perdição nos subúrbios”. Ao que se referiam como “perdição” será o tema central abordado no capítulo a seguir.

[92] *Echo Suburbano*. Rio de Janeiro, 24 de abr. 1911, nº 160, p. 2. Seção de Periódicos da Biblioteca Nacional/RJ. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/821527/1>. Acesso em 10 ago 2023.

# 4. “A Perdição nos subúrbios”

As últimas décadas do século XIX apresentaram um conjunto de profundas mudanças na cidade do Rio de Janeiro, como apontado em capítulos anteriores desta dissertação. No que se refere à população suburbana, esta sofreu mudanças consideráveis a partir da década de 1890.

> De acordo com o recenseamento de 1890, a Capital Federal possuía pouco mais de meio milhão de habitantes. As paróquias urbanas somavam 425.386 indivíduos, o que correspondia a 81,4% da população total. As suburbanas, por sua vez, não chegavam a 100 mil moradores e com isso, possuíam apenas 17,8% da população carioca. O percentual de 0,8% restante se referia à população marítima (Miyasaka, 2016, p. 44).

Nos anos seguintes, esta população passou a constituir um contingente cada vez maior, abrigando a crescente camada de trabalhadores que concorria às oportunidades de trabalho disponíveis no centro carioca e em alguns de seus arrabaldes (trabalhadores fabris, do campo e estivadores da zona portuária, citando alguns exemplos). Menos de 20 anos depois, após o período das reformas urbanas conduzidas no núcleo urbano da cidade, a composição populacional suburbana já indicava alterações notáveis. Porém, “[...] o crescimento da zona suburbana foi matizado e atingiu os seus distritos de maneira distinta. A proximidade com o centro da cidade e a oferta de opções de transporte provocou a ocupação mais intensa de Inhaúma, Irajá e Campo Grande” (Miyasaka, 2016, p. 48). Assim, a centralidade do serviço de transportes das linhas férreas é destacada na viabilização do deslocamento populacional para além do centro urbano do Rio de Janeiro.

> Em 1906, a cidade atingiu a cifra de 811.443 habitantes. Em comparação com 1890, seu crescimento populacional foi de 55,3%. Se diferenciarmos a zona urbana da suburbana, observaremos que o crescimento relativo dessas duas áreas foi desigual. A primeira passou de 425.386 para 621.933 habitantes, alcançando um aumento de 46,2%. A zona suburbana, por sua vez, contava com 92.906 habitantes em 1890 e atingiu 183.402, em 1906. Com isso, teve um crescimento de 97,4%. Sendo assim, os moradores da zona urbana correspondiam a 76,6% da população carioca e os da zona suburbana, a 22,6%. Ou seja, de 1890 para 1906, os distritos suburbanos passaram a abrigar uma proporção maior dos habitantes da Capital Federal (Miyasaka, 2016, p. 46).

Considerando a composição racial da população carioca, existem empecilhos analíticos referentes à temática, visto que entre os censos de 1890 e 1940, essa informação não é discriminada. A própria diversidade de metodologias entre censos

temporalmente afastados pode ser aqui apontada como empecilho analítico. Mesmo assim, podemos inferir sobre a composição populacional e, também, pela perspectiva racial de forma aproximada durante este intervalo de 50 anos, a partir de alguns apontamentos, elencados a seguir.

Em 1890, a proporção de brancos era maior nos distritos da cidade quanto mais próximos estes eram do seu núcleo urbano (Miyasaka, 2016), na medida que os distritos suburbanos mais distantes do centro (Campo Grande, Guaratiba e Santa Cruz), que apresentavam características predominantemente rurais, possuíam uma maior concentração populacional de negros em relação aos brancos (Cruz, 2020). Na Tabela 1, baseada em Miyasaka (2016), observa-se percentualmente a proporção populacional, por raça, dos distritos urbanos e suburbanos da cidade do Rio de Janeiro em 1890:

Tabela 1 – População carioca por raça, entre distritos urbanos e suburbanos (1890)

| População, por raça[93] | Distritos urbanos | Distritos suburbanos[94] |
|---|---|---|
| Brancos | 66,6% | 43,9% |
| Pretos | 11,7% | 15,8% |
| Caboclos | 1,9% | 3,3% |
| Mestiços | 19,8% | 30,4% |

*Fonte:* Tabela criada a partir de dados apresentados por Miyasaka (2016)

Na década de 1940, a tendência permanece similar aos números de 1890, onde uma maior urbanização da região indica a maior presença de brancos (Costa Pinto, 1998). Na Tabela 2, ordenada a partir dos setores da cidade do Rio de Janeiro definidos por Costa Pinto, estes indicadores ficam mais claros:

Tabela 2 – População carioca por raça, entre setores urbanos (1940)

| Setor | Circunscrições | Brancos | Pretos | Pardos |
|---|---|---|---|---|
| Nordeste | (Suburbanas) Anchieta, | 72.96% | 8,80% | 18,16% |

[93] A categorização racial apresentada na tabela segue as determinações estabelecidas pelos organizadores do censo de 1890.

[94] No somatório das populações suburbanas por raça utilizado por Miyasaka (2016), encontramos uma disparidade numérica, tendo a soma dos quantitativos totalizando 93,4%.

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| Noroeste | Irajá, Inhaúma, Penha, Madureira, Piedade, Pavuna | 61,79% | 13,05% | 25,03% |
| Sudeste | (Urbanas) Copacabana, Glória, Lagoa, Gávea, Tijuca, Santa Teresa | 76,44% | 10,86% | 12,62% |
| Sudoeste | | 68,70% | 17,00% | 14,30% |
| Oeste | (Urbanas) Engenho Velho, Andaraí, Engenho Novo, Méier, Grajaú, São Cristóvão | 75,70% | 13,50% | 10,80% |

*Fonte: Dados recolhidos da tabela "Distribuição por cor, segundo os setores urbanos. Rio de Janeiro (Região Oriental) – 1940" (Costa Pinto, 1998, p. 131)*

Como já foi apontado anteriormente, não há uniformidade da distribuição populacional por raça nos distritos suburbanos, o que pode ser observado na significativa diferença do contingente de negros e pardos entre os setores nordeste (onde ficava a freguesia de Inhaúma) e noroeste (onde ficava a freguesia de Irajá). O grau de urbanização destes distritos e sua proximidade com a região central da cidade (área onde ainda eram concentradas a maioria das oportunidades de trabalho da cidade, fato que só viria a se modificar a partir da década de 1940) são alguns dos indicativos que podem explicar a diferença entre áreas tão próximas.

Considerando necessária uma delimitação mais específica destes contingentes populacionais racializados de Irajá, apresento a seguir um conjunto de dados da série histórica entre os censos de 1890 e 1940, na tentativa de identificar como essas populações estavam distribuídas na região. Em 1890, segundo documento referente ao recenseamento da cidade, realizado pelo Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas[95], a população da freguesia de Irajá estava racialmente[96] distribuída de forma relativamente equilibrada, com considerável oscilação entre a proporção de brancos quando analisamos o recorte de sexo, como indicado na Tabela 3.

[95] *Sexo, raça, estado civil, nacionalidade*, *filiação culto* e *analphabetismo da população recenseada em 31 de dezembro de 1890*. Disponível em: <biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25487.pdf>. Acesso em 24 ago 2023.

[96] Novamente, a categorização racial apresentada na tabela segue as determinações estabelecidas pelos organizadores do censo de 1890.

Tabela 3 – População da freguesia de Irajá, por raça e sexo (1890)

| **Brancos** | **Pretos** | **Caboclos** | **Mestiços** | **Total** |
|---|---|---|---|---|
| 3.693 (53,5%) | 868 (12,6%) | 588 (8,5%) | 1.753 (25,4%) | 6.902 |
| **Brancas** | **Pretas** | **Caboclas** | **Mestiças** | **Total** |
| 2.760 (44,3%) | 976 (15,7%) | 484 (7,8%) | 2.004 (32,2%) | 6.224 |

*Fonte:* Tabela "População recenseada no Districto Federal quanto ao sexo, raça e ao estado civil", do Recenseamento de 1890, p. 31.

Outro fator importante apresentado no recenseamento se refere à instrução da população carioca. No Distrito Federal como um todo, de um total de 522.651 habitantes, 252.321 (48,3%) não sabiam ler, enquanto no distrito de Irajá a disparidade era significativamente maior: de seus 13.126 habitantes, 9.347 (71,2%) não sabiam ler, sendo desse recorte 4.337 homens e 5.010 mulheres.

No recenseamento de 1906, o distrito de Irajá contava com uma população de 27.406 habitantes, sendo 15.108 homens e 12.298 mulheres[97]. Como já apontado em tópicos anteriores, foi um acréscimo populacional relativo de 109% entre os censos de 1890 e 1906, quase o dobro da média dos distritos cariocas. No que diz respeito à instrução, 9.284 homens e 8.755 mulheres – totalizando 18.039 dos habitantes, ou 65,8% do distrito – não sabiam ler de acordo com o recenseamento[98]. Menos de duas décadas depois, em 1920, o aumento populacional de Irajá foi ainda mais evidente, saltando dos 27.406 habitantes do censo anterior para 99.586 moradores, sendo destes 52.246 homens e 47.340 mulheres[99]. Quanto à instrução dos moradores do distrito de Irajá do recenseamento de 1920[100], as bases de análise foram alteradas, levando em consideração não mais a quantidade de letrados e analfabetos, mas a uma estimativa por mil habitantes. Além disso, foram discriminados os letrados e analfabetos em duas categorias de idade: de 7 a 14 anos e maiores de 15 anos.

---

97 *Recenseamento do Rio de Janeiro (Distrito Federal) realisado em 20 de setembro de 1906*, p. 42. Disponível em: <biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv49678.pdf>. Acesso em 24 ago 2023.

98 *Recenseamento do Rio de Janeiro (Distrito Federal) realisado em 20 de setembro de 1906*, p. 109. Disponível em: <biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv49678.pdf>. Acesso em 24 ago 2023.

99 *Recenseamento de 1920: 4º Censo Geral da população do Brazil, 1º da Agricultura e das Indústrias e 11º da população da cidade do Rio de Janeiro (Districto Federal), p. 40.* Disponível em: <Recenseamento Geral do Brazil de 1920 (ibge.gov.br) >. Acesso em 24 ago 2023.

100 *Recenseamento de 1920: 4º Censo Geral da população do Brazil, 1º da Agricultura e das Indústrias e 11º da população da cidade do Rio de Janeiro (Districto Federal), p. 113.* Disponível em: <Recenseamento Geral do Brazil de 1920 (ibge.gov.br) >. Acesso em 24 ago 2023.

Para estes números, encontramos 49% dos homens e 49% das mulheres de 7 a 14 anos, e 25% dos homens e 45% das mulheres maiores de 15 anos na categoria de analfabetos. No total, 49% dos moradores do distrito de Irajá entre 7 e 14 anos e 34% dos maiores de 15 anos não sabiam ler. Comparado com o censo anterior, demonstra-se em Irajá uma melhora evidente no grau de instrução de seus habitantes.

Os números referentes ao grau de instrução da população carioca são importantes no contexto de produção dos periódicos suburbanos que, a partir de 1893 (como a *Gazeta Suburbana*, de Todos os Santos) começaram a despontar nos arrabaldes cariocas. Levando-se em conta a lógica de mercantilização dos jornais característica de fins do século XIX, estes indivíduos não buscavam apenas informar seus pares, ou de mobilizar a "causa suburbana" através das letras. Buscavam, também, viver e lucrar pela sua atividade na imprensa, o que devia se mostrar um desafio quando se confrontaram com um mercado consumidor em maioria não letrado. A expansão populacional do distrito também é um fator importante na compreensão das dinâmicas sociais que ocorreram na região, que em um espaço de 30 anos saltaram de pouco menos de 14 mil habitantes para quase 100 mil.

Finalmente, ainda que exceda os limites dessa pesquisa, pelo retorno da categoria racial no Recenseamento de 1940 pode-se inferir a composição racial da população dos distritos suburbanos de Irajá, Penha e Madureira (que compunham no censo anterior um único distrito – Irajá –, e foram separados administrativamente nos anos entre os censos de 1920 e 1940), apresentados na Tabela 4.

Tabela 4 – população dos distritos de Irajá, Madureira e Penha por raça[101] (1940)

| Distrito | Brancos | Pretos | Pardos |
|---|---|---|---|
| Irajá | 69,69% | 11,60% | 18,67% |
| Penha | 72,31% | 7,91% | 19,73% |
| Madureira | 59,53% | 15,34% | 25,10% |

*Fonte*: Baseada no quadro "Distribuição da população, por cor, segundo as circunscrições urbanas. Rio de Janeiro (Região Oriental) – 1940. (Costa Pinto, 1998, p. 130)

Dessa forma, posso afirmar que, no espaço de 50 anos entre os censos de 1890 e 1940, a população do antigo distrito de Irajá passou por um perceptível processo de embranquecimento, no que diz respeito aos números relativos. Em 1890, os brancos correspondiam a 49,1% da população do distrito. Já em 1940, esse quantitativo variou

[101] A categorização racial da tabela segue as determinações dos organizadores do censo de 1940.

entre 59,5% em Madureira, 69,6% em Irajá e 72,3% na Penha. Ainda assim, pela omissão da categoria racial nos censos de 1906 e 1920, pode-se apenas aproximar esses dados da realidade dos eventos que se sucederam às reformas urbanas ocorridas nos distritos centrais da cidade, na década de 1900 e que, como apontados pelo recenseamento, ocasionaram em uma expansão considerável da população suburbana.

Nesse contexto, poucos anos após o Recenseamento de 1906, é lançada a primeira edição – com redação em Madureira na Rua Lopes, 87 – da *Tribuna Suburbana*, dirigida por Raphael Henriques e contando com Antenor S. Pereira como redator-secretário e, posteriormente, com Maurício Barbosa como gerente. Raphael Henriques se tornaria, posteriormente, correspondente na cidade de São Paulo do *Echo Suburbano e* proprietário de um jornal chamado *A República*. Seu apoio entusiasmado aos ideais republicanos fica evidenciado em sua primeira publicação:

> Surge hoje no horisonte da imprensa a TRIBUNA SUBURBANA, folha da tarde que vem bater-se em prol da Republica Civil e pelo desenvolvimento da zona suburbana.
> [...] O amor devotado que consagramos a Republica, nos chama, infelizmente, para o terreno escabroso da politica, cujos partidos, em violentas constantes e terriveis lutas ameaçam sepultar de envolto com a ruina da patria o ideal sublime dos martyres da liberdade.
> Teremos por objetivo a defeza intranzigente da Republica Civil, patrocinar ardentemente os interesses do povo, quando prejudicados violentamente pelo poder, trabalhar muito e muito pelo desenvolvimento material e intellectual da zona suburbana.
> Em synthese: queremos a liberdade para o Povo, o desenvolvimento para a Patria.
> Eis em resumo o nosso programma a seguir no jornalismo, que é o vehiculo das alegrias do povo, quando, em pleno goso de suas liberdades elabora na obra regeneradora e progressiva da sociedade.[102]

Marcante, também, são as repetidas menções, nesta carta de introdução aos seus leitores, às ideias de *desenvolvimento,* em especial da zona suburbana, algo que, como veremos adiante, se repetirá no periodismo suburbano. A temática republicana retorna na matéria *Tartufos*[103], na mesma edição, demonstrando com clareza seu apoio à causa de Rui Barbosa na campanha presidencial, em oposição aos militares:

> Precisa realmente ter amor firme e grande fé na República para alimentar esperanças de salvar o paiz do descalabro, da corrupção, que não por ahi afóra.
> Não desanimemos, deve ser o codos leaes republicanos, nesse periodo angustioso que atravessa o paiz; não desanimamos, deve brotar dos

[102] *Tribuna Suburbana*. Rio de Janeiro, 10 de jan. 1910, nº 1, p. 1. Seção de Periódicos da Biblioteca Nacional/RJ. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/818798/1>. Acesso em 2 set 2023.
[103] Sinônimo de hipócritas.

> labios dos que tem fé, embora os exploradores politicos trabalhem ardilosamente para amarrarem a Republica ao carro da tyrannia militar.
> Tartufos!
> O povo se oppõe tenazmente ao vosso desejo infernal, Ruy Barbosa, defensor fervoroso da nossa carta politica, levantando-se para a luta, os republicanos acompanham-o, vossos planos sertão batidos, anniquilados.
> Tartufos!
> Não é possivel estabelecer confronto entre o heroe de Haya e o ex-commandante da brigada policial, como se fosse possivel aproximar-se o cágado da aguia gigantesca que vôa altaneira e invejada, pelos ares da Patria; não é possivel confundir-se dois homens que são verdadeiros anthitezes, um — Grande hurisconsulto, deffensor do Direito; paladino da Liberdade; outro, — mediocre e vulgar, que tudo faz para se enthronizar no poder.
> Tartufos![104]

O apoio a Rui Barbosa – e a crítica explicita às alas políticas militares do Brasil – foram uma constante na *Tribuna Suburbana,* repetindo em outras edições do periódico, chegando a mencionar um mal chamado por ele de “hermismo” para definir toda sorte de características políticas negativas da época.

A temática do policiamento, outra constante nos periódicos suburbanos, é ilustrada na Tribuna de maneira explícita (Figura 10), com a legenda: “É a melhor maneira de se policiar na zona suburbana. Os desordeiros que pululam na zona só podem ser pegados a bala”[105].



Figura 10 – Recorte de desenho publicado na Tribuna Suburbana

*Fonte:* Tribuna Suburbana, 27 de janeiro de 1910. Disponível em: <*http://memoria.bn.br/docreader/818798/1*>.

Na *Tribuna*, uma passagem interessante – infelizmente degradada e apenas parcialmente legível –, assinada por um indivíduo identificado como dr. Mário de Paula Fonseca, indica as tendências do verdadeiro enfrentamento policial e suas visões do

[104] *Tribuna Suburbana*. Rio de Janeiro, 10 de jan. 1910, nº 1, p. 1. Seção de Periódicos da Biblioteca Nacional/RJ. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/818798/1>. Acesso em 2 set 2023.
[105] Idem.

Direito, apoiando o Direito Repressivo, que seria mais apropriado ao país que os Direitos Penal e Criminal:

> [...] não pode estar a merce dos ataques dos clássicos, porque ella baseia-se na observação e na experiencia. Antes de Cesar Lombroso, o Direito Repressivo não era mais do que um mistiforio jurídico — *theologico metaphysico* — Só se constituiu em sciencia depois das maravilhosas descobertas de Lombroso e de outros notaveis anthropologistas. Foi preciso uma longa paciencia para que o immortal professor da Universidade de Turim descobrisse as leis que regem o Direito Repressivo hodierno: foi estudado o criminoso pela observação e pela experiencia que o mestre descobriu esse enfermo moral, digno de nossas solicitudes e não da malvadez do castigo severo.
> Infelizmente, porém, o Direito Repressivo ainda permanece máo grado dos espíritos emancipados, no terreno esteril da velha e decadente escola classica. Professoras notaveis pelo talento, procuram em preleções palavrosas, cheias de *myrrha* e *incenso*, mostrar aos seus discipulos que o crime é um ser *juridico*; o criminoso deve ser responsabilizado porque possue o *livre arbitrio*.
> [Ilegível] A existência de um delicto natural é um facto incontestado no dominio da Sociologia Repressiva ou da Criminologia e é ao mesmo tempo um phenomeno de *theratologia moral*. O que caracteriza o criminoso, para Garofalo, é a falta dos sentimentos altruistas da piedade e da probidade; a atrophia d'estes dois sentimentos forma o que elle chama de *delicto natural*.
> Ao meu vêr estes dois sentimentos são o fundamento de toda a Moral: sem elles não se pode conceber o homem moralmente são na vida psychica (psychica é tomada aqui no sentido das funções cerebraes) logo desde que o individuo delinque, *matando* ou *roubando*, não pode ser uma pessoa moralizada, é portanto um phenomeno de *theratologia moral*.[106]

A ideia de uma *teratologia moral* – uma anomalia na formação embrionária que impediria a formação psíquica e moral de certos indivíduos – e a clara menção a Césare Lombroso ecoa os pensamentos do italiano sobre a existência de "criminosos natos" (mencionada em capítulo anterior) que, a partir da *observação empírica,* podiam ser detectados e debelados da sociedade, pelos pensamentos expressados no periódico. Seguindo os escritos de Lombroso, estas características levariam, em grande parte, à identificação de negros e mestiços como essa categoria criminal. Ainda que seja um texto relativamente isolado entre as publicações da *Tribuna* (que, predominantemente, assumiram tom político de oposição ao governo de Nilo Peçanha e a seu provável sucessor, Hermes da Fonseca) a menção às teorias lombrosianas em um jornal suburbano não podem passar despercebidas, em especial quando levadas em consideração as recentes mudanças populacionais que vinham ocorrendo na região.

[106] *Tribuna Suburbana*. Rio de Janeiro, 22 de jan. 1910, nº 5, p. 1. Seção de Periódicos da Biblioteca Nacional/RJ. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/818798/15>. Acesso em 2 set 2023.

No acervo digital da Biblioteca Nacional, não foram achadas edições da Tribuna posteriores à sua décima edição. Sabe-se, porém, que Raphael Henriques mudou-se para São Paulo em algum momento entre 28 de janeiro de 1910 (data da última publicação disponível de seu periódico) e 3 de setembro de 1911, quando uma nota publicada na edição nº 180 do *Echo Suburbano* o apontava como novo correspondente do jornal carioca na cidade paulista.

Em 1911, o periódico *Echo Suburbano* comemorava, também em Madureira, seu primeiro ano de aniversário, no dia 24 de abril:

> O nosso anniversario
> Contamos os nossos dias como se desejássemos as camandulas de um rosario intermino de lutas, de pelejas incrudentas, onde temos que por sempre à prova a nossa tenacidade, o nosso esforço, o nosso heroismo e a nossa abnegação.
> [...] Aqui estaremos sempre em nosso posto e ao ver transposto mais este marco na estrada milliaria do trabalho, diremos, não com o desanimo do prisioneiro da bastilha, mas com a coragem e o triumpho dos pioneiros do bem: mais um anno de victoria![107]

Além do corpo editorial – que contava com J. Cardozo como proprietário, Manoel Simas como diretor e Silvio Simas como secretário – o jornal contava com um grupo de representantes no Rio de Janeiro e em outras áreas dos subúrbios:

> É nosso representante em Corôa Grande, ramal de Itacurussá, o sr. Emilio Sampaio, que tem plenos poderes para tratar de todos os negocios referentes a este jornal.
> São nossos representantes:
> Nos subúrbios, até Engenho de Dentro, o Sr. Arthur Paes Leme.
> É nosso representante na freguezia de Irajá, o sr. Irenio Thomaz de Aquino.
> Em Anchieta, o sr. Antônio Borges de Freitas.
> Em Maxambomba o sr. Bento Gonçalves de Souza.
> Em Santa Cruz o sr. Manoel Felippe Thiago.[108]

Estruturalmente, o periódico era organizado em 4 páginas, sendo a primeira reservada principalmente a noticiários e notas em homenagem a figuras consideradas importantes pelo corpo editorial do *Echo*. Na segunda e terceira páginas, geralmente eram encontrados poemas e crônicas, além de trechos de livros – como *Um drama nos ares*, de Júlio Verne – textos de caráter científico, pelo menos aos olhos dos editores

[107] *Echo Suburbano*. Rio de Janeiro, 24 de abr. 1911, nº 160, p. 1. Seção de Periódicos da Biblioteca Nacional/RJ. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/821527/1>. Acesso em 24 ago 2023.
[108] *Echo Suburbano*. Rio de Janeiro, 24 de abr. 1911, nº 160, p. 1. Seção de Periódicos da Biblioteca Nacional/RJ. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/821527/1>. Acesso em 24 ago 2023.

(citando alguns exemplos, *A idade do primeiro homem, Como variam as especies* e *Planta de carne e sangue,* publicados na edição 173, de 8 de julho de 1911), além de diversos anúncios de estabelecimentos comerciais, predominantemente localizados no distrito de Irajá ou em regiões próximas. A última página era ocupada por indicadores comerciais de pequenos estabelecimentos e profissionais liberais. Compunham os anúncios, entre vários outros:

> [...] Cinema Madureira, Circo Spinelli, Pharmacia e Drogaria Silva, Restaurant Krueger, além de uma variedade de depósitos de secos e molhados, advogados, construtores, mecânicos e tipógrafos, sendo boa parte desses anunciantes residentes próximos à Igreja Matriz de Irajá (como era chamada a Igreja Nossa Senhora da Apresentação de Irajá) e das vias principais de Madureira - a rua Carolina Machado e a rua Marechal Rangel (Rezende, 2021, p. 19).

Outra característica interessante do *Echo* - e de outros periódicos suburbanos – é o reconhecimento mútuo de seus trabalhos. Frequentemente são encontradas notas com o nome de outras publicações locais, anunciando o recebimento de edições destes jornais ou comemorando seus aniversários, como no caso da edição nº 173 do Echo Suburbano de 8 de julho de 1911, onde foram emitidas uma nota de comemoração do aniversário do periódico *O Subúrbio*, de Xavier Pinheiro, e uma nota de recebimento da primeira edição do *Jornal Suburbano*, de Victorino Tosta.

O *Jornal Suburbano,* dirigido por Victorino Tosta e publicado em Madureira, tinha em seu corpo editorial o Redator Gerente J. Cardoso e o Redator Secretário Henrique Dias da Cruz, e teve uma curtíssima vida. Algumas semanas após sua segunda e última publicação, foi anunciada em nota no *Echo Suburbano* a chegada de Victorino Tosta ao seu corpo editorial, alternando, em 1911, entre os cargos de gerente e secretário. Pelas poucas páginas publicadas do *Jornal*, no entanto, podemos verificar uma preocupação específica com Irajá, como em sua primeira edição, datada de 28 de junho de 1911:

> De chapéo na mão
> Surgimos hoje em campo.
> Modestos, sem grandes aspirações, curvados, pedimos licença para occupar o nosso logar.
> Os que tomaram a si redigir este semanario, não trazem para a luta outra aspiração senão elevar e engrandecer a zona suburbana, notadamente a abandonada freguezia de Irajá, no seio da qual vivemos, nasceram nossos filhos e temos nossas famílias.
> [...] Resta-nos esse consolo ao menos, a nós que vamos combater seriamente para que alguem tome a serio a existencia d'esta parte dos suburbios — Irajá, e toda a zona que se divide com o Estado do Rio.

> E, conformados com a nossa propria modéstia, jornalistas roceiros, pugnando pelos interesses da roça, pedimos licença aos mestres para tomarmos parte na missão da collectividade jornalistica.[109]

Para a primeira edição, foi publicada uma pequena nota de Antônio Pinto Machado, denotando-se tanto sua importância no cenário do periodismo local quanto a proximidade que este tinha com outros indivíduos que compartilhavam a causa comum dos “interesses suburbanos”:

> Querem, os que fundam o “Jornal Suburbano” que eu escreva alguma cousa para o primeiro numero.
> É uma exigencia que me honra, mas que em nada honrará os que vão redigir esse novo semanario.
> Em todo caso, já que querem ahi vae:
> A missão da imprensa, em uma localidade pequena, onde poucos se preocupam com o progresso local, é difficil, e torna-se mesmo uma fonte de dispendio para os que redigem a publicação.
> O povo quer muito, tem muitas exigencias, mas não se conforma com os deveres. Quer, exige, pede, critica, mas nada da em troca disso tudo.
> Repito portanto, conhecedor que sou dos suburbios, que a empreza que agora nasce, vae lutar com o abandono dos proprios interessados na muita duração do novo combatente
> Faço votos para que o novo jornal consiga vencer a descrença publicamente, e leve de vencida a idéa firme que traz como divisa — que é também a minha: — Tudo pelos suburbios![110]

Entre as pautas da primeira edição, a preocupação pelos costumes e pela moral suburbana foi explicitada na coluna *Algumas Verdades,* na primeira página da publicação:

> É com immenso pesar que vamos tratar de melindroso assumpto sem comtudo fazermos referencias directas, esperançosos que os que reunem em si os meios de obviar o mal a que nos propomos apontar, isso o farão em beneficio proprio, no menos…
> Queremos nos referir as sociedades localizadas nos suburbios, que acolhem em seu seio senhoras cheias de reconhecidas virtudes e moças que ainda têm a aureolar-lhes a fronte a encantadora ingenuidade das creanças.
> [...] A dansa, prazer licito e familiar, é convertida em alguns salões suburbanos num meio facil de amores baratos bem proprios das tascas e que bem estereotypam o caracter e sentimentos dos individuos que os buscam.
> [...] Não é mais que um apello em favor dos bons costumes e da ordem moral da familia suburbana.
> Os males apontados aqui representam pequena parcella da sua quantidade geral.

---

[109] *Jornal Suburbano*. Rio de Janeiro, 28 de jun. 1911, nº 1, p. 1. Seção de Periódicos da Biblioteca Nacional/RJ. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/818801/1>. Acesso em 25 ago 2023.
[110] Idem.

> É preciso separar-se o trigo do joio…
> Torna-se necessario haver mais escrupulos na admissão dos socios e mais fiscalização na sua frequencia.
> E nos perdõe o dizermos essas verdades que têm por fito unico a estabilidade da moral.[111]

Por fim, entre as notícias da primeira página, destaca-se a criação de um Comitê Central de Melhoramentos em Irajá, cujos objetivos foram apontados na publicação:

> Contando com o apoio geral da população de Irajá, fundou-se nessa parte do Districto Federal, uma aggremiação que como o seu título esclarece, propugnará pelo progresso da abandonada freguezia.
> Já varias reuniões têm sido realizadas, e, numa dellas, teve a honra de ter presente o activo e illustre intendente municipal, o sr. dr. Fonseca Telles.
> Varias reclamações foram feitas ao intelligente representante, ente as quaes, a abertura da rua Lopes até Cascadura, a mudança da agencia municipal e, principalmente, a creação de escolas, assumpto que o illustre moço muito empresta a sua valorosa actividade.
> Congratulamo-nos com os paroquianos de Irajá pela prova que deram de amor ao progresso fundando o "Comitê", cujo intuito é tão somente alcançar os melhoramentos que necessita Irajá.
> O "Jornal Suburbano", envolto na sua modesta collocação na imprensa carioca, põe à disposição do "Comitê" as suas columnas para beneficio dos irajaenses que é todo o seu almejo.[112]

Nesse ponto, podemos indicar outra constante do periodismo suburbano no início da década de 1910, que se fará presente em várias notícias posteriores, principalmente as notas referentes aos Comitês de Melhoramentos e aos Congresso Suburbanos, que foram fundados com as mesmas premissas do Comitê Central em Irajá, na mobilização política de demandas das populações dos arrabaldes cariocas. Refiro-me ao destaque à ideia de *progresso*.

Lefebvre (2010), ao comentar sobre a *ideologia urbana*, aponta esta como um conjunto simbólico da urbanidade (infraestrutura, tecnologia e segurança, apontando alguns exemplos) que acaba por se disseminar pelos espaços rurais e suburbanos das cidades, na medida que seus tecidos urbanos se expandem. Logo, em um momento ainda próximo às reformas urbanas da cidade do Rio de Janeiro, estes indivíduos que viviam nos subúrbios, mas circularam pelos espaços centrais da cidade (Victorino Tosta, por exemplo, possuía um escritório de advocacia na Rua da Alfândega, nº 104, segundo anúncio publicado na primeira edição do *Jornal Suburbano;* quanto a Pinto Machado, este era redator de uma coluna suburbana no jornal *A Tribuna*), alimentavam

[111] Idem.
[112] Ibidem.

esperanças de que a região onde moravam recebesse o mesmo tratamento e pudessem, também, desfrutar dos avanços que a modernização carioca poderia propiciar.

Dessa forma, ainda que os ideais de modernidade e modernização não tivessem efetivamente se concretizado de maneira ampla no distrito de Irajá, a ideologia urbana propagada e recebida pelos escritores dos jornais de Madureira se fez, pelo menos simbolicamente, marcante na produção destes periódicos. Ainda que a "modernidade" brasileira não chegasse nestas áreas mais distantes dos subúrbios, as expectativas e as métricas utilizadas pelos jornalistas suburbanos eram justamente as mudanças que vinham ocorrendo no centro carioca.

Alguns dias depois da publicação da primeira edição do *Jornal Suburbano*, no dia 8 de julho de 1911, é veiculada no *Echo Suburbano* uma matéria com o chamativo título de *A perdição nos subúrbios:*

> Quem mora nos suburbios; quem vive neste recanto quasi ignorado da Capital não pode deixar de reconhecer com pesarosa surpresa a triste transformação que tem soffrido os seus costumes de ha tempos a esta parte.
> Outr'ora, nos tempos da velha cidade, o suburbio era uma especie de remanso feliz do proletario honesto; procurado em geral pelos pacificos amantes do socego e da tranquilidade.
> Pobre, abandonado, pouco populoso, desprezado como sempre, apenas construcções antigas, ruinas e pardieiros, vestígios de senzalas de extinctas fazendas, mas dentro desses muros arruinados, esburacados, reinava a paz honesta e a pobreza sã.
> E hoje?
> Depois que o prefeito Pereira Passos lançou por terra a velha cidade abrindo novas ruas e levantando novos edifícios, toda aquella pobre gente emigrou para o subúrbio e ahi, fora das vistas da justiça e da repressão, um grande mal se desenvolveu e progrediu.
> Referimos à perdição que sob todos os aspectos ahi se manifesta.
> O jogo?!... seria supérfluo o descrever, já é por demais conhecido.
> A pilhagem!!... já está muito debatida.
> É a prostituição, é a libertinagem que cresce assombrosamente nos subúrbios, movida pelas privações dessa pobre gente e ainda pelo descuido daquelles a quem compete agir de modo a impedil-o ou evital-a.
> Não é já de extranhar no subúrbio que uma menina de 13 ou 14 anos se venda em público a cupidez dos homens.
> Ninguém se admira de encontrar á rua ébrio, um menino perdido, deteriorado pelo vício.
> É isso tão commum, tão banal, como o pão nosso de cada dia.
> Para quem pois, appellar!
> Para os progenitores ou responsáveis por esses menores?
> Como! Se é o descuro, ou muitas vezes á conveniência desses mesmos responsáveis, que os atira no lodaçal do vício?
> Não.
> É nos poderes públicos que compete investigar esse mal, buscar-lhe as causas e sanal-o efficazmente.

> Mas assim não se dá! e o mal progride, progride sempre horroroso e ameaçador sem que uma providência tenha sido tomada no sentido de evital-o ou melhoral-o.
> Como, porém se pode dizer que esse mal é desconhecido pelas autoridades zeladores do bem estar público, porque alguem não a apontasse ainda: Apontamol-o nós.[113]

Aqui, se fazem necessárias análises mais detalhadas do texto publicado. Primeiramente, o autor do texto – que não foi creditado nominalmente – aproxima-se de seu público e evoca a ideia de senso comum referente aos problemas dos subúrbios ("*Quem mora nos subúrbios", "... quem vive nesse recanto"*), como problemas sabidos e comentados pela população. Novamente, assim como no *Jornal Suburbano* de Victorino Tosta, o ponto central da publicação é a questão dos costumes e da moral suburbana ("... *a triste transformação que tem sofrido os seus costumes há tempos"*).

Em seguida, são encontradas referências a um modo viver nos subúrbios prévios às mudanças ocorridas em toda a cidade em decorrência das reformas urbanas da década de 1900, tanto na urbe quanto nos subúrbios ("*Outrora, nos tempos da velha cidade,* o *subúrbio era uma espécie de remanso feliz do proletário honesto", "… reinava a paz honesta e a pobreza sã"*). As causas para a repentina mudança na vida suburbana são apresentadas nas linhas seguintes, recaindo no novo contingente de moradores da região, sejam os expulsos das áreas centrais da cidade pelas seguidas demolições de cortiços e pensões que pululavam pelas ruas da "velha cidade", das campanhas de saneamento que frequentemente demoliam as casinhas das favelas centrais, ou mesmo em decorrência do aumento no custo de vida das regiões mais próximas do centro urbano carioca, que deslocaram estes moradores a regiões mais distantes e mais compatíveis com seus rendimentos (*"... toda aquela pobre gente emigrou para o subúrbio e aí, fora das vistas da justiça e da repressão, um grande mal se desenvolveu e progrediu").*

Importa destacar a quem se referiam como "pobre gente". Conforme indicado em trechos anteriores desta dissertação, a produção de uma nova cidade carioca moldada em padrões europeus, reordenou, também, quem poderia ou não circular nestes espaços modernizados. As populações pobres da cidade, predominantemente negras e mestiças, foram o alvo preferencial de diversas campanhas de renovação urbana e saneamento das áreas centrais da cidade. Em resumo, a urbanidade não era compatível a estes corpos, e a solução encontrada foi a expulsão desses habitantes das

[113] *Echo Suburbano*. Rio de Janeiro, 8 de jul. 1911, nº 173, p. 1. Seção de Periódicos da Biblioteca Nacional/RJ. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/821527/5>. Acesso em 24 ago 2023.

áreas centrais da cidade, cada vez mais valorizadas após os planos de reformas urbanas.

Estes novos moradores não apenas ameaçavam a pacata vida suburbana e seus costumes "roceiros", mas também representavam a degeneração da região (*"Referimos à perdição que sob todos os aspectos aí se manifesta. O jogo?!... seria supérfluo o descrever, já é por demais conhecido. A pilhagem!!... já está muito debatida. É a prostituição, é a libertinagem que cresce assombrosamente nos subúrbios", "Ninguém se admira de encontrar à rua ébrio, um menino perdido, deteriorado pelo vício").* Em trabalho anterior[114], que serviu de ponto inicial para esta dissertação, aponto a suspeita de uma tensão racial na correlação entre estes novos suburbanos e elementos que simbolizam a ruína de seus "valores":

> [os jornalistas] insistem em agregar valores negativos aos novos residentes das áreas suburbanas. Ocorre que, a partir das palavras acusatórias do *Echo*, percebe-se que a chegada destes indivíduos foi carregada de aspectos negativos (jogo, pilhagem, prostituição, libertinagem, alcoolismo, ociosidade, além de agregar valor negativo às figuras parentais dessa população, visto que era a "conveniência desses mesmos responsáveis, que os atira no lodaçal do vício") (Rezende, 2021, p. 22).

O texto, como se pode observar, não foi escrito de forma explicitamente racista. O reconhecimento dessa "pobre gente" poderia ser lido como compadecimento das precárias condições a que foram sujeitos estes indivíduos, assim como o chamado pelas ações do poder público poderia ser lido como estratégia de denunciar o problema da inação governamental na região. Porém, as denúncias mobilizadas como já conhecidas pelos suburbanos – como a pilhagem e o vício – soam bastante familiares quando comparadas às construções retóricas referentes aos habitantes das favelas e cortiços décadas atrás.

Fica evidente o destaque, entre todos os assuntos já "debatidos" ou "conhecidos", à temática da prostituição (inclusive, de menores) e o apelo para que a situação fosse resolvida pelo poder público, considerando que seus pais seriam em grande medida responsáveis por sua condição. A escolha pela palavra "perdição", por si, já indica a intenção dos jornalistas em apontar os perigos que esse novo contingente

[114] No TCC "A perdição nos subúrbios': as reformas urbanas do Rio de Janeiro e o distrito de Irajá nas páginas do *Echo Suburbano",* defendido em 2021 no Centro Universitário Celso Lisboa, busquei investigar os efeitos das reformas urbanas no distrito suburbano de Irajá. Porém, a questão racial foi abordada de forma superficial naquele trabalho.

de moradores poderia representar para a região. Pela análise da palavra a partir de dicionários, encontramos as seguintes definições:

1. situação de desgraça, de ruína, de fracasso
2. ato ou efeito de perder(-se)
3. desvio ou recusa das crenças religiosas; condenação às penas eternas
4. ausência de honra, de moral[115]

As denúncias de "ruína" e de "ausência de moral" retornaram uma semana depois, no dia 15 de julho, quando foi publicado no periódico uma continuação da manchete, intitulada *Ainda a perdição nos subúrbios*. Como indicado pelo redator, a matéria da semana anterior teve notável repercussão entre seus leitores, o que justificou a continuidade da publicação:

> Quando no nosso numero passado escreviamos sobre este assumpto não acreditava-mos que o nosso modesto artigo pudesse produzir tanta sensação e applauso entre o publico que nos lê.
> É que esse publico, em sua maioria suburbano, testemunha ocular do que ali esmiuçavamos, comprehendeu o alcance do nosso grito de alarma e sinceramente applaudiu-nos.
> Oxalá! o mesmo succedesse com os poderes a quem a causa interessa!...
> Bem felizes seriamos, se com o nosso brado os pudessemos arrancar de torpor em que se encontram, conduzindo-os ao cumprimento desse dever, a satisfação urgente da necessidade que se impõe em nome da moral e da sociedade.
> Poderão nos objectar que não ha recursos na lei que os possam impedir uma mulher de prostituir-se:
> E nós lhe responderemos que ha, porém, recursos nessa mesma lei, para impedir que uma mulher prostitua a outra, ou para isso concorra.
> E é este o mal.
> Ignorais por ventura que a titulo de votações e irmandades numerosas menores, percorrem diariamente as ruas mais escuzas do suburbio angariando obulos que na maior parte dos casos se destinam a manutenção de paes ociosos que desse modo, sem o minimo escrupulo atiram à prostituição as suas filhas?
> Não sabeis por acaso que mulheres de reputação duvidosa, tendo em seu poder filhas menores ou tutelas, prostituem-nas vivendo de productos desse ignobil mercado?
> Pois se vos detiverdes pouco tempo prescrutando a vida do suburbio esse mal tão facil de combater se vos depara em toda parte, edificante e escandaloso,
> Nada mais facil, pois que combatel-o.
> Tudo depende só de boa vontade, trabalho e criterio, e a regeneração social se tornará uma realidade.[116]

[115] Dicionário online da ferramenta de buscas *Google*, baseado no dicionário *Oxford Languages*.
[116] *Echo Suburbano*. Rio de Janeiro, 15 de jul. 1911, nº 175, p. 1. Seção de Periódicos da Biblioteca Nacional/RJ. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/821527/9>. Acesso em 24 ago 2023.

De início, observa-se que o discurso da “pobre gente” é abandonado, dando centralidade à temática da prostituição – importante por representar a degradação moral da sociedade. Além disso, fica evidente a tentativa de culpabilizar estas pessoas por suas condições precárias de vida, contando com a agravante destes estarem não apenas se prostituindo como também a suas filhas e, até mesmo, menores sob sua tutela.

Algumas recorrências em relação à matéria anterior podem ser apontadas. A aproximação entre leitores e jornalistas e sua identificação como suburbanos (*“... quem nos lê”*, *“... em sua maioria suburbano”*), assim como a insistência em um discurso moralista (*“... em nome da moral e da sociedade”*, *“... a regeneração social se tornará uma realidade”*) e a temática da prostituição infantil, onde novamente são responsabilizados os pais, que se estariam se aproveitando da prática para manterem-se sem trabalhar (*“... pais ociosos que [...] atiram à prostituição as suas filhas”, “mulheres de reputação duvidosa, tendo em seu poder filhas menores ou tutelas, prostituem-nas vivendo de produtos desse ignóbil mercado”*). A inação do poder público também reaparece (“*Oxalá o mesmo sucedesse com os poderes a quem a causa interessa”*).

Onze dias depois, no dia 26 de julho, uma nova matéria, igualmente intitulada *Ainda a perdição nos subúrbios*, é publicada no *Echo Suburbano*. Dessa vez, os jornalistas escolheram uma mudança de temática para o problema das habitações, importante não apenas para os subúrbios de Irajá, mas para a cidade como um todo. Tendo os logradouros das cercanias da cidade sido formados pelo loteamento de antigas fazendas, sustentadas por legislações que dificultavam o acesso à terra, estes lotes ficaram concentrados nas mãos de poucos indivíduos, que construíram e alugaram casas e estalagens aos trabalhadores que viam nos subúrbios uma alternativa viável de habitação. A denúncia feita no periódico se referia ao aumento do valor dos aluguéis na região à época, e as suas consequências para a população da região:

> Continuando em nossa campanha em prol do suburbio, trataremos detalhadamente de todos os abuzos que se praticam em prejuizo do bem estar publico sem que a isso se opponham os poderes competentes, as autoridades que para este fim são mantidas, custando ao contribuinte incalculaveis sacrificios.
> Ninguem ignora que a vida nos suburbios se torna cada vez mais difficil sem que contudo hajam motivos plausiveis para explical-o.
> Uma das cousas que difficultam mais a existencia nestes logares é o elevado preço por que ahi se alugam as casas devido a exploração gananciosa de certos proprietarios, o que obriga muitas vezes as familias menos protegidas da fortuna a irem habitar locaes onde não ha

> decencia nem moralidade, resultando nesse contacto uma infinidade de funestas consequencias, para a moralidade, e para a saude.
> Uma casa que outrora não custava ao contribuinte mais de cinquenta mil réis, hoje não se encontra por setenta, oitenta, cem mil réis e mais.
> Entretanto os impostos continuam a ser os mesmos, não ha esgotos, não ha muitas vezes agua nem luz.
> O que ha é apenas o ganancioso abuso de querer o proprietário ganhar mais, sempre mais, o quanto for possivel ser.
> D'ahi se vê que differente não se tornou a situação do contribuinte que se vê muitas vezes obrigado a arrastar a familia para logares de má reputação onde se respira uma athmosphera de vicio e devasidão, verdadeiros antros de miseria e perdição.
> [...] Os Conselhos Municipais desfructam suavemente os seus subsidios, succedem-se sem que disso se lembrem mesmo aquelles que até alli foram elevados por acasos mais ou menos felizes.
> E o abuso continua desenfreado sem peias quando muito facilmente se lhes podia oppor uma barreira regulando-o de forma a tornal-o menos tyranno.
> Mas que fazer! A época que atravessamos é uma verdadeira hecatombe, de ambições e ganancias. de insensatez e cegueira, não ha lei, não ha justiça.
> A época que atravessamos é realmente admirável.[117]

A ausência de ação do poder público retorna (*"... sem que a isso se oponham os poderes competentes"*), assim como o discurso moralista, que ditou o tom da publicação, associando o aumento do valor dos aluguéis com o deslocamento forçado de moradores em direção a "*locais onde não há decência nem moralidade, resultando nesse contato uma infinidade de funestas consequências, para a moralidade, e para a saúde*", e "*lugares de má reputação onde se respira uma atmosfera de vício e devassidão, verdadeiros antros de miséria e perdição*". Considerando que a publicação apontava que estes moradores, que não podiam arcar com os novos custos de vida da região, entravam *em contato* com locais que degradavam a moralidade e a saúde, podemos inferir que não eram lidos como as causas desses males, e sim como vítimas de um processo que os forçou a residir nos mesmos espaços que os "vetores" desses males.

A partir da *ideologia da higiene* indicada por Chalhoub (1998), eram associadas as doenças, vícios e condições precárias de vida dos moradores mais pobres da cidade não à sua condição social, mas aos próprios indivíduos como vetores destes males. Aqui, defendo que os jornalistas do *Echo Suburbano* se referiam às áreas onde os novos suburbanos passaram a residir, após serem expulsos dos cortiços e favelas centrais.

[117] *Echo Suburbano*. Rio de Janeiro, 26 de jul. 1911, nº 177, p. 1. Seção de Periódicos da Biblioteca Nacional/RJ. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/821527/13>. Acesso em 24 ago 2023.

No subtópico 2.4, apontei as regiões próximas às estações de D. Clara e Madureira como potencial ponto de referência para estas pessoas.

> [...] Dona Clara (como Madureira) foi se tornando uma paisagem suburbana em transformação. Moradoras e moradores pobres passaram a viver em casas alugadas e terrenos precários, sem qualquer infraestrutura, mas lucrativos para seus proprietários, antigos fazendeiros ou novos proprietários que passaram a ter acesso a uma renda vinda do parcelamento das terras e do negócio com habitações populares. Esse reordenamento socioterritorial, que se desenvolveu com o fim do sistema escravista, gerou uma liberdade formal para as pessoas e grupos negros que se tornaram alvo da crítica de jornalistas e moradores das classes médias e da pequena burguesia que vivia nos subúrbios de Madureira e Dona Clara (Cruz, 2020, p. 84).

As narrativas negativas de criminalidade e atraso seguiram, por anos, os habitantes expulsos dos cortiços a partir do governo de Barata Ribeiro, em direção aos morros da Favela e Santo Antônio. Pouco mais de uma década depois, parte desses moradores foi, novamente, deslocada forçadamente pelas campanhas de higiene de Oswaldo Cruz em direção a outros morros e, também, para os subúrbios mais distantes do centro da cidade. Pelos apontamentos de Campos (2010), as populações negras da cidade do Rio de Janeiro viveram, no decorrer do século XX, uma constante diáspora, movendo-se pelas áreas da cidade à medida que lhes eram apresentadas oportunidades de trabalhos e condições financeiras de fixar residência. O deslocamento destes corpos pela cidade faria com que os estigmas a eles associados fossem transplantados para outras áreas da cidade.

Sobre as regiões de Madureira – e, sobretudo, de D. Clara – no distrito suburbano de Irajá, os mesmos estigmas referentes à criminalidade, ao atraso civilizacional e à degeneração moral dos moradores dos cortiços e da Favela, surgem de maneira recorrente, não apenas no *Echo Suburbano,* como também em jornais de grande circulação do centro da cidade. Quando os repórteres da imprensa central se referiram a D. Clara, poucos anos antes das publicações do *Echo,* se referiam a ela como “sucursal da favela” ou “favela suburbana”[118].

Em 6 de agosto, sob o sugestivo título *Falperra ou Calábria?*[119], é publicado o texto mais explícito da série no periódico suburbano:

[118] Fato apontado no subtópico 2.4, “Cortiços, favelas e subúrbios”.

[119] Acredito que a menção às regiões da Falperra, em Portugal, e da Calábria, na Itália, tenham sido feitas a partir de estereótipos de ambas as localidades. Falperra se tornou sinônimo de local “infestado” por bandidos e salteadores, e a região da Calábria era notória como lugar de perigo.

> Parecerá a primeira vista que o titulo d'este artigo seja subversivo. Não o é. É antes a expressão perfeita, cabal, completa do estado anomalo a que chegamos na zona suburbana.
> Na zona de Irajá especialmente o policiamento é imperfeito, falso, nulo, perambulando livremente a cafajestada réles que por dá cá aquella palha, aggridem a faca, a navalha e a tiro, o pacato tranzeunte que tem a infelicidade de passar por estes lados.
> O jogo campeia, o meretricio infame existe a todos os cantos, a moralidade de localidades como D, Clara a Anchieta, parece ter sido banida, para deixar somente avolumar-se o que e máo, o que ajuda a perder a humanidade, o que representa o atrazo da nossa civilisação.
> Alta hora da noite, somente de arma na mão é que se póde sahir a rua, e ainda assim, com cautela, porque é provavel que se possa ser atacado por algum malvado, entes pervertidos que abundam por estas paragens em fóra.
> O sr. dr. Chefe de Policia sabe, ou deve saber do estado miseravel a que chegamos. E, sabendo-o, estava no dever de ordenar providencias severas que viessem pôr um cobro a tal estado de coisas.
> S. exa. no emtanto não o faz, não o quer fazer. e nós, os habitantes, os infelizes moradores destes lados, não temos mais para quem apellar!
> Em Madureira, corre por conta da policia o aluguel de um predio que, lá para as kalendas gregas, é provavel se destine a um posto policial.
> A velha aspiração dos moradores de Anchieta, da mudança para lá do destacamento policial de Deodoro, é também uma pretensão que aguarda… opportunidade, como si a segurança publica pudesse esperar. Policiar hoje, nos suburbios, em uma zona como a freguesia de Irajá, é policiar de verdade, exercendo franca acção de combate a todos os vicios, a todas as infamias que por aqui são praticadas, alto dia, sol abrazador, à vista de toda a gente… menos da policia.
> Policiar hoje nos suburbios, é ter principalmente em vista evitar conflictos, conseguir que não se pratiquem crimes, auxiliar a moralidade do lar, conseguir que as moças por'i afóra educadas à mercê, não caiam na vida baixa e triste a que muitas estão sugeitas.
> Isto é que é policiar, é que são as necessidades conhecidas de todos.
> Mas o que se vê hoje?
> Por toda a parte o horror, o máo estar, a bandalheira, o jogo livre, a vida do cidadão pacato em perigo, e sobre tudo os haveres à mercê dos ladrões, que rondam e ficam para sempre impunes!
> E é contra essas coisas que nós nos revoltamos interrogando o deserto arido e insondavel:
> Falperra ou Calabria?[120]

Pela primeira vez na série de quatro reportagens referentes à "perdição nos subúrbios", o periódico aponta com clareza a região de D. Clara como uma região que corresponde a tudo "*o que é mal, o que ajuda a perder a humanidade, o que representa o atraso da nossa civilização*". Anteriormente, as menções eram feitas sempre baseadas nas impressões e no senso comum dos leitores, deixando implícito onde se localizavam os "antros de miséria e perdição". A inação do poder público é um ponto novamente

[120] *Echo Suburbano*. Rio de Janeiro, 6 de ago. 1911, nº 179, p. 1. Seção de Periódicos da Biblioteca Nacional/RJ. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/821527/21>. Acesso em 24 ago 2023.

destacado, dessa vez na figura dos agentes policiais da região (*"... à vista de toda a gente… menos da polícia"*). Por fim, o risco que a região apresentava ao "pacato" modo de vida suburbano é explicitado ao fim do texto ("*Por toda a parte o horror, o mal-estar, a bandalheira, o jogo livre, a vida do cidadão pacato em perigo*").

Apesar de não se referirem explicitamente a um grupo específico (com exceção da menção à "pobre gente" expulsa pelas reformas da primeira matéria), a linguagem utilizada pelos editores do *Echo Suburbano* repete, em grande medida, a hostilidade retórica racista dispensada aos negros e mestiços do país na construção de uma identidade nacional embranquecida: as tendências ao vício e ao crime, o potencial de degeneração moral e seu simbolismo como entrave ao progresso da nação, elencados em capítulos anteriores. A região de Madureira e D. Clara, como indicado pelos recenseamentos entre 1890 e 1940, receberam um notável contingente de negros e mestiços nos anos posteriores às intervenções urbanísticas do centro carioca, o que poderia explicar o posicionamento do periódico diante das transformações que vinham ocorrendo na cidade carioca – nas regiões centrais e em seus subúrbios.

Ainda que a região da freguesia/distrito de Irajá possuísse, em 1890, um equilíbrio da população por raça, suas características à época eram predominantemente rurais. Em uma sociedade que associava ruralidade à negritude e urbanidade à brancura, os traços modernizantes das primeiras décadas do século XX evidenciaram a incompatibilidade do negro com esse novo momento da "civilização" brasileira.

No decorrer da primeira metade do século, sobretudo nas áreas próximas às estações da Estrada de Ferro Central do Brasil, os subúrbios viriam, também, a passar por processos de urbanização e modernização de sua infraestrutura. Em uma dinâmica social racista, que transformava o negro em um sinônimo de atraso, defendo que o mesmo tenha ocorrido nesse processo de transformação dos subúrbios, sobretudo nas duas primeiras décadas do século XX. Na década de 1930, com o arrefecimento da imigração e uma nova formatação de identidade nacional – que buscava "integrar" negros e mestiços à sociedade brasileira através do trabalho e da instrução –, e a promoção do mito da democracia racial, este antagonismo viria a se tornar mais difuso, o que não quer dizer que o racismo tenha acabado no Brasil. Pelo contrário, nas palavras de Munanga[121], o racismo brasileiro é um "crime perfeito".

Voltando ao *Echo Suburbano*, em 1911, nas edições seguintes percebe-se uma mudança na linha editorial do periódico, concentrando-se em temas como a situação dos proletários suburbanos (acompanhando greves dos trabalhadores do Matadouro de

[121] A afirmação se refere a uma entrevista de Kabengele Munanga à Revista Fórum, em 2012.

Santa Cruz e de trabalhadores da região de Deodoro), o monopólio dos bondes pela Light e, principalmente, sobre a fundação e as atividades do Congresso Suburbano. Nesse período, as pautas sobre a modernização dos subúrbios se tornaram centrais no *Echo Suburbano*. Possivelmente, podemos indicar as influências de Pinto Machado, por sua proximidade com a causa proletária, e de Victorino Tosta, que em seu antigo jornal acompanhou com atenção as mobilizações do Comitê de Melhoramentos de Irajá nas mudanças que ocorreram no *Echo*. O Congresso Suburbano, nesse período, começa a ganhar notável destaque, tanto nos jornais suburbanos quanto em algumas poucas colunas sobre a região na imprensa central, (como na revista *O Malho*) destacando as relações entre seus membros e políticos cariocas, que os recebiam em gabinetes e participavam de eventos políticos nos subúrbios.

Sobre o Congresso Suburbano, este aparenta ser a culminância de uma série de associações fundadas nos meses anteriores que promoviam a necessidade no aumento do investimento e em intervenções na infraestrutura dos arrabaldes cariocas – sendo a primeira destas iniciativas a Associação Beneficiária de Vila Isabel (1910), seguida no ano seguinte pelo Comitê Central de Melhoramentos de Irajá (Mendonça, 2017). O movimento de articulação do Congresso foi iniciado por Pinto Machado em sua coluna no jornal *A Tribuna*:

> A rede social articulada em torno das (e pelas) ações de Pinto Machado em Irajá, cuja capacidade de mobilização se estendia para o distrito de Inhaúma, acreditava na organização e ação coletivas. Além das associações nas quais participou, o jornalista e seu grupo se comprometeram a viabilizar uma agremiação com a pretensão de representar os interesses de todas as localidades suburbanas. Em julho de 1911, Pinto Machado lançou em sua coluna “Subúrbios” n’A Tribuna campanha destinada a criar o chamado Congresso Suburbano (Mendonça, 2017, p. 94).

A proposta promovida pelo jornalista consistia em um fórum que pudesse integrar em debate, ao mesmo tempo, os intendentes municipais eleitos nas eleições cariocas, os jornalistas suburbanos (tanto os representantes das colunas temáticas da imprensa central quanto os donos e escritores dos periódicos suburbanos) e um corpo de congressistas suburbanos eleitos entre os próprios leitores dos jornais. Assim, cada localidade seria:

> [...] representadas por três cavalheiros cada uma e lembrados e discutidos os melhoramentos a obter dos poderes públicos.
> O congresso funcionará nos subúrbios, durante dez ou mais dias, tendo assento no mesmo os intendentes municipais do 2º distrito, os jornalistas suburbanos e os representantes das localidades, que em tais casos serão eleitos pelo povo.

> Para conseguir-se saber quais os representantes de cada localidade, A Tribuna aventa a eleição, publicando um “cupom”, por meio do qual o público poderá dirigir-nos o nome do cavalheiro que julgar digno de ser o representante desta ou daquela localidade.
> O concurso durará um mês, e as normas do Congresso serão publicadas após ouvirmos algumas opiniões a respeito da ideia que aventamos e para qual solicitamos consideramos de todos os que se interessam pelo bem estar dos subúrbios.[122]

O Congresso realizava reuniões mensais, cujos debates eram amplamente divulgados na imprensa local, entre elas o Echo Suburbano. Seus membros (Figura 11) se reuniam na sede da Sociedade B. M. Progresso do Engenho de Dentro (Mendonça, 2017) onde debatiam, em geral, as temáticas do policiamento e da modernização da infraestrutura suburbana.



Figura 11 – Foto de membros do Congresso Suburbano (1911)

*Fonte:* O Malho. 4 de novembro de 1911. Rio de Janeiro, nº 477, p. 14. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/116300/20116> . Acesso em 30 ago. 2023.

Nesse ponto, o que importa para os objetivos deste trabalho, são as temáticas das “melhorias” para o subúrbio debatidas no Congresso Suburbano[123], que novamente refletem a expansão de uma *ideologia urbana* em direção aos subúrbios. A composição social dos membros do Congresso, também, é digna de nota. Como anteriormente

[122] *A Tribuna*. Rio de Janeiro, 6 de jul. 1911, nº 4960, p. 3. Seção de Periódicos da Biblioteca Nacional/RJ. Disponível em: *A Noite*. Rio de Janeiro, 6 de fev. 1929, nº 6187, p. 1. Seção de Periódicos da Biblioteca Nacional/RJ. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/348970_02/24879>. Acesso em 30 ago 2023.
. Acesso em 30 ago 2023.

[123] Sobre uma visão pormenorizada do Congresso Suburbano, de sua formação, ação e repercussões, recomendo a tese de doutorado de Leandro Clímaco Mendonça, intitulada “Jornalismo como missão: Militância e Imprensa nos subúrbios cariocas, 1900-1920”, defendida na Universidade Federal Fluminense em 2017.

apontado, eram no geral membros de uma classe média de renda relativamente estável, com significativa entrada em espaços de influência, como os periódicos empresariais do centro carioca. Principalmente, pela foto podemos identificar a predominância de homens brancos como congressistas dos arrabaldes cariocas.

Logo, os "representantes" dos subúrbios tinham classe e raça definidas, falando por e para si mesmos e marginalizando discursivamente as camadas mais pobres, negras e mestiças no debate público, tanto na imprensa local quanto nas colunas temáticas dos jornais centrais. Não apenas a marginalização e silenciamento podem ser vistos como consequência do periodismo suburbano como posto neste período. O monopólio da retórica preconceituosa de seus escritores no cenário da imprensa escrita local faz emergir as opiniões desta minoria letrada e de seus leitores, a para os observadores menos atentos nubla as contradições presentes nos subúrbios da cidade, onde eram encontrados em maior número os contingentes negros da população carioca. O que destaco, neste ponto, é a ausência de condições materiais para a construção de contrapontos deste discurso racista nos primeiros anos do século XX no distrito suburbano de Irajá.

Na década de 1910, o *Echo Suburbano* representou o único veículo de imprensa suburbano publicado de forma duradoura, até 1919. Na década de 1920, um conjunto de fatores, como o aumento da concorrência com a imprensa empresarial do centro urbano, levou ao fechamento destes periódicos locais e à sua inviabilização como produtos de longevidade significativa.

No entanto, o interesse por D. Clara nas colunas criminais não esmoreceu com a extinção do periodismo suburbano, após 1920. Cruz (2020) aponta para a construção retórica da região (iniciada ainda na década de 1900) como um novo espaço de sobressaltos na imprensa carioca, acompanhando diversas publicações da imprensa central, como a do jornal *A Noite*, em 1929:

> O Sr. Xavier do Amaral [...] passou a alugar os terrenos, onde a pobreza construia casebres, do estylo dos que se improvisaram na Favella. Ao cabo de alguns annos, havia em D. Clara, grande população. Os malfeitores, que, repellidos das zonas do crime, ali iam homiziar-se, vieram perturbar a paz dos habitantes.
> — Então, disse-nos o Sr. Tejo, registavam-se em média, quatro assassinos por mez![124]

[124] *A Noite*. Rio de Janeiro, 6 de fev. 1929, nº 6187, p. 1. Seção de Periódicos da Biblioteca Nacional/RJ. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/348970_02/24879>. Acesso em 30 ago 2023.

Cruz se dedicou, em sua obra, a acompanhar a construção retórica da imprensa sobre mulheres negras nos subúrbios – com certo destaque a D. Clara que, segundo o jornal *A Noite*, tinha cerca de 15 mil habitantes em 1929 –, encontrando, nos relatórios criminais, notável incidência de abordagens policiais a mulheres na região com base nas "leis da vadiagem". A autora indica o motivo da perseguição a estas mulheres, entendendo que "elas eram descritas pelos jornalistas como ícones da imoralidade feminina" (Cruz, 2020, p. 92). Não é coincidência encontrarmos, em um grupo de mulheres negras residentes nos subúrbios, representações na imprensa como símbolos de degeneração moral da sociedade. São apenas os reflexos das ideologias racistas brasileiras repetindo-se nos territórios de suas cidades.

A autora seguiu relatos sobre as diversas "valentes" das regiões suburbanas, como Maria Antônia de Oliveira (conhecida como "Flor da Gente", notória navalhista da região) e "Maria Bexiguinha, mas percebe-se um maior destaque a Maria Sapéca, descrita posteriormente na mesma reportagem, ao relatar uma briga ocorrida entre o entrevistado, o senhor Tejo, e o delegado de polícia do distrito, Correa Dutra:

> A autoridade quiz prender, dentro de minha casa commercial, uma mulher valente, a tal "Maria Sapéca", que tanto manejava a navalha, como applicava golpes de rasteira. Oppuz-me a isso e, em consequencia, com elle me atraquei. Hoje, afinal, é que reconheço que o Dr. Correa Dutra, fazendo essas incursões a D. Clara, procurava, apenas, sanear o povoado, que guardava, no seu seio, os mais perigosos faccinoras.[125]

Maria Sapéca foi retratada de forma quase mitológica, tendo seus "feitos" de violência e transgressão acompanhados de perto pela imprensa carioca. Seu destemor de começar brigas com outros valentes do sexo masculino e sua perícia com a faca eram narrados em detalhes pelas colunas criminais, e nem mesmo o fim de sua vida a conferiu o esquecimento como criminosa notória da cidade, aos olhos dos repórteres cariocas: "Mesmo depois de sua morte, registrada na imprensa do Rio de Janeiro em maio de 1917, ela continuava a ser recuperada e retratada em detalhe na crônica policial, em uma revista ilustrada, em um almanaque suburbano e em uma revista policial" (Cruz, 2020, p. 94). Relatos sobre Maria Sapéca puderam ser encontrados na imprensa até, pelo menos, o fim da década de 1940.

A permanência e o reajuste dos discursos negativos sobre os espaços periféricos ocupados predominantemente por negros são marcantes na construção do Rio de Janeiro. As Marias de D. Clara relatadas por Cruz, foram apenas alguns entre os

[125] Idem.

muitos alvos erigidos pelas hábeis penas dos ilustres jornalistas que, preocupados com a regeneração moral, o progresso nacional e os interesses suburbanos, não se preocuparam em lançar à sub-humanidade pessoas que, em grande medida, herdaram uma variedade de estereótipos e estigmas que as definiram como incompatíveis à sociedade brasileira nas primeiras décadas do século XX.

A construção do "espaço criminalizado" do Rio de Janeiro, nas palavras de Campos (2010), não se furtou de produzir, sempre que necessário, os espantalhos e fantasmas necessários para naturalizar o ataque a cariocas pretos e pobres. Os "criminosos natos", os "facínoras da Favela", os bicheiros dos subúrbios e os difusos "crime organizado" e "poder paralelo" acabaram se tornando, no decorrer do século XX, os males necessários para justificar a necessidade – nas palavras do sr. Tejo, um argentino residente em Irajá – de "sanear o povoado". Nas últimas décadas, este "saneamento" veio a se tornar uma política de extermínio cada vez mais violenta. Basta lembrar que, durante a pandemia de Covid-19, ocorreram no Rio de Janeiro três das quatro operações policiais mais letais de sua história, que ocorreram apesar de decisão judicial que as proibia durante o isolamento pandêmico (Rezende, 2022).

A "perdição nos subúrbios" não foi uma ideia iniciada, ou tampouco encerrada, nas páginas do *Echo Suburbano*. Ela se encontra na gênese de nossa formação como nação – da Colônia à República, dos becos, vielas e cortiços da cidade às ladeiras mais íngremes que conferem acesso às centenas de favelas existentes atualmente no Rio de Janeiro, da *Redenção de Cam* ao mito da democracia racial. Os processos de construção das identidades nacionais brasileiras, influenciados em suas épocas por teorias pseudocientíficas racistas, inscreveram-se nas formas de ocupação das cidades brasileiras, e suas periferias não ficaram ilesas neste processo.

No decorrer do século XX, as favelas se espalharam pela paisagem carioca, principalmente em direção aos subúrbios da cidade – seja como consequência da inação do governo para suprir o histórico déficit habitacional da cidade, seja pela ação do governo com outros processos de expulsão de habitantes das favelas centrais e da Zona Sul carioca. Este processo se repete até hoje, com nomes chamativos como "revitalização urbana", que em seu cerne só repetem as estruturas de segregação que alicerçaram o desenvolvimento urbano da cidade do Rio de Janeiro.

### 4.1. "O carnaval morreu na Corte, para ressuscitar nos subúrbios"

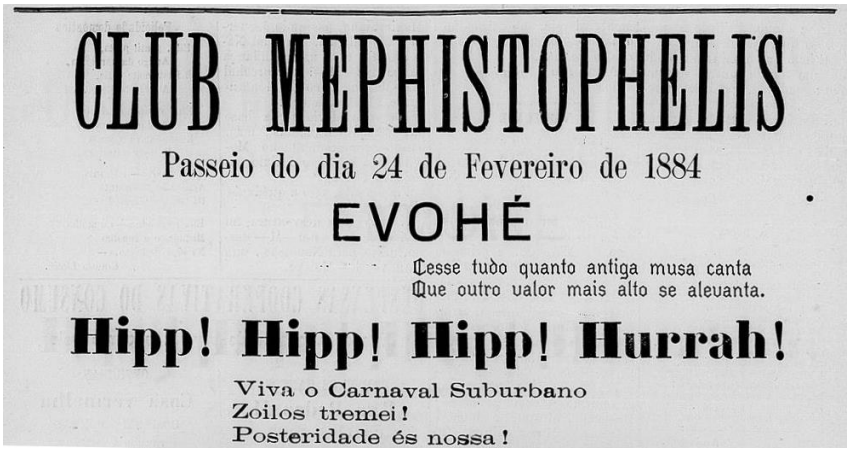
No dia 16 de fevereiro de 1884, um jovem jornal publicado em Todos os Santos, intitulado *Gazeta Suburbana,* celebrava em sua sexta edição a chegada festiva do

carnaval. Mais que mera comemoração, a nota era um “chamado às armas” para a população suburbana:

> Evohé! Evohé! Evohé!
> Eureka! Temos o carnaval nos subúrbios. Preparem-se os foliões, mordam-se os mysantropos, rallem-se os velhos e maldigam-se as sogras, que a cousa ha de ser feita com todos os requintes, com todos os *ff* e *rr*.
> Abri, alas, deixai passar os pandego-carnavalescos e prestai as honras devidas às phalanges do Deus-momo.
> Ao Club “Mephistophelis Carnavalesco” do Engenho de Dentro, sociedade puramente familiar, constituida por uma pleiade de moços distinctos, trabalhadores e folgasões, estava reservada a gloria de proporcionar às famílias destes arrabaldes a occasião de se divertirem sem o grande inconveniente de uma viagem á côrte, para, às vezes não gosarem cousa alguma.
> E a cousa ha de ser grandioza pois não ha sacrificios que elles não tenham feito, para alcançar um brilhante resultado.
> [...] Transmitindo aos nossos leitores, uma nova tão agradavel, vamos fazer-lhes um pedido, que reputamos muito justo.
> É de rigorosa justiça, corresponder dignamente, aos enormes sacrificios que boamente fazem os membros desta sociedade, para dar vida e animação a estes lugares, e divertir seus habitantes.
> Para isso e para maior brilhantismo de uma festa que tocará a todos, pedimos que ornem as suas frentes e casas com bandeiras, galhardetes, festões, folhas de mangueira, e mesmo algum coreto, o que não seria de mais; fogos de bengala, foguetes e girandolas, dando-lhe uma prova de acceitação aos seus esforços e maior realce a semelhante festival.[126]

Os redatores da Gazeta mostravam-se contentes com a iniciativa do bloco do Engenho de Dentro de afastar-se do caos do centro urbano carioca, e conferir aos suburbanos a possibilidade de festejar o carnaval mais próximos de suas casas, como indicado na edição do dia 24 de fevereiro (Figura 12).

[126] *Gazeta Suburbana*. Rio de Janeiro, 16 de fev. 1884, nº 6, p. 3. Seção de Periódicos da Biblioteca Nacional/RJ. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/332585/23>. Acesso em 30 ago 2023.


CLUB MEPHISTOPHELIS

Passeio do dia 24 de Fevereiro de 1884

EVOHÉ

Cesse tudo quanto antiga musa canta
Que outro valor mais alto se alevanta.

Hipp! Hipp! Hipp! Hurrah!

Viva o Carnaval Suburbano
Zoilos tremei!
Posteridade és nossa!

Figura 12 – Anúncio do Bloco *Mefistófeles Carnavalesco* na *Gazeta Suburbana* (1884)
*Fonte:* Gazeta Suburbana, 24 de fevereiro de 1884. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/332585/28>.

Ao referirem-se ao Mefistófeles Carnavalesco e seu êxodo suburbano, os autores proclamaram uma frase que, não sabiam, seria profética: "Dir-se-hia que o carnaval morreo na côrte, para ressuscitar nos subúrbios"[127]. Nessa época, os subúrbios mais próximos da cidade eram os mais povoados, Irajá era pouco mais que um vilarejo nos sertões cariocas, Inhaúma era apenas uma crescente freguesia suburbana, o Cabeça de Porco ainda não havia sido decepado e a *Bélle Époque* de Passos era um sonho difuso.

Os anos se passaram, e o mote "*O Rio civiliza-se"* transformou-se em uma máxima do progresso nacional e obsessão das classes políticas, ávidas pela "Paris dos Trópicos". A Era dos Cortiços deu lugar ao Século das Favelas e, no seu rastro, toda forma de perseguição aos seus habitantes. Mesmo assim, a primeira menção encontrada durante esta pesquisa à palavra "favella" como elemento da espacialidade carioca foi um bloco carnavalesco – o *Prazer da Favella* – nas primeiras semanas de 1900. O simbolismo desse achado, em uma pesquisa que se fez levar pela dor das consequências do racismo, não pode ser desprezado.

Nas décadas seguintes, o carnaval viria a se tornar cada vez mais suburbano. Um jovem chamado Paulo, expulso com a família ainda criança do centro da cidade durante as reformas urbanas, veio a se tornar um dos fundadores da mais icônica Escola de Samba do Rio de Janeiro: a Portela. Outras escolas vieram e o carnaval, antes forma de celebração e libertação, tornou-se meio de vida de centenas e, posteriormente, milhares de pessoas, tornando-se uma importante engrenagem da economia carioca

[127] *Gazeta Suburbana*. Rio de Janeiro, 9 de mar. 1884, nº 8, p. 2. Seção de Periódicos da Biblioteca Nacional/RJ. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/332585/30>. Acesso em 30 ago 2023.

(ainda que possamos problematizar as consequências disso). Tomando a Intendente Magalhães, crescendo nos Bohêmios de Irajá e tomando o largo de Vaz Lobo – onde um coreto era montado sobre o extinto chafariz em frente ao Cinema. O espírito do carnaval se construiu de dentro para fora da urbe, e posso afirmar que só há Sapucaí porque antes o carnaval desfilou por Cascadura.

Não apenas o Carnaval nasceu dessa "brecha". O samba, criminalizado no início da República como ritmo que aumentaria as tendências criminosas da população carioca, relacionado a manchetes fantasiosas como "Samba Vermelho" ou "Samba de Sangue", superou os estigmas construídos pelos muito instruídos brasileiros conhecedores da "alta cultura" e que negaram, tanto quanto possível, a evidente realidade: o samba é carioca, e o carioca é o samba. De "brecha", o samba virou janela. De janela tornou-se porta, até tornar-se alicerce e estrutura da "carioquice". O samba, no seu gingado e irreverência, foi de delito a deleite em um espaço de poucas décadas.

Apesar de toda dor e perseguição, essa cidade criou potência. Entre tantos outros pelo Rio de Janeiro, foi em Irajá onde nasceram Nei Lopes, Walter Firmo e Zeca Pagodinho. Foi nessas ruas em que um suburbano, de ancestralidade negra e indígena e neto de nordestinos, começou a caminhada que levou a essa pesquisa. Não conheço uma forma de viver que não seja construída na coletividade e, mesmo com as contradições que se apresentam à nossa sociedade, afirmo que – apesar de tudo – aqui estamos, e aqui estaremos. Sempre.

# Considerações finais

Nas últimas duas décadas, os estudos suburbanos se constituíram como cenário profícuo para a pesquisa acadêmica, chegando a conceber importantes projetos – como o Diálogos Suburbanos, em conjunto com os programas de extensão do Museu Nacional. No entanto, como o ato de pesquisa é um ato de escolha (entre priorizar certos temas e dispensar outros) alguns aspectos da historiografia dos subúrbios cariocas ficavam relegados, em grande medida e salvo algumas exceções, ao segundo plano. A motivação para essa pesquisa – que começou no final de 2020 com a escrita das considerações finais de meu TCC –, foi justamente propor um caminho que conseguisse emergir a temática da questão racial nos subúrbios, a partir da instauração da República.

Para isso, a investigação se consolidou a partir de duas hipóteses: a) a possibilidade de tensões raciais no contato entre antigos moradores dos subúrbios e um novo contingente, expulso das áreas centrais pelas reformas urbanas da década de 1900 e b) a potencial formação das primeiras favelas suburbanas neste mesmo período. Partindo destas duas premissas, a investigação foi realizada, principalmente, a partir de fontes produzidas por moradores dos subúrbios, no principal periódico local publicado no distrito de Irajá. Considero importante a valorização da escrita destes periódicos *nos* subúrbios, priorizada aqui em relação à escrita *sobre os* subúrbios produzida na imprensa central, escolha essa justificada por permitir maior destaque à construção de uma opinião pública suburbana, em um momento chave da história da cidade do Rio de Janeiro.

O primeiro capítulo se dedicou, inicialmente, a reconhecer indivíduos, grupos e coletivos suburbanos que vêm se empenhando nas últimas décadas em promover a história e a cultura dos subúrbios cariocas, tanto no âmbito acadêmico quanto no cenário cultural. Tendo como ponto central Irajá – que passou por diversas e profundas modificações ao longo dos séculos – busquei a construção de uma progressão histórica da região, desde as sesmarias e freguesias coloniais até os distritos republicanos, propondo destacar a importância dos “sertões” cariocas para a historiografia da cidade. Ainda na temática dos subúrbios, foi necessário um levantamento teórico da categoria *subúrbio,* identificando em experiências distintas – nos *suburbs* estadunidenses, nas *banlieues* parisienses e nos subúrbios cariocas – confluências e divergências nos processos de industrialização, urbanização e suburbanização, chegando à conclusão de que a polissemia da categoria subúrbio indica particularidades relevantes para a

pesquisa desses espaços, mesmo dentro dos arrabaldes cariocas: o processo de transformações de São Cristóvão e Tijuca foi bem diferente dos processos ocorridos no Engenho Novo, Inhaúma e Irajá que, igualmente, se distinguem de outras experiências, como a de Campo Grande e Jacarepaguá.

Além dos indícios de suburbanização apresentados pela literatura clássica – dependência econômica da região central, descontinuidade da ocupação dos espaços e densidade populacional – a linhas férreas cariocas e os serviços de passageiros inaugurados e expandidos a partir do último terço do século XIX são de grande importância para a compreensão da ocupação das regiões suburbanas do Rio de Janeiro, e da percepção que os cariocas tinham sobre o que fazia de uma pessoa um suburbano – fosse a reclamação de um morador de Riachuelo que a Gávea, sem uma linha de trem que a suprisse, estava sendo mais noticiada na *Gazeta Suburbana* que seu próprio bairro; fosse a recusa das associações de moradores de Botafogo em receber uma estação da linha férrea, preocupando-se com a possível degradação da região e do afluxo de residentes das classes proletárias em direção àquela circunscrição. Os vínculos entre proletarização, linha férrea e subúrbios seriam reforçados no decorrer do século XX, em especial na construção do que hoje chamamos de Zona Sul, por meio da tentativa de sobrevalorizar este espaço, à medida que se estigmatizavam outras áreas da cidade.

No esforço de compreensão de processos em maior escala que pudessem interferir ou influenciar as transformações ocorridas nos subúrbios do Rio de Janeiro, o segundo capítulo se dedicou à investigação das temáticas de raça e classe – por meio da historiografia da "loucura codificada" que chamamos de raça e suas transformações retóricas ao longo dos tempos, e das relações entre proletarização e racialização da sociedade brasileira, onde foram erigidos mecanismos de barreira para a ascensão dos contingentes negros da população. Estes mecanismos foram sustentados por diversas teorias racistas que almejavam comprovar a superioridade branca em relação às demais raças brasileiras, elegendo a imigração europeia e o embranquecimento da população do país como alicerces do progresso e modernização da nação.

Os projetos "vencedores" da Abolição e a República fabricaram uma ideia de modernidade brasileira branca e elitista, relegando às camadas negras e pobres sempre o pior das oportunidades de trabalho e condições de vida, o que nos leva a outra temática relevante apresentada, referente às relações entre as questões urbana e racial no Brasil – mais especificamente, no Rio de Janeiro. A análise dos processos de industrialização e urbanização da cidade e da explosão populacional carioca

(consequência de diversos fatores, como a migração interna do país em direção ao Sudeste do país e as promessas de oportunidades de trabalho que as transformações na cidade aparentavam propiciar) permitem a identificação de um processo de segregação espacial difuso, mas que expulsava de seu centro, predominantemente, negros e pobres.

Estes processos de expulsão foram apresentados neste trabalho a partir de três momentos. Primeiramente, na expansão das populações dos cortiços cariocas durante a segunda metade do século XIX, até o fatídico cerco ao Cabeça de Porco na década de 1890, sendo este um marco do fim da "Era dos Cortiços", espaços considerados vetores de todos os males de ameaçavam a saúde e a moral da nação – não apenas doenças transmissíveis, como a febre amarela e a tuberculose, como também o vício, o crime e a pobreza. Com o cerco aos cortiços se fechando, seus antigos residentes começaram a busca por novas alternativas de moradia que viabilizassem suas rotinas de trabalho, passando então a ocupar as encostas acidentadas dos morros existentes na região central da cidade. Começava, então, o "Século das Favelas".

Logo nos primeiros anos do século XX, animados pelos desejos da construção de uma "Paris dos Trópicos" e de uma *Bélle Époque* carioca, o mote "O Rio civiliza-se" toma forma em várias intervenções urbanísticas, conduzidas tanto pelo prefeito Pereira Passos quanto pelo presidente da República Rodrigues Alves. Com os cortiços virtualmente debelados (ou, pelo menos, suprimidos), os morros da Favela, Providência e Santo Antônio começam a ser alvos das mesmas narrativas negativas dispensadas anos antes aos cortiços da cidade, sendo considerado um covil dos "facínoras" e lar dos "criminosos natos", além de chavões repetidos sobre o risco de propagação de doenças e vícios.

Não tardou para que as autoridades planejassem, novamente, um cerco aos "espaços insalubres", e a campanha da Higiene de Oswaldo Cruz buscou – ou, pelo menos, tentou – sanear a cidade dos riscos que a Favela representava ao Rio de Janeiro. Por "sanear", refiro-me à expulsão dos corpos considerados indesejáveis aos ideais de civilização e modernidade amplamente propagados na imprensa e nos planos urbanísticos cariocas. Corpos estes predominantemente negros, mestiços e pobres. Com a campanha de Higiene de 1907, representada em charge d'*O Malho* (que ficou famosa, sendo recorrentemente utilizada em materiais didáticos e provas, como o Exame Nacional do Ensino Médio), um novo processo de expulsão ocorreu – mesmo que não por completo. Como resultado, outros espaços às margens da cidade passaram a ser ocupados, inclusive nos subúrbios cariocas.

A imprensa acompanhou de perto todos estes processos, e o terceiro capítulo se dedicou a compreender as estreitas relações entre a História e a imprensa, que não apenas relatou os processos históricos brasileiros ocorridos no século XIX (a partir da transmigração da Corte portuguesa) como também foi agente e partícipe de importantes eventos ocorridos à época, como a mobilização da opinião pública contra e a favor de governantes e a campanha abolicionista. Por meio de jornais, pasquins, folhetins e revistas amplamente distribuídos pelo Rio de Janeiro, os jornalistas cariocas mostraram-se bem conscientes dos processos que afetaram a rotina da cidade. Analisando não apenas *o que* foi escrito, mas *quem* foram os escritores, entendo que a proximidade destes indivíduos com as atividades políticas do país não poderia ser diferente, visto que estes jornalistas eram, em grande medida, os próprios agentes do poder político do país. Quando não o eram, se tratava de indivíduos bem relacionados nas esferas políticas e econômicas do Brasil.

As mudanças ocorridas no Rio de Janeiro no decorrer do século XIX não passaram despercebidas das páginas dos jornais da cidade. As dinâmicas e contradições dos processos de urbanização – expansão populacional, criminalidade, déficits de transporte e infraestrutura, epidemias – foram amplamente noticiadas pelos diversos jornalistas cariocas e, nos processos de renovações urbanas ocorridos ainda em fins dos Oitocentos, os subúrbios surgiram como alternativa de moradia, sendo em um primeiro momento, preferidos por uma classe média estável, que podia arcar com os custos do distanciamento de suas moradias e seus locais de trabalho.

Foram estes suburbanos – advogados, pequenos empresários, jornalistas e militares, citando algumas de suas ocupações – que sentiram na imprensa ora ausência de representação de seus locais de moradia, ora narrativas genéricas e negativas sobre os arrabaldes cariocas, o “sertão”, “Acre” ou “Matto Grosso” da cidade. Confluindo viabilidade econômica e estreitos contatos com membros da imprensa central, figuras como Xavier Pinheiro e Pinto Machado (entre diversos outros) conduziram um ambicioso plano de mobilização, na imprensa, pelos “interesses suburbanos”. A princípio, por meio de colunas temáticas existentes em jornais de grande circulação – como *A Tribuna*, *O País* e *O Século* – mas, posteriormente, em seus próprios periódicos, produzidos *nos* e *para* os subúrbios.

Imbuídos por ideias de progresso dos subúrbios, buscaram na ponta de suas penas mobilizar suas demandas, denunciando as precárias condições da região e logrando a mobilização política de seus pares por meio de pleitos eleitorais e de órgãos autônomos, como os Comitês de Melhoramentos e o Congresso Suburbano. Ainda

assim, estes veículos do periodismo suburbano falaram a partir de um grupo específico, que denominavam como “suburbanos”, excluindo mais do que integrando os contingentes populacionais dos arrabaldes cariocas. Entre matérias exaltando Césare Lombroso e relatos de um “grande mal” que ameaçava os sítios outrora pacatos dos subúrbios da cidade, chegamos à denúncia que se tornou central para esta dissertação, no decorrer da pesquisa: “a perdição nos subúrbios”.

No último capítulo analiso, primeiramente, três importantes parâmetros da população suburbana: população absoluta, composição racial e grau de instrução. Entre os anos de 1890 e 1920, o distrito de Irajá recebeu um contingente populacional que fez mais que setuplicar sua população – de 13.126 habitantes em 1890 para quase 99.586 habitantes em 1920. Além disso, podemos indicar – tanto quanto foi possível com os poucos dados referentes aos recenseamentos raciais – um notável quantitativo de residentes negros e pardos no distrito de Irajá, variando entre 30% e 40% da população dependendo da circunscrição, com maior concentração em Madureira. A região era atravessada pela Estrada de Ferro Central do Brasil e ficava próxima às estações de trem de Madureira e de D. Clara, a segunda localizada no trajeto da linha circular que fazia o retorno da linha férrea em direção à Central do Brasil. Por fim, posso indicar pelos números referentes ao grau de instrução da população de Irajá uma melhoria nos índices educacionais da região entre 1890 e 1920, ainda que mais da metade da população do distrito fosse considerada analfabeta. Estes números importam na medida que as fontes principais para a pesquisa desta dissertação foram periódicos, impressos com o propósito não apenas informativo mas também comercial.

Em seguida, analiso de forma qualitativa notícias presentes nos periódicos *Tribuna Suburbana*, *Jornal Suburbano* e *Echo Suburbano*, publicados em Madureira entre os anos de 1910 e 1911, poucos anos após as reformas urbanas e da campanha da Higiene de Oswaldo Cruz, que extinguiu um de três setores do morro da Favella, deslocando alguns de seus moradores (segundo relatos obtidos em entrevista do Jornal do Brasil) em direção aos subúrbios da cidade – mais especificamente, em direção a Madureira e a D. Clara. Ainda que as reformas urbanas tivessem sido citadas pontualmente em uma das diversas reportagens analisadas, a retórica de progresso que animou a opinião pública carioca na década de 1900 se fez presente nas páginas dos impressos suburbanos.

As demandas de melhorias na segurança e na infraestrutura da região (redução do intervalo e dos preços dos serviços férreos de passageiros, implementação de energia elétrica nas estações de trem e principais vias suburbanas, limpeza das ruas e

abastecimento de água, citando alguns dos vários exemplos), além das denúncias de um virtual monopólio dos serviços de bondes pela companhia estrangeira Lyght, foram algumas das mensagens mais recorrentes nestes periódicos. Porém, a temática mais pertinente a esta dissertação – que se propõe a racializar os estudos suburbanos – foi a ameaça à moralidade dos subúrbios, pela "pobre gente" expulsa pelos piquetes de Pereira Passos das áreas centrais da cidade. Ainda que esta pesquisa utilize como referência as reformas urbanas da década de 1900, é necessário destacar que processos sistemáticos de exclusão das populações negras dos espaços urbanos do Rio de Janeiro precedem e sucedem as ações de Pereira Passos e Rodrigues Alves nos primeiros anos do século XX.

Acompanhando os ideais que animaram a construção de uma nova identidade nacional nos primeiros anos da República, um conjunto de ideologias racistas foi mobilizado na forma de eleger a "raça" branca como forma final do estágio evolutivo da nação brasileira. Seja pela ideologia da higiene – que vinculava vícios, doenças e crimes aos negros e pobres da nação –, seja pela ideologia do branqueamento – que apontava que traços como civilização, urbanidade, capacidade de compor famílias e de participar do mundo do trabalho assalariado eram incompatíveis com os negros e mestiços do país –, estas retóricas circularam de várias formas na sociedade brasileira, inclusive na imprensa carioca e no periodismo suburbano.

Em uma sequência de quatro matérias que discutiam a "perdição nos subúrbios" publicadas em 1911 no *Echo Suburbano,* o mesmo arsenal retórico utilizado há anos para reduzir as populações dos cortiços e das favelas a viciados e criminosos foi utilizada nos arrabaldes da cidade, referindo-se a um espaço onde foram viver os facínoras da cidade, um lugar onde a moralidade da sociedade era posta em xeque.

Concluo que, na utilização de adjetivos historicamente relacionados aos estereótipos e estigmas construídos em relação aos negros e mestiços brasileiros – viciado, criminoso, preguiçoso, imoral, degenerado –, posso afirmar que houve uma notável tensão de caráter racial no trato a este novo contingente de moradores dos subúrbios que, pelo que indicam as fontes levantadas, residiam em D. Clara. Não por acaso, a região começou a atrair a atenção de jornalistas das imprensas local e central como "sucursal da Favella" e "Favella suburbana". Por isso, afirmo que este momento foi constituinte da formação simbólica das primeiras favelas dos subúrbios cariocas, nos últimos anos da primeira década do século XX.

Destaco, ainda, que pela relativamente escassa produção referente aos subúrbios do Rio de Janeiro em uma perspectiva racializada, este trabalho se propõe

não a encerrar o debate acerca da temática, mas sim para contribuir e incentivar mais pesquisas dessa natureza no futuro.

# Referências


ABREU, Maurício de Almeida. **Evolução urbana do Rio de Janeiro** – 5ª ed. Rio de Janeiro: Publicações Pereira Passos, 2022.

ALBERNAZ, Maria Paula; MATTOSO, Rafael. **Suburbanização carioca.** São Paulo: Urbana: Rev. Eletrônica Cent. Interdiscip. Estud. Cid., 2019.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites no século XIX.** São Paulo: Paz e Terra, 1987.

BOUDJAABA, Fabrice; BARRUSSE. Virginie de Luca. **Popuations de banlieue, une histoire à revisiter.** Annales de demographie historique, 2013.

CAMPOS, Andrelino. **Do quilombo à favela: a produção do "espaço criminalizado" do Rio de Janeiro** – 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

CARDOSO, Rafael. **Modernidade em preto e branco: arte e imagem, raça e identidade no Brasil, 1890-1965.** São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

CARNEIRO, Sandra de Sá. **Coletivos suburbanos cariocas: cultura, estigmas e políticas de resistência.** IN: CARNEIRO, Sandra de Sá; MATTOSO, Rafael (orgs.). Subúrbios: espaços plurais e múltiplos do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Autografias, 2023.

CELLARD, André. **A análise documental.** IN: POUPART, Jean; DESLAURIERS, Jean-Pierre; GROULX, Lionel-H.; LAPERRIÉRE, Anne; MAYER, Robert; PIRES, Álvares. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos – 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O Estado Brasileiro: gênese, crise, alternativas.** IN: LIMA, Júlio César França; NEVES, Lúcia Maria Wanderley (orgs). Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2014.

COSTA PINTO, Luiz de Aguiar. **O negro no Rio de Janeiro: relações de raças numa sociedade em mudança** – 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

CRUZ, Alline Torres Dias da. **De Madureira a Dona Clara: suburbanização e racismo no Rio de Janeiro no contexto pós-emancipação.** São Paulo: Hucitec, 2020.

CUNHA, Paulo Roberto Ferreira da. ***American way of life*: representação e consumo de um estilo de vida modelar no cinema norte-americano dos anos 1950.** (tese de doutorado) São Paulo: Escola Superior de Propaganda e Marketing, 2017.

D'ÁVILLA, Jerry. **Diploma de brancura: Política social e racial no Brasil, 1917-1945**. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

DINIZ, Mônica. **Sesmarias e posse de terras: política fundiária para assegurar a colonização brasileira**. Revista Histórica do Arquivo Público do Estado de São Paulo [online], São Paulo: 2005. Disponível em: http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao02/materia03 . Acesso em 21 jun 2023.

DIONÍSIO, Pâmela Márcia Ferreira. **Memórias do bairro de Irajá: sob a perspectiva da geografia histórica.** Revista Eletrônica Tempo Presente [online], Rio de Janeiro, 2013.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes** – 6ª ed. São Paulo: Contracorrente, 2021.

FERREIRA, Maria Celeste. **A formação da cidade do Rio de Janeiro na criação da freguesia rural de Irajá - 1644/47.** Anais do Encontro Internacional e XVIII Encontro de História da ANPUH-RJ: História & Parcerias. Rio de Janeiro, 2018.

FERREIRA, Maria Celeste; SILVA, Cleydson Garcia da. **BAIXADA DE IRAJÁ: Espacialidades da Freguesia Nossa Senhora da Apresentação de Irajá.** Revista Convergência Crítica – Dossiê: Subúrbios do Rio. Rio de Janeiro: 2018.

FRIDMAN, Fânia. **Donos do Rio em nome do Rei: uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro** – 3ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2017.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Modernidades negras: a formação racial brasileira (1930-1970)**. Sâo Paulo: Editora 34, 2021.

HARRIS, Richard; LEWIS, Robert. **The Geography of North American Cities and Suburbs, 1900-1950: A New Synthesis.** Journal of Urban History, 2001.

IANNI, Octávio. **A racialização do mundo.** IANNI, Octavio. A racialização do mundo. São Paulo: Tempo Social, 1996.

IANNI, Octávio. **Dialética das relações raciais.** São Paulo: Estudos Avançados, 2004.

KRENISKI, Gislania Carla P.; AGUIAR, Maria do Carmo Pinto. **O jornal como fonte histórica: a representação e o imaginário sobre o "vagabundo" na imprensa brasileira (1989-1991).** Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH: São Paulo, 2011.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2011.

LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. **Triste Fim de Policarpo Quaresma.** São Paulo: Penguin-Companhia, 2011.

LOPES, Nei. **Dicionário da hinterlândia carioca: antigos "subúrbio" e "zona rural".** Rio de Janeiro: Pallas, 2012.

MACHADO, Daniel Dias. Et al. **A teoria de Cesare Lombroso e sua influência na sociedade.** Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 06, Ed. 01, Vol. 07, pp. 57-73. 2021.

MARTINS, Ana Luiza. **Imprensa em tempos de Império.** IN: MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tania Regina (orgs.). História da Imprensa no Brasil – 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2012.

MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tânia Regina. **Introdução: pelos caminhos da imprensa no Brasil** IN: MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tania Regina (orgs.). História da Imprensa no Brasil – 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2012.

MATTOS, Hebe Maria. **Escravidão e cidadania no Brasil monárquico** – 2º ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

MATTOSO, Rafael. **A Cultura Urbana nos Subúrbios Cariocas: Uma análise das relações de sociabilidade suburbanas ao longo do século XX.** Rio de Janeiro: Anais do Encontro Internacional e XVIII Encontro de História da ANPUH-Rio: História e Parcerias, 2018.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Lisboa: Antígona, 2014.

MEIRELLES, J.G. **A chegada da família real e as mudanças sociopolíticas**. In: MEIRELLES, J.G. A família real no Brasil: política e cotidiano (1808-1821) [online]. São Bernardo do Campo: Editora UFABC, 2015.

MELLO, Victor Andrade de; MATTOSO, Rafael. **O Irajá já teve mar: a experiência do Irajá Atlético Clube (Rio de Janeiro, 1912-1938).** Paraná: Revista Tempos Históricos, 2021.

MENDONÇA, Leandro Climaco. **Nas margens: Experiências de suburbanos com periodismo no Rio de Janeiro, 1880-1920.** (Dissertação de mestrado). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2011.

MENDONÇA, Leandro Clímaco. **Jornalismo como missão: Militância e Imprensa nos subúrbios cariocas, 1900-1920.** (Tese de doutorado). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2017.

MENDONÇA, Leandro Climaco. **Imprensa e subúrbios: entre suplemento, noticiário e instrumento de militância.** IN: SANTOS, Joaquim Justino dos; MATTOSO, Rafael; GUILHON, Teresa (orgs.). Diálogos Suburbanos: identidades e lugares na construção da cidade. Rio de Janeiro: Mórula, 2019.

MIYASAKA, Cristiane Regina. **Viver nos subúrbios: a experiência dos trabalhadores de Inhaúma, Rio de Janeiro (1890-1910)**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 2011.

MIRANDA, Renata. **Manuel Querino.** Portal Géledes [online], 2013. Disponível em: https://www.geledes.org.br/manuel-querino/ . Acesso em 28 jun 2023.

MOREL, Marco. **Os primeiros passos da palavra impressa. IN:** MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tania Regina (orgs.). História da Imprensa no Brasil – 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2012.

MOURA, Clóvis. **Escravismo, colonialismo, imperialismo e racismo.** Salvador: Afro-Ásia, 1983.

MOURA, Clóvis. **Miscigenação e democracia racial: mito e realidade** IN: MOURA, Clóvis. Sociologia do negro brasileiro. São Paulo: Ática, 1988.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia.** 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ, 2003.

MUNANGA, Kabengele. **Teoria social e relações raciais no Brasil contemporâneo.** IN: Cadernos Penesb – Periódico do Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira – FEUFF. Niterói: Cadernos PENESB, 2010.

NASCIMENTO, Beatriz. **Sistemas sociais alternativos organizados pelos negros: dos quilombos às favelas.** IN: RATTS, Alex (org.) Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

NICOLAIDES, Becky; WIESE, Andrew. **Suburbanization in the United States after 1945.** Oxford Research Encyclopedias: American History, 2017.

NOGUEIRA, Oracy. **Preconceito de marca: as relações raciais de Itapetininga**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

O'DONNELL, Julia Galli. **No olho da rua: a etnografia urbana de João do Rio** (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

O'DONNELL, Julia Galli. **Narrativas (sub)urbanas: representações dos subúrbios na imprensa carioca (1890-1930).** Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2012.

OLIVEIRA, Márcio Piñon de. **A trajetória de um subúrbio industrial chamado Bangu.** IN: OLIVEIRA, Márcio Piñon de; FERNANDES, Nelson da Nóbrega (rogs). 150 anos de subúrbio carioca. Rio de Janeiro: EdUFF, 2010.

PAULA, Richard N. DE. **Semente de Favela: jornalistas e o espaço urbano da Capital Federal nos primeiros anos da República – o caso do Cabeça de Porco**. Rio de Janeiro: Revista Cantareira, 2019.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Fortes laços em linhas rotas: literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do século XIX** (Tese de doutorado). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2014.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

RATTS, Alex. **Introdução.** IN: RATTS, Alex (org.) Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

REZENDE, Fábio de Brito. **"A perdição nos subúrbios": as reformas urbanas do Rio de Janeiro e o distrito de Irajá nas páginas do Echo Suburbano.** Orientador: Thiago de Almeida L. C. Pires, 2021. 34f. TCC (Graduação) – Curso de Licenciatura em História, Centro Universitário Celso Lisboa, 2021.

REZENDE, Fábio de Brito. **Entre tensões e atenções: a favela na imprensa carioca (1900-1909)**. Anais do XII Congresso de Pesquisadores Negro/as (COPENE) – ABPN; Recife, 2022.

RODRIGUES, Agostinho. **Meu Irajá.** Coletivo Instituto Histórico e Geográfico Baixada de Irajá [online], 2012. Disponível em: https://docplayer.com.br/4554666-Meu-iraja-agostinho-rodrigues-edicao-digital-coletivo-instituto-historico-e-geografico-baixada-de-iraja.html . Acesso em 20 jun 2023.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem pelas províncias de Rio de Janeiro e Minas Geraes.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. pp. 60-61.

SANTOS, Leonardo Soares dos. **"Subúrbios" e "arrabaldes" no olhar dos viajantes do XIX.** Rio de Janeiro: Revista Chão Urbano (online), 2020.

SANTOS, Renato Emerson dos. **Apresentação** IN: SANTOS, Renato Emerson dos (org.). Questões urbanas e racismo. Brasília: ABPN, 2012.

SANTOS, Ynaê Lopes dos. **Racismo brasileiro: uma história da formação do país.** São Paulo: Todavia, 2022.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SEVERINO, Carlos Molinari Rodrigues. **Mestres estrangeiros, operariado nacional: resistências e derrotas no cotidiano da maior fábrica têxtil do Rio de Janeiro (1890-1920).** Brasília: Universidade de Brasília, 2015.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

SOARES, Maria Therezinha de Segadas; BERNARDES, Lysia. **Rio de Janeiro: cidade e região.** Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1990.

SODRÉ, Muniz. **Espaço e Modernidade** IN: SODRÉ, Muniz, O terreiro e a cidade. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 2002.

SOUZA, Mário L. **Hegemonia e a questão racial.** IN: GOMES, Rodrigo Lima Ribeira; FERREIRA, Maria Onete Lopes; CHABALGOITY, Diego (orgs). Soberania nacional e participação popular: ensaios críticos sobre o significado do bicentenário da independência. Rio de Janeiro: Mórula, 2022.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de; SANTOS, Ricardo Ventura. **O Congresso Universal de Raças, Londres, 1911: contextos, temas e debates.** Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 7, n. 3, p. 745-760, set.-dez. 2012.

VALLADARES, Licia do Prado. **A invenção da favela: do mito de origem a favela.com**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.